

CADERNOS *naui*

CADERNOS NAUI - Núcleo de Pesquisa Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor(a): Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar

Diretor(a) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Prof. Dr. Alex Degan

Coordenador(a) do PPGAS: Prof. Dra. Viviane Vedana

Editora Chefe: Alicia Norma González de Castells (NAUI-UFSC);

Editores: Caetano Sordi (UFSC); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Paola Luciana Rodriguez Peciar (NAUI/UFSC); Simone Lira da Silva (NAUI/UFSC); Vladimir Fernando Stello (IPHAN/UNISUL)

Editores do dossiê: João Paulo Schwerz (NAUI/UFSC); Vladimir Fernando Stello (IPHAN/UNISUL)

Comissão editorial: Ana Cristina Rodrigues Guimarães (NAUI/UFSC); Camila Sissa Antunes (UDESC; NAUI/UFSC); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Fabricio Rocha da Silva (UFSC; NAUI/UFSC); João Paulo Schwerz (NAUI/UFSC); Nauíra Zanardo Zanin (UFSC; NAUI/UFSC); Paola Luciana Rodriguez Peciar (NAUI/UFSC); Patrícia Martins (IFPR; NAUI/UFSC); Rafael de Oliveira Rodrigues (UFAL; NAUI/UFSC); Simone Lira da Silva (NAUI/UFSC)

Diagramação e Formatação: Barbara Mendes Lima (Mestranda PPGAS/UFSC); Fernanda Luiza Godinho (Mestranda PPGAS/UFSC); Moema Cristina Parode (Ms. Pós Arq./UFSC); Nina Acacio (Mestranda PPGAS/UFSC); Eduardo Pereira Mothci.

Imagem de capa: Vladimir Fernando Stello

Comissão de divulgação: Artur Hugo da Rosa (Ms. Pós Arq./UFSC); Mariela Felisbino da Silveira (NAUI/UFSC); Nina Acacio (Mestranda PPGAS/UFSC); Patrícia Martins (IFPR; NAUI/UFSC).

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Publicação indexada em:

DOAJ - Directory of Open Access Journals

GOOGLE ACADÊMICO

SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

Toda correspondência deve ser dirigida ao correio eletrônico do CADERNOS NAUI

e-mail: cadernosnaui@gmail.com



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional

Editorial

Prezados leitores,

Apresentamos mais um número da revista eletrônica criada e editada pelo Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), publicação semestral que reúne artigos inéditos, resenhas, traduções, entrevistas, dossiês temáticos e ensaios fotográficos. Cadernos NAUI nasce do desejo de compartilhar pesquisas e reflexões sobre antropologia urbana, patrimônio cultural e memória, a partir de uma visão integrada do fenômeno social e das relações de diversos atores sociais.

Neste número, apresentamos o dossiê temático “Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina”, organizado por João Paulo Schwerz e Vladimir Fernando Stello. Propõe como tema central a paisagem, especialmente nas diferentes manifestações de sua dimensão patrimonial, e busca – como o próprio conceito incita – uma interação complexa entre diferentes áreas do conhecimento, transitando especialmente pela arquitetura e a antropologia. Ao mesmo tempo, foi objetivo deste compilado expandir as fronteiras do meio acadêmico, sem prejuízo ao rigor científico, abrindo espaço para experiências práticas que demonstram, confrontam ou aprofundam nosso entendimento sobre o tema. Também expandiu as fronteiras geográficas com a contribuição de autores de outros países sul-americanos.

Dando continuidade ao dossiê temático, publicamos três textos avulsos. O artigo intitulado “Paralelos entre São Miguel das Missões e Magepe-Mirim. Estudo comparativo para aproximação de um sítio arqueológico”. Nele, demonstra-se como a escolha de uma abordagem comparativa foi decisiva para adentrar em aspectos conceituais do objeto da intervenção do casarão de Magepe-Mirim/RJ, um bem considerado em estágio intermediário do seu arruinamento. E de como o estudo de São Miguel das Missões/RS permitiu ter novos olhares para o partido de uma restauração em Magé, do casarão de Magepe-Mirim. O artigo “Gestão territorial e a boutiquização do patrimônio no Programa Revive no Centro Histórico de Salvador” questiona os objetivos e impactos do Programa Revive (modelo trazido de Portugal e implementado pelo governo do Estado da Bahia), argumentando que o Centro Histórico de Salvador é projetado como lugar estratégico de investimentos privados, potencializando o aproveitamento do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural desde uma perspectiva turística.

Em termos patrimoniais, o programa representaria uma iniciativa de intervenção do Centro Histórico de Salvador na modalidade de concessões do patrimônio público. Por fim, “Ativismos em Florianópolis-SC. Cenas de mobilização e resistência entre 2002 e 2022”, artigo que documenta e analisa mobilizações emblemáticas ocorridas na Capital do Estado de Santa Catarina entre 2002 e 2022: a Revolta da Catraca, as ocupações de escolas e universidades, a instalação dos Comitês Populares de Luta. Mobilizações concebidas como de resistência que teriam tido um papel protagonista nas eleições de 2022.

Agradecemos aos organizadores do dossiê e a todos os autores e pareceristas que contribuíram com nossa revista. Esperamos que esta publicação estimule a todos para a produção de novos materiais que possam tornar o Cadernos NAUI cada vez mais uma referência na bibliografia sobre patrimônio cultural e dinâmicas urbanas.

Desejamos boa leitura a todos!

Os editores.

Sumário

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

Apresentação

João Paulo Schwerz (UFSC); Vladimir Fernando Stello (IPHAN; UNISUL)

Chancela da Paisagem Cultural: avanços e retrocessos em contextos institucionais mutantes 13
Maria Regina Weissheimer; Marina Cañas Martins

El Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila: Buscando la sostenibilidad vinculada a las “buenas practicas” ancestrales 32
Luis Ignacio Gómez Arriola

Paisaje Cultural Cafetero de Colombia, Algunas lecciones prácticas de doce años de su gestión como Patrimonio Mundial 60
Celina Rincón Jaimes

Paisaje cultural cafetero de Colombia- PCCC, y su relación con las arquitecturas patrimoniales de bahareque 93
José Fernando Muñoz Robledo

Patrimônio em transformação: a dinâmica dos acervos vivos 120
Claudia M. Storino; José W. Tabacow

El Ecuador y los Paisajes Culturales en la Gestión del Territorio 148
José Marcelo León Bedoya

Paisajes de la energía: técnica, cultura y naturaleza 176
Melina Yuln

“Andar com uma câmera na mão”: uma maneira de ler a paisagem 199
Artur Hugo da Rosa

Artigos livres

Paralelos entre São Miguel das Missões e Magepe-Mirim. Estudo comparativo para aproximação de um sítio arqueológico 220
Thiago Santos Mathias da Fonseca

Gestão territorial e a boutiquezação do Patrimônio no Programa Revive, no Centro Histórico de Salvador <i>Carlos Andrés Díaz Mosquera</i>	240
Ativismos em Florianópolis-SC Cenas de mobilização e resistência entre 2002 e 2022 <i>Valdeci Reis</i>	267

Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

João Paulo Schwerz

Arquiteto e Urbanista. professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: jpschwerz@gmail.com

Vladimir Fernando Stello

Arquiteto e Urbanista, técnico do IPHAN Laguna/SC e professor titular da
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

E-mail: stello@terra.com.br

Prezados leitores,

Desde seu lançamento, o Cadernos NAUI tem por objetivo “compartilhar pesquisas e reflexões sobre antropologia urbana, patrimônio cultural e memória, a partir de uma visão integrada do fenômeno social e das relações de diversos atores sociais” (NAUI, 2012). Desde então, a publicação eletrônica tem avançado na discussão e divulgação, numa ótica transdisciplinar, de conhecimentos produzidos pela Antropologia Urbana, Arquitetura, Urbanismo, História e Comunicação.

O presente dossiê propõe como tema central a **paisagem**, especialmente nas diferentes manifestações de sua dimensão patrimonial, e busca – como o próprio conceito incita – uma interação complexa entre diferentes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, foi objetivo deste compilado expandir as fronteiras do meio acadêmico sem prejuízo ao rigor científico, abrindo espaço para experiências práticas que demonstram, confrontam ou aprofundam nosso entendimento sobre o tema.

Considerar a paisagem nos estudos de patrimônio não é uma postura nova, porém tratar a paisagem em sua dimensão patrimonial é mais recente. Ainda que já se tenha configurado um corpo teórico e até mesmo prático a respeito, o seu aprofundamento sob novos questionamentos vem evidenciando interessantes interpretações no contexto de diferentes áreas do conhecimento.

No Brasil, e na América Latina de forma geral, o tema assume certo protagonismo mais recentemente, após superada uma associação meramente estética e evidenciadas as qualidades da paisagem como categoria de análise e até mesmo de administração e planejamento territorial. Nos últimos 20 anos, assim, o crescente interesse pelo tema se multiplica academicamente em diversas frentes disciplinares, mas também concretamente em diferentes práticas de gestão do espaço que mesclam, integram e questionam seus alcances conceituais.

De fato, o conteúdo selecionado abarca escalas diversas, tanto em relação às noções e autores que fundamentam os artigos selecionados, como também em termos geográficos, contando com representantes de diversos países latino-americanos – Equador, Argentina, Colômbia e México – além do Brasil.

Da mesma maneira, é interessante destacar a diversidade das esferas administrativas que envolvem os objetos dos artigos presentes, que vão da apropriação

local, em uma praia que não é – e nem tem a pretensão de ser – protegida formalmente, até extensos territórios que se enquadram na categoria de patrimônio da humanidade da Unesco. Consequentemente, as abordagens que relacionam paisagem e patrimônio se apresentam teórica e empiricamente de formas igualmente diversas, dotando o dossiê de uma aura informativa considerável que reflete sobre a prática, suscitando e subsidiando novos debates.

Constatamos, por meio dos argumentos apresentados, que a paisagem funciona como conceito integrador, comporta instâncias concretas que compreendem as configurações do espaço e, ao mesmo tempo, envolve instâncias subjetivas, onde interatuam funções culturais, sentimentais e simbólicas.

Admitimos, por consequência, que a paisagem é um poderoso suporte – teórico e prático – para discutir padrões e paradigmas que acompanham as relações e práticas associadas ao espaço, incitando novas interpretações sobre ele.

A problemática já fica evidenciada no artigo de Maria Regina Weissheimer e Marina Cañas Martins, que abre o dossiê [**Chancela da paisagem cultural: avanços e retrocessos em contextos institucionais mutantes**] e discorre sobre os esforços institucionais do Iphan para organizar e estabelecer um novo instrumento de proteção formal com a criação, em 2009, da Chancela da Paisagem Cultural. Ao mesmo tempo em que avança em direção a uma forma mais ampla de preservação cultural e ambiental de forma integrada, estimulando efetivamente o debate sobre o tema no País, a chancela carrega ainda desafios tanto sobre o entendimento dos bens passíveis de reconhecimento quanto de suas formas de gestão, que impedem até o momento a efetiva implementação por parte da instituição federal.

Na sequência, o artigo de Luis Ignacio Gómez Arriola [**El Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila – Buscando la sostenibilidad vinculada a las “buenas practicas” ancestrales**], contextualiza o processo que levou a Paisagem Agavera de Tequila ao nível de Patrimônio Mundial (UNESCO, 2008), destacando a complexidade de um plano de manejo e gestão centrados na melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais e que integre os diversos instrumentos legais de forma dinâmica, por meio de mecanismos de monitoramento e avaliações permanentes, incorporando a dimensão temporal própria da paisagem para seu efetivo planejamento.

Corroborando com esta perspectiva, Celina Rincón [**Paisaje Cultural Cafetero de Colombia**] também põe ênfase em que boas práticas de gestão de uma paisagem devem ser processos flexíveis e, ao mesmo tempo, persistentes, levando em consideração a participação de várias instâncias políticas e sociais e gerando acordos entre diferentes setores, pessoas e interesses. O artigo se estrutura a partir de quatro perguntas-chave que evidenciam bem o confronto com as teorias, para demonstrar os caminhos do processo de reconhecimento, valorização, manejo e gestão deste patrimônio mundial (UNESCO, 2011).

Arelado ao contexto do artigo antecedente, José Fernando Muñoz Robledo [**Paisaje cultural cafetero de Colombia - PCCC, y su relación con las arquitecturas patrimoniales de bahareque**], demonstra a importância de um conhecimento aprofundado das qualidades relacionadas a uma paisagem - antropológica, ambiental e física - para preservar seus elementos essenciais e, ao mesmo tempo, acompanhar os necessários avanços socioculturais, econômicos e tecnológicos. O artigo contextualiza, a partir dos impactos de novas arquiteturas, a elaboração e aplicação de uma normativa para construções antissísmicas que reconhecem a tradicional técnica de *bahareque* para o desenvolvimento de uma arquitetura contemporânea coerente com as raízes culturais locais.

O artigo de Cláudia Storino e José Tabacow [**Patrimônio em transformação: a dinâmica dos acervos vivos**] também destaca o processo temporal intrínseco à paisagem, refletindo sobre os desafios relacionados à proteção e gestão de bens que se encaixam como paisagens culturais. O texto analisa as contribuições das Cartas de Paisagem e as demandas que decorrem da candidatura do Sítio Roberto Burle Marx a Patrimônio Mundial, recorrendo ao pensamento do mestre paisagista segundo o qual fazem parte dos jardins a luz, os sons, o vento, a ambiência e a relação com o entorno para apontar lacunas conceituais e metodológicas no tratamento de acervos vivos.

O caso que chega do Equador por meio de José Marcelo León Bedoya [**El Ecuador y los paisajes culturales em la gestión del territorio**] evidencia a problemática de gestão de bens culturais de forma vertical e como, a partir da necessidade de aproximar, conscientizar e construir com as comunidades locais formas de gestão diferentes e mais eficientes, se adota o uso das “paisagens culturais” para superar uma visão clássica e

isolada de manejo do patrimônio e que, por sua vez, resulta em um Guia Metodológico para a Paisagem Cultural do Equador.

Com uma perspectiva complementar, ou seja, mais universal em termos de escala, Melina Yuln [**Paisajes de la energía: técnica, cultura y naturaleza**] se insere no marco das “paisagens das energias renováveis” (*renewable energy landscapes*) para proporcionar uma abordagem cultural a partir dos impactos das infraestruturas de energia nas paisagens argentinas. Neste sentido, propõe uma análise dos impactos que as transformações técnicas e materiais geram nos territórios, trazendo novas variáveis de ordem técnica, social, histórica, cultural, ecológica e política na valoração das paisagens.

Por fim, Arthur Hugo da Rosa [**Andar com uma câmera na mão: uma maneira de ler a paisagem**] apresenta um ensaio estruturado em imagens de uma pequena localidade de Florianópolis que não tem a pretensão de ser formalmente tutelada. O autor se assume como um caminhante que “transforma em outra coisa cada significante espacial” (CERTEAU, 2014), confrontando a cidade-panorama adotada por urbanistas com novas percepções sobre a paisagem.



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

Chancela da Paisagem Cultural: avanços e retrocessos em contextos institucionais mutantes

Maria Regina Weissheimer; Marina Cañas Martins



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

MARTINS, Marina Cañas; WEISSHEIMER, Maria Regina. Chancela da Paisagem Cultural: avanços e retrocessos em contextos institucionais mutantes. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 13-30, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

Chancela da Paisagem Cultural: avanços e retrocessos em contextos institucionais mutantes

Maria Regina Weissheimer¹

Marina Cañas Martins²

Resumo

O artigo contextualiza a criação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2009 e os desafios que permeiam, até hoje, sua efetiva implementação pelo órgão nacional. Pontua também a ampliação das discussões, no meio acadêmico e patrimonial, desencadeadas pelo lançamento da Portaria Iphan 127/09, que tem igualmente servido de inspiração para a absorção do conceito de paisagem cultural em outras esferas institucionais, apesar do compasso de espera estabelecido pelo próprio Iphan.

Palavras-chave: patrimônio; paisagem cultural; Iphan.

Abstract

The article contextualizes cultural landscape label creation by the National Historic and Artistic Heritage Institute (Iphan) in 2009 and the challenges that permeate, until today, its effective implementation by the national body. It also points out the expansion of discussions, in the academic and patrimonial environment, triggered by the Portaria Iphan 127/09 launch, which has also served as inspiration for the absorption of the concept of cultural landscape in other institutional spheres, despite the waiting time established by Iphan.

Key words: heritage; cultural landscape; Iphan.

¹ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP; mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição. Especialista em Políticas Culturais e Valorização do Patrimônio pela *École nationale d'administration* (ENA). Servidora efetiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 2006, foi Coordenadora de Paisagem Cultural entre 2009 e 2011 e, desde então, atua na superintendência de Santa Catarina. E-mail: maria.regina @iphan.gov.br.

² Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos pela Universidade Federal da Bahia, especialista em Patrimônio pelo PEP/Iphan e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas. Servidora efetiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 2006, foi Superintendente do Iphan-SC entre 2010 e 2011 e membro do Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira (Iphan) em 2017. E-mail: marina.canas @iphan.gov.br.

Senhor Presidente,

A questão da paisagem cultural assemelha-se ao que Horowitz disse, referindo-se a Mozart:

- Fácil demais para iniciantes, difícil demais para especialistas.

Não existem modelos acabados ou padronizados para a consideração de todas as paisagens. Cada caso difere do outro, cada paisagem é uma nova paisagem. A mesma paisagem, a cada instante, é uma nova paisagem.

Não se deve definir formas comuns para tratar as paisagens. Cada uma possui diferentes valores. Cada uma indicará a forma como deve ser tratada pelo Iphan.

Como disse o Fausto de Goethe:

- Qual é o caminho?

- Não há caminho. É prosseguir no desconhecido (DELPHIM, 2007a).³

Lastreada pela notável ampliação do conceito de patrimônio cultural dada pela Constituição Federal em 1988, a criação de uma política voltada para o reconhecimento dos bens de natureza imaterial, no ano de 2000, foi a maior atualização conceitual e instrumental realizada desde o decreto-lei 25/37. Até então, a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no campo da proteção – seja por meio do tombamento, seja através do cadastro de sítios arqueológicos – atrelava-se, especificamente, à materialidade dos objetos.

Em 2009, o lançamento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira ampliava, mais uma vez, a abordagem conceitual e o rol de procedimentos normativos do Iphan, permitindo atuar com uma nova categoria de bens, as “paisagens culturais brasileiras”. Tinha por essência o reconhecimento da relação íntima e indissociável dos modos de fazer, criar e viver do ser humano com o ambiente natural. O artigo 1º da Portaria Iphan 127/09 deu à Paisagem Cultural Brasileira a seguinte definição:

[...] é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (IPHAN, 2009).

O reconhecimento das “porções peculiares do território nacional” não estava amparado por nenhum instrumento de proteção já existente, notadamente o Tombamento e o Registro. O primeiro é especificamente voltado à proteção da materialidade dos objetos – “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis”, conforme art. 1º do decreto-lei 25/37 (BRASIL, 1937). O segundo tem como objeto central as manifestações

³ Carta do arquiteto paisagista Carlos Fernando de Moura Delphim ao presidente do Iphan, solicitando a declaração dos Céus de Brasília como a primeira Paisagem Cultural Brasileira. O documento se encontra apensado ao processo 01450.011085/2007-09.

imateriais, como os modos de fazer, as celebrações, as formas de expressão, além dos lugares que “concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”.

Ainda que haja aproximação entre a ideia de lugar, dada pelo decreto 3.551/00 (BRASIL, 2000), e o conceito de paisagem cultural proveniente da geografia, o enfoque da Chancela difere daquele do Registro – a primeira tem como objetivo a preservação de uma porção do território representativa da interação do homem com o ambiente natural; o segundo, do lugar onde determinadas manifestações acontecem.

No primeiro caso, o reconhecimento é dado pelo equilíbrio na relação entre materialidade (o ambiente natural) e a imaterialidade (a interação do ser humano neste ambiente). No segundo, o enfoque é a imaterialidade, no qual a concentração de práticas culturais coletivas justifica o reconhecimento do lugar onde estas ocorrem.

Assim, o estabelecimento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira visou complementar o rol de ferramentas disponíveis para a preservação do patrimônio cultural nacional, conforme Weissheimer (2012), podendo ser aplicada separadamente ou em conjunto com os demais instrumentos (dentro de uma porção territorial chancelada pode haver bens tombados, registrados ou então cadastrados como sítios arqueológicos, se a especificidade e a natureza dos bens assim recomendar).⁴

Tanto como no caso do patrimônio imaterial, cuja conceituação vinha se dando a partir de debates internacionais e que, sobretudo, já se encontrava mencionado na Constituição desde 1988, o conceito de paisagem cultural não era novidade e vinha sendo aplicado internacionalmente pela Unesco como categoria do patrimônio cultural desde 1992.

Conforme Scifoni (2018), o conceito havia sido lançado em 1925 pelo geógrafo norte-americano, Carl O. Sauer. Em “A morfologia da paisagem”, Sauer distingue a paisagem cultural da paisagem natural, acabando com a dicotomia que até então caracterizava a conceituação dada pelos geógrafos alemães. Para o autor, a paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. Dessa forma, “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural o resultado”. No entanto, o método morfológico de leitura de paisagem proposto por Sauer recai sobre seus elementos visíveis de composição e as relações entre eles.

⁴ Em Martins (2008) encontra-se a discussão sobre o alcance dos instrumentos então existentes para a efetiva proteção das paisagens culturais brasileiras, apontando para a lacuna de legislação específica para o tema e a necessidade de trabalhar tombamento, registro e proteção ambiental de forma integrada.

Outra abordagem para o estudo da paisagem surge a partir da década de 1960, defendendo que “o fundamental da paisagem é justamente aquilo que antes havia sido considerado fora do objetivo da ciência e, portanto, fora do interesse geográfico – seu caráter simbólico e subjetivo” (RIBEIRO, 2007, p. 23). Essa perspectiva foi considerada a base da Nova Geografia Cultural, defendida por geógrafos como Denis Cosgrove e Augustin Berque, referências em grande parte dos estudos contemporâneos da paisagem.

Enquanto na academia aprofundava-se o debate em torno dos aspectos subjetivos e simbólicos da paisagem, também se fortalecia a ideia de rever ou criar instrumentos capazes de proteger paisagens consideradas sensíveis, peculiares, especiais, excepcionais. Mas foi somente na década de 1990 que seu uso se consolidou nos círculos profissionais e institucionais da preservação/conservação (FOWLER, 2003, p. 18). Em 1992, a Convenção da Unesco para Patrimônio Mundial acrescenta a paisagem cultural como categoria para inclusão de bens em sua lista, podendo ser classificada como paisagem claramente definida, paisagem evoluída organicamente ou paisagem cultural associativa. A partir disso, e principalmente na Europa, surgem diferentes documentos regionais e internacionais com enfoque na paisagem, sendo o mais abrangente em escala e ousado em objetivos a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), cuja formulação começa em 1994 e a publicação é feita em 2000. A CEP tem como objetivo incorporar a dimensão paisagística nos planos diretores e outros instrumentos de orientação de ocupação do solo. A criação de um instrumento adaptado ao contexto brasileiro aconteceu, portanto, quase duas décadas depois de sua aplicação no contexto internacional. Ainda que tenha sido construída na esteira do debate em curso, e pensada como um novo instrumento de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro, a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira não deve ser confundida com o conceito de paisagem cultural abordado pela geografia – que é muito mais amplo e permite aplicações variadas, inclusive no âmbito do planejamento territorial e urbano, como no caso da CEP – nem com a paisagem cultural conforme definida pela Unesco – da qual, apesar de espelhar-se, difere.

Os agentes da paisagem como foco da ação

A chancela não é um simples ato declaratório, mas parte do entendimento de que as paisagens culturais só têm chance de continuar existindo se forem mantidos os fatores

motivacionais dos agentes “criadores da paisagem”, o que só ocorrerá por meio de ações de fomento, monitoramento, valorização e incentivo.

Diferente do tombamento, que é compulsório, a chancela não pode ser um ato impositivo e, nesse sentido, seus mecanismos de reconhecimento e gestão assemelham-se àqueles previstos nos processos de registro do patrimônio imaterial. Um pescador não pode ser obrigado a continuar pescando ou um agricultor não pode ser impelido a cultivar contra sua vontade, por exemplo. Se o pescador for identificado como agente de uma paisagem cultural que se deseja preservar, a continuidade das suas ações e da forma de interação com o ambiente natural só será possível – ainda que não garantida – através de mecanismos de estímulo e proteção que permitam a manutenção do interesse (ou da motivação) do agente na ininterruptão da sua atividade. Além disso, tais mecanismos precisam ser acordados, não impostos, daí a razão do pacto ser considerado a base do processo de gestão da paisagem cultural chancelada e o agente o foco da ação, conforme os seguintes artigos da Portaria Iphan n. 127/09:

Art. 4º A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando à gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo Iphan (IPHAN, 2009).

Diferente do tombamento, por exemplo, o principal mecanismo de gestão de uma paisagem cultural chancelada não é a fiscalização, a coibição ou a aplicação de penalidades. No decreto-lei n. 25/37, os efeitos do tombamento são tratados no Capítulo III, que engloba os artigos de 11 a 21. Em síntese, trata-se de limitações, regras, proibições e sanções às quais os bens tombados ou seus usuários e/ou possuidores estão sujeitos.

Já na chancela, o fomento à continuidade das atividades humanas que caracterizam a paisagem chancelada, além da garantia de continuidade da existência do seu suporte material, é o principal mecanismo de sua gestão. Este fundamento está expresso na introdução da Portaria Iphan n. 127/09:

CONSIDERANDO que a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural (IPHAN, 2009).

A chancela trouxe, assim, um duplo desafio para a política nacional do patrimônio cultural: a ampliação (e complexificação) dos bens passíveis de reconhecimento e uma mudança completa na forma de gestão a que costumeiramente estão submetidos os bens de natureza material. As paisagens culturais não se preservam por imposição, mas através de pactos e negociações. Ao órgão de preservação cabe o papel de agente de fomento, conciliador, intermediador... não o de mero fiscal.

Importante aqui, mais uma vez, destacar que o estabelecimento da chancela como novo instrumento não visou criar rupturas ou contraposições. O decreto-lei n. 25/37 continua sendo válido para uma proteção mais rigorosa dos bens de natureza material, assim como o decreto 3.551/00 responde com eficácia ao desafio de uma política voltada ao reconhecimento dos bens de natureza imaterial. A chancela não é, nesse sentido, uma ruptura com o primeiro ou uma evolução do segundo, mas um complemento necessário para atender àquelas demandas de preservação que não encontravam lugar em nenhum dos dois mecanismos, ou de tantos outros disponíveis para tratar do patrimônio cultural.

Contudo, comparativamente aos instrumentos existentes, as articulações necessárias para a consolidação de um pacto previsto para a chancela da paisagem cultural assemelham-se mais àquelas previstas no registro de bens de natureza imaterial, cujo processo de reconhecimento e gestão é justamente baseado na pactuação com os detentores e agentes locais.

Contexto institucional⁵

Em 2009, o lançamento da chancela integrava um rol de ações institucionais que tinha como propósito fortalecer e ampliar a atuação do Iphan em todo o País. No mesmo período, foram feitos inventários temáticos em todas as regiões, buscando ampliar o conhecimento sobre o território nacional e, conseqüentemente, estender as ações de proteção; foi proposta a criação de uma rede de patrimônio em todos os estados; realizado o 1º Fórum Nacional do Patrimônio, que aconteceria bianualmente para aproximar os órgãos de preservação nos três níveis, aprimorando e ampliando as ações conjuntas; e desenvolvido o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), que visava à criação de uma plataforma única de informações sobre o patrimônio cultural para efetivação das ações de identificação, proteção e gestão, também de forma compartilhada com estados e municípios.

⁵ Uma contextualização similar pode ser encontrada em Iphan, Coordenação de Paisagem Cultural (2011) e Weissheimer (2012).

Assim, a discussão sobre a preservação das paisagens culturais no Brasil aconteceu em um momento institucional grandemente propício a avanços e atualizações, conceituais e instrumentais, dentro do Iphan. A chancela não nasceu, portanto, como ato isolado, apenas acompanhando a tendência global, mas no âmbito de uma política institucional de ampliação e renovação.

Diversos estudos foram iniciados com objetivo de inaugurar a aplicação do instrumento, testar sua aplicabilidade prática e, eventualmente, realizar as complementações e atualizações necessárias. Dentre os processos formalmente abertos estavam as propostas de chancela da paisagem cultural dos céus de Brasília;⁶ da paisagem cultural do Rio de Janeiro;⁷ das paisagens culturais do Vale do Ribeira, em São Paulo, e da Foz do Rio São Francisco; da Vila de Elesbão, no Amapá; dos botes bastardos em Camocim, no Ceará; e das jangadas de dois mastros de Pitimbu, na Paraíba.

Também se desejava a chancela das paisagens culturais das regiões de imigração, em Santa Catarina, cuja proposta de proteção que integrou o Dossiê de Tombamento de 2007 (VIEIRA FILHO e WEISSHEIMER; 2007) havia fermentado o debate no âmbito do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sobre a necessidade de um novo instrumento para tratar da paisagem cultural. Durante a 55ª Reunião do Conselho Consultivo, os encaminhamentos foram de, ao mesmo tempo, aprovar o tombamento dos núcleos rurais conforme propostos e criar um instrumento específico para regulamentar a pretendida abordagem da paisagem cultural:

Com relação ao segundo ponto, entendo que a relatora acompanha a posição da nossa procuradoria e propõe que a apreciação do reconhecimento dos Núcleos Rurais de Testo Alto (Pomerode) e Rio da Luz (Jaraguá do Sul) como Paisagem Cultural, no Conselho Consultivo, seja adiada até que a matéria esteja devidamente regulamentada. Entendo que, na proposta de encaminhamento, ela exclui o conceito de paisagem cultural, mas recomenda a inscrição no Livro do Tombo Histórico, no Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico dos bens relacionados no parecer jurídico (Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 2007, p. 26).

Na sequência da reunião, o presidente do Iphan contextualizou ainda mais a proposta:

(...) queria lembrar a reunião que tivemos aqui, quando discutimos como seria a introdução desse conceito de paisagem cultural dentro da instituição. Tivemos uma reunião, dois anos atrás, um ano e meio atrás, onde exatamente foram colocados esses desafios (...). Então, queria dar esse esclarecimento e contextualizar um pouco o que

⁶ Processo administrativo 01450.011085/2007-09, aberto em 9 de agosto de 2009, com carta do arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim ao então presidente do Iphan, o arquiteto Luiz Fernando de Almeida.

⁷ Processo administrativo 01450.006958/2009-15, aberto em 7 de maio de 2009.

é esse processo de tombamento dentro dessa política que estamos perseguindo (reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 2007, p. 26).

Entretanto, apesar dos diversos tombamentos realizados, o processo para a chancela da paisagem cultural da imigração nunca foi aberto e a gestão das áreas protegidas, atualmente, é feita unicamente com base nos dispositivos previstos pelo decreto-lei n. 25/37,⁸ em virtude da série de tombamentos efetivada na região.

Apesar dos processos de chancela iniciados, alguns em fase avançada de instrução técnica e pactuação local, por razões diversas, mas principalmente em função do redirecionamento das estratégias e prioridades institucionais, nenhum logrou êxito. Em 2013 uma reestruturação interna promoveu a reordenação das Coordenações-Gerais do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan e a extinção da recém-criada Coordenação de Paisagem Cultural. Depois disso, todos os processos de Chancela foram formalmente suspensos em 2015⁹.

Ocorre que, até aquele momento, além do evidente enfraquecimento institucional sofrido com a extinção da Coordenação, havia uma série de incompreensões internas sobre os objetivos e os próprios limites da Chancela que, apesar de não ser um instrumento de proteção no sentido estrito do termo (como, por exemplo, o Tombamento, que impõe limites e restrições aos bens e agentes afetados), tinha como intuito promover a preservação mediante a criação de um ambiente favorável para a continuidade de práticas e manifestações que conformam a paisagem cultural.

Em 2017, numa tentativa de reavivar a questão, foi criado o Grupo de Trabalho “para atualização da política da paisagem cultural brasileira, a retomada do instrumento da Chancela e a reformulação das estratégias institucionais para sua efetiva implementação”, conforme a Portaria Iphan nº. 104/17 (IPHAN, 2017).

O relatório final, com proposta de revisão da Portaria 127/09¹⁰, visando aperfeiçoamentos e complementações que, do nosso ponto de vista particular, são importantes, mas não eram indispensáveis para a continuidade das ações interrompidas, foi concluído no início de 2019 e os resultados levados à consulta pública em meados do mesmo ano. Entre o

⁸ Para um relato completo sobre esse processo, ver Weissheimer (2016).

⁹ Decisão tomada na 75ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 2014), a partir de demanda apresentada pelo diretor do Depam e aprovada pelos conselheiros, reforçada pelo memorando n. 384/2015 – Depam, de 19 de junho de 2015 (DEPAM, 2015).

¹⁰ Cujá minuta encontra-se incorporada ao processo administrativo n. 1450.005674/2018-01, documento Portaria nova minuta (0908578).

material produzido pelo GT, encontra-se uma proposta de fluxograma para os processos de reconhecimento e um desenho de escopo para os dossiês de Chancela, termos da pactuação, conteúdo mínimo para planos de gestão, que poderiam ser imediatamente aplicados aos processos já em curso.

Contudo, não há, até o momento, qualquer indício de que tanto a revisão da portaria quanto os processos de Chancela iniciados (que precisariam ser amplamente revistos, possivelmente recomeçados, alguns até abandonados, considerando o tempo transcorrido desde o início dos trabalhos) sejam concluídos.

Alcance do debate

Se por um lado, o uso do instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi interrompido dentro do Iphan, por outro, o conceito de paisagem cultural tem sido amplamente estudado, debatido e, em alguns lugares, incorporado às legislações locais de proteção e gestão urbana, como no caso da lei complementar n. 482/14 que instituiu o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis:

Art. 5º XIV – os parâmetros urbanísticos, tais como índices construtivos, taxas de ocupação, recuos e gabaritos, visam garantir que o crescimento proporcionado por novas construções seja compatível com a paisagem natural e cultural da cidade (FLORIANÓPOLIS, 2014).

A lei prevê ainda que a valorização das paisagens naturais e culturais do município configuram objetivos da Política de Desenvolvimento Urbano (art. 11), sendo consideradas parâmetros de desenvolvimento urbano equilibrado (art. 12) e base das vocações turísticas e de lazer da cidade (art. 13).

As paisagens culturais foram incluídas ainda na categoria APC 2 (Área de Preservação Cultural 2), assim definida:

II – APC2 – Áreas de Interesse Paisagístico destinam-se à preservação de sítios naturais de excepcional beleza e paisagens culturais, representativas de processos de interação do homem com a natureza, às quais se imprimiram marcas ou atribuíram valores (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Da mesma forma, o Plano Diretor de São Paulo instituído pela Lei nº. 16.050/14 incorporou a Chancela da paisagem cultural dentre os instrumentos municipais de preservação:

Art. 64. As ZEPEC deverão ser identificadas e instituídas por meio dos seguintes instrumentos existentes e os a serem criados: I - tombamento; II - inventário do patrimônio cultural; III - registro das Áreas de Proteção Cultural e Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem; IV - registro do patrimônio imaterial; V - **chancela da paisagem cultural** (SÃO PAULO, 2014) [grifo nosso]

A apropriação do conceito da paisagem cultural com vistas à ampliação das ações de preservação ocorreu também em outras instâncias governamentais, como no caso da Lei nº 17.606/21¹¹, que instituiu a Chancela da Paisagem Cultural do Ceará, claramente inspirada na Portaria Iphan nº 127/09:

Art. 1º Paisagem Cultural do Ceará constitui porção peculiar do território cearense, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (CEARÁ, 2021).

Diferente da sua contraparte federal, o órgão de preservação cearense já pode comemorar os primeiros frutos da sua nova política de preservação das paisagens culturais:

O Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Ceará (Coepa) aprovou nesta quarta-feira (9) o parecer técnico favorável aos estudos que versam sobre a Chancela Estadual de Paisagem Cultural Cearense à Chapada do Araripe (SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ, 2021).

Assim, ainda que em âmbito federal a Portaria Iphan nº 127/09 não tenha sido colocada efetivamente em prática, o que se assistiu desde a oficialização da Chancela da Paisagem Cultural em 2009 foi a ampliação das discussões sobre o conceito e o começo de seu emprego como mecanismo de planejamento urbano e territorial em diversas esferas.

O debate sobre o tema, e a capilaridade da discussão no ambiente acadêmico e institucional também podem ser observados nos anais das cinco edições do Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, realizadas em 2010, 2012, 2014, 2016, e 2018¹². O evento havia sido originalmente concebido pela Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) e o Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável (IEDS), ao qual o IPHAN

¹¹ Regulamentada pelo Decreto nº 34.519, de 25 de janeiro de 2022.

¹² Informações gerais sobre os eventos. Disponível em <https://sites.arq.ufmg.br/pos/ambienteconstruido/coloquio-ibero-americano-paisagem-cultural-patrimonio-e-projeto/>. Acesso em 07 nov 2022.

se acoplou com o intuito de difundir o novo instrumento da Chancela, expandir o debate e a rede de interlocução sobre o tema.

O propósito do evento convergia diretamente com a intenção do Iphan de iniciar um trabalho de difusão da chancela e das experiências que vinham sendo geridas no instituto. Era o momento de trocar ideias, ampliar o leque de pesquisas e de atuação e criar uma rede de interlocução (WEISSHEIMER e MONGELLI, 2017, p.235).

Assim, a primeira edição ocorreu na esteira do lançamento da portaria 127, tendo sido publicados 183 artigos dentro dos seguintes eixos temáticos: paisagem cultural: um conceito em construção; paisagem cultural: ensaios de caracterização; paisagem na história; memória, lugar e paisagem; paisagem e meio-ambiente; a paisagem construída: parques e jardins; paisagens culturais e centros históricos; paisagem cultural: estratégias de preservação e intervenção; paisagem cultural e patrimônio edificado; paisagem cultural e educação patrimonial. A primeira edição também contou com duas sessões especiais: paisagem cultural e patrimônio imaterial; paisagem cultural, espaço público, patrimônio e mídia (COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 2010). O rol de eixos indica que, na ocasião, havia um universo por explorar, notando-se efervescência no debate sobre a paisagem cultural e a Chancela.

Além das quase duas centenas de artigos, o evento contou com mesas-redondas que debateram a construção do instrumento da chancela e os processos de reconhecimento em curso no Iphan, como as paisagens relacionadas com a pesca artesanal, o patrimônio naval ou a colonização europeia. Também houve apresentações sobre as paisagens mineiras do Chile, e paisagens reconhecidas pela Unesco, como a de Aranjuez, na Espanha (COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 2017).

O colóquio teve, em algumas edições, apoio do Icomos-Brasil, Universidad Politécnica de Madrid e Universidade Federico II de Nápoles. A última edição, ocorrida em 2018, contou com 249 artigos, indicando aumento na produção científica sobre a temática da paisagem cultural. Nota-se que, no período entre 2010 e 2018, abriram-se novas possibilidades de reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural, tendo como eixo a paisagem cultural. Na ocasião, também foram incorporados novos temas, que tratavam de conhecimentos tradicionais, agrobiodiversidade e cultura alimentar, por exemplo. Na apresentação do 5º Colóquio está posta a complexidade do tema:

Ao lado do desafio colocado pelo próprio conceito de “paisagem cultural”, uma das questões que mais tem preocupado os pesquisadores e órgãos do patrimônio ao redor do mundo tem sido a da sua gestão. Afinal, como tratar essa nova dimensão – tão complexa e ampla – e que envolve sempre múltiplos – e muitas vezes conflitantes – interesses e atores? (...) Diante dos desafios colocados pelo conceito de paisagem cultural, especialmente no que tange à necessária interdisciplinaridade para a construção de políticas públicas de modo participativo e com incidência no território, faz-se necessário aprofundar o debate sobre a gestão do patrimônio cultural, de modo ampliado, e, ao mesmo tempo, reconhecer as limitações do campo do patrimônio para a condução dos trabalhos, implicando articulação, (re)definição de papéis e construção de novas estratégias para a ação preservacionista, com vistas ao desenvolvimento.¹³

As edições do colóquio encontram paralelo em pesquisas de mestrado e doutorado. Em busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações,¹⁴ foram identificadas 78 dissertações e 33 teses contendo como palavra-chave “paisagem cultural”, em 30 universidades diferentes entre os anos de 2000 e 2022.

Até 2008, ano anterior à publicação da portaria Iphan n. 127/09, haviam sido publicadas apenas 10 dissertações sobre o tema paisagem cultural. Nos 10 anos que seguiram a portaria da chancela, foram produzidas 58 dissertações e 19 teses. Considerando-se que a Unesco já trabalhava com a categoria de paisagem cultural desde 1992, considera-se que a portaria do Iphan tenha sido fundamental para o impulso na discussão acadêmica sobre o tema, e que levou a pesquisas nos mais diferentes programas de pós-graduação, conectando fronteiras entre a geografia, artes, arquitetura, planejamento territorial, história, antropologia e outras áreas do conhecimento.

No Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural promovido pelo Iphan desde 2012, onde busca-se o debate em relação às práticas e teorias do campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil, nas mais diversas áreas, já foram desenvolvidas três dissertações com enfoque específico no instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira.¹⁵

A pesquisa no banco de dados de periódicos da Capes apontou apenas um artigo tratando da paisagem cultural no período de 2000 a 2004. Nos cinco anos seguintes, período de debate que culminou na publicação da portaria Iphan n. 127/09, o número de artigos publicados sobre

¹³ Chamada para o 5º Colóquio Ibero-Americano: paisagem cultural, patrimônio e projeto, publicada em <https://www.observatoriodasmetrolopoles.net.br/chamada-5o-coloquio-ibero-americano-paisagem-cultural/>.

¹⁴ Conforme pesquisa realizada em <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso: 7 nov. 2022.

¹⁵ Lista de dissertações disponíveis até o ano de 2019. Conforme pesquisa realizada em <http://portal.iphan.gov.br/pep/pagina/detalhes/308>. Acesso: 16 abril.2023.

o tema subiu para 26. Entre 2010 e 2014, nota-se um aquecimento no debate, com 128 artigos escritos e, entre 2015 e 2019, outros 175 artigos foram publicados.

Obviamente, a oficialização da chancela não foi a única responsável pelo incremento de pesquisas sobre a paisagem cultural e a importância de sua preservação. Esse debate foi amplamente promovido em eventos e instituições internacionais, numa aproximação entre a necessidade de preservação ambiental e cultural. Considerando-se os períodos estudados, porém, é notável o impulso na discussão a partir da publicação da portaria Iphan n. 127/09.

Considerações finais

No Iphan, a criação de um novo instrumento para tratar das paisagens culturais brasileiras teve como intuito central a complementação das ferramentas então disponíveis, em especial o tombamento e o registro, visando a uma atuação em recortes territoriais notabilizados pela singularidade do “processo de interação do homem com o meio natural”.

Trazido da geografia, o conceito de paisagem cultural foi apropriado, ao longo de algumas décadas, pelo campo do patrimônio cultural e, em 1992, a paisagem cultural passou a ser considerada uma nova classificação dentro da categoria de patrimônio cultural pela Unesco. Nesta esteira, e com o paulatino alargamento do campo da atuação do patrimônio cultural, a criação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi possível, no Iphan, dentro de um momento institucional profícuo, somando-se às políticas já existentes de preservação dos bens materiais e imateriais.

Contudo, as reviravoltas institucionais internas não permitiram que este novo instrumento fosse efetivamente colocado em uso, a despeito dos diversos processos iniciados e do grande interesse que as sociedades civil e acadêmica tiveram e ainda têm pelo tema. Tal interesse está expresso na quantidade de pesquisas, artigos, teses e dissertações sobre a paisagem cultural, muitas das quais citam expressamente a chancela criada pelo Iphan, e pelas recentes ações e legislações oriundas de outras esferas governamentais, como as mencionadas experiências no Ceará, em São Paulo ou em Florianópolis.

Assim, ainda que a utilização da paisagem cultural como novo paradigma de proteção¹⁶ permaneça em compasso de espera no Iphan, o embrião gestado pela criação da Chancela da

¹⁶ Conforme os termos utilizados por Nascimento e Scifoni (2010).

Paisagem Cultural como novo instrumento, lançando um olhar abrangente sobre as relações complexas das manifestações culturais com o ambiente natural, já gerou seus próprios frutos.

Dentro do Iphan, contudo, permanecem as inquietações relatadas na primeira reunião do Grupo de Trabalho realizada em setembro de 2017: qual é (ou será) o suporte e a estratégia institucionais adotados pelo Iphan para a paisagem cultural?

A recém-criada Coordenação de Paisagem Cultural e mesmo a de Patrimônio Natural foi reestruturada, o Depam não tem mais coordenação por temáticas e se diluiu completamente aquela equipe que vinha tomando pé da situação. (...) Então, eu sinto necessidade de saber, e essa é minha dúvida/ preocupação: como se tem pensado, dentro do Gabinete da Presidência, dentro dos Departamentos, no Comitê Gestor, essa questão da política do Iphan e dessa estrutura de suporte que precisa existir por trás de toda a discussão que a gente leve a cabo aqui no grupo, para que efetivamente o Iphan tenha possibilidade de implementação de uma política para a paisagem cultural. Porque senão a gente pode rediscutir o instrumento que seja, fazer as adaptações que sejam, que se não tiver esse respaldo, de uma estratégia clara do Iphan e da política atual (daqui para frente), a gente vai mais uma vez se sentir frustrado de talvez não conseguir alcançar os objetivos e não dar essa resposta que a sociedade está tanto demandando, depois de completados oito anos da chancela. Realmente, isso tudo tem sido muito estudado e explorado pelo mundo acadêmico, e o Iphan por sua vez não esgotou suas possibilidades. Precisamos discutir essa questão do suporte e, se for o caso, levar uma proposta do grupo ao Comitê Gestor como uma necessidade de definição de estratégia institucional, para que o grupo consiga dar respostas e levar isso adiante (Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira, 2017).¹⁷

Tais inquietações, aliás, antecedem em muito as discussões do Grupo de Trabalho, e já permeavam a cena institucional antes mesmo do estabelecimento da chancela e da criação da Coordenação de Paisagem Cultural. Atuando desde os anos 1980 com as questões afetas ao patrimônio natural no Iphan, o arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim também expôs as mesmas preocupações no início de 2009:

Prezada Regina, recebi seu e-mail. Vou rever o texto com mais cuidado do que no ano passado, pois estou mais tranquilo e descansado. Precisamos definir logo a questão da paisagem cultural, pois o Iphan é um órgão muito reacionário a coisas novas e patrimônio, não, é só velharia. (...) acho que o trabalho deve ser de todos. Senão, quando mudar a administração, nosso sonho será descartado (...). Como será a definição legal da paisagem cultural? Como será conduzida a questão institucionalmente? Deverá ser criada uma unidade ligada diretamente à direção do Depam, como era até 2005 quando, inexplicavelmente, a área deixou de existir, passando a ser um grupo de técnicos dentro da Gerência [de Proteção], cujos interesses e prioridades são outros. Como vamos transmiti-la a órgãos estaduais e municipais, já que existem alguns desses órgãos interessados na questão? Quem irá trabalhar nisso? Qual será a equipe? (DELPHIM, 2007b).

¹⁷ Extrato de explanação da arquiteta Maria Regina Weissheimer, constante da Ata da 1ª Videoconferência do GT Paisagem Cultural. Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira (2017).

Por ora, apesar dos avanços conceituais, continuamos no aguardo de respostas e de soluções aos retrocessos institucionais dos últimos anos.

Referências

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Paisagem Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

BRASIL. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: Presidência da República [1937]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 29 nov. 2022.

BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2000]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 29 nov. 2022.

CEARÁ (Estado). Lei ordinária n. 17.606, de 6 de agosto de 2021. Institui a Chancela da Paisagem Cultural do Ceará. [S.l.]: Leis Estaduais, [2021]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17606-2021-ceara-institui-a-chancela-da-paisagem-cultural-do-ceara>. Acesso em: 28 nov. 2022.

COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 1, 2010, Belo Horizonte. Anais [...] Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. 1 CD-ROM. 501p.

COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 5, 2018, Belo Horizonte. Anais [...] Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: www.even3.com.br/anais/5coloquiodapaisagem. Acesso em: 8 nov. 2022.

COE. Convenção Europeia da Paisagem, 2000. Disponível em <https://rm.coe.int/16802f3fb7>. Acesso em: 16 abril 2023.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Paisagem Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura [correspondência]. Destinatário: Luiz Fernando de Almeida. Rio de Janeiro, 9 ago. 2007a.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura [Correspondência]. Destinatário: Maria Regina Weissheimer. [S.l.], - 2007b.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Depoimento sobre a instituição de um novo instrumento de proteção no Iphan, a Chancela da Paisagem Cultural. Rio de Janeiro, 2009. Acesso restrito.

DEPAM. Memorando n. 384/2015 – Depam. Assunto: informe sobre a necessidade de exclusão do serviço “Estabelecer a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira” da Carta de Serviços do Cidadão. 19/06/2015. Brasília: Depam, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Memorando_depam_Cancela_Paisagem_Cultural.pdf. Acesso em: 4 dez. 2022.

FLORIANÓPOLIS (SC). Lei Complementar n. 482, de 17 de janeiro de 2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão. Florianópolis, SC: Leis municipais, [2014]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei->

[complementar/2014/49/482/lei-complementar-n-482-2014-institui-o-plano-diretor-de-urbanismo-do-municipio-de-florianopolis-que-dispoe-sobre-a-politica-de-desenvolvimento-urbano-o-plano-de-uso-e-ocupacao-os-instrumentos-urbanisticos-e-o-sistema-de-gestao](#). Acesso em: 29 nov. 2022.

FOWLER, Peter. World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002. Paris: Unesco World Heritage Centre, 2003.

Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira. Ata da 1ª Videoconferência do GT Paisagem Cultural. [S.l.], 14 nov. 2017. Acesso restrito.

Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira. Relatório Técnico do Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira. [S.l.]: Iphan, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/RELATORIO_TECNICO_Paisagem.docx. Acesso em: 29 nov. 2022.

IPHAN e IEDS. 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Belo Horizonte-MG | 2010, Anais, v.1, Brasília e Belo Horizonte: Iphan e IEDS, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf. Acesso em: 7 nov. 2022.

IPHAN, Coordenação de Paisagem Cultural. Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília: Iphan, 2011. Disponível em: [www.academia.edu/37558671/Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira](http://www.academia.edu/37558671/Reflexões_sobre_a_chancela_da_Paisagem_Cultural_Brasileira). Acesso em: 8 nov. 2022.

IPHAN. Portaria n. 104, de 23 de março de 2017. Institui Grupo de Trabalho para atualização da política da paisagem cultural brasileira, a retomada do instrumento da chancela e a reformulação das estratégias institucionais para sua efetiva implementação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 61, p. 12, 29 mar. 2017.

IPHAN. Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 83, p. 17, 5 mai. 2009.

MARTINS, Marina Cañas. Reflexión sobre la protección del patrimonio cultural y ambiental de los paisajes de Brasil. In: 4º Congreso Europeo de Investigación Arquitectónica y Urbana - EURAU 8: Paisaje Cultural. 2008, Madrid: Ministerio de Fomento, UPM, 2008.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. Revista CPC, [S. l.], n. 10, p. 29-48, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15660>. Acesso em: 25 out. 2022.

Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Ata da 55ª Reunião. Rio de Janeiro, 6 dez. 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2007_04_55a_reunio_ordinria_06_de_dezembro.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Ata da 75ª Reunião. Rio de Janeiro, 15 mai. 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/20140175Reuniao_Ordinaria__15_de_maio.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022. SÃO PAULO (SP). Lei n. 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei n. 13.430/2002. São Paulo, SP: Legislação municipal, [2014]. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em: 28 nov. 2022.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

SCIFONI, Simone. Cultural Landscape in Brazil: Legal Instruments and the Challenges of Protection. In CUNHA, Fabiana Lopes da *et al.* Latin American Heritage – Interdisciplinary Dialogues on Brazilian and Argentinian Casa Studies. Cham: Springer Nature, 2018. p. 137-150.

Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Chapada do Araripe é aprovada como Paisagem Cultural do Ceará, nesta quarta (9). Portal Secult. 9 mar. 2021. Disponível em: www.secult.ce.gov.br/2022/03/09/chapada-do-araripe-e-aprovada-como-paisagem-cultural-do-ceara-nesta-quarta-9/. Acesso em: 25/10/2022.

UNESCO. Convention concerning the protection of the World Cultural and Natural Heritage, 1992. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/1992/whc-92-conf002-12e.pdf>. Acesso em; 16 abril 2023.

WEISSHEIMER, Maria Regina e MONGELLI, Mônica de Medeiros. Apresentação - Paisagem, território e patrimônio: o contexto institucional de 2010. In: Iphan e IEDS. 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Belo Horizonte-MG | 2010, Anais, v. 1, Brasília e Belo Horizonte: Iphan e IEDS, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf. Acesso em: 7 nov. 2022. 2014, p. 235-240.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural da imigração em Santa Catarina. In: Identidades: territorio, proyecto, patrimonio, n. 6, 2016, p. 105-125. Disponível em <http://hdl.handle.net/2117/100037>. Acesso em: 8 nov. 2022.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. In: Revista Fórum Patrimônio: ambiente Construído e patrimônio sustentável, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/20043033/Paisagem_Cultural_Brasileira_Do_conceito_%C3%A0_pr%C3%A1tica. Acesso em: 8 nov. 2022.

Recebido em 06 de dezembro de 2022 | Aceito em 28 de março de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

El Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila: Buscando la sostenibilidad vinculada a las “buenas practicas” ancestrales

Luis Ignacio Gómez Arriola



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ARRIOLA, Luis Ignacio Gómez. El Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila: Buscando la sostenibilidad vinculada a las “buenas practicas” ancestrales. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 32-58, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

El Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila: Buscando la sostenibilidad vinculada a las “buenas practicas” ancestrales

Luis Ignacio Gómez Arriola¹

Resumen

El texto aborda la relación entre los paisajes culturales y la sostenibilidad basada en la comunidad. Se presentan consideraciones y antecedentes sobre la inscripción del Paisaje Agavero de Tequila en la lista del Patrimonio Mundial; sus Valores Universales Excepcionales; la necesidad del desarrollo sostenible y la mejora de la calidad de vida a través de un Plan de Gestión; algunas acciones desarrolladas y retos que presenta el territorio para su transmisión al futuro. Los paisajes culturales productivos representan un reto para su evolución al futuro, manteniendo y preservando sus valores patrimoniales tanto materiales como inmateriales. Para la gestión del sitio de escala territorial se propone una metodología basada en todos sus componentes patrimoniales como un método de abordaje holístico. Bajo esa premisa se ha desarrollado un proceso de gestión que ha permitido la conservación, en lo general del Valor Universal Excepcional con que fue inscrito en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO.

Palabras clave: paisaje cultural; patrimonio; sostenibilidad.

¹Luis Ignacio Gómez Arriola coordinó el Expediente de Postulación y el Plan de Manejo del Paisaje Agavero de Tequila. Actualmente está registrado en el Centro del Patrimonio Mundial de la Unesco como Gestor del Sitio Patrimonio Mundial por parte del INAH y tiene como una de sus actividades relevantes el seguimiento de su plan de manejo. Es Doctor en Arquitectura y Miembro del Sistema Nacional de Investigadores, CONACYT, nivel I. Desde 1980 se ha especializado en la conservación, restauración y preservación del patrimonio cultural de la región Occidente de México y en la elaboración de Expedientes de Postulación y Planes de Manejo para sitios propuestos a la Lista del Patrimonio Mundial. Es Arquitecto Perito del Instituto Nacional de Antropología e Historia en el Centro INAH Jalisco y miembro del Consejo Internacional de Sitios y Monumentos, ICOMOS. Email: ngarriola@hotmail.com.

Abstract

The text addresses the relationship between cultural landscapes and the community-based sustainability; considerations and historical background that supported the inscription on the World Heritage List; its Exceptional Universal Values; the need to promote the sustainable development and the improvement of the quality of through the formulation of a Management Plan; the presentation of actions developed; the challenges presented for its transmission to the future. Productive cultural landscapes represent a challenge for their evolution into the future, maintaining and preserving their heritage values, both tangible and intangible. For the management of the site of territorial scale, a methodology based on all its heritage components is proposed as a holistic approach method. Under this premise, a management process has been developed that has allowed the conservation, in general, of the Outstanding Universal Value with which it was inscribed on the UNESCO World Heritage List.

Keywords: cultural landscape; heritage; sustainability.

Introducción: las “Buenas Prácticas” como una meta

Las *Buenas Prácticas* que pueden dar soporte a la sostenibilidad en el *Paisaje Agavero y las antiguas instalaciones industriales de Tequila*, sitio de escala territorial inscrito en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO, han estado presentes en muchas de las actividades desarrolladas históricamente para la siembra y cultivo del *Agave Azul Tequilana Weber* –planta domesticada durante casi 3500 años en la región para usos alimenticios- así como para la elaboración del destilado conocido como tequila, aunque en algunos casos o en algunos procesos productivos industrializados recientes son todavía una meta a lograr por medio de la aplicación del Plan de Gestión diseñado para el sitio.

A través de la aplicación del *Plan de Manejo para el Paisaje Agavero de Tequila* se pretende el mejoramiento de la calidad de vida de sus habitantes, el desarrollo sostenible del sitio, así como la preservación de su integridad y autenticidad. Si bien, se tienen avances significativos sobre buenas prácticas en la Gestión del Paisaje Agavero de Tequila, se debe reconocer que aún existen aspectos a corregir.

La inscripción de un sitio en la Lista del Patrimonio Mundial implica una planeación sobre su gestión (futura) a futuro y cuidado de largo aliento y alcance y una enorme responsabilidad para los países que lo postulan ante el Comité del Patrimonio Mundial de la UNESCO. La gestión y manejo de este tipo de lugares adquiere una relevancia fundamental

para la adecuada transmisión al futuro de los *Criterios de Valor Universal* por los que fue inscrito. Cuando un sitio se registra se genera una proyección de alcance global que induce tanto una corriente positiva para la preservación y uso sostenible del lugar, como a inercias negativas de todo tipo (carga turística, cambios administrativos, descuido y falta de atención, entre otras) para su transformación o modificación de su autenticidad e integridad. Al ser un espacio geográfico en el que se manifiestan presiones de diversos órdenes e intereses políticos y económicos diversos es necesario mantener un espíritu de colaboración interinstitucional para promover su desarrollo sostenible y equilibrado. Reto nada fácil de implementar.

Los paisajes culturales como categoría patrimonial

La reflexión conceptual que da soporte tanto a la teoría como la idea que hay detrás de "las buenas prácticas" en un paisaje cultural es un proceso en construcción. Desde el inicio del siglo XXI se ha renovado de una manera significativa en el ámbito internacional la discusión sobre el patrimonio cultural ampliando su concepción y alcances. En las últimas décadas se han identificado nuevas categorías sobre el patrimonio como expresiones del genio humano que no eran abarcadas por el concepto tradicional de patrimonio cultural. Entre las nuevas categorías de patrimonio cultural se han identificado al patrimonio inmaterial, los sitios mixtos de valor cultural y natural; el patrimonio del siglo XX; el patrimonio subacuático; el patrimonio industrial; los itinerarios culturales o los paisajes culturales. Por tanto, el concepto sobre el patrimonio cultural edificado gradualmente se ha expandido desde la noción inicial de obra maestra arquitectónica y el monumento, hacia las ciudades históricas y a los sitios y de ahí hacia el territorio. Bajo esta perspectiva, la nueva apreciación de los valores producidos culturales en un territorio específico se puede englobar en el concepto *Paisaje Cultural*. También se puede asumir con un valor patrimonial tanto a los elementos culturales materiales como a las manifestaciones inmateriales presentes en el medio rural.

Bajo esta perspectiva, los paisajes culturales productivos son el resultado del trabajo del hombre en un territorio durante un largo periodo de tiempo. Son el resultado de la alianza entre el hombre, el medio natural, el beneficio de algunas variedades de plantas o animales y las tradiciones ancestrales. De acuerdo a la definición de la UNESCO, "los paisajes culturales son constituidos por el trabajo combinado entre la naturaleza y el ser humano y expresan una larga

*e íntima relación entre las gentes y su entorno natural".*² El Comité del Patrimonio Mundial de la UNESCO reconoce tres tipologías para la identificación del paisaje cultural: *Paisaje diseñado y creado intencionalmente por el hombre; Paisaje orgánicamente involucrado con una sociedad y Paisaje cultural asociativo*. La segunda tipología corresponde desde el punto de vista patrimonial a los atributos presentes en un territorio rural que se mantiene en producción. Conceptualmente este grupo de sitios comprende al paisaje orgánicamente involucrado con una sociedad ya que *"continúan manteniendo un papel activo en la sociedad contemporánea asociada íntimamente con las formas de vida tradicional y en los que el proceso de evolución aún está en desarrollo"*.³

Desde nuestro punto de vista se requiere necesariamente una mayor conceptualización y estudios comparativos que permitan afinar sus características comunes y su alta significación cultural ya que son varias las expresiones que buscan definir a los territorios rurales que mantienen vivos los sistemas de producción tradicionales: paisajes culturales productivos, paisajes culturales rurales, paisajes culturales agrícolas o paisajes culturales agrarios.

Como se comentó previamente y, buscando aportar algunas ideas a la conceptualización y reflexión sobre los paisajes culturales productivos, se apuntan algunas consideraciones: el territorio agrario se debe a la alianza entre hombre, entorno medioambiental y prácticas tradicionales, por tanto, el territorio rural destinado a la producción es el resultado del ingenio y el trabajo de generaciones y generaciones de hombres para adaptarse al medio. Esta tipología patrimonial es el resultado del trabajo sostenido por centurias en el paisaje *natural* hasta transformarlo en un paisaje eminentemente *cultural*.

En esta tipología de sitios patrimoniales que poseen una escala territorial, se pueden identificar, desde el punto de vista metodológico, varios componentes constitutivos. Aunque pueden variar, dependiendo de cada caso, se pueden considerar los siguientes atributos de valor patrimonial: *Patrimonio medioambiental; Patrimonio arqueológico; Patrimonio agrario; Patrimonio arquitectónico; Patrimonio urbano y Patrimonio inmaterial*.

² UNESCO, *Directrices operativas de la Convención del patrimonio mundial, cultural y natural*, Centro del Patrimonio Mundial, París, 1972.

³Idem.

- **Patrimonio rural:** Plantaciones tradicionales y áreas de explotación agrícola o ganadera asociadas al sitio patrimonial.
- **Patrimonio arquitectónico:** Está compuesto por inmuebles históricos en poblaciones ya sean vernáculos o monumentales, así como por fincas de haciendas, rancherías o edificaciones dispersas en el medio rural; arquitectura religiosa y sus anexos; arquitectura patrimonial en entornos urbanos o conjuntos productivos en el ámbito rural.
- **Patrimonio urbano:** Se refiere al entorno urbano y traza histórica como ente de identidad social y arquitectónica en las diferentes poblaciones; centros históricos en ciudades medias; poblaciones o pueblos.
- **Patrimonio arqueológico:** Está compuesto por zonas, elementos y vestigios de la ocupación humana remota; sitios arqueológicos abiertos al público; sitios arqueológicos identificados y por investigar.
- **Patrimoniomedioambiental:** Se refiere a enclave geográfico, flora, fauna, geomorfología y los recursos acuíferos. Contiene paisajes naturales o parajes; Entorno natural, paisaje natural vinculado a cada uno de los sitios y parajes; zonas de reserva ecológica.
- **Patrimonio inmaterial:** Costumbres, tradiciones, gastronomía, identidades regionales, etc. tradiciones, fiestas, leyendas, etc. asociadas al sitio.

El lento desarrollo cultural característico de los paisajes culturales rurales tradicionales genera al paso de los años la formación de características identitarias diferenciadas de acuerdo a la vocación productiva del territorio en que se ubican. Son generadores de identidad regional diferenciada. El cambio de sistemas de producción ancestrales aunado a la globalización ponen al patrimonio agrario, generado a lo largo de muchas generaciones, en un estado de fragilidad e indefensión que se agrava día con día, pudiendo ser percibidos claramente como patrimonio en riesgo.

En el territorio productivo se preservan numerosos conocimientos, usos y saberes tradicionales desarrollados como parte del sistema de aprovechamiento rural tradicional y en ellos el trabajo comunitario constituye la base de su desarrollo sustentable. Resultan por tanto arcas de conocimiento y depósito de incontables saberes ancestrales no del todo visualizados.

En el espacio geográfico de los paisajes culturales agrarios el trabajo comunitario es la clave para su sostenibilidad. Estos territorios destinados a la producción, se construyen día a

día gracias al trabajo y la cooperación de la comunidad que los habita. La participación comunitaria es la esencia de su desarrollo pasado y en la que radica la preservación de su autenticidad e integridad. Su existencia se basa en la interacción entre el hombre y el medio por lo que mantener su actividad productiva garantiza su sustentabilidad y viabilidad a futuro.

Las *buenas prácticas*, entendidas como el proceso de evolución sostenible de un territorio destinado a la producción, han estado presentes en la mayoría de los paisajes culturales rurales. Los usos y costumbres en el campo y en las labores agrarias son parte esencial de su permanencia y sostenibilidad y en ellos es fundamental la observancia de tradiciones culturales y la permanencia del rico y diverso patrimonio inmaterial que les da soporte. Son en esencia buenas prácticas ancestrales, transmitidas de generación en generación.

El Paisaje Agavero de Tequila como Patrimonio Mundial

En la región tequilera del Estado de Jalisco, localizada en la parte occidental de México, a través de los tiempos se han manifestado valores culturales que pueden ser reconocidos bajo la figura de un *paisaje cultural* de carácter predominantemente productivo y rural. En el Paisaje Agavero de Tequila se desarrolló una vigorosa tradición cultural que ha evolucionado por varios siglos y que de ella ha surgido uno de los íconos principales que identifican a este país: el tequila. Las buenas prácticas han estado presentes en el territorio agavero desde hace centurias y constituyen un valioso patrimonio cultural inmaterial que se ha mantenido hasta a la actualidad.

En el particular nicho ecológico de las faldas del volcán de Tequila se localiza el excepcional y único paisaje cultural constituido por las ancestrales plantaciones agaveras, diversos sitios arqueológicos, numerosas destilerías históricas, poblaciones tradicionales y un valioso patrimonio inmaterial representado por usos agrícolas atávicos, gastronomía ancestral o festividades populares. La región ha mantenido una milenaria continuidad cultural que se remonta al periodo prehispánico. En ella se han preservado manifestaciones vinculadas íntimamente a la **alianza entre el hombre con el agave, un agreste medio natural y las tradiciones ancestrales**.

El haber evolucionado del cultivo y domesticación de la planta de *Agave Tequilana Weber Variedad Azul* originaria de la región, a través de un largo recorrido en el tiempo le confiere un carácter excepcional: es el único paisaje vivo constituido por millones de turgentes

y erizados ejemplares de agave azul en el mundo. No existe en la actualidad un paisaje cultural originario que tenga características cromáticas, biológicas, morfológicas o estéticas similares.

Figura 1- Localización del Estado de Jalisco en la República Mexicana



Fuente: Expediente de Postulación Paisaje Agavero de Tequila, 2005.

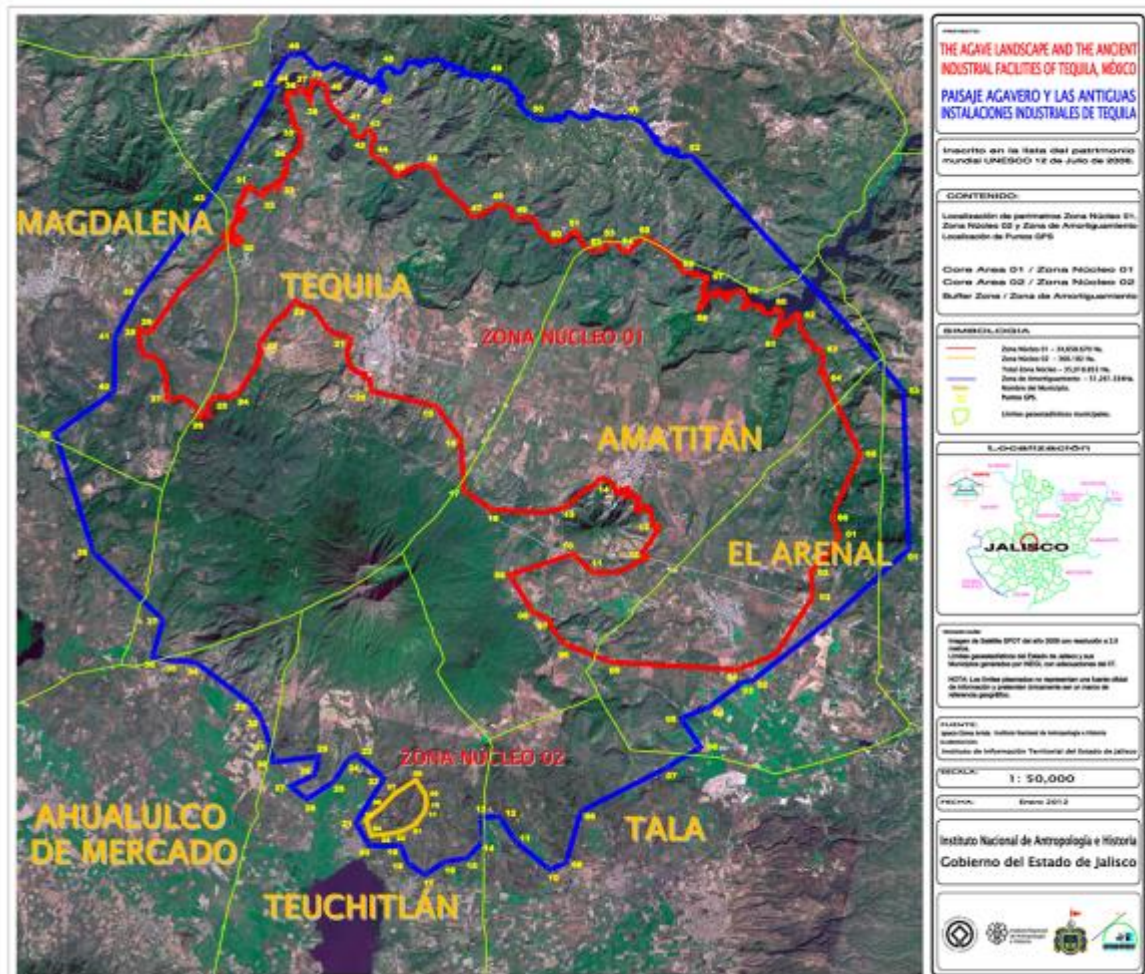
En el actual proceso de elaboración del tequila destacan varios elementos de carácter cultural prehispánico cuyo origen se pierde en el tiempo. Las labores del campo para el cultivo del mezcal o agave que perviven en la región tequilera se remontan a varios milenios; la planta de Agave Tequilana Weber variedad azul es originaria de la barranca del Río Grande de Santiago y ha sido domesticada desde hace más de 3500 años; la antiquísima práctica cultural de cocimiento del agave fue de uso extenso en Mesoamérica cómo una fuente de azúcares para la alimentación, lo mismo que el uso ritual del mezcal fermentado. La profunda raíz precolombina del cultivo de agave para consumo humano, en que se basaba la “cultura del agave” mesoamericana, tiene en los campos agaveros del territorio de Tequila un elemento singular de continuidad cultural donde perviven tradiciones seculares integradas a los tiempos actuales. Son más de dos mil años de usos culturales que siguen vigentes en la región. En el campo agavero se siguen manteniendo tradiciones ancestrales para el cultivo de la planta perviviendo oficios, herramientas y usos desde hace centurias y, en algunos casos, milenios.

Este rico bagaje de buenas prácticas culturales prehispánicas se integró a partir del siglo XVI, con el conocimiento tradicional europeo para fundirse en la producción del *vino* de

mezcal. En el rico proceso de fusión cultural que da origen al vino de mezcal de Tequila, creado por partes iguales entre los recién asentados colonizadores españoles y los habitantes originarios de la región mesoamericana, se adaptan algunas técnicas productivas en uso en la región mediterránea para producir un destilado a partir del ritual mexcalli fermentado.

Pese al acelerado proceso de globalización, las prácticas culturales que dieron origen a este paisaje cultural americano se han mantenido vigentes hasta la actualidad. Las personas que en ellas trabajan son el testimonio vivo de las destrezas y conocimientos ancestrales en la siembra y producción del vino mezcal de Tequila y, por tanto, un valioso patrimonio inmaterial digno de ser preservado y estimulado.

Figura 2 - Delimitación de los polígonos de la Zona Núcleo y la Zona de Amortiguamiento para la postulación a la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO del Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila



Fuente: Expediente de Postulación Paisaje Agavero de Tequila, 2012.

La gran diversidad de componentes y atractivos naturales y culturales que ofrece la comarca tequilera permitió que fuera inscrita en la Lista del Patrimonio Mundial en la categoría patrimonial de *Paisaje Cultural*, es decir, el paisaje transformado por el trabajo del hombre a través de los siglos. El ancestral "*Paisaje Agavero y las antiguas instalaciones industriales de Tequila*" localizado en los municipios de El Arenal, Amatitán, Tequila y Teuchitlán, en el Estado de Jalisco, en el Occidente de la República Mexicana, constituye sin lugar a dudas uno de los paisajes culturales más importantes en el mundo, no solo por la importancia del paisaje natural que ofrece, sino por la tradición cultural que ha guardado por varios siglos que ha transformado y adaptado el entorno para permitir que de ella ha surgido uno de los íconos principales que identifican a México: el tequila.

El amplio territorio productivo del Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila fue inscrito, bajo la tipología patrimonial de Paisaje Cultural, en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO durante los trabajos de la XXX Asamblea del Comité del Patrimonio Mundial celebrado en la ciudad de Vilnius en Lituania del 8 al 16 de julio de 2006. De acuerdo a la Decisión 30 COM 8B.58 del Comité del Patrimonio Mundial los criterios de valor universal excepcional son los siguientes:

- Criterio II: El cultivo del agave y su destilación ha producido un paisaje distintivo dentro del cual se ubica una colección de valiosas haciendas y destilerías que reflejan la fusión de la tradición prehispánica de la fermentación del jugo de mezcal con el proceso europeo de destilación y de tecnologías locales e importadas, ambas europeas y americanas.
- Criterio IV: La colección de haciendas y destilerías, en muchos casos completas con su equipamiento y reflejando el crecimiento de la destilación de tequila en el paso de doscientos cincuenta años, son en conjunto un extraordinario ejemplo de complejos arquitectónicos distintivos que ilustran la fusión de tecnologías y culturas.
- Criterio V: El paisaje agavero ejemplifica el vínculo continuo entre la antigua cultura mesoamericana del agave y el presente, así como el continuo proceso de cultivo desde el siglo XVII cuando se establecen las primeras plantaciones intensivas y las destilerías inician la producción de tequila. El paisaje constituido por campos agaveros, destilerías, haciendas y

poblados es un ejemplo excepcional de un asentamiento humano tradicional y un uso de la tierra que es representativo de la cultura específica que se desarrolló en Tequila.

- Criterio VI: El Paisaje de Tequila ha generado trabajos literarios, películas, música, arte y danza, todos celebrando los vínculos entre México, el tequila y su lugar de origen en Jalisco. El Paisaje Agavero de Tequila está fuertemente asociado con percepciones de significado cultural más allá de sus fronteras.⁴

El Expediente de Postulación fue aprobado con beneplácito por los países representados en el Comité del Patrimonio Mundial como un ejemplo excepcional de la categoría patrimonial *de Paisaje Cultural*. Quedó registrado con el número de identificación C1209 bajo el título: *Agave Landscape and Ancient Industrial Facilities of Tequila*. La inscripción en la Lista del Patrimonio Mundial como patrimonio cultural tangible ha reforzado de manera significativa los valores y la identidad de la comunidad como un patrimonio cultural inmaterial de alta significación. Las buenas prácticas ancestrales como soporte de la cultura regional.

Para dar soporte a la candidatura se elaboró entre los años 2005 y 2006 un *Plan de Manejo y Gestión* que ha tenido como objetivo el garantizar la conservación y uso sustentable de la comarca tequilera: el paisaje natural, el paisaje agavero, los vestigios arqueológicos, las antiguas instalaciones industriales y las poblaciones tradicionales. La versión final del documento fue remitida por vía diplomática al Centro del Patrimonio Mundial de la UNESCO en enero de 2006.⁵

⁴ Disponible en: <https://whc.unesco.org/en/list/1209>. Acceso en 29 mar 2023.

⁵Gómez Arriola, Ignacio, La Memoria regional y el patrimonio tequilero, Un sistema territorial de interpretación del patrimonio para el Paisaje Agavero de Tequila, en Revista Historia y Conservación del Patrimonio Edificado, Año 1 No.1, CUAAD, Universidad de Guadalajara. 2018.

Figura 3 - Aspecto actual de las plantaciones de Agave Tequilana Weber, variedad Azul que definen la imagen del paisaje agavero de Tequila



Fuente: Luis Ignacio Gómez Arriola, 2017.

Sobre la génesis de este documento es importante señalar que, al momento de su elaboración, el manejo y gestión de los sitios del patrimonio cultural y en particular de los paisajes culturales, tenía escasos referentes en el contexto mundial. La experiencia en este campo ha sido reciente y limitada por lo que no se contaba aún con modelos metodológicos ya probados para las diferentes categorías del patrimonio cultural. Esta situación planteó una problemática a resolver al momento de iniciar el proceso de elaboración del documento para la comarca tequilera proponiendo un modelo metodológico que abarcara la complejidad y diversidad de los componentes presentes en el ámbito del extenso territorio que abarca: *Patrimonio Medioambiental*: comprende la flora, la fauna y el agua, que son base del desarrollo de la zona; *Patrimonio agrícola del Paisaje Agavero*: siembra tradicional, como patrimonio sustancial de la región; *Patrimonio Arquitectónico*: monumentos arquitectónicos de las poblaciones, pero también las fincas de Haciendas e Industrias en el medio rural; *Patrimonio Prehispánico*: zonas arqueológicas de la Tradición Teuchitlán; *Patrimonio Urbano*: entorno urbano como ente de identidad social y arquitectónica; *Patrimonio Intangible*: tradiciones, fiestas, leyendas, usos del campo agavero, gastronomía, etc. de una cultura social que permanece por el sentido de identidad de social:

El Plan de Manejo busca propiciar la mejoría en la calidad de vida para la comunidad que la habita y actuar como integrador de los diversos instrumentos legales vigentes e instancias competentes en la comarca para garantizar la *autenticidad* y la *integridad* de cada uno de los componentes del Paisaje Agavero a través de su conservación, restauración y utilización adecuada de todos los testimonios de la ocupación humana que han permanecido en el territorio desde el periodo prehispánico hasta la actualidad y que, al paso del tiempo, han adquirido reconocimiento y significación como patrimonio cultural o natural en un paisaje cultural modificado por el hombre a través de centurias, así como estimular un crecimiento regional sustentable soportado por los valores culturales locales. Complementariamente el Plan de Manejo busca constituirse como un documento fundamental para que los agentes sociales y políticos que tienen que ver con la gestión de este territorio, puedan ubicar su papel y responsabilidad en la conservación de todos sus elementos valiosos.

Esta propuesta, innovadora en el contexto mexicano, inició en el Instituto Nacional de Antropología e Historia desde el año 2001 con el registro en la *Lista Indicativa* de México sobre los sitios con potencial para ser propuestos para ese reconocimiento internacional, por lo que se acumulan más de 20 años de trabajo y experiencias para identificar y poner en valor a un paisaje cultural americano. A lo largo de este tiempo se han acopiado múltiples experiencias que constituyen un valioso aprendizaje sobre el cómo debe ser gestionado un espacio patrimonial de escala territorial en un país en vías de desarrollo enfrentando hallazgos, problemáticas complejas, así como enormes retos para garantizar su continuidad histórica, la sostenibilidad, las buenas prácticas y la preservación a futuro de su autenticidad e integridad.

Con los comprensibles altibajos derivados de los continuos cambios en las administraciones gubernamentales que dificulta enormemente la gestión de este sitio del Patrimonio Mundial, en la propuesta del Paisaje Agavero de Tequila se ha transitado desde el año 2001 al presente por la identificación del sitio como un paisaje cultural de acuerdo a las definiciones de la UNESCO; la investigación de los valores culturales e históricos presentes en la comarca tequilera; la evaluación de las características distintivas del territorio; la elaboración de un expediente técnico de postulación de acuerdo a los lineamientos del Centro del Patrimonio Mundial; la presentación de una candidatura para la Lista del Patrimonio Mundial; la concepción de un plan de manejo y gestión; los retos que ha implicado la implementación de

este documento rector sobre el territorio a fin de poner en concordancia con los gobiernos federal, estatal y municipal; la realización de obras de soporte e infraestructura en el territorio establecidas en el plan de manejo, hasta llegar en la actualidad a la creación y formalización de un sistema territorial de interpretación del patrimonio.

Figura 4 - Las pilas de fermento de mosto de mezcal localizadas en la taberna de El Calaboz en el municipio de Amatitán, posiblemente utilizadas durante el siglo XVIII, dan testimonio de la antigüedad de la destilación de Tequila



Fuente: Luis Ignacio Gómez Arriola, 2017.

El mejoramiento de la calidad de vida en el paisaje agavero

La permanencia de las buenas prácticas ancestrales en el campo agavero y el fortalecimiento de las buenas prácticas con un enfoque sostenible en los actuales procesos industriales de elaboración del tequila constituyen un reto que debe guiar los esfuerzos desarrollados para la salvaguardia y las sustentabilidad a futuro de esta extensa e icónica región mexicana, en la que interactúan numerosas instituciones y actores. El concepto actual, desde la perspectiva de ONU-Habitat, señala que las:

Buenas Prácticas son acciones o iniciativas con repercusiones tangibles y medibles en cuanto a la mejora de la calidad de vida de los habitantes y del medio ambiente de una forma

sostenible y que pueden servir como modelos para que otros países o regiones puedan conocerlos y adaptarlos a su propia situación. La comunidad internacional ha considerado que para que una actuación o política urbana merezca el calificativo de Buena Práctica debe reunir, al menos los siguientes requisitos:

- Tener un impacto demostrable y tangible en la mejora de las condiciones de vida de las personas.
- Ser el resultado del trabajo conjunto entre los diferentes sectores que actúan y viven en la ciudad: la administración, los ciudadanos a través de sus asociaciones y el sector privado en general.
- Ser social, cultural, económica y ambientalmente sostenibles y duradera.
- Contribuir al fortalecimiento de la comunidad y de su capacidad de organización.
- Prestar especial atención a la resolución de los problemas de exclusión social ya sea de género, cultural, étnica o económica.⁶

Muchos de estos requisitos son coincidentes con la propuesta general del proyecto y de manera intuitiva fueron considerados al momento de concebir el Plan de Manejo para el sitio inscrito en la Lista del Patrimonio Mundial. Al ser uno de los principales objetivos del Plan de Manejo el mejoramiento de la calidad de vida de las comunidades que habitan el territorio tequilero y su desarrollo sostenible, se iniciaron algunas acciones y programas consideradas como prioritarias para la consolidación de la infraestructura cultural de la comarca.

Para la supervisión y seguimiento del *Plan de Manejo* se ha iniciado la consolidación de un Organismo Mixto, bajo la figura de una *Comisión interinstitucional para la Conservación Revalorización, Rehabilitación y Difusión del Paisaje Agavero de Tequila*⁷ con que buscará constituirse como una Unidad de Gestión para el sitio. Es encabezada por el Gobierno de Jalisco como encargado de establecer la rectoría en las acciones a desarrollar para el Paisaje Agavero de Tequila de acuerdo a lo establecido en su Plan de Manejo. La Comisión se aprobó oficialmente en enero de 2008 y fue constituida el 17 de mayo de 2008. Ha venido sesionando con diferentes niveles de intensidad y participación hasta el presente.

⁶ Hernández Aja, Agustín (2001b) *Informe sobre la Evolución de las Buenas Prácticas Españolas y su Relación con el Cumplimiento del Programa Hábitat* <http://habitat.aq.upm.es/evbpes/abpes.html>

⁷ El Estado de Jalisco, Periódico Oficial, *Acuerdo de creación de la Comisión interinstitucional para la Conservación Revalorización, Rehabilitación y Difusión del Paisaje Agavero de Tequila*, Numero 16, sección II, 12 de enero de 2008. Guadalajara, Jalisco.

El Gobierno del Estado de Jalisco en coordinación con el Instituto Nacional de Antropología e Historia, INAH, ha desarrollado un conjunto de obras para reforzar la infraestructura turística del paisaje agavero como patrimonio de la humanidad. Como parte del seguimiento al Plan de Manejo se han realizado acciones de mejoramiento de imagen urbana y espacios públicos en Magdalena, Tequila, Amatitán y El Arenal. Entre ellas destacan:

- *Placas conmemorativas.* Construcción de plazoletas y colocación de placas de Patrimonio de la Humanidad en los municipios de Teuchitlán, Magdalena, El Arenal, Amatitán y Tequila.
- *Mejora de Imagen urbana tradicional.* Se han realizado acciones de mejoramiento de imagen urbana y espacios abiertos en Magdalena, Tequila, Amatitán y El Arenal, la iluminación de edificios patrimoniales y el rescate de caminos rurales hacia el paisaje agavero.
- *Recuperación del sitio arqueológico de los Guachimontones en la región del paisaje agavero.* Este programa busca la puesta en valor de los *Guachimontones* de Teuchitlán, principal sede de la *tradición Teuchitlán* que se esparció por las laderas del volcán de Tequila y la recuperación del sitio arqueológica de Santa Quiteria. Se está trabajando en la delimitación para la preservación de los vestigios arqueológicos de la Tradición Teuchitlán alrededor del volcán de Tequila.
- *Miradores al paisaje agavero.* El proyecto se integra con la construcción de varios miradores al paisaje agavero en Tequila, Amatitán y El Arenal para permitir la contemplación del valioso panorama de la región originaria del Tequila.
- *Señalética informativa sobre el paisaje agavero.* Se realizó la implementación de un proyecto de señalética informativa en las plazas públicas y miradores, cédulas informativas en los principales atractivos culturales de la región, placas de nomenclatura y orientación y señalamientos carreteros conformando una red informativa de orientación y divulgación sobre la comarca tequilera. Con esta señalética informativa se pretende la recuperación de la *memoria* con la colocación de placas en edificios, tabernas y poblaciones buscando *sociabilizar* la información recogida y retornarla a sus creadores originarios en forma de testimonios sobre sus hechos y su arquitectura.
- *Nomenclatura de calles en centros históricos.* Se indicó el nombre de la calle, el código postal de la población y el color de cada municipio en la Ruta.

- *Placas de orientación al visitante.* Se indicó la dirección de los atractivos culturales y el recorrido por la Ruta del Centro Histórico de cada población.
- *Iluminación de inmuebles patrimoniales.* Se realizó la iluminación de edificios patrimoniales y el rescate de caminos rurales hacia el paisaje agavero.

Paralelamente se han desarrollado acciones de protección legal al territorio delimitado tendientes a la actualización de Planes de Desarrollo Municipal estableciendo control del uso del suelo para zona núcleo y área de amortiguamiento, la elaboración de Planes de Desarrollo Urbano de Centro Histórico para conservación de la imagen urbana tradicional y la delimitación de polígonos para la preservación de los vestigios arqueológicos de la Tradición Teuchitlán alrededor del volcán de Tequila.

Figura 5 - Las ancestrales tabernas tequileras artesanales coexisten con las grandes destilerías industriales de alcance global. Destilería Casa Herradura en la hacienda de San José del Refugio, Amatitán



Fuente: Luis Ignacio Gómez Arriola, 2015.

Se conformó con todos los elementos enunciados anteriormente, un *Sistema de Interpretación del Paisaje Agavero*⁸ teniendo como eje la historia y tradiciones culturales que han dado identidad a la región. El eje conceptual que integra a todos los componentes del Sistema de interpretación son tres Centros de Interpretación del Paisaje Agavero de Tequila que funcionan como sitios de recepción e información para los habitantes y visitantes a la región tequilera, reforzando la infraestructura cultural y turística para los municipios menos favorecidos dentro de la zona delimitada. Se restauraron tres fincas patrimoniales para establecer los centros de interpretación del Paisaje Agavero de Tequila con el objetivo de fortalecer la infraestructura cultural de la región tequilera, diversificando y ampliando la oferta cultural. Se ubican en El Arenal, puerta de ingreso al Paisaje Agavero de Tequila; en Amatitán, región donde se asentaron las primeras “tabernas” o destilerías artesanales de vino mezcal y en Magdalena, puerta de salida de la comarca tequilera. Estos centros de interpretación tendrán también como función actuar como centros de recepción de visitantes a la región patrimonio mundial.

Los Centros de Interpretación se conforman bajo dos premisas principales: La primera será la constitución de espacios museográficos o museos temáticos que brinden información didáctica y accesible al visitante sobre los valores culturales y patrimoniales de la comarca tequilera y la segunda será el operar como un centro de recepción de habitantes y visitantes que oriente al turista para recorrer los diferentes atractivos culturales que ofrece la región. Los Centros contienen una temática general sobre el Paisaje Agavero como Patrimonio Mundial y una temática particular referida a los aportes que ha brindado cada uno de los municipios a la conformación histórica de este paisaje cultural mexicano.

Problemática identificada desde la inscripción

Cuando un sitio se inscribe en la lista del Patrimonio Mundial se genera una proyección de alcance global que induce una corriente positiva de inversiones para la preservación y uso sostenible del lugar, sin embargo, se han incrementado las presiones de diversos órdenes y el

⁸Gómez Arriola, Ignacio, La Memoria regional y el patrimonio tequilero, Un sistema territorial de interpretación del patrimonio para el Paisaje Agavero de Tequila, en Revista Historia y Conservación del Patrimonio Edificado, Año 1 No.1, CUAAD, Universidad de Guadalajara. 2018.

juego de intereses políticos y económicos que recientemente enfrenta la comarca tequilera que hacen necesaria e impostergable la puesta en práctica del documento.

La dinámica del desarrollo que se puede reconocer en el territorio delimitado en la Zona Núcleo 01 y 02 así como en la Zona de Amortiguamiento del Paisaje Agavero de Tequila ha sido más intensa de lo que se consideró al momento de la formulación del Plan de Manejo por lo que es conveniente realizar algunos ajustes por medio de la *Adenda*⁹ al documento aprobado por el Centro del Patrimonio Mundial. Bajo esa perspectiva se han podido identificar algunos aspectos no previstos en el Documento inicial o que han sufrido una evolución no prevista.

Para instrumentar el plan de manejo y gestión fue necesario establecer un profundo diagnóstico de la situación que guarda el sitio en el presente. En él se detectaron algunas problemáticas que pudieran eventualmente amenazar la integridad y autenticidad de los componentes patrimoniales de la comarca tequilera. Al presente y en términos generales se han podido identificar varios elementos de presión que afectan al territorio. Por mencionar algunos aspectos nuevos de la compleja problemática que se enfrenta en la comarca se pueden señalar los siguientes:

- Un aspecto preocupante es la continuación del ciclo negativo de sobreoferta de agave que se presenta en la industria tequilera en este momento que desanima la siembra de agave en toda la Denominación de Origen de la bebida. El plan contempla algunas políticas y estímulos a los productores de agave establecidos en la zona delimitada que pueden aminorar esta problemática.
- En lo que se refiere al ámbito rural, se encuentra una presión para el cambio de uso agrícola por demanda para el cultivo del maíz debido a la caída de precio del agave.
- Presión agrícola por tendencia a ampliación de siembra en zonas no tradicionales de cultivo de agave tanto hacia la Barranca del Río Grande como hacia el Volcán de Tequila.
- Aumento de extracción de agua en áreas urbanas o el potencial agotamiento de suelos por explotación excesiva e inadecuada.
- Aplicación indiscriminada de fertilizantes y pesticidas químicos desarrollados para otro tipo de plantaciones en los cultivos agaveros.

⁹ Varios autores, *Adenda al Plan de Manejo para el Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila*, Secretaría de Cultura de Jalisco, Guadalajara, Jalisco, 2018.

- Recientemente se ha identificado una sustitución de cultivos tradicionales de agave azul que han sido desplazados por invernaderos para el cultivo de "berrys", frutos rojos de gran demanda internacional. Los invernaderos están cubiertos con membranas de plástico blanco que afectan significativamente la percepción y continuidad del paisaje agavero.
- Incremento en la demanda de suelo urbano y rural para usos diversos a los tradicionales.
- Plantación de agave sobre los sitios arqueológicos de la Tradición Teuchitlán conocidos como *Guachimontones*, aún no estudiados. Se está presentando un fenómeno, que, aunque ha sido constante en la región desde tiempos inmemoriales, ante la actual valoración del pasado prehispánico de la región resulta grave, consiste en la plantación de agave sobre los sitios arqueológicos de la Tradición Teuchitlán que están dispersos por todo el polígono delimitado para UNESCO. En el plan se establecen los proyectos para la identificación y delimitación de poligonales en las zonas arqueológicas de las faldas del volcán de Tequila.
- Turismo cultural incipiente y escasos satisfactores de calidad distribuidos en la totalidad del territorio de la postulación. Se ha estimulado una corriente del llamado *turismo cultural* que ya se ha dejado sentir de manera incipiente en la comarca. Esta presión provocada por el flujo de turistas de diversos niveles adquisitivos no es negativa sin embargo requiere ser atendida convenientemente ya que en la actualidad la infraestructura para atender esta demanda solo ha sido instrumentada parcialmente por algunas industrias tequileras y algunos empresarios privados, no se corresponde con la instrumentación de políticas oficiales en materia turística como las que se inducen en el plan.
- Concentración de satisfactores turísticos en la población de Tequila en detrimento de los otros centros de población (Amatitán, El Arenal, Magdalena o Teuchitlán)
- Presión en el cambio de uso del suelo y crecimiento en los principales asentamientos humanos de la comarca (Tequila, Amatitán, El Arenal) debido al aumento en la tasa de crecimiento de la población.
- Presión del desarrollo urbano de la mancha urbana de la zona conurbada de Guadalajara hacia la región del Paisaje Agavero de Tequila que ha provocado la demanda de suelo agrícola para el desarrollo de fraccionamientos.
- Aunque aún no se puede considerar grave se comienza a presentar un incremento en la demanda de suelo urbano y rural para usos diversos a los tradicionalmente establecidos en el

territorio. De no entrar en vigor los Planes de Desarrollo y control del uso del suelo asociados al plan de manejo, se puede iniciar un proceso de especulación incontrolado e inadecuado.

- **Modificación de la imagen urbana tradicional.** En las poblaciones se presenta un proceso más recurrente de modificación de la imagen urbana tradicional. También se enfrentan a un riesgo potencial de transformación negativa las tabernas y las instalaciones productoras de tequila debido a la presión provocada por la expansión creciente en la demanda. Esta circunstancia requiere urgentemente la entrada en vigor de los reglamentos de control de la edificación propuestos en el plan.
- Otra forma de presión a la que están sometidas las poblaciones principales del territorio es la tendencia al cambio de patrones culturales que propicia la modificación de la arquitectura tradicional.
- Riesgo de transformación negativa las tabernas y las instalaciones productoras de tequila provocada por la expansión creciente en la demanda.
- Desconocimiento entre algunos sectores de los habitantes de la comarca de la Declaratoria.
- A toda esta compleja circunstancia reciente se suma el hecho de que el documento generado por el Gobierno del Estado en coordinación con el INAH solo ha circulado de manera limitada tanto en instituciones como entre la población, aún no ha sido publicado y sus contenidos han sido conocidos parcialmente.

Figura 6 - La humilde taberna de Los Cardos, en la sierra de Tequila es un ejemplo de la pervivencia de las tradiciones ancestrales en la elaboración del vino de mezcal de Tequila. Patrimonio inmaterial de alta significación cultural



Fuente: Luis Ignacio Gómez Arriola, 2017.

Retos y compromisos que enfrenta el Paisaje Agavero de Tequila

Los años transcurridos desde la inscripción en la Lista del Patrimonio Mundial han permitido tener una perspectiva sobre cómo enfrentar los retos y compromisos que enfrenta el territorio del paisaje agavero de Tequila y alcanzar las metas sobre sostenibilidad y buenas prácticas. Los trabajos para promover la protección han pasado por un rico y complejo proceso en ocasiones con gran éxito, en algunos periodos con regular fortuna, pero que permiten reconocer aspectos que se deben mejorar para una mejor gestión del territorio tequilero. Para dar secuencia a la preservación de este excepcional sitio Patrimonio Mundial se requiere continuar con la implementación de acciones consideradas en el *Plan de Manejo* ya que un obstáculo fuerte en este sentido es el frecuente cambio de administraciones en los tres niveles de gobierno que no facilita dar continuidad a un proyecto de largo alcance como este.

El plan de manejo constituye la garantía para la preservación de la integridad y la autenticidad del sitio ante la comunidad internacional a la que México como promotor de la declaratoria está comprometido y obligado por lo que es necesario garantizar su continuidad y su aplicación en los años por venir. Al ser un documento de carácter evolutivo, el tiempo transcurrido desde su inscripción en la Lista del Patrimonio Mundial puede dar pie a una evaluación que permita realizar la actualización de algunos de sus contenidos y alcances. En el periodo de su elaboración, se tenían unas expectativas de desarrollo un tanto diferentes a las que el momento actual presenta el territorio, por tanto, las previsiones de desarrollo previstas al momento de redactar el documento requieren una evaluación y revisión. En el Paisaje Agavero de Tequila, región mexicana en donde interactúa, -no siempre de manera articulada- organismos públicos del gobierno Federal, Estatal y Municipal, empresas privadas tequileras, organismos no gubernamentales o actores de la sociedad civil, provocando presiones y problemáticas que se deben atender necesariamente.

Actualización del Plan de Manejo para el Paisaje Agavero de Tequila

Las previsiones del desarrollo urbano y rural en el territorio delimitado han variado en algunos aspectos por lo que es importante hacer los ajustes pertinentes en lo que se refiere a proyectos y programas considerados en el documento inicial, tomando como base la estructura prevista en el Plan de Manejo. Las previsiones visualizadas en el año 2005 para el desarrollo del territorio delimitado como Zona Núcleo 01 y 02 así como en su Zona de Amortiguamiento han variado en algunos aspectos por lo que es importante hacer los ajustes pertinentes en lo que se refiere a proyectos y programas considerados en el documento inicial tomando como base la estructura prevista en el Plan de Manejo que considerados tiene seis ejes de aplicación para sus estrategias de desarrollo y gestión: Patrimonio Medioambiental, Patrimonio Agrícola, Patrimonio Urbano, Patrimonio Arquitectónico, Patrimonio Arqueológico y Patrimonio Inmaterial. Otro elemento a considerar es el involucramiento en la toma de decisiones para el territorio y para la gestión del sitio de las comunidades locales y los actores presentes en el sitio poniendo énfasis en el fomento y preservación de las prácticas tradicionales de cultivo del campo agavero. En el seno de la *Comisión para la Conservación Revalorización, Rehabilitación y Difusión del Paisaje Agavero de Tequila* se consideró conveniente realizar una

ADENDA. Para lograr este objetivo, entre otros aspectos identificados, se pueden considerar los siguientes aspectos:

Se requiere dar continuidad institucional a la *Comisión para la Conservación Revalorización, Rehabilitación y Difusión* para el seguimiento y actualización de su Plan de Manejo. Es necesario que la Comisión cuente con un equipo de carácter ejecutivo que dé seguimiento a los acuerdos tomados.

Fortalecer la mejoría de la integridad ambiental del sitio como pueden ser la declaración como Áreas protegidas tanto del Volcán de Tequila y sus faldas como del cañón de la barranca del Río Grande de Santiago; Restricción y transición de la aplicación de fertilizantes y pesticidas químicos en los cultivos agaveros hacia la utilización de productos sostenibles ambientalmente como los utilizados anteriormente de origen orgánico a fin de evitar la contaminación del subsuelo y mantos freáticos o el Manejo de desechos urbanos o de la industria tequilera.

Mayor control del uso del suelo en el ámbito rural dentro de las zonas delimitadas a fin de controlar la expansión de la mancha urbana metropolitana de Guadalajara y del crecimiento de los poblados dispersos en el territorio.

El involucramiento en la toma de decisiones para el territorio y para la gestión del sitio de las comunidades locales y los actores presentes en el sitio poniendo énfasis en el fomento y preservación de las prácticas tradicionales de cultivo del campo agavero.

Para dar continuidad al Plan de Manejo del Paisaje Agavero y es necesario que forme parte de las políticas de desarrollo estratégico y contar con una asignación presupuestal suficiente para enfrentar los retos de la preservación de este símbolo de la identidad nacional. Para lograr una acción permanente del Plan como un elemento de regulación efectiva del desarrollo sostenible del territorio y de coordinación entre instancias que tienen competencia dentro del territorio delimitado, haciendo que el documento adquiera un carácter legal que permita la aplicación en el corto mediano y largo plazo de las estrategias, proyectos y programas a través de su integración al Plan Estatal de Desarrollo, a los Planes de Desarrollo Municipal, a los Planes Parciales de Desarrollo y en la reglamentación municipal.

El documento debe tener un carácter abierto y evolutivo, por tanto, requiere ser retroalimentado y enriquecido tomando en consideración las experiencias recogidas a través de

los procesos de monitoreo y evaluación permanente de la operación del Plan de Manejo para cada uno de los componentes considerados.

Figura 7 - El trabajo cotidiano por parte de los pobladores del territorio tequilero ha construido desde hace cuatro siglos este valioso paisaje cultural y es el que debe permitir su sostenibilidad a futuro. Trabajos de jima en los campos agaveros de Tequila



Fuente: Luis Ignacio Gómez Arriola, 2022.

La sostenibilidad de un paisaje productivo patrimonial

La inscripción en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO representa una oportunidad excepcional para el desarrollo equilibrado del territorio y el mejoramiento de la calidad de vida de sus habitantes. Debe servir como estímulo para promover la continuidad hacia el futuro de este importante y único *Paisaje Cultural* americano. Las *Buenas Prácticas* en el Paisaje Agavero de Tequila históricamente se han desarrollado tanto para el cultivo del *Agave Azul Tequilana Weber*, como para la elaboración del destilado. Los procesos de producción industrializados derivados de la alta demanda del tequila en el mundo, en algunos

casos no son del todo sostenibles, son una meta a lograr en el futuro próximo. Las buenas prácticas asociadas a la sostenibilidad constituyen un reto que puede ser alcanzable con la adecuada aplicación de su Plan de Manejo.

Resulta de fundamental relevancia incorporar a la gestión de la comarca la importancia del concepto de *desarrollo sostenible*, entendido como las acciones encaminadas en satisfacer las necesidades de la actual generación sin sacrificar la capacidad de futuras generaciones de satisfacer sus propias necesidades, ya que en los paisajes culturales productivos inscritos en la Lista del Patrimonio Mundial se detectan una serie importante de presiones provocadas por los múltiples actores que inciden en su territorio que obedecen a modelos de desarrollo del ámbito rural que, por lo general, no tienen entre sus prioridades la sostenibilidad. De ahí la importancia en establecer estrategias de desarrollo sustentables que articulen en lo posible la gobernabilidad y la gobernanza del territorio. Es fundamental contar con planes de gestión que tengan necesariamente un carácter institucional que permita un proceso abierto y evolutivo en su planeación y gestión a fin de ser retroalimentado y enriquecido tomando en consideración las experiencias recogidas a través de mecanismos de monitoreo y evaluación permanente. Se requiere, por tanto, redoblar los esfuerzos de coordinación entre todos los actores, tanto de las tres esferas de gobierno como de la sociedad civil que inciden e interactúan en el territorio del Paisaje Agavero de Tequila.

Referencias

CENTRO DEL PATRIMONIO MUNDIAL, UNESCO. Convención del Patrimonio Mundial Cultural y Natural, París, 1972.

CENTRO DEL PATRIMONIO MUNDIAL, UNESCO. Directrices Practicas para la aplicación de la Convención del Patrimonio Mundial Cultural y Natural, París, 2008.

CENTRO DEL PATRIMONIO MUNDIAL, UNESCO. Engaging local communities in stepardship of world heritage, World Heritage Papers 40, París, 2015.

CENTRO DEL PATRIMONIO MUNDIAL, UNESCO. Plan de acción para América Latina y el Caribe 2014-2024, Brasilia, 2014.

CENTRO DEL PATRIMONIO MUNDIAL, UNESCO. World heritage cultural lanscapes, A handbook for conservation and management, World Heritage Papers 40, París, 2015.

EL ESTADO DE JALISCO, Periódico Oficial, Acuerdo de creación de la Comisión interinstitucional para la Conservación Revalorización, Rehabilitación y Difusión del Paisaje Agavero de Tequila. Guadalajara, Jalisco. Numero 16, sección II, 12 de enero de 2008.

FEILDEN, Bernard M. y Jokilehto, Jukka, Manual para el Manejo de los Sitios del Patrimonio Cultural Mundial, ICCROM, WHC – UNESCO, ICOMOS, Roma, 1998.

GÓMEZ Arriola, Luis Ignacio, La Memoria regional y el patrimonio tequilero, Un sistema territorial de interpretación del patrimonio para el Paisaje Agavero de Tequila, en Revista Historia y Conservación del Patrimonio Edificado, Año 1 No.1, CUAAD, Universidad de Guadalajara. 2018.

GÓMEZ Arriola, Luis Ignacio, Expediente de postulación del Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila, México, 2005.

GÓMEZ Arriola, Luis Ignacio, Lineamientos Generales para el Plan de Manejo y Gestión del Camino Real de Tierra Adentro, México, 2012.

GÓMEZ Arriola, Luis Ignacio, Lineamientos Generales para el Plan de Manejo y Gestión del Acueducto del Padre Tembleque, México, 2015.

GÓMEZ Arriola, Luis Ignacio, Rafael Fernández Pérez, Grupo Ciudad, Plan de Manejo y Gestión para el Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila, México, 2005.

GÓMEZ ARRIOLA, Luis Ignacio. El plan de manejo para el Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila. El patrimonio cultural como detonador del desarrollo regional, antecedentes, compromisos y retos en Revista Apuntes vol.22 no.2 Bogotá July/Dec. 2009.

GÓMEZ ARRIOLA, Luis Ignacio. La memoria regional y el patrimonio tequilero en Revista Historia y Conservacion del Patrimonio Edificado, Universidad de Guadalajara, Núm. 1 (2019): Enero-Junio, 2019.

HERNÁNDEZ AJA, Agustín. Informe sobre la Evolución de las Buenas Prácticas Españolas y su Relación con el Cumplimiento del Programa Hábitat, 2001b. Disponible en: <http://habitat.aq.upm.es/evbpes/abpes.html>. Acceso en 10 abr 2023.

UNESCO, Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila, Lista del Patrimonio Mundial, [20-]. Disponible en: <https://whc.unesco.org/en/list/1209>. Acceso en 10 abr 2023.

Varios autores, Adenda al Plan de Manejo para el Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila, Secretaría de Cultura de Jalisco Guadalajara, Jalisco, 2018.

Recebido em 28 de novembro de 2022 | Aceito em 03 de março de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

Paisaje Cultural Cafetero de Colombia, Algunas lecciones prácticas de doce años de su gestión como Patrimonio Mundial

Celina Rincón Jaimes



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

JAIMES, Celina Rincón. Paisaje Cultural Cafetero de Colombia, Algunas lecciones prácticas de doce años de su gestión como Patrimonio Mundial. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 60-91, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

Paisaje Cultural Cafetero de Colombia, Algunas lecciones prácticas de doce años de su gestión como Patrimonio Mundial

Celina Rincón Jaimes¹

Resumen

Este artículo tiene el propósito de compartir con el lector algunas de las lecciones aprendidas en más de una década de trabajo por el Paisaje Cultural Cafetero de Colombia PCCC antes y después de su reconocimiento como Patrimonio Mundial, aprendiendo de cada persona, entidad y sectores que han estado involucrados en el proceso con conocimientos, competencias y roles diferentes. Si bien el PCCC cuenta con un Plan de Manejo, su desarrollo y ejecución se han enriquecido con la práctica diaria. El PCCC ha generado su propio camino, como lo fue el proceso de la Colonización Antioqueña. Es por ello por lo que la gestión para su cuidado y para la preservación de su carácter productivo y su sostenibilidad implica no sólo reconocer el valor de la historia, sino también el activar procesos de creación e innovación que sean armónicos y respetuosos de la identidad cultural que nos sustenta.

Palabras clave: paisaje cultural cafetero, patrimonio mundial, gestión sostenible

Abstract

This article has the purpose of sharing with the reader some of the lessons learned in more than a decade of work for the Colombian Coffee Cultural Landscape PCCC before and after its recognition as World Heritage, learning from each person, entity and sectors that have been involved in the process with different knowledge, skills and roles. Although the PCCC has a Management Plan, its development and execution have been enriched by daily practice. The PCCC has generated its own path, as it was the process of the Colonization of Antioquia. That is why the management for its care and for the preservation of its productive character and its sustainability implies not only in recognizing the value of history, but also in activating

¹ Ministério da Cultura da Colombia. Email: crincon@mincultura.gov.co.

processes of creation and innovation that are harmonious and respectful of cultural identity. that sustains us.

Keywords: coffee cultural landscape, world heritage, sustainable management.

Paisaje Cultural Cafetero de Colombia, Las buenas prácticas asocian experiencias, puntos de vista y esfuerzos colectivos y desafían las teorías

Introducción

El 25 de junio de 2011, cuando el Paisaje Cultural Cafetero de Colombia, PCCC, se inscribió en la Lista de Patrimonio Mundial², la Unesco reconoció su Valor Único Excepcional como un paisaje vivo que es el resultado de las asociaciones entre un territorio montañoso difícil, un clima especial, la caficultura cuyo producto es uno de los más emblemáticos de Colombia y toda una cultura expresada en muchas formas materiales e inmateriales: desde los objetos cotidianos más pequeños, pasando por viviendas únicas hechas con técnicas y significados tradicionales hasta poblados enclavados en las montañas, con manifestaciones con las cuales las comunidades han generado relaciones únicas con su territorio (World Heritage Committee, 2011).

El corazón de Colombia es café y leche a través de las familias cafeteras y de todos los que cuidan y se esfuerzan por cuidar el territorio. Este texto busca compartir la experiencia de 16 años apoyando, como técnica en el Ministerio de Cultura, el proceso de valoración y manejo del Paisaje Cultural Cafetero de Colombia como sitio que en 2011 fue inscrito en la Lista de Patrimonio Mundial de la Unesco.

El paisaje es territorio y es proceso en el que han participado y siguen firmes, tantas personas: caficultores, yiperos, recolectores, instituciones, académicos con altísimos títulos de educación y, sobre todo, con su sabiduría de la tierra, las familias que, a través de sus lazos con las montañas y con sus prácticas sociales y culturales, generaron formas de vida, únicas según

² El Comité de Patrimonio Mundial inscribió al Paisaje Cultural Cafetero de Colombia mediante la Decisión 35 COM 8B.43 bajo los criterios v y vi

la Unesco, y que forjaron un territorio que es paisaje cultural con un Valor Único Excepcional ligado a un producto tan emblemático y querido para el país y para el mundo: el café.

Este artículo busca compartir con Ustedes parte de estos aprendizajes en los siguientes temas asociados a la gestión del PCCC:

1. Qué es el Paisaje Cultural Cafetero de Colombia
2. Porqué y para qué es importante conocerlo y reconocerlo
3. Cómo y con quienes se ha desarrollado el proceso
4. Los horizontes del PCCC y de otros paisajes en Colombia desde lo cultural

Antes de empezar, debo compartir que entiendo las buenas prácticas en la gestión del patrimonio cultural como procesos que deben ser flexibles al tiempo que persistentes teniendo en cuenta desafíos como las dificultades de comunicación, las necesidades de recursos y de generar acuerdos entre diferentes sectores, personas e intereses. La preservación de los valores naturales, sociales, culturales y del carácter del PCCC como paisaje cultural y productivo exige reconocer las dinámicas del territorio en el que se encuentra: El llamado Eje Cafetero de Colombia, una región por la que atraviesan gran parte de las vías del país, con dinámicas poblacionales y económicas muy fuertes. La gestión, como el patrimonio, deben entonces concebirse como un proceso también dinámico capaz de adaptarse para mejorar en el tiempo. Es por ello que, la gestión de un lugar de patrimonio cultural como el PCCC debe asumirse como un proceso que debe equilibrar las enseñanzas de las teorías con los hechos del día a día; con la práctica; con los vaivenes de la política, de la economía, de quienes hacen las instituciones, así como de las inesperadas oportunidades.

1. Qué es el Paisaje Cultural Cafetero de Colombia

El Paisaje Cultural Cafetero de Colombia está conformado en su área principal y de amortiguación por áreas de 51 municipios en 4 departamentos de Colombia: Caldas, Quindío, Risaralda y Valle del Cauca; cubre 858 veredas y 24.000 fincas en la zona principal, así como 14 áreas urbanas en zona principal y 17 áreas urbanas en zona de amortiguación, para un total de 141.120 hectáreas en zona principal y 207.000 hectáreas en zona de amortiguación. Las dimensiones del sitio indican la magnitud de la tarea y compromiso que debe tener el país y las comunidades para proteger los valores culturales, naturales y sociales del territorio que abarca este Patrimonio Cultural (figura 1).

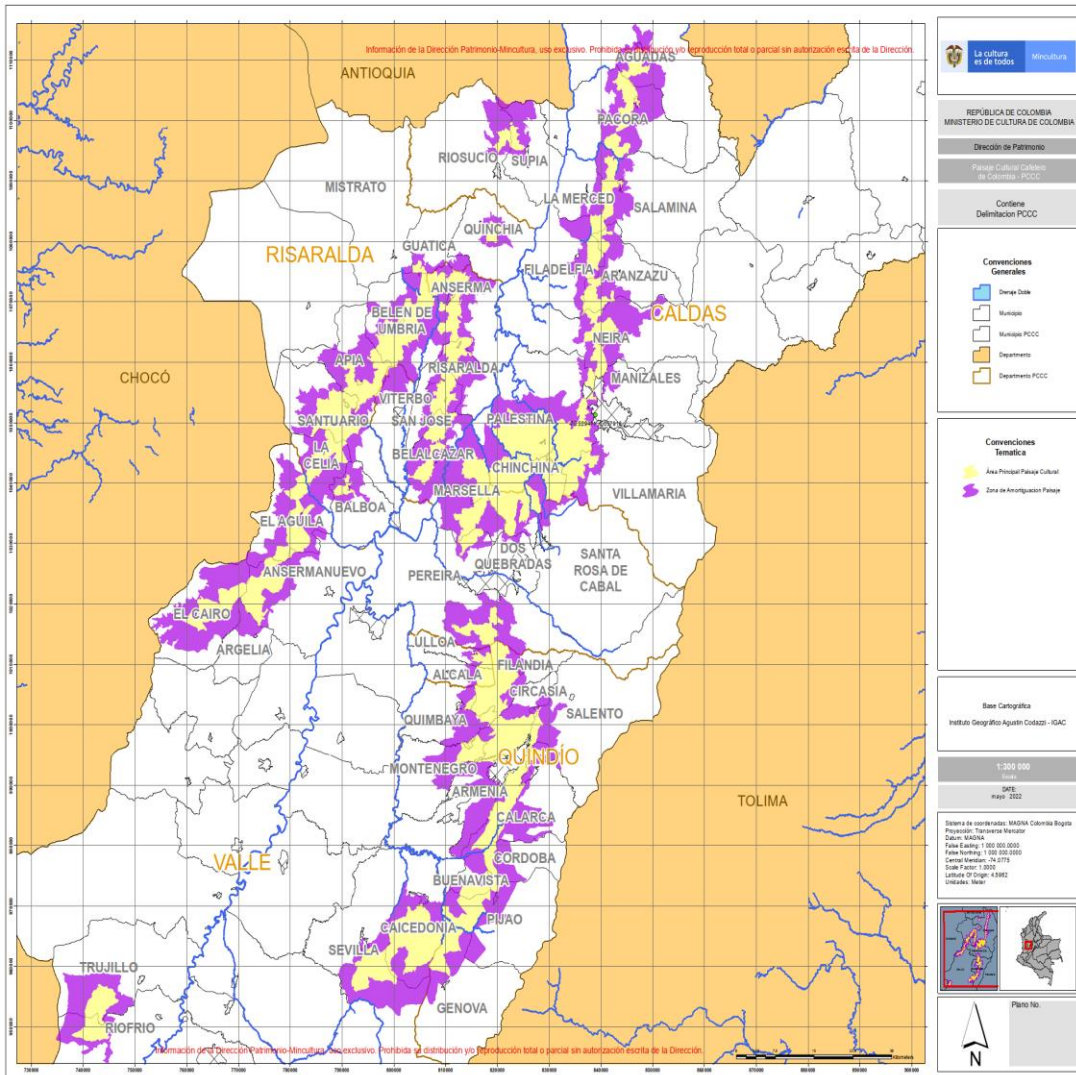
El Paisaje Cultural Cafetero de Colombia, PCCC fue inscrito en la Lista de Patrimonio Mundial de la Unesco el 25 de junio de 2011 y está reconocido como Patrimonio Cultural de la Nación mediante la Resolución 2079 de 2011 emitida por el Ministerio de Cultura de Colombia.

El valor universal excepcional del PCCC, como lo indican algunos apartes de la Declaración de Valor Universal Excepcional del Comité de Patrimonio Mundial de la Unesco, radica en ser un paisaje cultural productivo, como lo es nuestra cordillera:

(...) en el que se combinan elementos naturales, económicos y culturales alrededor de un cultivo tan emblemático para Colombia como lo es el café. Se trata de un territorio en que el esfuerzo colectivo de varias generaciones de familias campesinas forjó excepcionales instituciones sociales, culturales y productivas, generando, al mismo tiempo, prácticas innovadoras en el manejo de los recursos naturales bajo un paisaje de condiciones extraordinariamente difíciles³ (World Heritage Committee, 2011)

³ Traducción no oficial de la declaración de Valor Universal Excepcional del Comité de Patrimonio Mundial Decisión 35 COM 8B.43 disponible en <https://whc.unesco.org/en/decisions/4314>

Figura 1: Mapa con la Delimitación Paisaje Cultural Cafetero de Colombia - PCCC



Fuente: Ministerio de Cultura Base Cartográfica Instituto Geográfico Agustín Codazzi - IGAC

Dentro de esas expresiones sociales y productivas que se reconocen como patrimonio cultural está la arquitectura de las fincas y de los poblados cafeteros, la riqueza del patrimonio cultural inmaterial, de las festividades, de los oficios, así como de la institucionalidad cafetera representada principalmente por la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia, cuya importancia histórica, estratégica y de presencia en el territorio no tiene parangón en el mundo (figura 2).

Figura 2: Finca Cafetera en Palestina, Caldas



Fuente: Ministerio de Cultura – PCCC. Fotógrafo Juan Diego Cano

La declaración del Valor Universal Excepcional del PCCC por parte del Comité de Patrimonio Mundial⁴ resalta los componentes de este Patrimonio Mundial, organizado en seis áreas que agrupan zonas sobre todo rurales y 30 zonas urbanas, de 51 municipios, en donde las condiciones montañosas, las demás características naturales, sociales, económicas asociadas a la caficultura conforman el paisaje cultural. Las fincas cafeteras y los cultivos se encuentran en zonas de alta pendiente más del 25% (55 grados), la cual, sumada a las condiciones climáticas configura la arquitectura, las formas de cultivo y recolección, así como todas las relaciones sociales entre las familias cafeteras. La declaración de la Unesco resalta además que la fusión entre patrones culturales españoles e indígenas conformó la arquitectura rural y urbana y las formas de organización de los asentamientos a manera de cuadrículas enclavadas en las montañas (World Heritage Committee, 2011).

2. Porqué y para qué es importante conocerlo y reconocerlo

⁴ disponible en el siguiente enlace: <https://whc.unesco.org/en/list/1121>

La inscripción de un sitio único en su género como el PCCC en la Lista de Patrimonio Mundial de la Unesco implicó un proceso que tomó casi dos décadas y más de un centenar de personas en varias instituciones nacionales, regionales y locales, además de la participación de siete de las universidades de la región: Universidad de Caldas, Universidad Nacional de Colombia, Universidad Católica de Pereira, Universidad Tecnológica de Pereira, Universidad del Quindío, Universidad Gran Colombia sede Armenia, Universidad del Valle que hoy se agrupan en el Observatorio para la Sostenibilidad del Patrimonio en Paisajes OPP.

Este esfuerzo colectivo que se fue diseñando y adaptando en el tiempo para el PCCC, demuestra la importancia cultural y natural del paisaje y del porqué se postuló como sitio de Patrimonio Mundial. Cada valor expresado en la declaración de valor universal se sustenta en una serie de atributos y de sus asociaciones con los demás componentes del paisaje. La identificación de las diferentes amenazas a estos valores orientó la formulación del Plan de Manejo del sitio con base en la identificación de las necesidades de manejo que hacen parte de la declaración de la Unesco (World Heritage Committee, 2011):

Requisitos de protección y gestión

Si bien los patrones tradicionales de uso del suelo del PCCC están legalmente protegidos, la protección legal del área del sitio se brinda a través de los planes de uso del suelo. Puede ser deseable una mayor protección legal de los seis sitios componentes como sitios de patrimonio cultural. Una base adicional para algunos de los mecanismos de protección es el derecho consuetudinario y la gobernanza que integran la gestión consuetudinaria. La propiedad se beneficiaría de una mejor integración de estas prácticas consuetudinarias con las disposiciones formales de protección y gestión.

En el Plan de Manejo el Valor Universal Excepcional reconocido por el Comité se desarrolla en cuatro valores que agrupan los diferentes atributos del PCCC así:

- I. Esfuerzo humano, familiar, generacional e histórico para la producción de un café de excelente calidad
- II. Cultura cafetera para el mundo
- III. Capital social estratégico construido alrededor de una institucionalidad
- IV. Relación entre tradición y tecnología para garantizar la calidad y sostenibilidad del producto

Con base en estos cuatro valores y en el análisis de las principales amenazas al PCCC se formuló el plan de manejo del sitio que se resume en el cuadro 1:

Cuadro 1: Resumen de los valores, objetivos y estrategias del Plan de Manejo del PCCC.

Valor	Objetivos	Estrategias
I. Esfuerzo humano, familiar, generacional e histórico para la producción de un café de excelente calidad	1. Fomentar la competitividad de la familia en las actividades cafeteras	Estrategia 1: lograr una caficultura joven, productiva y rentable
	2. Promover el desarrollo de la comunidad cafetera y su entorno	Estrategia 2: mejorar los procesos educativos y de capacitación en la comunidad cafetera
		Estrategia 3: gestionar proyectos que mejoren infraestructura, conectividad digital y productividad de la comunidad
	3. Desarrollar la cadena de cafés especiales	Estrategia 4: promover proyectos de emprendimiento turístico sostenibles que beneficien a los habitantes tradicionales del PCCC
II. Cultura cafetera para el mundo	4. Conservar, revitalizar y promover el patrimonio cultural y articularlo al desarrollo regional	Estrategia 5: fortalecer y promover el desarrollo de los cafés especiales
		Estrategia 6: fomentar la educación, investigación, valoración y conservación del patrimonio cultural y natural
III. Capital social estratégico construido alrededor de una institucionalidad	5. Fortalecer el capital social cafetero	Estrategia 7: promover la participación social en el proceso de valoración, comunicación y difusión del patrimonio cultural y el Valor Universal Excepcional VUE del PCCC
		Estrategia 8: fomentar el liderazgo y la participación de la población cafetera
		Estrategia 9: apoyar e impulsar programas que mejoren las condiciones de salud y retiro de los trabajadores cafeteros

Valor	Objetivos	Estrategias
	6. Impulsar la integración y el desarrollo regional	Estrategia 10: integrar los objetivos de conservación del PCCC a la política regional, nacional e internacional
IV. Relación entre tradición y tecnología para garantizar la calidad y sostenibilidad del paisaje	7. Apoyar la productividad ambientalmente sostenible en el PCCC	Estrategia 11: desarrollar iniciativas que generen impacto positivo en el ambiente
		Estrategia 12: promover desarrollos científicos y tecnológicos que permitan y fomenten el uso sostenible de los recursos naturales del PCCC
		Estrategia 13: implementar acciones que contribuyan a la productividad ambientalmente sostenible del PCCC.
		Estrategia 14: gestionar instrumentos, políticas y recursos financieros que contribuyan a la sostenibilidad ambiental del PCCC

Fuente: Ministerio de Cultura, 2009a. Organizado por el autor

Desde el inicio el diseño del plan de manejo procuró incluir los elementos recomendados por la Unesco en las Guías Operativas para la aplicación de la Convención para la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural de la Unesco, entre los cuales: la participación de los actores clave y el ciclo de planeación, implementación, seguimiento y evaluación pertinente. Es así como en el capítulo 6 del Expediente de Nominación ante la Unesco se estableció un sistema de seguimiento de los indicadores de gestión y de conservación desarrollados de acuerdo con los 4 valores con los que se organizan los atributos culturales, naturales, sociales, productivos e institucionales del sitio como se indican en los siguientes cuadros:

Cuadro 2: Indicadores de gestión

Valor	Objetivo Estratégico	Indicador	Periodicidad
Esfuerzo humano, familiar, generacional e histórico para la producción de un café de excelente calidad	Fomentar la competitividad de la actividad cafetera	Hectáreas renovadas	Anual
		Cobertura del servicio de extensión	Anual
		Número de jóvenes que participan en programas de relevo generacional	Anual
	Promover el desarrollo de la comunidad cafetera y su entorno	Inversión en procesos educativos asociados al café	Anual
		Número de cafeteros capacitados en gestión empresarial	Anual
		Inversión en infraestructura productiva y comunitaria	Anual
		Número de productos/establecimientos que se acojan al programa de marca de certificación	Anual
	Cultura cafetera para el mundo	Conservar, revitalizar y promover el patrimonio cultural y articularlo al desarrollo regional	Número de proyectos de investigación regional del patrimonio cultural en el PCC
Número de bienes de interés cultural con proyecto de intervención y en ejecución			Anual
Número de proyectos o actividades desarrolladas por Vigías del Patrimonio en el PCC			Anual
Número de bienes de interés cultural incluidos en inventarios municipales y departamentales y en el Ministerio de Cultura			Anual
Número de planes de manejo arqueológico desarrollados en la zona			Anual
Número de proyectos de arqueología preventiva en ejecución.			Anual
Número de planes de ordenamiento territorial en los que se incluyan las			Anual

		directrices de manejo del paisaje cultural cafetero	
		Número de planes de desarrollo que incluyan las directrices del plan de manejo del paisaje cultural cafetero	Anual
Capital social estratégico construido alrededor de una institucionalidad	Fortalecer el capital social cafetero Impulsar la integración y desarrollo regional	Número de caficultores participantes en talleres de liderazgo y encuentros gremiales	Anual
		Número de mujeres cafeteras capacitadas	Anual
		Relación de apalancamiento de la inversión social	Anual
		Número de proyectos articulados con la política de turismo del Viceministerio de Turismo y de acciones incluidas relacionadas con turismo sostenible en los planes sectoriales de turismo de las Gobernaciones.	Anual
Relación entre tradición y tecnología para garantizar la calidad y sostenibilidad del producto	Apoyar la sostenibilidad productiva y ambiental del PCC	Hectáreas participantes en proyectos productivos asociados al café	Anual
		Número de hectáreas participantes en proyectos de mejoramiento y conservación del medio ambiente.	Anual
		Grado de adopción de tecnologías que apoyen la calidad y sostenibilidad del cultivo cafetero	Anual

Fuente: Ministerio de Cultura, 2009a. Organizado por el autor

Cuadro 3: Indicadores de Conservación

Valor	Indicador	Periodicidad
Esfuerzo humano, familiar,	Número de caficultores	Anual
	Número de caficultores menores de 40 años	Anual

generacional e histórico para la producción de un café de excelente calidad	Edad promedio de los cafetales	Anual
Cultura cafetera para el mundo	Número de bienes muebles e inmuebles y de patrimonio inmaterial declarados Bienes de Interés Cultural en los ámbitos Municipal, Departamental y Nacional	Anual
	Número de centros urbanos que conservan sus valores arquitectónicos y urbanísticos	Cada dos años
Capital social estratégico construido alrededor de una institucionalidad	Porcentaje de participación en las elecciones cafeteras	Cada cuatro años
	Número de planchas inscritas para las elecciones cafeteras	Cada cuatro años
	Nivel de favorabilidad de las instituciones cafeteras	Cada dos años
Relación entre tradición y tecnología para garantizar la calidad y sostenibilidad del producto	Número de hectáreas dedicadas a la producción cafetera según tecnología	Anual
	Número de hectáreas participantes en proyectos de mejoramiento y conservación del medio ambiente.	Anual
	Indicadores de biodiversidad (estado de superficie de ecosistemas, riqueza de especies y escasez hídrica)	Sujeto a evaluación de Cenicafe y/o Instituto Alexander Von Humboldt

Fuente: Ministerio de Cultura, 2009a. Organizado por el autor

El seguimiento de estos indicadores ha comportado desafíos a lo largo de los años como la capacidad de las entidades en recopilar la información pertinente, además del tamaño del sitio.

Cada año se busca el desarrollo de las diferentes estrategias del Plan de acuerdo con las competencias de cada una de las entidades que hace parte de la institucionalidad del PCCC y hoy en día las acciones de cada una se compilan en los informes anuales que se deben enviar al

Congreso de la República en el mes de agosto como lo exige la Ley 1913 de 2008. En estos informes se da cuenta del cambio del uso del suelo en algunas veredas disminuyendo el área de cultivos en café, aunque este indicador se debe leer también en función de los cambios de la caficultura hacia una mayor rentabilidad, la cual no necesariamente se indica en área sembrada, entre otros.

De otra parte, al ser tantas las entidades que tienen competencia en el territorio del PCCC en temas ambientales, de usos del suelo, de gobierno, etc. El desafío de su articulación es uno de los más grandes para el manejo del PCCC. Esta articulación ha sido liderada por el Gestor Local del sitio que corresponde a la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia, acompañada del Ministerio de Cultura y con la participación del Observatorio para la Sostenibilidad del Patrimonio en los Paisajes y las entidades de cada Departamento.

La Federación ha desempeñado un rol fundamental en el manejo del PCCC. Desde el inicio se organizó la página web en donde se ha subido todo el material técnico, planimétrico y de comunicaciones sobre el PCCC. La comunicación sobre el valor cultural del PCCC y de sus necesidades de apropiación social y manejo también ha sido uno de los retos más grandes al comportar un territorio tan extenso. Es por ello que, año a año, se deben realizar acciones que promuevan un mayor conocimiento del PCCC, de su importancia y así mismo, conocer el sentir de los jóvenes hacia su legado, sus necesidades y propuestas para fortalecer la gestión del territorio y para aprovechar su rol positivo en la integración social y en el mejoramiento de la calidad de vida de todos los habitantes. En el año de 2021 se tuvo la oportunidad de realizar un taller de jóvenes en el PCCC llevando a jóvenes cafeteros de los 4 departamentos a escuchar y practicar con sus manos algunos de los oficios que aportaron al desarrollo del PCCC como el bahareque. Se espera continuar con estos encuentros cada año para aumentar el sentido de apropiación, el empalme generacional y la identificación de oportunidades económicas alrededor del PCCC (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia, 2022).

En esta línea de fortalecer las cadenas económicas positivas asociadas a la caficultura, con la Federación de Cafeteros en 2022 se desarrolló una convocatoria para la identificación de emprendimientos culturales en el PCCC logrando la inscripción de más de 200 emprendimientos inicialmente, para la conformación de la primera Red de emprendedores del PCCC. Este año se espera desarrollar acciones para fortalecer sus habilidades y espacios de promoción y con ello, aportar a la sostenibilidad social y económica del PCCC sobre la base de emprendimientos culturales.

Tal como la Unesco ha desarrollado unos principios para el manejo de los paisajes culturales, es fundamental considerar el manejo de los cambios que puedan darse sin que se pierdan los valores naturales y culturales del sitio (MITCHELL *et al*, 2009), por lo cual la adaptabilidad y la flexibilidad son conceptos y prácticas clave al momento de aterrizar las acciones que se deben hacer año a año para lograr los objetivos de conservación y sostenibilidad del PCCC. Es por ello que, en el año 2014 se revisó el Plan de Manejo, añadiendo un objetivo para el fortalecimiento de cafés especiales y las correspondientes estrategias.

En el marco de este Plan, en 2018 se seleccionaron 6 proyectos prioritarios cuya formulación y desarrollo, en proceso, aportan al alcance de los objetivos del plan de manejo:

1. Programa de Sostenibilidad ambiental
2. Vivienda de Interés Cultural
3. Educación
4. Turismo cultural
5. Proyecto Conectividad y Transformación Digital.
6. Proyecto de Reactividad Económica.
7. Proyecto Sistema de Información PCCC

Desde las regiones se ha avanzado en la formulación de estos proyectos, siendo imperiosa la organización de proyectos para todo el PCCC como región, que es en lo que se trabaja actualmente.

Así mismo, es necesario en cada cambio de gobiernos: Nacional, regional y local, desarrollar acciones de pedagogía y formación en torno al manejo del PCCC y a las responsabilidades de cada entidad frente a su conservación. Ello se hace en los espacios de coordinación institucional que se cuentan en el siguiente punto de este artículo.

3.Cómo y con quienes se ha desarrollado el proceso

Con el fin de desarrollar un proceso de valoración del territorio del Eje Cafetero como paisaje cultural para solicitar su inscripción en la Lista de Patrimonio Mundial de la Unesco, hacia el año 2000, el Ministerio de Cultura invitó a participar a seis departamentos del país: Antioquia, Caldas, Quindío, Risaralda, Tolima y Valle del Cauca. En cada departamento se fueron uniendo diferentes entidades como las corporaciones autónomas regionales (entidades con competencias en el ámbito del patrimonio natural); diferentes secretarías de las

gubernaciones, las universidades y los comités de Cafeteros de cada departamento. Por parte de las universidades se sumaron investigadores de diferentes disciplinas atendiendo a la complejidad del territorio. Ello fue posible gracias a que cada entidad y gobierno departamental logró reunir recursos para financiar los estudios que fueron alimentando el expediente de nominación.

Cerca de la mitad del proceso, dos de los departamentos: Antioquia y Tolima decidieron retirarse con lo cual se continuó el trabajo con los cuatro departamentos restantes y una mayor dedicación de la Federación Nacional de Cafeteros y del Centro de Estudios Regionales - CRECE que se ocupó de agrupar y reunir los informes de cada departamento para elaborar el expediente de nominación con las condiciones técnicas que exigen las Directrices Operativas de la Convención de 1972 de la Unesco. Este retiro de los dos Departamentos demuestra de la importancia de tener en cuenta que este tipo de procesos conllevan un tiempo extendido y con ello las dificultades correspondientes a los cambios de gobiernos, de directivos en las instituciones involucradas, de recursos, etc.

Uno de los mayores desafíos para la valoración y delimitación del PCCC fue definir las zonas que hoy hacen parte del PCCC para lo cual fue necesario ponerse de acuerdo en los criterios de selección en función de justificar el valor universal excepcional de todo el paisaje. Desde la Universidad Católica de Pereira con la participación de las demás universidades que hoy se agrupan en el Observatorio de Paisajes Culturales se definió el método para la selección de los valores culturales y naturales del PCCC y los atributos que mejor representarían dichos valores. Fue así como los expertos de cada entidad en mesas de trabajo en la región, seleccionaron inicialmente 16 atributos para dar cuenta de los valores naturales, culturales, de producción cafetera e institucionales para caracterizar la región (OPP, 2011):

1. Café de montaña
2. Predominancia de café
3. Cultivo en ladera
4. Edad de la caficultura
5. Influencia de la modernización
6. Institucionalidad cafetera
7. Tradición histórica en la producción de café
8. Estructura de pequeña propiedad cafetera

-
9. Cultivos múltiples
 10. Tecnologías y formas de producción sostenibles en la cadena productiva del café
 11. Poblamiento concentrado y estructura de propiedad fragmentada
 12. Patrimonio arquitectónico
 13. Patrimonio urbanístico
 14. Patrimonio arqueológico
 15. Patrimonio natural
 16. Disponibilidad hídrica.

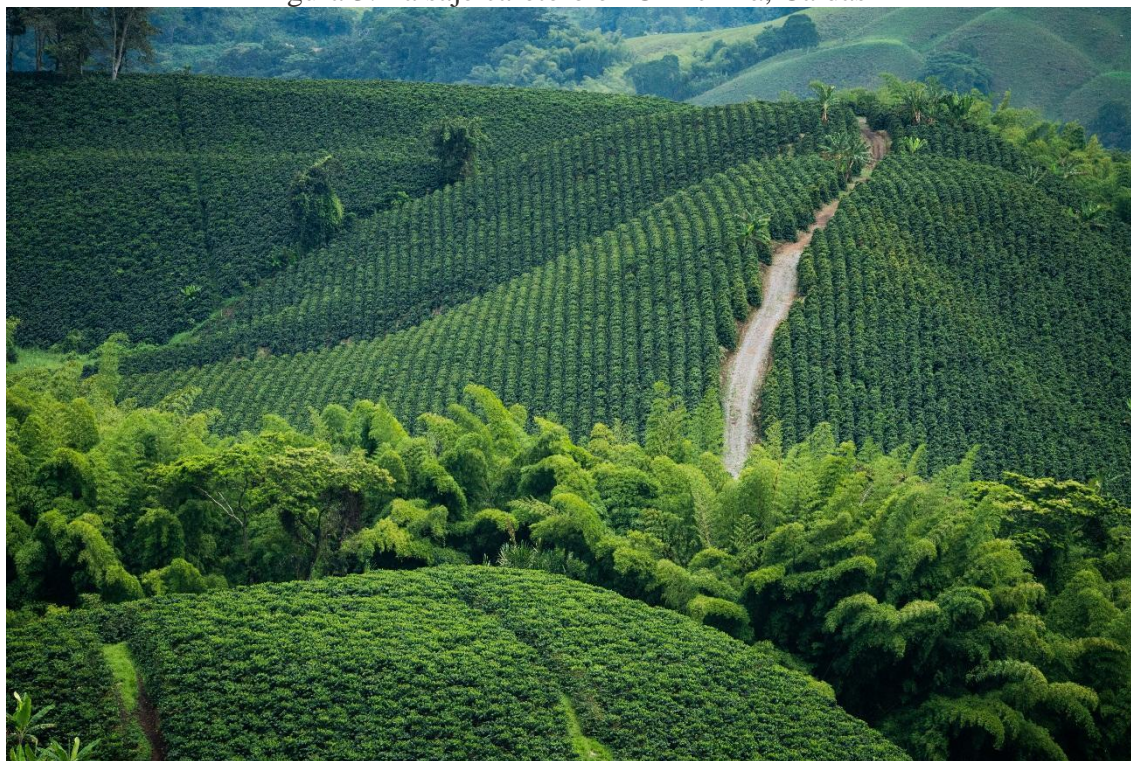
Dado que los anteriores atributos se encuentran de manera general a lo largo de un vasto territorio, fue necesario escoger cuáles de ellos podrían generar una diferenciación que apuntara a la mayor concentración de los valores culturales y naturales del PCCC y sobre todo, a su localización mediante un sistema de información geográfica. Por ello se seleccionaron los siguientes 7 atributos y los márgenes para su ponderación (OPP, 2011):

1. Café de montaña: entre 1400 y 1800 metros sobre el nivel del mar
2. Predominancia de café: Veredas con más del 60% del área con cultivos de café
3. Cultivo en ladera: veredas con pendiente media entre 75% y 100%
4. Edad de la caficultura: cafetales con edades entre 2 y 5 años
6. Institucionalidad cafetera: presencia de Comités municipales de cafeteros
15. Patrimonio natural: Presencia de ecosistemas de interés ambiental
16. Disponibilidad hídrica: Presencia de cuencas abastecedoras

Las zonas que cumplen con los anteriores atributos, hacen parte del PCCC. Ellos indican que el valor cultural excepcional del PCCC está compuesto de la interacción de factores geográficos, de producción, sociales, ambientales y, en suma, culturales que hacen único al paisaje y a la cultura y a las expresiones que se han desarrollado alrededor del café. El carácter productivo y el tamaño del paisaje dan la oportunidad de revisar los atributos y los valores ponderados, con el fin de reconocer, por ejemplo, los cambios en la caficultura relacionados con las áreas y la productividad, así como la aparición de otros productos y otras actividades en

el territorio y que tienen diferentes tipos de relaciones con el café y con las diferentes dinámicas sociales a lo largo de las áreas que conforman el PCCC (Figura 3).

Figura 3: Paisaje cafetero en Chinchiná, Caldas



Fuente: Ministerio de Cultura – PCCC. Fotógrafo Juan Diego Cano

La institucionalidad del PCCC:

Luego de contar con la selección de las áreas y la identificación de las principales amenazas a los valores culturales del paisaje, se proyectó el plan de manejo indicado en el punto anterior y fue necesario, para el expediente, diseñar la organización institucional correspondiente.

Por ello, se elaboró un gran convenio con el cual se formalizó el proceso de trabajo entre los equipos regionales, la Federación y el Ministerio de Cultura. El convenio 1769 del año 2009, único en su tipo hasta ese momento; pensado inicialmente para diez años y ampliado por diez años más para asegurar el instrumento administrativo formal del espacio de articulación institucional (Ministerio de Cultura, 2009b).

El objeto del convenio es “Aunar esfuerzos coordinados entre las partes, para el desarrollo, ejecución y seguimiento, ajustes y evaluaciones del Plan de Manejo del Paisaje

Cultural Cafetero incluyendo la organización institucional del plan” (Ministerio de Cultura, 2009b). El Convenio se suscribió inicialmente entre el Ministerio de Cultura, los Departamentos de Caldas, Quindío, Risaralda y Valle del Cauca y la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia, con la participación de las corporaciones autónomas ambientales de los cuatro departamentos y las universidades que han participado en todo el proceso de preparación del expediente que se envió a la Unesco para solicitud la inscripción del PCCC en la Lista de Patrimonio Mundial. Este convenio se gestionó y firmó reconociendo que la complejidad del PCCC requiere de una gestión compartida con las entidades que están presentes en el territorio ya que el patrimonio cultural no puede verse como un elemento aislado de las dinámicas y actividades que ocurren en los territorios. Este documento es el marco de acción general que articula a los gobiernos departamentales presentes en el territorio y organizaciones de especial relevancia como la Federación Nacional de Cafeteros en la ejecución de las acciones para el manejo y desarrollo del Paisaje Cultural Cafetero. Es un espacio de articulación institucional en el territorio y ha contribuido, durante su ejecución, a que las entidades de los departamentos, la Federación y el Ministerio de Cultura puedan conocer las acciones de los departamentos y analizar el aporte de estas a la preservación del Paisaje Cultural Cafetero (Ministerio de Cultura, 2009b).

Del mismo modo y teniendo en cuenta que el PCCC ha sido el primer proceso de paisaje cultural en Colombia, para fortalecer los mecanismos jurídicos para su protección, el Ministerio de Cultura emitió la Resolución 2079 de 7 de octubre de 2011 y la Resolución 2963 del 7 de octubre de 2011. Con la primera se reconoce al Paisaje Cultural Cafetero de Colombia como Patrimonio Cultural de la Nación y con la segunda se precisan las coordenadas de delimitación de las áreas que hacen parte del PCCC, de conformidad con la inclusión del PCCC en la Lista de Patrimonio Mundial de la Unesco. Estas resoluciones permiten la articulación de las medidas de protección del PCCC con otros sectores en el país como el del desarrollo y ordenamiento territorial.

La gestión del PCCC es coordinada por un comité directivo del que hacen parte: el Ministerio de Cultura, la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia (FNC), los Gobernadores de Caldas, Quindío, Risaralda y Valle o sus delegados, representantes de los Cafeteros y universidades.

La organización institucional para el PCCC, como patrimonio cultural, implicó un pensamiento y una gestión innovadora: Cuando inició el proceso de preparación del expediente

de nominación ante la Unesco, no se contaba con ningún referente o experiencia que enseñara al país a plantear un esquema de gestión institucional que fuera suficiente y apropiado para un patrimonio cultural tan grande y tan complejo como el PCCC.

Por su puesto la institucionalidad del PCCC no partió de cero. Años antes del envío de la solicitud de inscripción en la Lista de Patrimonio Mundial de la Unesco, los equipos de trabajo regionales que aceptaron el reto de pensar en un paisaje cultural asociado al café, se organizaron uniendo universidades, entidades ambientales, gremio cafetero y gobernaciones para estudiar y evidenciar los valores culturales de este paisaje cultural, a través de sus atributos y de las relaciones entre los diferentes aspectos de la vida en un territorio tan dinámico y complejo como el del PCCC.

El PCCC es un paisaje cultural y productivo, enorme y dinámico vinculado a la caficultura cuya historia y presencia en el territorio es indudable. Su manejo implica tener la capacidad de adaptación a los cambios en el territorio, en las entidades, en las gobernanzas; en las personas. Estas características constituyen los desafíos de la institucionalidad necesaria para su manejo. Es por eso por lo que, desde el inicio, se establecieron los criterios para la organización institucional para el Paisaje Cultural Cafetero, la cual debe:

1. Estar orientada a los objetivos del plan de manejo
2. Garantizar la coordinación interinstitucional pública y privada
3. Impulsar las ventajas del PCCC como proyecto de escala regional
4. Fortalecer la descentralización y la capacidad técnica y de gestión de los municipios como principales ejecutores.

Es bajo estos principios que se consolidó la organización institucional del PCCC en el Convenio 1769 partiendo de los grupos de trabajo del proceso de elaboración del expediente de nominación, a los cuales se fueron uniendo poco a poco otras entidades y actores que fueron surgiendo luego de la inscripción en la Lista de Patrimonio Mundial como la asociación de alcaldes del PCCC, entre otros (Cuadro 4).

Cuadro 4: Organización Institucional del PCCC según el Convenio 1769 de 2009

Órganos	Integrantes
Comité Directivo Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ● Ministerio de Cultura ● Ministerio de comercio industria y turismo ● Federación Nacional de cafeteros de Colombia ● Gobernaciones de Caldas Quindío Risaralda y Valle del cauca o sus delegados ● Representante de las universidades ● Presidente de la asociación de municipios del Paisaje Cultural Cafetero
Comité Técnico Regional	<ul style="list-style-type: none"> ● Secretario de Cultura o quien haga sus veces de cada departamento ● un delegado del comité de cafeteros de cada departamento ● un representante de cada Corporación Autónoma Regional ● un representante de las universidades de cada departamento ● el delegado del subcomité técnico Regional de turismo ● el director ejecutivo de la asociación de municipios del Paisaje Cultural Cafetero
Comités Técnicos Departamentales	<ul style="list-style-type: none"> ● Por cada departamento los secretarios de cultura desarrollo planeación turismo ● un delegado del comité departamental de cafeteros ● un delegado de la Corporación Autónoma Regional de cada departamento ● un delegado de las universidades universidad tecnológica de Pereira Universidad Católica de Pereira Universidad Nacional de Colombia sede Manizales Universidad del valle Universidad de Quindío Universidad de Caldas ● un delegado del Consejo departamental de patrimonio correspondiente ● un delegado de la capital del departamento; Caldas Quindío y Risaralda ● un delegado de la caja de compensación correspondiente ● un delegado del Servicio Nacional de aprendizaje SENA correspondiente

	<ul style="list-style-type: none">• un delegado del comité Regional de competitividad
--	---

Fuente: Ministerio de Cultura, 2009b

Es importante resaltar, además, que se trata de una alianza a largo plazo entre el gobierno en sus diferentes ámbitos, la Academia a través de las universidades, quienes constituyen el cuerpo científico de la institucionalidad, el sector privado con la Federación de Cafeteros y una oportunidad de poner a trabajar, en el mismo equipo, a los sectores cultural, ambiental, productivo y educativo, entre otros.

La institucionalidad como ha sido asumida rompe sus límites al involucrar, en la misma mesa de trabajo, a las entidades públicas y a la Academia; al sector privado y a las comunidades; a trabajar en/y desde las regiones en los Comités Departamentales del PCCC que se convierten en oportunidades de compartir información, tareas, ideas y oportunidades para el paisaje. Seguramente el PCCC también habrá impulsado procesos de investigación y de formación más relacionados con el territorio, con los conocimientos y prácticas tradicionales, con los maestros de los oficios de la cultura y del patrimonio cultural que deben enriquecer los programas de pregrado y de postgrado en las universidades y también en los programas educativos de los colegios y centros de formación urbanos y rurales. El funcionamiento de estos comités ha encontrado diferentes desafíos como los cambios en las gobernaciones y en las entidades, y la gran cantidad de tareas de cada entidad que hacen difícil la realización de reuniones periódicas de estos comités y por lo tanto su trabajo articulado.

El reforzamiento de esta institucionalidad vendría, en el año 2018, desde otro órgano fundamental del país: del propio Congreso de la República con la Ley 1913 mediante la cual se creó la comisión técnica Interinstitucional del PCCC conformada así (COLOMBIA, 2018):

Del ámbito Nacional:

Ministros: 1. Agricultura y Desarrollo Rural, 2. Cultura, 3. Ambiente y Desarrollo Sostenible, 4. Comercio, Industria y Turismo, 5. Minas y Energía

Director del Departamento Nacional de Planeación

Delegado del Presidente de la República

Gerente de la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia

Del ámbito regional:

Gobernadores de los Departamentos: Caldas, Quindío, Risaralda, Valle del Cauca

Directores de las Corporaciones Autónomas Regionales: Caldas, Quindío, Risaralda, Valle del Cauca.

Tanto esta Ley como todo el proceso para su adopción y los demás proyectos legislativos que se han desarrollado alrededor del PCCC son una muestra del impacto y de la importancia de su reconocimiento como Patrimonio Mundial y como Patrimonio Cultural de la Nación. Esta declaratoria es la que, en primera medida, ha generado un interés cada vez mayor por conocer el territorio, sus valores ambientales, culturales, sociales y económicos y los desafíos que representa su manejo. El trabajo de esta comisión sin duda ha fortalecido al PCCC en la medida en que pone la luz en otras entidades, en otros sectores y los une para escucharse y compartir esfuerzos en pro de un paisaje cultural, como se relatan los tres informes anuales que se ha enviado al Congreso en cumplimiento de lo establecido en la Ley y que están disponibles en la página web gestionada por la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia.

En este complejo institucional del PCCC merecen también una gran atención los procesos de unión de los alcaldes (gobiernos locales) que vieron en la declaratoria, oportunidades para trabajar juntos en temas de interés regional. La asociación de estos mandatarios y sus cambios en el tiempo demuestra el poder del patrimonio cultural para mirar más allá de los límites municipales y compartir esfuerzos, desafíos, recursos, información, etc. De lo cual sólo pueden hablar las mismas alcaldías que cada vez más deben fortalecerse y empoderarse frente a las oportunidades de descentralización que brindó la Constitución, sin perder aquellas de articularse con las demás entidades territoriales como las gobernaciones y las demás instancias sectoriales.

¿Cuáles pueden ser los principales desafíos de la institucionalidad del PCCC?: entre otros, la necesidad de incorporar márgenes apropiados de flexibilidad. Ello significa buscar oportunidades desde las competencias de cada entidad, para, generar sinergias, objetivos comunes con instrumentos de planeación y desarrollo que puedan complementarse. El tener la capacidad de aprender conceptos y estrategias en sectores que antes no se consideraban congruentes o convergentes. El atreverse a encarar las tareas desde más puntos de vista, actuales, pasados y potenciales. El adaptarse a los cambios sin perder la finalidad de este patrimonio cultural que nos une: reconocer y cuidar nuestra herencia. Lo que recibimos del

esfuerzo y generosidad de las personas que forjaron unas formas de vida asociadas a un territorio único y hermoso, con tanto aún para descubrir, para comunicar, para no dar por sentado. En suma: para cuidar con responsabilidad y en grupo. Es fácil decir trabajar articuladamente, generar acuerdos, etc. Lo difícil es aterrizarlo. No se trata únicamente de entidades. También se trata de personas, de voluntades, de capacidades, de compromisos institucionales y personales.

Algunos de los más de 100 paisajes culturales incluidos en la Lista de Patrimonio Mundial nos muestran esquemas de organización institucional adaptados a cada sitio y de los que podemos aprender mucho. Hay esquemas que cuentan con comités científicos y técnicos para los diferentes componentes del paisaje, así como grupos encargados de tomar decisiones. Con frecuencia se menciona, en diferentes escenarios, la necesidad de revisar la organización institucional del PCCC. Ojalá se pueda avanzar con propuestas concretas del qué y del cómo. Esta revisión es parte de la dinámica de trabajo para el PCCC. ¿Qué entidades, gremios y sectores se podrán unir a este proceso y cuál sería su rol y aporte principal?, es la pregunta que nos debemos hacer todos los días.

La tarea frente a este análisis es revisar, con lupa y a la luz de las condiciones de hoy, las ventajas y fortalezas de cada entidad frente a lo que se necesita para que el reconocimiento como patrimonio cultural del Paisaje Cultural Cafetero contribuya, en la justa medida, a cuidar y mejorar las condiciones de vida del territorio manteniendo los valores humanos asociados. Se trata de reconocer que no todas las respuestas están o deben estar en una sola entidad o sector, sino de ir completando las piezas (como fichas de un gran rompecabezas), que permitan tener un cuadro lo más completo y dinámico posible para el cuidado del PCCC como agradecimiento y respeto a las generaciones que nos lo legaron y como un deber de garantizar el derecho de las generaciones actuales y futuras a disfrutarlo y a continuar enriqueciéndolo. El PCCC es un paisaje cultural y también un modo y una oportunidad de aportar al país, a las familias, a la vida. Es importante fortalecer la institucionalidad con herramientas técnicas, administrativas y financieras que den respuesta a la complejidad institucional y de gobernanza que existe en el territorio del PCCC.

4. Los horizontes del PCCC y de otros paisajes en Colombia desde lo cultural

En el marco de gestión para la protección del PCCC, se da fuerte énfasis al bienestar económico y social de los habitantes y caficultores, a su apropiación del patrimonio cultural y la sostenibilidad ambiental de la producción cafetalera en el paisaje cultural vivo. Aunque el plan de manejo aborda algunas de las presiones predominantes, incluido el desarrollo inadecuado, las presiones del sector de la construcción, la minería, los cambios en las tradiciones agrícolas locales a través del uso inadecuado de pesticidas, fertilizantes, el procesamiento de aguas residuales y la erosión del suelo, entre otros, los respectivos planes de uso de la tierra aún deben ajustarse para integrar los objetivos del plan de manejo y se requiere legislación adicional para proteger y reconocer los valores ambientales, estructurales, sociales y culturales de las edificaciones tradicionales rurales y urbanas del PCCC.

Para ello desde las regiones se han dado pasos importantes como el desarrollo de proyectos para reconocer el interés cultural de la vivienda en Caldas, los inventarios de inmuebles y las investigaciones y pronunciamientos desarrollados por las universidades. También se han realizado trabajos de aprendizaje y reconocimiento a los portadores de los oficios tradicionales del PCCC como el de la Profesora Yaffa Nahir Ivette Gómez Barrera y esfuerzos desde las diferentes entidades que tienen roles en el paisaje. Es necesario reconocer cada esfuerzo por cuidar el paisaje y promover su adecuado aprovechamiento, y ser conscientes de que es necesario realizar más acciones en temas como la apropiación social e institucional, la comunicación, la productividad cafetera, la gestión adecuada del turismo en equilibrio con otras actividades productivas, la gestión del uso y aprovechamiento del suelo, el reconocimiento de las relaciones funcionales de la región, el cuidado del patrimonio natural y la gestión de riesgos, así como el desarrollo de procesos de formación y educación, el aprovechar el aporte de las artes para conocer y apropiarse de los valores culturales, naturales y sociales del PCCC y otras acciones que aumenten el interés y la conciencia de los niños y jóvenes por el territorio.

Una de las tareas más complejas es poder actualizar los planes de ordenamiento territorial de los 51 municipios del PCCC de manera conjunta, aprovechando las ventajas y oportunidades regionales y trabajando en conjunto en los desafíos también regionales y locales. Para ello desde el PCCC en colaboración con el Ministerio de Vivienda, Ciudad y Territorio de Colombia y las Corporaciones Autónomas Ambientales se desarrolló la Cartilla de incorporación del PCCC en los Planes de Ordenamiento Territorial, la cual tiene los

lineamientos para el manejo de los atributos del PCCC en cada municipio⁵. Esta Cartilla contiene los lineamientos que los municipios deben incorporar en los planes de ordenamiento territorial para asegurar las condiciones necesarias para fortalecer la caficultura, el patrimonio cultural y el patrimonio natural del PCCC fomentando además el desarrollo social y económico de los habitantes (Ministerio de Cultura - Federación Nacional de Cafeteros, 2014). Este documento se desarrolló en el marco del artículo 10 de la Ley 388 de 1997 (COLOMBIA, 1997) que establece que las políticas, directrices y regulaciones sobre conservación, preservación y uso de los inmuebles considerados como patrimonio cultural de la nación y de los departamentos, incluyendo el histórico, artístico y arquitectónico, de conformidad con la legislación, constituyen normas de superior jerarquía para los planes de ordenamiento territorial.

En esta cartilla se dan lineamientos para la determinación de los usos posibles en las zonas del PCCC de modo que se proteja cada uno de sus atributos, salvaguardando los usos agrícolas para la actividad cafetera, identificando sectores e inmuebles que cuenten o requieran de un reconocimiento y tratamiento especial como bien de interés cultural, la protección del patrimonio natural, entre otros. Se trata de una tarea que se debe aplicar en cada caso ya que al tener 51 municipios que, si bien están cobijados en una sola declaratoria como Patrimonio Cultural, presentan diferentes dinámicas y presiones en los usos del suelo, en el crecimiento urbano, entre otros. Se trata de un trabajo que requiere del esfuerzo permanente de articulación con las alcaldías de los municipios y las entidades como las Corporaciones Ambientales Regionales que tienen un papel protagónico en los procesos de actualización y revisión de los planes de ordenamiento territorial de los municipios.

Otro tema en el que se debe trabajar en el proceso de reglamentación del uso productivo de la guadua y su rol en las técnicas constructivas tradicionales de las viviendas y en proyectos de vivienda de interés cultural de acuerdo con la Ley 2079 de 2021 “Por medio de la cual se dictan disposiciones en materia de vivienda y hábitat” (COLOMBIA, 2021) y en el Decreto 651 de 2022 "Por el cual se adiciona el Decreto 1077 de 2015, Decreto Único Reglamentario del Sector Administrativo de Vivienda, Ciudad y Territorio, en relación con la vivienda de interés cultural" (COLOMBIA, 2022c). Estos dos instrumentos legales abrieron las posibilidades al reconocimiento de las ventajas ambientales, económicas, estructurales y sociales y a los valores

⁵ Disponible en el siguiente link: <https://paisajeculturalcafetero.org.co/wp-content/uploads/2022/10/guia-pot.pdf>

culturales de las técnicas constructivas tradicionales asociadas a la vivienda, no sólo de viviendas existentes sino también de nuevas construcciones.

La Vivienda de Interés Cultural - VIC, como decisión política se fue abriendo paso con trabajos muy interesantes como el del arquitecto Santiago Pradilla⁶ que viajó por muchas zonas de Colombia para conocer y reconocer los atributos arquitectónicos de las viviendas tradicionales en cada región, del porqué de sus materiales, de su espacialidad, de sus formas de construcción, de los aspectos comunitarios, de patrimonio inmaterial, así como sociales y económicos asociados. Así mismo, el arquitecto Alberto Escovar, como director de Patrimonio y Memoria del Ministerio de Cultura por casi una década, se encargó de darle un espacio y un impulso desde el Ministerio de Cultura, en conjunción con el Ministerio de Vivienda, Ciudad y Territorio, que estaba formulando la política de vivienda y hábitat, adoptada mediante la Ley 2079 en el año 2021. El artículo 6 de esta Ley que define y le asigna un enfoque diferencial a la VIC, dice que se caracterizará por estar totalmente imbricada en su territorio, a su clima, a las materias primas disponibles, a las costumbres, a las tradiciones, a los estilos de vida de las comunidades, a los saberes y conocimientos tradicionales y con ello a la mano de obra local y a los sistemas comunitarios presentes en cada lugar (COLOMBIA, 2021).

Esta ley abre la posibilidad para que los proyectos de Vivienda de Interés Social a través de los cuales el Gobierno Nacional puede destinar recursos para atender a las necesidades de vivienda de las poblaciones con menos recursos, puedan corresponder a Viviendas de Interés Cultural, con el cumplimiento de unos parámetros de seguridad y culturales que vayan en línea con la definición de la VIC. Ello aplicable en entornos urbanos y rurales y en territorios con manifestaciones inscritas en las listas de patrimonio cultural inmaterial, ello reconociendo técnicas que, como la tapia pisada, constituyen manifestaciones inmateriales con expresiones materiales.

La aplicación de la VIC en el PCCC y en el resto del país requiere de un proceso de definición y puesta a prueba de parámetros técnicos, así como de la ejecución de diferentes proyectos piloto y que sean demostrativos de las ventajas de favorecer la construcción y recuperación de las técnicas constructivas tradicionales. En el PCCC se han hecho trabajos como el prototipo del modelo de vivienda rural sustentable para el Paisaje Cultural Cafetero de Colombia PCCC tipología en “L”, construido en la vereda Buenavista del municipio de

⁶ Ver: <http://www.santiagopraddilla.com/detalle/vivienda-de-interes-cultural>

Chinchiná, diseñado por el arquitecto Jorge Enrique Osorio, liderado y financiado por la Secretaría de Vivienda y Territorio de la Gobernación de Caldas e inaugurado en abril de 2022. Este prototipo se hizo también en el marco del Plan de Manejo del PCCC, en la Estrategia 3 “Gestionar proyectos que mejoren la infraestructura y la productividad de la comunidad”, acción 3.1. “Incentivar la mejora de las condiciones de habitabilidad de los hogares cafeteros con el uso de técnicas tradicionales”. En este proyecto se utilizó la técnica de bahareque encementado y en los diseños la incorporación de los valores arquitectónicos de las viviendas tradicionales del PCCC.

Desde el reconocimiento como Patrimonio Cultural de la Nación del PCCC en Colombia se ha avanzado en la identificación de otros lugares que concentran patrimonio natural y cultural y cuyo reconocimiento y gestión ameritan la mirada de paisaje. Es por ello por lo que, desde el año 2019, mediante el Decreto 2358, se añadió el Título de Paisajes Culturales al Decreto 080 de 2015, que es el Decreto Único Reglamentario del Sector Cultura y de la Ley General de Cultura. Este decreto estableció las bases de declaratoria y manejo de los paisajes en 6 artículos y ordenó al Ministerio de Cultura reglamentar los demás aspectos pendientes (COLOMBIA, 2019).

Este proceso se desarrolló desde inicios del año 2020 hasta el mes de agosto de 2022 cuando se logró, luego de un arduo trabajo con cerca de 20 entidades, gran parte de las cuales hacen parte del Consejo Nacional de Patrimonio Cultural, reglamentar el título de paisajes en dos instrumentos: el Decreto 1516 de 2022 (COLOMBIA, 2022a) y la Resolución 262 de 2022 (COLOMBIA, 2022b). El objetivo de estas herramientas jurídicas es que sean de fácil aplicación y que cuenten con la flexibilidad necesaria para acercarse a los paisajes y reconocer sus componentes, sus historias y sus valores ambientales, culturales, sociales, además de sus condiciones económicas y políticas con miras a generar las formas para su cuidado y aprovechamiento sostenible. Durante la redacción de estos dos instrumentos, en el Ministerio se trabajó en el estudio del paisaje fortificado de Cartagena de Indias y en el territorio del viche, bebida tradicional y cultural de gran parte del Pacífico Colombiano, procesos que continúan en construcción y que seguramente continuarán aportando al conocimiento de nuestras identidades culturales, de lo que compartimos y lo que nos hace diferentes en cada región de Colombia y desde nuestros países con los países hermanos y de otras regiones del mundo.

Reconociendo el carácter único de cada lugar, sea un paisaje rural o urbano o ambos o del tipo que sea, es posible identificar algunos desafíos comunes como la gestión del turismo y

que puede amenazar atributos como la autenticidad y la capacidad de un lugar cultural para mantener una calidad de vida a sus habitantes gestionando adecuadamente a la población visitante; la gestión de actividades como la expansión urbana, la minería, los proyectos de infraestructura, las actividades agropecuarias, por mencionar algunas solamente; así como la urgencia de reconocer y trabajar en pro de la gestión de riesgos y de los impactos del cambio climático.

La gestión del Ministerio de Cultura en esta nueva etapa liderada por la Ministra Patricia Ariza, invita al país a trabajar por la cultura en cuatro ejes relacionados con la paz, la educación y las artes, la memoria y Colombia en el planeta. La gestión de los paisajes puede generar acciones que aporten significativamente al desarrollo de estos cuatro ejes que están interconectados y que son el marco cultural que debe orientar la gestión del PCCC en los próximos cuatro años y que debe quedar en el Plan Nacional de Desarrollo y en todos los planes de todas las entidades que hacen parte de este Patrimonio Mundial.

5. Consideraciones Finales

El conocer el patrimonio cultural desde el paisaje nos ha brindado la oportunidad de ver más allá de los conceptos tradicionales de patrimonio y de cultura. Nos ha llevado a identificar que las oportunidades y las respuestas se pueden encontrar en los espacios a veces menos pensados y a reconocer que luego de 16 años en los que el Ministerio me ha permitido apoyar la gestión del PCCC, cada día se aprende y se hace lo mejor posible; quedando mucho por aprender y mucho por hacer. Es por ello que invito al lector a mirar con nuevos ojos su identidad cultural y sus patrimonios identificando los valores humanos, naturales y culturales, así como los enlaces que constituyen la integridad del patrimonio cultural, su rol y aporte para el desarrollo humano integral y las oportunidades y necesidades que presenta este proceso de valoración y cuidado de nuestras identidades culturales que, afortunadamente, no están definidas de manera perfecta en ningún libro ni en ninguna teoría capaz de abarcar su complejidad (figura 4).

Figura 4: Finca cafetera en Aguadas, Caldas



Fuente: Ministerio de Cultura – PCCC. Fotógrafo Juan Diego Cano

Reconocer los valores naturales, culturales y sociales y como éstos se manifiestan en el PCCC, es necesario para preservar las identidades culturales que se han forjado a través del tiempo y para enseñarnos la importancia del esfuerzo humano por cuidar la naturaleza, la familia y las memorias. Todo ello con el propósito de cuidar una forma de vida basada en el respeto y atención a los recursos naturales, a los valores humanos y a la búsqueda de equidad, los cuales constituyen la base de la identidad cultural en el PCCC.

El PCCC en Colombia ha sido pionero. Ha generado su propio camino, como lo fue el proceso de la Colonización Antioqueña que en pocos años logró una forma de ocupación de un territorio muy difícil, a través de esfuerzos de las familias que se desplazaron en condiciones más que increíbles. Es por ello por lo que la gestión para su cuidado y para la preservación de su carácter productivo y su sostenibilidad implica no sólo reconocer el valor de la historia, sino también el activar procesos de creación e innovación que sean armónicos y respetuosos de la identidad cultural que nos sustenta. Conocer el PCCC es ampliar la perspectiva del patrimonio cultural, de la vida. La reflexión de los paisajes como patrimonio cultural nos invita a tener más puntos de vista sobre nuestros valores culturales y humanos, sobre nuestro rol y sobre lo que

podemos aportarle a la vida. Quizá el compartir los desafíos diarios de la práctica de la gestión cultural nos lleve a comprender que tenemos mucho en común con los paisajes productivos en China o en Portugal o en Brasil. A través de estos lazos podremos mejorar este único planeta que tenemos para conocer y cuidar nuestro patrimonio cultural.

Referencias:

COLOMBIA. **Ley 388 de 1997**. Disponible en <https://www.funcionpublica.gov.co/> Acceso el 6 de abril de 2023

COLOMBIA. **Decreto 2358** de 2019. Bogotá, Colombia, 2019

COLOMBIA. **Ley 2079 de 2021**. Bogotá, Colombia, 2021

COLOMBIA. **Decreto 1516 de 2022**. Bogotá, Colombia, 2022^a

COLOMBIA. **Resolución 262 de 2022**. Bogotá, Colombia, 2022^b

COLOMBIA. **Decreto 651 de 2022**. Bogotá, Colombia, 2022^c

COLOMBIA, Congreso de la República, **Ley 1913 de 2018**. Disponible en <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=87364> Acceso el 6 de abril de 2023

FEDERACIÓN NACIONAL DE CAFETEROS DE COLOMBIA. **Página web**. <http://paisajeculturalcafetero.org.co/> Acceso el 6 de abril de 2023

MINISTERIO DE CULTURA - FEDERACIÓN NACIONAL DE CAFETEROS, **Guía para la incorporación del Paisaje Cultural Cafetero en la revisión y ajuste de los planes de ordenamiento territorial (POT, PBOT, EOT)**, Bogotá, Colombia, 2014. Disponible en: <https://paisajeculturalcafetero.org.co/wp-content/uploads/2022/10/guia-pot.pdf> Acceso el 6 de abril de 2023

MINISTERIO DE CULTURA. **Coffee Cultural Landscape of Colombia Nomination File 1121**. Bogotá, Colombia, 2009^a

MINISTERIO DE CULTURA. **Convenio 1769 de 2009 entre Ministerio de Cultura, Gobernaciones de Caldas, Quindío, Risaralda y Valle del Cauca, Federación Nacional de Cafeteros de Colombia y Universidades**. Bogotá, Colombia, 2009^b

MITCHELL, Nora; RÖSSLER, Mechtild; TRICAUD, Pierre-Marie (Authors/Ed.). **World Heritage Cultural Landscapes A Handbook for Conservation and Management. World Heritage Papers 26**. Paris, França. UNESCO: 2009. Disponible en: https://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_26_en.pdf Acceso el 8 de abril de 2023

OPP – Observatório para la Sostenibilidad del Patrimonio en Paisajes, 2011. Disponible en: <http://www.fadmon.unal.edu.co/inicio/extension/catedra-unesco/observatorio.html>, Acceso el 6 de abril de 2023

PRADILLA, Santiago, **Vivienda de Interés Cultural**. Bogotá, Colombia, 2010. Disponible en <http://www.santiagopradilla.com/detalle/vivienda-de-interes-cultural> Acceso el 6 de abril de 2023

UNESCO, Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, Annex 3 y Annex 5. 2005. Disponible en <http://whc.unesco.org/en/guidelines/> Acceso el 6 de abril de 2023

WORLD HERITAGE COMMITTEE **35COM 8B.43 - Cultural Properties - Coffee Cultural Landscape of Colombia**. 2011. Disponible en: <https://whc.unesco.org/en/list/1121> Acceso el 6 de abril de 2023

Recebido em 24 de outubro de 2022 | Aceito em 27 de fevereiro de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

Paisaje cultural cafetero de Colombia- PCCC, y su relación con las arquitecturas patrimoniales de bahareque

José Fernando Muñoz Robledo



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ROBLEDO, José Fernando Muñoz Paisaje cultural cafetero de Colombia- PCCC, y su relación con las arquitecturas patrimoniales de bahareque. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 93-118, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

Paisaje cultural cafetero de Colombia- PCCC, y su relación con las arquitecturas patrimoniales de bahareque

José Fernando Muñoz Robledo¹

Resumen

En el año 2011 la UNESCO declara el Paisaje Cultural Cafetero de Colombia- PCCC como patrimonio de la humanidad, y reconoce la ejemplaridad de sus arquitecturas vernáculas construidas en estructuras de madera y bambú guadua denominadas bahareques patrimoniales. Este ensayo testimonia mi experiencia académica y profesional, sobre los estudios que nos han permitido redescubrir y poner en valor prospectivo las cualidades de este sitio: antropológicas, ambientales, y físicas; constituyentes de unas características excepcionales como base de la sustentación y declaratoria del PCCC. La metodología adoptada se refiere al rescate histórico de las experiencias del autor y la documentación relacionada con el tema, lo que caracteriza el texto elaborado como referencia a la construcción geo histórica y sobre la importancia del patrimonio arquitectónico analizado a escala nacional y mundial.

Palabras clave: paisaje Cultural, Bahareque, sostenibilidad

Abstract

In 2011, UNESCO declared the coffee cultural landscape of Colombia- PCCC, as a World Heritage Site and recognized the exemplary nature of its vernacular architecture build in timber and bamboo guadua structures called heritage bahareques. This essay testifies my academic and professional experience, on the studies that have allowed us to rediscover and value prospectively the qualities of this site: anthropological, environmental, and physical; constituents of exceptional characteristics as the basis for the support and declaration of the

¹ Profesor Asociado. Universidad Nacional de Colombia- UNAL, Escuela de Arquitectura y Urbanismo- EAU

PCCC. The adopted methodology refers to the historical rescue of the author's own experiences and existing documentation related to the theme, which characterizes the text elaborated as a reference to the geohistorical construction and on the importance of the architectural heritage analyzed on a national and global scale.

Keywords: cultural landscape, Bahareque, sustainability

1. Introducción

Desde el año 1993, el grupo de investigación sobre patrimonio urbanístico y arquitectónico- GPUA de la Escuela de Arquitectura y Urbanismo- EAU de la Universidad Nacional- UNAL de Colombia sede Manizales, desarrolla la línea de investigación aplicada sobre el pasado y presente de las arquitecturas de madera y bambú guadua denominadas arquitecturas de bahareque, es decir, construcciones inicialmente de madera, bambú guadua y tierra y sus diversas evoluciones arquitectónicas y constructivas; las cuales identifican las arquitecturas pasadas, aún presentes en el PCCC- declarado patrimonio de la humanidad por la UNESCO en el año 2011.

Las memorias de mis propias experiencias en este proceso de investigación reposan, de manera concluyente, en varios libros publicados por la Universidad Nacional de Colombia como documentos técnicos de soporte del proyecto nacional del PCCC.

A partir del resultado de las investigaciones iniciadas y realizadas por los miembros fundadores del GPUA, se generan adicionalmente las bases teóricas y científicas para el desarrollo de la norma nacional de construcciones sismorresistentes correspondiente al Decreto 052 del 2002 – Bahareque Encementado; en el cual se estipulan las directrices tecnológicas constructivas para, por un lado, realizar la conservación de las arquitecturas patrimoniales de bahareque de manera coherente y por otro, para el desarrollo de arquitecturas contemporáneas provenientes de nuestras propias raíces tecno culturales basadas en la aplicación del Decreto 052/2002 – Norma del bahareque encementado, parte de la NSR/10 – Norma Sismo Resistente 2010 de Colombia; actualmente vigente.

Debe entonces entenderse el concepto de patrimonio no solo como la memoria e identidad de una sociedad del pasado, sino también del presente y, sobre todo, del futuro.

2. Experiencias personales, académicas, profesionales, y lúdicas; sobre la temática del paisaje cultural cafetero de Colombia- PCCC y su relación con las arquitecturas de bahareque

Para desarrollar esta respuesta sobre mi experiencia, para este caso relacionada con el proyecto PCCC, y su relación particular con las arquitecturas patrimoniales de bahareque, definido este como construcciones con estructuras continuas de muros portantes en marcos de madera y guadua (Bambú – *Angustifolia-Kunth*), revestidos inicialmente con tierra o madera y posteriormente en metal o morteros de arena y cemento; debo remontarme cortamente a algunos antecedentes, los cuales me orientan sobre esta temática desde inicios de la década de 1980 (imagen 1).

Figura 1 - PCCC- Salamina, Caldas Bien de Interés Cultural Nacional - BICN- Ciudad de bahareque.



Fuente: Carlos Pineda, 2022.

2.1 Formación académica: pedagogía del aprendizaje

Mis primeras indagaciones en pregrado (1976-1982) sobre la teoría de la valoración del paisaje urbano corresponden al estudio del libro: Aprendiendo de Las Vegas, orientado a una mirada simbólica de las arquitecturas del *strip* o vía principal de dicha ciudad norteamericana,

desde una dimensión estética y estilística; publicado en 1968 por Robert Venturi, Denise Scott Brown y Steven Izenour de la Escuela de Arquitectura de la Yale University. USA.

Esta teoría metodológica de análisis del *strip* o senda principal, la aplico en el centro histórico de la ciudad de Manizales, Colombia; ello me permite experimentar un primer reconocimiento y valoración del significado de muchas de estas arquitecturas desde su dimensión simbólica como memoria e identidad; es decir, desde una primera mirada patrimonial.

También lo aprendido del libro publicado en 1960 por Kevin Lynch, La imagen de la ciudad, en el cual define los cinco elementos de la estructura urbana que interactúan desde la dimensión de la percepción visual; es decir la ciudad perceptible como paisaje urbano y arquitectónico con referentes simbólicos en el territorio.

Son los componentes de vías, bordes, barrios, nodos, e hitos de las ciudades, definidos por Lynch, los cuales hoy considero permanecen en la lectura de las estructuras urbanas contemporáneas casos POT – Planes de Ordenamiento Territorial, de los municipios de Colombia.

Otra de mis bases académicas sobre la temática particular del patrimonio arquitectónico, componente estructurante del PCCC, proviene de mi formación de posgrado y corresponde al proyecto de taller de proyectos arquitectónicos en contextos históricos, el cual se desarrolla en Sabbioneta, Italia, pueblo de la Lombardía en la provincia de Mantua, como estudiante de Máster en Arquitectura de la Washington University. USA, años 1983-1984, como becario Fulbright.

El reto de este proyecto urbanístico y arquitectónico, para este caso, corresponde a la Casa de la Música de Sabbioneta, un edificio de obra nueva, articulado armónicamente al tejido urbano histórico del poblado medieval hexagonal, cuyas murallas poseen dos puertas de acceso; de ello aprendo que un edificio nuevo debe emplazarse armónicamente en su lugar de inserción y en su momento histórico correspondiente; es decir, un edificio contextual que se ajuste al paisaje cultural, ambiental y físico del entorno histórico, pero que también permite leer la evolución (o involución) de la ciudad, de manera honesta en sus diferentes momentos de desarrollo a través de los tiempos.

Finalmente acoto el diplomado en Historia de la Arquitectura Italiana y Restauo – Progetto Italia 1997 – Convenio Universidad de Palermo, Argentina y Sapienza Università di Roma, Italia. De esta experiencia, académica y de vida, aprendo como el patrimonio urbanístico

y arquitectónico debe ser reconocido y tratado como una política en la administración y gestión de los territorios; en este caso para los municipios de Colombia en el marco de los POT.

3. Génesis y evolución proyecto paisaje cultural cafetero de Colombia- PCCC

El hoy proyecto paisaje cultural cafetero de Colombia – PCCC (imagen 2) surge, a mi consideración, con base conceptual y teórica desde la academia, para este caso en la Escuela de Arquitectura y Urbanismo- EAU de la Universidad Nacional de Colombia sede Manizales, la cual surge en 1969 conocida como El Cable; cuyo conjunto edilicio es un BICN (Bien de Interés Cultural Nacional), dado a que sus edificios, cuna inicial del Departamento de Arquitectura, corresponden a la antigua estación La Camelia / Manizales del sistema de Cable Aéreo, construidos en madera empernada con base en tecnología constructiva inglesa – australiana, y el cual operó desde 1922 a 1965 aproximadamente, cruzando la cordillera central de Colombia entre Mariquita, ruta al río Magdalena, y Manizales, en una extensión aproximada de 76 kilómetros, en su momento el sistema de transporte de cable aéreo más largo del mundo; en el marco de la por mi denominada “una odisea andina”.

Figura 2 - PCCC- Marsella, Risaralda. Bien de Interés Cultural Nacional - BICN- Paisaje urbano de bahareque.



Fuente: Carlos Pineda, 2022.

El marco conceptual original de la estructura curricular, hoy considerado tiene base en el Regionalismo Crítico de Kenneth Frampton, 1983, al cual inclusive antecede, dado a sus inicios orientados hacia una arquitectura crítica y social en la búsqueda de responder, en todas las dimensiones: antropológicas, ambientales y físicas, al contexto regional en que ella se desarrolla; anteriormente denominado antiguo Caldas o, eje cafetero o, triangulo cafetero de Colombia; hoy PCCC.

Un antecedente temprano y orientador hacia una mirada y reconocimiento de las arquitecturas del territorio del PCCC es el legado del Arquitecto Néstor Tobón Botero de la colección de libros, hoy incunables, sobre la por él tempranamente denominada, Arquitectura de la Colonización Antioqueña, 1985; por cuanto parte del territorio de estudio corresponde al hoy PCCC, pero si bien él considera estas arquitecturas resultantes del momento inicial de los pueblos fundacionales; estas realmente se dan posteriormente durante los procesos de evoluciones y transformaciones urbanísticas y arquitectónicas del paso de aldeas a ciudades de la república: por lo tanto actualmente se denomina Arquitectura Republicana de Colombia.

La consolidación de la Escuela de Arquitectura y Urbanismo - EAU de la Universidad Nacional de Colombia, en los 1980s, como uno de los centros de pensamiento de la arquitectura latinoamericana, se manifiesta en la extensa compilación de textos del libro resultante del III Encuentro de Arquitectura Latinoamericana – Corrientes actuales y rumbos posibles de una arquitectura latinoamericana; publicado por la Universidad Nacional de Colombia sede Manizales, Departamento de Arquitectura - El Cable, 1987.

Por la hoy EAU- El Cable, trasegaron los arquitectos y así los conocimientos más influyentes de la posmodernidad de fin de siglo XX, particularmente del sur del continente americano, para este caso sobre el reconocimiento, la valoración, y la preservación de nuestras propias culturas arquitectónicas; del cual, quedan los aprendizajes particularmente de Marina Waisman y Ramón Gutiérrez, con el legado latinoamericano de comprender que también el patrimonio es la memoria e identidad de nuestras propias sociedades; pero sobre todo, que poseemos unos patrimonios dignos de ser valorados y reconocidos.

Con el primer Plan de Desarrollo Integral del municipio de Manizales, Colombia 1987, el arquitecto y profesor Hernán Giraldo Mejía dirige el primer proyecto de valoración del patrimonio urbanístico y arquitectónico de Manizales publicado por la UNAL en 1991, en el libro: Aproximación de Manizales en la arquitectura nacional.

Posteriormente y con la publicación del libro: *Un Siglo del Bahareque en el Antiguo Caldas*, por parte del arquitecto y profesor Jorge Enrique Robledo Castillo, en 1993; se funda al mismo tiempo en la Escuela de Arquitectura y Urbanismo- EAU de la Universidad Nacional de Colombia sede Manizales, el Grupo de Patrimonio Urbanístico y Arquitectónico -GPUA, como grupo de investigación aplicada sobre esta temática y considera al contexto regional del hoy PCCC como territorio de estudio.

El recién fundado GPUA, se orienta a sacudir y descolonizar la EAU de la concepción posmodernista e internacionalista imperante del momento; con dos proyectos básicos académicos de carácter local y regional:

- Taller de patrimonio centro histórico republicano de Manizales.
- Salamina, Caldas, Colombia, patrimonio de la humanidad.

Es así como desde 1993, con la fundación del GPUA se continúan desarrollando y complementando las líneas de investigación sobre patrimonio urbanístico y arquitectónico del hoy PCCC, con base en las respuestas dadas por los profesores arquitectos, a las preguntas de investigación del GPUA fundacional, así:

1- Jorge Enrique Robledo Castillo:

Responde cómo es el fenómeno histórico, socio político, y de ocupación física del territorio del hoy denominado PCCC; además del desarrollo teórico de la evolución estilística y constructiva de la ciudad republicana de bahareque en Manizales 1850-1930, con la publicación adicional del libro: *La ciudad en la colonización antioqueña: Manizales*, publicado en 1996.

2- Hernán Giraldo Mejía:

Responde cómo se adapta un modelo conceptual y metodológico de valoración arquitectónica y tipológica de la arquitectura patrimonial del hoy PCCC, con los inventarios del patrimonio arquitectónico de Manizales como centralidad de estudio y de Salamina, Caldas como caso de estudio y laboratorio urbanístico, paisajístico, arquitectónico y constructivo. Por cuanto es declarado BICN- Bien de Interés Cultural Nacional en 1982; se desarrolla la investigación aplicada, del Plan Especial de Protección- PEP del Centro Histórico de Salamina, Caldas, de 1998, bajo la codirección de la arquitecta María Matilde Villegas Jaramillo; por cuanto el centro histórico de Salamina, Caldas, Colombia y se presenta ante la UNESCO en

1999 a través de las gestiones del arqueólogo de París en ese momento, antropólogo – arqueólogo Luis Gonzalo Valencia; con la propuesta inicial de declaratoria de Salamina, Caldas, Colombia como patrimonio de la humanidad.

Gestiona la conceptualización y comprensión de la estructura geopolítica y funcional del territorio del hoy PCCC, la cual se consolida entre 1995-2000, con los trabajos de investigación geográfica desarrollados por el GPUA con el Geógrafo profesor Gunter Mertins de la Universidad de Marburg, Alemania, resultados publicados por la UNAL en el libro: Pequeñas poblaciones de la región cafetera de Colombia: desarrollo polos económicos y patrimonio, 2000.

Finalmente, como caso de estudio ejemplar, desarrolla los procesos de socialización, culturización y apropiación ciudadana sobre el patrimonio del PCCC, con la investigación detallada de publicación masiva del libro: Manizales, Centro Histórico Memorial de la Arquitectura Republicana, 2002; por parte del diario La Patria de Manizales de circulación local y nacional.

3- Jorge Enrique Esguerra León Gómez:

Responde cómo es el modelo histórico de ocupación del territorio en la fase fundacional de los primeros asentamientos poblacionales en el PCCC, con la investigación sobre: El poblamiento y la urbanización del centro occidente de Colombia, línea de investigación iniciada en 1995 en el marco de un estudio macro geográfico.

También, la investigación inédita: La segunda fundación de Manizales - Las transformaciones urbanas después de los incendios de la década de 1920; además los procesos de gestión y normalización como director del Plan Especial de Protección- PEP del Centro Histórico de Manizales 1996 -declarado BICN por MINCULTURA, al contener el mayor conjunto de arquitectura republicana de Colombia.

4- José Fernando Muñoz Robledo

Responde cómo son las tecno culturas constructivas de las arquitecturas patrimoniales del PCCC; en otras palabras, cómo han sido las evoluciones e involuciones de los sistemas constructivos en este sitio, desvelados como línea de investigación con un primer documento resultante del componente arquitectónico constructivo del PEP Centro Histórico de Manizales 1996, denominado: Sistemas y subsistemas constructivos del centro histórico de Manizales: evolución e involución del bahareque al cemento armado, 1996.

Reconoce la relación personal, físico perceptual, con el territorio de estudio correspondiente al PCCC ,y se enriquece profundamente a través de dos años de recorridos lúdico académicos durante 1995 y 1996, en jornadas de viajes de fin de semana en motocicleta; transitando y analizando las trochas remanentes de los caminos coloniales y fundacionales de arriería, así como las fincas, las fondas de arriería (comercio, estancia y lúdica para los arrieros antiguos), las veredas rurales (conjuntos de fincas con una centralidad funcional), los corregimientos (conjunto de veredas rurales con una centralidad funcional jerárquica de corregimiento), además de los centros poblados rurales; los cuales configuran la estructura rur-urbana de los municipios del PCCC.

Posteriormente con la Codirección del Componente Patrimonial del POT – Plan de Ordenamiento Territorial del municipio de Manizales, Colombia 1999- 2000, este se aprueba como política municipal en el Acuerdo 508 de 2001, en el cual, desde la historia propia del municipio, se conceptúan y definen las áreas de interés cultural de este territorio local, y se reconoce y define el patrimonio urbanístico y arquitectónico municipal.

Como consecuencia del terremoto de 1999, el cual devastó parte del territorio del PCCC, especialmente el departamento del Quindío y, por el cual caduca el por mí denominado, “*mito de material*”, por cuanto la generalidad de las construcciones en “*material*”: concreto, mamposterías de ladrillo y bloque de cemento, etc., sin rigor constructivo y menos normativo, colapsaron; en cambio, las arquitecturas vernáculas tradicionales construidas en bahareque se mantuvieron de pie.

La respuesta de cómo se construyen dichas arquitecturas tradicionales y sus patologías constructivas básicas, queda plasmada en el libro: Tipificación de los sistemas constructivos patrimoniales de bahareque en el Paisaje Cultural Cafetero de Colombia, publicado por la UNAL en el 2010; presente como documento técnico de soporte del proyecto PCCC desde el año 2002 de su realización como investigación aplicada, y complementada en publicaciones y ponencias de carácter local, nacional e internacional y, de manera significativa, particularmente en el libro de la historia de Manizales desarrollada desde una perspectiva tecno cultural (QUINTANILLA – AIBAR, 2002) titulado: Tecno culturas de las arquitecturas de baja altura en el municipio de Manizales, Colombia, publicado por la UNAL en 2015.

Para inicios del siglo XXI, como consecuencia del desarrollo de la temática patrimonial en el contexto académico local, además de la culturización no solo regional- PCCC, sino nacional e internacional, con base en políticas que lo soportan; una nueva historia de Colombia

se ha escrito, ella referida a la arquitectura post colonial, denominada Arquitectura Republicana de Colombia (1850 – 1930), como patrimonio urbanístico y arquitectónico que surge de nuestras propias raíces culturales y la cual se consolida en evoluciones paradigmáticas con base en una estética neoclásica ecléctica y técnicas constructivas de bahareque con procesos evolutivos suigéneris; presentes y representantes de las arquitecturas del PCCC.

4. Paisaje cultural cafetero de Colombia- PCCC: proyecto de país

Es a partir de las experiencias académico científicas antecesoras que se visualiza, analiza, sistematiza y se pone en valor patrimonial, este fenómeno paradigmático de la historia de Colombia y se evidencia que el ejemplo de Salamina, Caldas, Colombia, no es particular, sino general en toda la región del PCCC, resultante del fenómeno colonizador de inicios de la república en los años 1800s, y del cual queda la huella histórica en casas fincas, fondas, veredas, centralidades veredales, corregimientos, centralidades de corregimiento y cabeceras municipales; construidos de manera paradigmática durante mediados del siglo XIX y comienzos del siglo XX en las técnicas de los bahareques patrimoniales; a medida que la economía y la cultura cafetera se desarrollan hasta dejar una huella particular (imagen 3).

Figura 3 - PCCC- Salamina, Caldas. Bien de Interés Cultural Nacional - BICN- Bahareque de tierra.



Fuente: Carlos Pineda, 2022.

Hay que recordar que solo a partir de 1992 el Comité de Patrimonio Mundial de la UNESCO, incorpora la categoría de paisajes culturales, como herramienta internacional de carácter legal, para valorar, proteger, conservar, y dejar este legado de memoria e identidad a las generaciones futuras, para este caso de un PCCC de valor universal excepcional.

La Ley 388 de 1997 – Ley de ordenamiento territorial de Colombia, conlleva al desarrollo de los POT- Planes de Ordenamiento Territorial y sus derivados, en todos los municipios colombianos; obligados a reconocer, entre otros, el componente patrimonial.

La Ley 397 de 1997 – Ley general de cultura de Colombia, dicta normas sobre los patrimonios culturales y se crea el Ministerio de la Cultura- MINCULTURA, entre otros.

Para finales del pasado siglo XX, las nuevas leyes nacionales de Colombia reconocen los patrimonios desde una dimensión cultural y por lo tanto obligan a los municipios del país a desarrollar sus *POT*- Planes de Ordenamiento Territorial, en sus diversas escalas, e integrar los componentes patrimoniales a las políticas de gestión cultural de los territorios.

Para inicios de este siglo XXI, años 2000-2002, ante los previos reconocimientos por parte de la UNESCO del valor patrimonial de este sitio, relativos al modelo ejemplar de interacción de los seres humanos y al medio natural de este meso territorio andino; se funda la CATEDRA UNESCO en la Universidad Nacional de Colombia, sede Manizales, impulsada desde sus inicios por el sociólogo profesor Fabio Rincón Cardona, hoy además complementada con el Observatorio para la Sostenibilidad del Patrimonio del PCCC.

Dicha cátedra UNESCO, no solo el tema de patrimonio, para este caso del PCCC, se expande y arraiga en el sitio, con congresos, seminarios y diplomados sobre patrimonios y PCCC, entre otros; sino además, la valoración e inventarios detallados de los patrimonios de este sitio se generalizan obteniendo la información completa para formular un proyecto nacional para su declaratoria como paisaje cultural cafetero de Colombia- PCCC, patrimonio de la humanidad, soportado en la inmensa cantidad de documentos tecnológicos resultantes de las experiencias académicas antecesoras.

El proyecto *PCCC* en su momento es adoptado por MINCULTURA, Colombia, como proyecto de país; y es en el nicho de la cátedra UNESCO, proyecto paisaje cultural cafetero de Colombia, en la cual se desarrolla y, por lo tanto, toma sus diversos rumbos hasta constituirse como Ley Nacional, y logra el objetivo de proyecto de país.

La historia de dicho proceso académico, administrativo y político, hasta la declaratoria por parte de la UNESCO en el año 2011 del paisaje cultural cafetero de Colombia: patrimonio de la humanidad; es otra historia.

5. Tipificación de las tecno culturas constructivas de los bahareques patrimoniales del paisaje cultural cafetero de Colombia- PCCC

Para dar a entender la relación intrínseca entre el PCCC y las arquitecturas patrimoniales de bahareque, es necesario conocer la definición enciclopédica la cual lo define como un americanismo cubano, *Bajareque*: correspondiente a construcciones en cañas y tierras. Se debe saber que las cañas son gramíneas, o sea pastos, para nuestros casos bambúes gigantes, en Colombia denominados como Guadua (*Angustifolia, Kunt*), específicamente el bambú utilizado en construcción; pero, también se debe saber que en los andes colombianos, sitio del PCCC, los guaduales provienen del pie de monte ribereños mientras las maderas finas: robles, cedros, laureles, guayacanes, entre muchos otros, hoy casi en extinción, provienen de las montañas y sus bosques de niebla, donde se desarrollan muchos de los asentamientos humanos de este sitio andino.

Es decir, en el PCCC, los para este caso llamados bahareques patrimoniales (MUÑOZ, 2010), denominación adoptada desde la definición inicial del 2002 para el proyecto PCCC; corresponde a construcciones cuyas estructuras continuas de muros portantes son desarrolladas a partir de marcos estructurales de madera y guadua, los cuales son revestidos con diferentes materiales, inicialmente naturales del lugar: tierra o madera y posteriormente importados: metal y cemento; de allí sus nombres actuales: bahareque de tierra; bahareque de tabla; bahareque metálico; bahareque encementado (ROBLEDO, 1993).

Como fenómeno tecno cultural y jamás de inventores sobre humanos (QUINTANILLA – AIBAR, 2002); el uso de los materiales naturales del lugar como la tierra, las maderas, y la guadua; es tan ancestral y primitiva como los mismos seres humanos, desde la construcción de los cobijos prehistóricos; con las manifestaciones incontables de la evolución como tecno culturas constructivas tradicionales, basta con analizar los pueblos medievales construidos en entramados de madera y tierra; hasta sus evoluciones e involuciones actuales del PCCC como caso paradigmático. Es decir, con el paso complementario de las técnicas constructivas desarrolladas con base en la tradición; hacia las tecnologías constructivas desarrolladas con

base en las ciencias de las arquitecturas y las ingenierías, manifiesta en las normas de construcción vigentes.

Como antecedente, para el caso del PCCC el modelo republicano rur-urbano de ocupación histórica del sitio se desarrolla de manera centrípeta, desde afuera en la ruralidad hacia el centro en los poblados como génesis de los *bahareques fundacionales* manifiestos en los modelos actuales simulados en 3D (MUÑOZ, 2015). Estos corresponden a construcciones de un solo piso volumétricamente simples y básicas, de apropiación territorial urbana, desarrolladas a partir del uso de los materiales naturales del lugar: maderas y guadua, con recubrimientos en tierra, protegidos por cubiertas vegetales.

En la transformación de aldea a ciudad manifiesta en las arquitecturas post fundacionales entre 1870s y 1880s, denominadas arquitecturas republicanas de referencia colonial última (MUÑOZ, 1999); recurren a técnicas constructivas coloniales, con el uso de la tierra para muros en tapias de tierra pisada generalmente de dos pisos con techos de madera y guadua de grandes aleros, recubiertos con tejas de barro, acompañados en sus fachadas de balcones corridos, arquitecturas de referencia colonial desarrolladas con las primeras adaptaciones estéticas tempranas del estilo republicano presente inicialmente en los cerramientos de puertas y ventanas.

Devastadas por los sismos de finales de 1880s, para la reconstrucción se recurre a la reutilización masiva de los tapias de los primeros pisos remanentes, complementados con muros dobles en ladrillo de barro cocido pega tizón y sogá, para los primeros pisos, provenientes de las primeras ladrilleras o fábricas de ladrillo y, en los segundos pisos se recurre al uso del bahareque, inicialmente de tierra o tabla y posteriormente metálico y encementado, técnicas constructivas de cultura sísmica local y por lo tanto denominadas estilo temblorero (MUÑOZ, 1996).

Estas técnicas constructivas tienen la particularidad de ser el resultado de una fusión tecno cultural entre las técnicas constructivas coloniales de muros rígidos, gruesos y pesados de los primeros pisos, inicialmente en tapias de tierra pisada y posteriormente en muros dobles de ladrillo de barro cocido con pega en tizón y sogá, absorbentes de energía sísmica; con las técnicas prehispánicas de muros de bahareque en los segundos pisos, livianos y flexibles, disipadores de energía sísmica.

Para el caso del PCCC, se han identificado seis tipos de estilo Temblorero (MUÑOZ, 2015), los cuales presentan una evolución cultural: estilística y constructiva, siempre en retroalimentación; así:

- Estilo Temblorero 1: primeros pisos en muros de tapias de tierra pisada; segundos pisos en muros de bahareque de tierra macizo o hueco.
- Estilo Temblorero 2: primeros pisos en muros de tapias de tierra pisada y mampostería de ladrillo, pega tizón y sogá; segundos pisos en bahareque de tierra macizo o hueco.
- Estilo Temblorero 3: primeros pisos en muros de mampostería de ladrillo, pega tizón y sogá; segundos pisos en bahareque de tierra macizo o hueco.
- Estilo Temblorero 4: primeros pisos en muros de tapias de tierra pisada; segundos pisos en bahareque de tabla.
- Estilo Temblorero 5: primeros pisos en muros de mampostería de ladrillo, pega tizón y sogá; segundos pisos en bahareque metálico.
- Estilo Temblorero 6: primeros pisos en muros de mampostería de ladrillo, pega tizón y sogá; segundos pisos en bahareque encementado.

Al consolidarse la región del hoy PCCC, como la primera economía del país para inicios del siglo XX, por la fuerte cultura cafetera, la importación de materiales modernos de construcción: acero, cemento, vidrio, etc. y los nuevos imaginarios de los ciudadanos manizaleños del momento quienes, en sus gestas del comercio cafetero internacional, pasan largos períodos en Europa y Estados Unidos; son seducidos por, para ellos, la modernidad del neoclásico de las ciudades y proceden a importar dicha imaginería decorativa, según su entender, para incorporarla a las construcciones de estilo temblorero tardío, lo cual obliga a evolucionar tecno constructivamente.

En los modelos constructivos desarrollados en maquetas hiper realistas en escala 1:20 y modelos 3D (MUÑOZ, 2010), de simulación de los seis estilos tembloreros; es apreciable como en los primeros cuatro estilos tembloreros tempranos, sus estéticas genéricas son simples y la manifestación del estilo republicano temprano, es decir el uso de una ornamentación neoclásica ecléctica de referencia externa, europea o norteamericana, adoptada básicamente en los cerramientos de puertas y ventanas.

Posterior o tardíamente, los dos últimos estilos tembloreros, apoyados en la importación de materiales modernos, manifiestan un desarrollo paradigmático en la arquitectura republicana de bahareque del PCCC, cuando en la búsqueda ecléctica generalizada e integral de imponer la

ornamentación neoclásica de estas arquitecturas republicanas, Los techos con alero de referencia colonial de los primeros cuatro estilos tembloreros, desarrollados como protección de estas edificaciones dada la naturaleza de los materiales dado a la climatología y pluviosidad extrema del PCCC; son modernizados al recortar los aleros y esconder las cubiertas de tejas de barro, con las nuevas fachadas en bahareque metálico o encementado, las cuales se elevan en continuidad con los planos volumétricos de las edificaciones paramentadas y continuas; denominados techos con áticos.

Como conclusión hipotética basada en los estudios realizados sobre la historia tecno cultural constructiva de la ciudad de Manizales, Colombia; se evidencia como a mediados de los años 1880s, un gran terremoto registrado en los datos de la sismicidad histórica del PCCC, destruye gran parte de la ciudad y por ello se recurre masivamente al desarrollo urbano de los estilos tembloreros, cuya génesis ya anotada se da en el territorio rural.

Se sabe además que, por efectos de dicho evento natural, la iglesia parroquial de la ciudad de Manizales levantada integralmente en muros de tapia pisada: termina por colapsar y es remplazada por la primera y moderna Catedral de Manizales, de estilo neoclásico ecléctico construida en Bahareque Metálico; es decir, toda la estructura de la máxima edificación religiosa se ensambla íntegramente a compresión en entramados o marcos de maderas finas con diagonales o riostras, tales como roble, nogal, cedro, entre otras, como material natural de construcción predilecto y disponible, acotando que la guadua, en las arquitecturas patrimoniales tembloreras y de bahareque, esta se considera un material de construcción secundario como suple falta, es decir, para suplir la falta de una buena madera (MUÑOZ, 1996).

Como medida de protección de la estructura de madera contra los suelos húmedos y la alta pluviosidad del lugar, ésta se levanta del suelo y se apoya sobre muros de sobrecimiento o zócalos, en mampostería de ladrillo. Toda la estructura de madera es finalmente revestida en láminas o chapas metálicas importadas con un proceso sofisticado de ornamentación neoclásica ecléctica de carácter escenográfico; es decir, una reinterpretación estilística local de las catedrales clásicas europeas y neoclásicas norteamericanas construidas en materiales pesados pétreos o de cemento armado; pero en este caso local del PCCC; construida en un sistema liviano, de adaptación, desarrollo, y evolución local de manera ejemplar; como lo es el bahareque metálico.

Al ser la nueva Catedral de Manizales, la obra mayor y la más simbólica de este momento histórico; orienta a que los bahareques patrimoniales de tierra (macizo y hueco), tabla,

metálico y encementado, de sus segundos pisos; descienden hasta los primeros pisos, particularmente en las viviendas desarrolladas generalmente de dos pisos o más según las pendientes del terreno y, siempre también apoyadas sobre el suelo en sobrecimientos o zócalos de mampostería de ladrillo, como cortante de humedad entre el suelo y las estructuras de bahareque.

Es a partir de este fenómeno tecno cultural del cual se comienzan a desarrollar masivamente los bahareques patrimoniales del PCCC, ya como estructuras de dos o más pisos integrales de bahareque, construidas sobre zócalos de protección en mamposterías de ladrillo con techos inicialmente con aleros y posteriormente con áticos, denominados actualmente como: Bahareque de Tierra, Bahareque de Tabla, Bahareque Metálico y, Bahareque Encementado, en relación directa con los recubrimientos de las fachadas (ROBLEDO, 1993).

Los bahareques patrimoniales del PCCC no solo surgen del mismo proceso de evolución tecno cultural de los seis estilos tembloreros antecesores; sino además se acompañan paralelamente en los procesos de evoluciones ejemplares, pero también de involuciones, los cuales se han tipificado y desvelado las patologías constructivas básicas (MUÑOZ, 2010); definidos como sistemas constructivos sistémicos, conformados por sus componentes constructivos de: fundaciones (cimientos y sobrecimientos); estructura continua de muros portantes en marcos estructurales con diagonales o riostras en madera y guadua; con entramados internos variables también en madera y/o guadua dependiendo del material de revestimiento de dichos muros, particularmente de sus fachadas (tierra, tabla, láminas metálicas, morteros de arena y cemento; los cuales además tienen la característica de ser mutables y adaptables a los materiales modernos del momento, no solo históricamente, sino también actualmente. Como ejemplo, algunas arquitecturas originalmente construidas en bahareque de tierra, los revestimientos originales de los muros en tierra son remplazados posteriormente por morteros de arena y cemento, mutando de bahareque de tierra a bahareque encementado.

5.1 Similitudes y diferencias tecno constructivas de los bahareques patrimoniales

Los cuatro bahareques patrimoniales tipificados en el PCCC se caracterizan por poseer algunos de sus componentes constructivos similares, pero; también por poseer algunos de sus subcomponentes constructivos diferentes, así:

Similitudes

Fundaciones en cimientos contruidos inicialmente con zarpas ciclópeas de cal y canto, es decir, cimientos continuos de piedra de granito de canto rodado, culturalmente denominada piedra de maní, proveniente de las múltiples quebradas y ríos de la región, aglutinadas con morteros de arena y cal; posteriormente y con la aparición del cemento importado, se remplaza la cal por cemento portland para el aglutinado de los ciclópeos. Sobrecimientos, a manera de zócalos de protección de las estructuras de madera y guadua contra la humedad del suelo; contruidos como muros bajos en mampostería simple de ladrillo, pega sogá, sobre los cuales se desarrollan, simplemente apoyados, los diafragmas de sobre piso.

Los diafragmas de sobre piso, son contruidos idealmente en vigas de madera, encadenados para una óptima rigidez, sobre las cuales se instalan las tablas de acabado, para este caso de los sobre pisos.

La estructura primaria de los muros de primeros y segundos pisos (o más según la pendiente del lugar) como estructura continua, se desarrolla a partir de marcos estructurales de madera y guadua, típicos de las estructuras de las arquitecturas patrimoniales de bahareque del PCCC: solera inferior, solera superior, columnas o pie derechos y diagonales o riostras, reforzando particularmente las esquinas superiores de los muros de las edificaciones; éstos se construyen simplemente apoyados sobre los diafragmas de sobre piso y entrepiso, lo cual genera una discontinuidad estructural en toda la edificación.

Es de anotar, como característica arquitectónica y estilística del estilo republicano, la presencia de cielorrasos en los diafragmas de entrepiso y los techos, a diferencia de las arquitecturas coloniales colombianas; éstos se desarrollan, en algunos casos en relación con el bahareque correspondiente a cada edificación, o en gran medida, en entramados de madera recubiertos en tablas, con la instalación de ornamentaciones particulares; típicos de los bahareques patrimoniales del PCCC.

Diferencias

Los techos, como componentes primarios de los sistemas constructivos de los bahareques patrimoniales del PCCC, se desarrollan en dos tipos particulares así: para los bahareques tempranos hasta los años 1880s aproximadamente: bahareque de tierra y bahareque de tabla, los cuales recurren exclusivamente a los materiales naturales del sitio; los techos se

construyen con un sistema de cerchas de madera y guadua con grandes aleros de protección de las edificaciones contra el clima inclemente tropical andino colombiano, de la más alta pluviosidad y humedad del mundo; denominados techos con aleros.

Hay que recordar que la denominación contemporánea de los bahareques patrimoniales del PCCC inicialmente concuerdan con los revestimientos de las fachadas (ROBLEDO, 1993); en tierra y cagajón equino: bahareque de tierra; en tabla parada con guarda luces: bahareque de tabla; en láminas metálicas importadas: bahareque metálico; en morteros de arena y cemento: bahareque encementado. Los acabados de los muros típicamente en cal como pintura y saneamiento de las edificaciones y, los cerramientos de puertas y ventanas en carpinterías de madera con decorados neoclásicos eclécticos únicos, protegidos con aceite de linaza, como único material de recurso temprano. Solo posterior a la aparición de los materiales modernos importados como las pinturas, aproximadamente años 1930s, aparece el color en estas arquitecturas patrimoniales.

Es decir, de pueblos blancos se transformaron a pueblos coloridos hasta la sobre exageración del uso de los colores actuales generadores de unas falsas estéticas en detrimento de las estéticas patrimoniales originales. Como analogía una película original en blanco y negro es una estética original, pero, si se colorea, no deja de ser más que una falsa estética.

Por último y por ser imperceptible, es necesario aclarar que en los componentes secundarios de las estructuras de los bahareques patrimoniales del PCCC construidos en madera y o guadua, referido ello a los entramados internos que soportan de manera particular cada uno de los revestimientos de los muros; son diferentes para cada uno de ellos y es allí donde radica la capa o cala de arqueología arquitectónica por investigar con claridad, con el objeto de poderse definir el sistema constructivo original de bahareque y sus posibles mutaciones (modernizaciones) en el tiempo.

Sobre ambas caras (externa e interna) de los muros o, al interior de los marcos estructurales de madera y guadua se instalan los entramados, así:

- **Bahareque de tierra macizo:** parales verticales en guadua; escalera en lata de guadua para el llenado interior de los muros en tierra; revestimiento exterior en tierra y cagajón acabados con cal; utilizada como pintura y saneamiento de las edificaciones.
- **Bahareque de tierra hueco:** parales verticales en guadua; forro general interior y exterior de los marcos estructurales en esterilla de guadua, para los muros quedar huecos o vacíos al interior; revestimiento exterior en tierra y cagajón acabados con cal.

- **Bahareque de tabla:** paralelos verticales y horizontales en cuarterones de madera, revestimiento interior y exterior en tabla parada con guarda luces; acabado natural, algunas veces con aceite de linaza de protección de la madera.
- **Bahareque metálico:** paralelos reticulares al interior de los marcos estructurales de los muros; revestimiento exterior en láminas o chapas metálicas remontadas a manera de escamas impermeables; revestimiento interior en bahareques, inicialmente de tierra y posteriormente encementado; acabados inicialmente en cal y posterior e en pinturas.
- **Bahareque encementado:** (similar al bahareque de tierra hueco): paralelos verticales en guadua; forro general interior y exterior de los marcos estructurales, en esterilla de guadua para los muros quedar huecos o vacíos al interior; instalación de mallas metálicas de revoque tipo Kiring (ROBLEDO, 1993); revestimiento de los muros en morteros de arena y cemento; acabados inicialmente en cal y posterior e en pinturas.

6. De las técnicas de los bahareques patrimoniales a las tecnologías de los bahareques contemporáneos: patrimonio pasado, presente y futuro

En referencia a la teoría tecno cultural (QUINTANILLA – AIBAR. 2002), en mi reinterpretación arquitectónica; las técnicas constructivas son aquellas que se desarrollan por tradición, como ejemplo del abuelo al padre y de este al hijo. Las tecnologías constructivas, en cambio, son aquellas que se desarrollan con base en las ciencias, para este caso de la arquitectura y de las ingenierías; es decir por normas de construcción, en el caso de Colombia la norma de construcción sismorresistente del 2010 vigente, NSR-10.

La evolución de las técnicas de los bahareques patrimoniales a las tecnologías del bahareque encementado contemporáneo se da básicamente como consecuencia del sismo del 25 de enero de 1999; el cual impactó el territorio del PCCC, especialmente el departamento del Quindío y conlleva al reconocimiento, la adaptación y complementación de las investigaciones antecedentes que se desarrollan sobre esta temática en la FIA y EAU de la UNAL Colombia, Manizales, particularmente desde los años 1970s.

Este grave evento natural, conlleva a una investigación de nivel nacional, sobre los: Sistemas constructivos patrimoniales de bahareque – 2001-2002, por las cualidades sismorresistentes, auspiciada por el *FOREC* (Fondo para la reconstrucción del eje cafetero- post sismo 1999) y *AIS* (Asociación colombiana ingeniería sísmica); de la cual y con muchos

documentos tecnológicos de soporte, modelos matemáticos de curvas de fragilidad, y comportamiento sísmico en laboratorio de estructuras Escala 1:1, se desarrolla la Norma del Bahareque Encementado – Decreto 052/2002, componente de la NSR/10 (REPÚBLICA DE COLOMBIA, 2010); significando con ello el desarrollo posible de arquitecturas contemporáneas normalizadas provenientes, en sus raíces tecno culturales y constructivas, de los bahareques patrimoniales; las cuales bien constituyen el patrimonio presente y futuro del PCCC.

Con base en las patologías constructivas básicas, resultante de las investigaciones desarrolladas para el proyecto de normalización; surge el modelo constructivo para el bahareque encementado contemporáneo, el cual atiende con mejoras, las problemáticas constructivas resultantes de las investigaciones, así:

1-Fundaciones sismorresistentes: vigas de fundación en concreto reforzado, (en remplazo de las zarpas ciclópeas no sismorresistentes).

2-Sobrecimientos sismorresistentes como zócalos de protección contra la humedad del suelo en mamposterías normalizadas: concreto reforzado o, mampostería confinada o, mampostería estructural (en remplazo de los sobrecimientos en mampostería simple no sismorresistentes); sobre los cuales se fijan las soleras inferiores de base de los marcos estructurales en madera y guadua de los muros de bahareque.

3- Anclajes metálicos estructurales entre los sobrecimientos, los muros de los primeros pisos, los entrepisos, los muros de los segundos pisos y los techos, para articular verticalmente todos los componentes constructivos y así lograr una continuidad e integralidad estructural de las nuevas edificaciones en bahareque encementado contemporáneo.

4-Techos con cubiertas livianas para mejorar la estabilidad de las edificaciones en bahareque encementado contemporáneo. Ello por cuanto las cubiertas en teja de barro por su gran peso intrínseco; éste aumenta entre dos a tres veces por acción de la absorción de las aguas lluvias, lo cual genera cargas y por lo tanto esfuerzos horizontales extremos para estas estructuras de madera y guadua livianas y flexibles.

Investigaciones recientes orientadas a medir la huella de carbono no solo de los materiales sino de los sistemas constructivos, permiten afirmar que los bahareques son un

sistema constructivo de bajo impacto ambiental dado al uso extensivo de materiales renovables por lo cual deja aproximadamente solo un 25% de huella de carbono en comparación con los sistemas constructivos de mamposterías y concreto reforzado y, aún menos, comparado con sistemas constructivos metálicos; todos ellos de obra nueva.

Así mismo, las construcciones de bahareque son al menos tres veces más sismorresistente que las estructuras de concreto reforzado y mamposterías y así mismo más livianas. Se deforman, pero no colapsan en segundos como le ocurre al mito de material, tecnología óptima para el desarrollo de estructuras sismo resistentes en el marco de las políticas de gestión del riesgo; además que resultan más económicas en su valor de construcción.

El legado tecno constructivo, no solo de carácter local, sino también nacional e internacional, resultante de la creación de la norma del bahareque encementado, Decreto 052 de 2002, de Colombia; queda plasmado en los dos manuales, para obra nueva y para conservación de las arquitecturas patrimoniales del PCCC, adaptables y aplicables en otras tecno culturas constructivas similares en el mundo (imagen 4).

- Manual de construcción sismo resistente de viviendas en bahareque encementado. AIS- FOREC. 2002.
- Manual de evaluación, rehabilitación y refuerzo de viviendas de bahareques tradicionales construidas con anterioridad a la vigencia del Decreto 052 de 2002. AIS- FOREC. 2002.

Figura 4 - PCCC- Modelo Norma del Bahareque encementado- Decreto 052/2002- NSR/10- Colombia.



Fuente: Autor, 2022.

6.1 Reinterpretación contemporánea de la cultura arquitectónica de los bahareques en el PCCC

Posterior a quedar resuelta la pregunta de investigación de cómo se realizan los sistemas constructivos patrimoniales, desarrollados como tecno cultura constructiva en las arquitecturas patrimoniales del PCCC, resultantes de los estilos tembloreros y los bahareques; se avanza hacia la reinterpretación contemporánea y complementaria en la evolución tecno constructiva del bahareque: de técnica – por tradición, a tecnología por ciencia, manifiesto como política nacional colombiana vigente en la NSR/10.

El potencial presente y futuro para continuar la búsqueda, innovación y desarrollo de arquitecturas contemporáneas en bahareque, desde la propia naturaleza de la materialidad renovable de la guadua y la madera procesada y/o industrializada y, recuperar la *topo filia* de éstas en el PCCC; es por ahora un metaverso.

Las raíces y por lo tanto el valor de originalidad están en el patrimonio arquitectónico pasado y presente del PCCC y; el desarrollo visionario a manera de metaverso de

materialización futura; se realiza actualmente desde la academia en investigación aplicada orientada al desarrollo, innovación y reinterpretación contemporánea de las tecno culturas constructivas de las arquitecturas patrimoniales del PCCC, en ejercicios continuos de último año de pregrado en arquitectura, en el marco del énfasis en construcción, arquitectura y confort, asignaturas de la UNAL Colombia, Manizales- EAU. 2015 - 2022; lo cual permite desarrollar y consolidar un banco de proyectos de arquitectura contemporánea auténtica desde y para el PCCC (imagen 5).

Figura 5 - PCCC- Bahareques contemporáneos- Ejemplo de múltiples ejercicios académicos de reinterpretación contemporánea de nuestra cultura y arquitecturas de bahareques. EAU- UNAL- 2016-2022.



Fuente: Autor, 2022.

Consideraciones finales

Considero que, con este ejemplo de las arquitecturas pasadas y presentes del PCCC, se obtiene una de las respuestas a la pregunta sin resolver en los encuentros de arquitectura latinoamericana del fin de siglo pasado: ¿Cuál es la arquitectura latinoamericana?

La arquitectura latinoamericana entonces, no es una, son muchas; todas las arquitecturas de nuestros países latinoamericanos resultantes de las casi infinitas culturas y subculturas que los habitan por lo cual y en sus particularidades, poseen y requieren de soluciones de hábitats diversos, adaptados al lugar y al paisaje. No hay modelos ni tipos generalizados; son aquellas que nacen y se reinventan desde nuestras propias raíces y lógicamente aquellas que nos dejan un legado universal en el uso de las tecnologías y los materiales naturales renovables; es decir, orientan hacia el camino lógico de las arquitecturas sustentables y apropiadas.

Paradójicamente trasciende más en escenarios académicos internacionales; así algunos:

1-International meeting: bamboo a renewable and sustainable material for construction. INBAR – University of Cambridge UK. 10/2013.

2-Bamboo building materials for green architecture: driving innovation based on tradition – 8 Chinese bamboo culture festival – Huangshan, Anhui province, China. 10/2014.

3-Hábitat sin Fronteras: pasado y presente de los sistemas constructivos de bahareque, en el paisaje cultural cafetero de Colombia, Querétaro, México. 12/2014.

4- Laboratorio di costruzioni in bamboo. Restauro e consolidamento del patrimonio storico costruito, con lápproccio della sostenibilita ambientale e sociale. Università degli studi Firenze, Italia. 2015 y 2018

5-Convenio interinstitucional Università degli studi Firenze, Italia – Universidad Nacional de Colombia sede Manizales, desde 2015. Participación de estudiantes de intercambio, italianos-UNIFI y colombianos-UNAL-EAU, Manizales, con proyectos e investigaciones de tesis sobre arquitecturas contemporáneas de bahareque en el PCCC, y sus múltiples reinterpretaciones estéticas, arquitectónicas y tecno constructivas; particularmente durante los últimos siete años.

6-11th World Bamboo Congress, Xalapa, Mexico 2018. Ponencia: Pasado y presente de las arquitecturas patrimoniales de bahareque en el PCCC. Universidad Nacional de Colombia.

Lo anterior, es apenas un postigo de la puerta ventana que se abre a los interesados sobre este tema; tal como es el mundo actual, la información completa de la generalidad de los libros resultante de las investigaciones desarrollados por el GPUUA, de la UNAL de Colombia sede

Manizales, como conjunto de conocimientos propios construidos; reposan en el repositorio (biblioteca digital) de la Universidad Nacional de Colombia, en el cual se puede buscar por autor.

Referências

GIRALDO MEJÍA, Hernán. **Monografía arquitectónica de Manizales**. Manizales: Universidad Nacional de Colombia, FIA. 1985,

MINISTERIO DE CULTURA DE COLOMBIA. **Paisaje Cultural Cafetero de Colombia- PCCC; Nominación de los Bienes Culturales y Naturales para su inclusión en la Lista de Patrimonio Mundial de la República de Colombia**. Proyecto oficial presentado por Colombia ante la UNESCO. <http://paisajeculturalcafetero.org.co/> Santa Fe de Bogotá, Colombia, 2004.

MUÑOZ ROBLEDO. José Fernando. Sistemas y subsistemas constructivos. **Proyecto Plan de Protección Centro Histórico de Manizales**. Documento técnico de soporte convenio inter - administrativo Alcaldía de Manizales – Universidad Nacional de Colombia Sede Manizales. Manizales, 1996.

MUÑOZ ROBLEDO. José Fernando.. Estructura RUR - Urbana del Municipio de Manizales - Componente Rural. In: MUÑOZ R. José Fernando VÁSQUEZ J. Maria Luz. **Patrimonio urbanístico, arquitectónico y artístico del municipio de Manizales**. Universidad Nacional de Colombia/ Alcaldía de Manizales. Manizales. 1999.

MUÑOZ ROBLEDO. José Fernando.. **Tipificación de los sistemas constructivos patrimoniales de bahareque en el paisaje cultural cafetero de Colombia**. Manizales: Universidad Nacional de Colombia, FIA, 2010.

MUÑOZ ROBLEDO. José Fernando.. **Tecno culturas de las arquitecturas de baja altura en el municipio de Manizales, Colombia**. Manizales: Universidad Nacional de Colombia, FIA, 2015.

QUINTANILLA, Miguel Ángel; AIBAR, Eduard. **Cultura Tecnológica: Estudios de ciencia, tecnología y sociedad** -No 17. Barcelona, España: Universidad de Barcelona. 2002.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Decreto 052 de 2002**. NSR/2010 - Norma sismorresistente del bahareque encementado. Bogotá. 2002.

ROBLEDO CASTILLO, Jorge Enrique. **Un siglo de bahareque en el antiguo Caldas**. Bogotá, Colombia: Ancora editores. 1993.

Recebido em 31 de outubro de 2022 | Aceito em 19 de março de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

Patrimônio em transformação: a dinâmica dos acervos vivos

Claudia M. Storino; José W. Tabacow



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

STORINO, Claudia M.; TABACOW, José W.. Patrimônio em transformação: a dinâmica dos acervos vivos. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 120-146, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

Patrimônio em transformação: a dinâmica dos acervos vivos

Claudia M. Storino¹
José W. Tabacow²

Resumo

À luz da natureza polissêmica da ideia de paisagem, o artigo faz uma reflexão sobre os desafios relativos à gestão e proteção de bens inscritos pela Unesco como Patrimônio Mundial como Paisagens Culturais. Examina-se como as Cartas da Paisagem contribuem na elaboração de Planos de Gestão e relacionam demandas surgidas na candidatura do Sítio Roberto Burle Marx a Patrimônio Mundial, na qual o acervo vivo teve um papel central, identificando pontos que necessitam maiores definições e procedimentos.

Palavras-chave: paisagem; patrimônio cultural; patrimônio mundial.

Abstract

In light of the polysemic nature of the notion of landscape, the article reflects on the challenges related to the management and protection of Unesco World Heritage properties inscribed as Cultural Landscapes. It examines how Landscape Charters contribute to the elaboration of Management Plans and describes demands arising from the World Heritage candidacy of Sítio Roberto Burle Marx, in which the living collection played a central role, identifying issues that need further definition and procedures.

Keywords: landscape; cultural heritage; world heritage.

¹ Claudia Storino é arquiteta e *designer*, mestre em Memória Social pela Unirio e especialista em Preservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos. Entre 1986 e 2009, integrou o quadro técnico do Iphan; de 2009 a 2012, foi coordenadora de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e, desde julho de 2012, de volta ao Iphan, dirige o Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx. Email: claudia.storino@iphan.gov.br.

² Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ (1968), especialista em Ecologia e Recursos Naturais pela UFES (1991) e doutor em Geografia pela UFRJ (2002). Professor de Paisagismo nos cursos de Arquitetura da Unisul entre 2000 e 2012, Univali, entre 2000 e 2002 e Católica-SC. Consultor *ad hoc* do Portal Vitruvius e da Universidade Mackenzie. sócio-diretor de José Tabacow Arquitetura da Paisagem e Consultoria Ambiental Ltda.; consultor do Iphan no dossiê de candidatura a Patrimônio Mundial – Unesco. Email: jtabacow@gmail.com.

RELAÇÃO DE FOTOGRAFIAS

IMAGEM	PÁGINA	LEGENDA	REFERÊNCIA
1	9	Panorama do Jardim dos Lagos. Acervo RBM/Iphan. Foto Oscar Liberal/Iphan	OHL
2	12	Chegando a Rondônia – Excursão à Amazônia, agosto de 1983. Foto: José Tabacow	Amazonas83_042
3	15	Viveiro de plantas. Acervo SRBM/Iphan. Foto: Oscar Liberal	OHL 6560
4	19	“Lagos de Baixo”. Ao fundo, matacões (<i>boulders</i>) com a perspectiva favorecida pelos lagos. Acervo SRBM/Iphan. Foto: Oscar Liberal	OHL 7008
5	20	Jardim frontal à “Casa de Roberto”: Distribuição nítida, com vegetação disposta em grupos com a mesma espécie, um princípio de Burle Marx em muitas de suas composições vegetais. Acervo SRBM/Iphan. Foto: Oscar Liberal	OHL 8918
6	21	Parte posterior da “Casa de Roberto”, que foi gradativamente sendo ocupada pela coleção de <i>Velloziaceae</i> . O processo descaracterizou o jardim antes existente. A disposição estética dos conjuntos vegetais foi substituída por um conjunto de plantas com distribuição sob critérios taxonômicos de coleção. Acervo SRBM/Iphan. Foto: Oscar Liberal	OHL 8393
7	22	“Lagos de Baixo”. Ao fundo, matacões (<i>boulders</i>), com perspectiva favorecida pelos lagos. Foto: Oscar Liberal	OHL 1205

Introdução: A polissemia da paisagem

O estudo da paisagem integra o escopo de diversas disciplinas acadêmicas, entre elas a geografia, a arqueologia, a arquitetura e a ecologia (RIBEIRO, 2007, p. 10). Para cada uma, os conceitos definidores do termo variam na concepção, sobrepõem-se e derivam o sentido, dando-lhe clara característica polissêmica e tornando a ideia de paisagem de grande dificuldade para se estabelecer no âmbito científico. Necessita de maior definição teórica, para que a análise e o cruzamento de informações, hipóteses e conclusões possam ser efetuados com maior segurança

conceitual³. Adicione-se que, para dificultar ainda mais o delineamento da ideia de paisagem, bem como de sua proteção, há que se considerar a complexidade que decorre do fato de que elas, em qualquer de suas variadas acepções, incluem propriedades de dinamismo que, em maior ou menor medida, modificam-lhes aspectos, características e processos.

Neste sentido, muitos documentos importantes têm sido estabelecidos em reuniões, congressos, encontros multidisciplinares, como tentativas de estabelecer conceitos, ainda que convencionais, que possam funcionar como definidores mais satisfatórios, trazendo maior clareza nas discussões sobre o assunto que, como examinaremos aqui, ainda carece de entendimentos mais amplos, abrangentes, sem perder aquela concisão que os torna mais definidos e eficientes.

Entre tais documentos, dois são de citação obrigatória e têm balizado quase todos os demais, que os reafirmam e os reforçam: a definição da categoria de paisagem cultural para a inscrição como Patrimônio Mundial pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e a CEP (Convenção Europeia da Paisagem). Entretanto, tais textos constituem disposições genéricas. Explicitam critérios e formulações de caráter patrimonial, isto é, que conservem as características e princípios que tornaram uma paisagem (ou um jardim histórico) singular e merecedora de maior preocupação. Quase como um documento de intenções, defendem princípios de gestão e de intervenção sem prejuízo das peculiaridades que identificam diferenciais e que tornam aquele exemplo único em suas características. Mas, como é compreensível, não podem chegar a estabelecer ações concretas e específicas para cada caso de cada bem. Os Planos de Gestão e Intervenção de cada um é que terão que estabelecer normas e procedimentos objetivos, em função dos fatores e atributos envolvidos em cada caso. Como então deverão proceder os gestores, enquanto tais definições ainda parecem longe de vir à luz? Diante de tais incertezas, a concepção do que seja paisagem – incluindo jardins – bem como as metodologias de interferências, decorrentes dessa concepção, é que, inicialmente, vão orientar os processos de sua identificação e preservação.

Uma fonte importante de informação são os variados documentos internacionais de caráter indicativo, conhecidos como Cartas Patrimoniais, os quais, não se destinando a fornecer normas ou diretrizes objetivas para aplicação imediata, constituem uma base deontológica para

³ Segundo Ribeiro (*op. cit.*), conceito é uma representação mental de um objeto abstrato ou concreto, que se mostra como um instrumento fundamental do pensamento, em sua tarefa de identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade. Assim, dão precisão teórica e descritiva à discussão acadêmica.

a preservação dos bens culturais, visando orientar e uniformizar as práticas em torno da proteção desses bens. Nesse âmbito estão situadas as Cartas da Paisagem.

Durante o quadragésimo sétimo Congresso Internacional de Arquitetura da Paisagem da IFLA (International Federation of Landscape Architects), realizado em 2010 na cidade de Suzhou, China, os países-membros da organização assumiram o ambicioso compromisso de desenvolver Cartas da Paisagem em escala continental, que seriam sínteses de Cartas nacionais para cada integrante daquele continente, como parte do processo de elaboração de uma Carta e eventualmente uma Convenção da Paisagem em nível planetário. O destaque seria para o tema do direito à paisagem como bem coletivo. Claro, tal documento seria de grande complexidade tendo em vista as diferentes acepções de paisagem, como foi até aqui comentado, e a ampla diversidade geográfica, histórica, social, ambiental e cultural dos que definiriam os distintos conceitos visando tal escala universal (SOEIRO *et al.*, 2021, p. 4).

Nas Américas, a iniciativa de atender ao compromisso com a IFLA partiu da Colômbia, que estruturou um movimento continental, LALI (*La Iniciativa Latinoamericana del Paisaje*), promovendo a redação da *Carta Latinoamericana del Paisaje*, cuja concepção, ao extrapolar para todo o continente, chega a ser designada de *Carta del Paisaje de las Américas* (SOEIRO *et al.*, 2021, p. 5). Dezesesseis dos países filiados à IFLA elaboraram suas Cartas Nacionais da Paisagem, incluindo o Brasil. Alguns simplesmente transcreveram literalmente as premissas contidas naquele documento original ou na matriz de origem, representada pela Carta Europeia da Paisagem. Outros discutiram e elaboraram suas próprias Cartas, tendo em mente a consideração de características específicas de seus respectivos territórios, de suas paisagens mais originais e de sua cultura.

Soeiro *et al.* (*op. cit.*, 2021, p. 5) indagam em que medida a *Carta del Paisaje de las Américas* constitui um instrumento e, se o for, se “garante o direito à felicidade como bem patrimonial coletivo das Américas”, objetivo inicial das mencionadas Cartas. Os autores, *a priori*, supõem que o gênero discursivo Carta da Paisagem não ultrapassa a condição de uma Declaração de Princípios. Tal opinião, ainda que apriorística, argumenta:

a *Carta del Paisaje de las Américas*, assim como outras Cartas já redigidas nas Américas, não é um instrumento em si, mas um documento que declara princípios éticos fundamentais em volta da paisagem. Esses princípios, por sua vez, embasariam a construção de instrumentos de gestão, planejamento e intervenção nas paisagens (SOEIRO *et al.*, 2021, p. 5).

Desta forma, conclui-se que estamos ainda a alguma distância de se poder considerar os documentos patrimoniais como real ferramenta com aplicabilidade em gestão e conservação da paisagem. Ressalvando que, em função do que até aqui foi exposto, podemos estender essa conclusão também aos jardins, notadamente aos protegidos como patrimônio cultural.

Tomemos um exemplo: a paisagem cultural (ou o jardim histórico) do Museu da República, no Rio de Janeiro, protegida por tombamento pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que sofreu significativa intervenção de Paul Villon (1841-1905), em 1897 (SANTOS *et al.*, 2019, p. 18). Com inspiração nos jardins ingleses dos séculos XVIII e XIX, o conjunto tem como elemento de conexão visual dominante na composição os extensos gramados livres que caracterizam aquele período da história dos espaços abertos. Entretanto, alguns fatores ambientais do entorno, assim como do próprio parque, mudaram as condições físicas de forma comprometedoras: as mais dramáticas dizem respeito a numerosos edifícios altos que, construídos no século XX, agora projetam suas sombras nas áreas de gramados, tornando-os falhados e sem um desenvolvimento minimamente aceitável para os objetivos com que foram ali previstos. A mesma patologia se verifica onde as árvores tiveram grande desenvolvimento, criando também densas sombras em algumas áreas gramadas sob suas copas. Qualquer iniciativa de restauro com a mesma espécie de grama se tornou inviável, porque a mencionada espécie é heliófila. Entretanto, nenhum dos documentos examinados indica o procedimento ou estratégia mais adequada que, certamente, descaracterizará a ideia de um gramado como elemento de ligação visual entre os grupos de vegetação ali incluídos. Como proceder? Haveria várias hipóteses a considerar. Por exemplo, assumir as falhas dos gramados, ou substituir aquela espécie por outra que proporcione, na escala do conjunto, os efeitos visuais que a planta original consagrou. Ou ainda alguma solução híbrida, em que os vazios seriam preenchidos com outra espécie, no entanto forçosamente umbrófila e, portanto, distinta em aspecto, talvez até contrastante com a proposição original. Como proceder, diante de tal fato? Que plano de gestão de algum jardim histórico determina como fazer a intervenção em tal caso?

Outro exemplo importante se relaciona com a obra de Roberto Burle Marx (1909-1994), em Recife, Pernambuco. O conjunto moderno da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e seu jardim histórico, de autoria do paisagista⁴ foi objeto de estudo e posterior publicação por professores e alunos da Universidade Federal de Pernambuco (SILVA, J. M. da *et al.*, 2018). Na análise da situação do jardim histórico, há menções a duas

⁴ Em coautoria com os arquitetos paisagistas José Tabacow e Haruyoshi Ono.

interferências que comprometem parcialmente a autenticidade e a integridade daquelas obras: 1) A construção de rampas de concreto, antes inexistentes, quer no projeto arquitetônico, quer no paisagístico, que foram ali instaladas para atender às necessidades de acesso de pessoas com deficiências de locomoção; e 2) A substituição, pouco tempo depois da inauguração do conjunto, de uma parte significativa dos jardins, aparentemente feita à revelia dos autores, para aumentar a área de estacionamento.

Considerando que ambas as interferências se acham consolidadas pelo tempo decorrido, perdeu-se qualquer possibilidade de se restaurar a situação original. Mas o estudo também menciona profundas alterações no elenco da vegetação, causadas por brotação espontânea de espécies, plantios inadequados feitos por pessoas desavisadas, mau estado de saúde de muitos indivíduos, notadamente os arbóreos, e demais formas de deturpação de jardins históricos, aliás, bastante frequentes em outros jardins pela falta de cuidados e fiscalização adequada.

As limitações e implicações da compatibilização dos critérios do patrimônio mundial aos jardins do Sítio Roberto Burle Marx, que serão abordadas mais adiante, são naturalmente impactadas por essas e outras questões. Elas afloraram durante o processo de candidatura à chancela de Patrimônio Mundial da Unesco e foram objeto de profunda discussão pela numerosa equipe multidisciplinar encarregada do respectivo dossiê, bem como com os técnicos do Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios⁵) e com consultores externos e colaboradores. Um relato acurado deste processo ajudará a entender todas as implicações e imbricações das dificuldades do delineamento dos conceitos envolvidos, suas diversas interpretações e opções polissêmicas de enquadramento.

Sítio Roberto Burle Marx: arte, ciência, técnica, encantamento

que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.

Manoel de Barros

⁵ O Icomos é uma organização internacional não governamental composta por profissionais, especialistas, representantes de autoridades locais, empresas e organizações de patrimônio dedicada à conservação e valorização do patrimônio arquitetônico e paisagístico no mundo, e atua como órgão consultivo da Unesco para assuntos do Patrimônio Mundial relacionados ao patrimônio material.

I – Sítio Roberto Burle Marx: Local singular, realizações plurais

No bairro de Barra de Guaratiba, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, há uma propriedade de 40 hectares onde uma excepcional coleção botânica convive em equilíbrio dinâmico com a vegetação nativa. Essa propriedade constitui o mais eloquente testemunho da vida e da obra do paisagista Roberto Burle Marx e de sua conexão com a natureza.

A propriedade denominada Sítio Santo Antônio da Bica, remanescente de um antigo engenho setecentista, foi adquirida em 1949, com o objetivo de abrigar a coleção botânica de Burle Marx e viabilizar a avaliação das possibilidades de aplicação em projetos paisagísticos das espécies vegetais por ele coletadas. Os terrenos foram escolhidos depois de longa procura, por atenderem aos requisitos determinados pelo uso pretendido: diversidade morfológica, rochas afloradas, água abundante, solo adequado, ambiente de entorno suficientemente íntegro e protegido da especulação imobiliária (RIZZO, 2009, p. 31).⁶

O presente artigo apresenta algumas reflexões acerca dos desafios a serem enfrentados na estruturação de um planejamento institucional objetivando a garantia de preservação do bem cultural, especialmente no que se refere ao seu acervo vivo e aos jardins produzidos no Sítio Roberto Burle Marx, em seu caráter de obra de arte e como discurso em prol da valorização e da conservação da flora tropical.

Produto do empenho e da inventividade de Roberto e de seu irmão, Guilherme Siegfried, o sítio desenvolveu-se incorporando gradualmente elementos de infraestrutura, arquitetura, horticultura e paisagismo; esse processo resultou num conjunto cuja parte agenciada representa aproximadamente um terço da área total de 405.000m², contendo 13.000m² de viveiros de plantas, sete lagos, diversas edículas e oito edificações (o prédio da Administração, a Casa de Pedra, a Casa de Roberto, a Loggia, a Capela, a Cozinha de Pedra (salão de festas), a Lavanderia e o Ateliê), tudo isso permeado e integrado por jardins e paisagens que materializam, com excepcional resultado plástico, as premissas técnicas, conceituais, culturais, estéticas e científicas que embasaram o paisagismo tropical moderno, novo paradigma no campo do paisagismo mundial proposto por Roberto Burle Marx. Um bom exemplo disso é o Jardim dos Lagos, situado junto à entrada do sítio (figura 1).

⁶ A frequente invasão de terrenos, favorecida pela fragilidade da governança fundiária na zona oeste do município do Rio de Janeiro, confirma a importância crucial da proteção contra a especulação imobiliária, tanto para a preservação do sítio patrimônio cultural quanto para o seu entorno (*buffer*) e para a região, garantindo o desenvolvimento e a qualidade de vida locais.

Figura 1 – Panorama do Jardim dos Lagos. Acervo SRBM/Iphan.



FONTE: Oscar Liberal.

A valorização da flora tropical se evidencia como intenção de fundo do poderoso discurso tecido pelo paisagista em seu sítio. Num trecho do documentário “Burle Marx”, produzido pela TV Brasil, o paisagista expressa essa ideia em suas próprias palavras:

Eu estou mostrando um pouco aquilo que o Brasil tem de extraordinário, maravilhoso. Por isso, cada dia que eu chego aí eu estou diante de um pedaço que parece uma oração, que parece um poema, que parece um cântico em que a natureza se expressa com a violência que ela tem de beleza e de razão de existência” (TV BRASIL, “*Burle Marx*”, 2010, 7:19).

Essa afirmação revela a profunda admiração de Burle Marx pelo universo vegetal e por sua coleção, um vasto repertório vivo de possibilidades de criação em perspectiva estética. O sítio nasceu com a capacidade de produzir encantamento, impactar sentidos e mobilizar afetos.

A coleção botânica conta com aproximadamente três mil e quinhentas espécies de plantas, com ênfase em plantas tropicais autóctones do Brasil; é cultivada em viveiros e ao ar livre, compondo, nos mais de 140.000m² de espaços agenciados, os jardins e áreas de cultivo

nos quais o elemento vegetal, organizado numa perspectiva paisagística, atua como ligação e integração entre os variados espaços, constituindo ao mesmo tempo uma excepcional obra de expressão artística e uma coleção de importante valor científico. Esse acervo vegetal, que traça um panorama especial da flora brasileira, é resultado de um colecionamento sistemático realizado ao longo de toda a vida e de expedições às diversas regiões fitogeográficas do País.

II – Laboratório estratégico: experiências do crescimento profissional

Os espaços ajardinados impactam os sentidos e as emoções do visitante pela diversidade e pela expressão estética da articulação magistral de formas, cores e volumes. Razão de ser e elemento central do Sítio Roberto Burle Marx, a vegetação cultivada se integra e interage com a mata nativa, a topografia e os acidentes naturais do terreno e com elementos artísticos e arquitetônicos de diferentes épocas, resultando numa paisagem singular. Esse conjunto representa o “cadinho” onde Burle Marx realizou as experimentações técnicas, estéticas e científicas que fundamentaram o desenvolvimento do conceito de jardim tropical moderno e sua aplicação em mais de dois mil jardins em diversas partes do mundo. Segundo ele: “(...) Não seria possível fazer jardins sem o meu cadinho, o lugar onde eu fiz as experiências, onde eu fui aprendendo a conviver com as plantas” (TV Brasil, “Burle Marx – De Lá Pra Cá”, 2009 – 2:40).

O termo *cadinho*, ou *crisol*, utilizado por Roberto Burle Marx para se referir ao sítio, denomina o recipiente utilizado para fundição de minérios ou a realização de reações químicas, e remete também às operações alquímicas que visavam à transmutação do chumbo em ouro, do imperfeito no perfeito. Por extensão, pode-se compreender um “cadinho” como *locus* de realização de experiências, lugar onde coisas ou pessoas se misturam, se amalgamam, se transformam.

A metáfora do *cadinho* não é mera força de expressão ou referência fortuita. Há um paralelismo entre a atividade dos alquimistas em sua busca pela pedra filosofal, pela transmutação da matéria, e o papel do Sítio Santo Antônio da Bica na produção do jardim tropical moderno, constituindo-se no lugar onde os elementos foram misturados, em circunstâncias específicas, de modo a produzir uma obra nova, com novos princípios e nova expressão plástica. O empenho intenso e constante de Burle Marx na construção da coleção botânica; sua concentração no desenvolvimento do conhecimento científico necessário ao cultivo, à reprodução e à utilização das espécies; a dedicação permanente na realização dos experimentos, juntando os diversos elementos vegetais sob os determinantes naturais de terra,

água e luz, em busca dos resultados estéticos que o tempo se encarregaria de amadurecer, sustentam a metáfora.

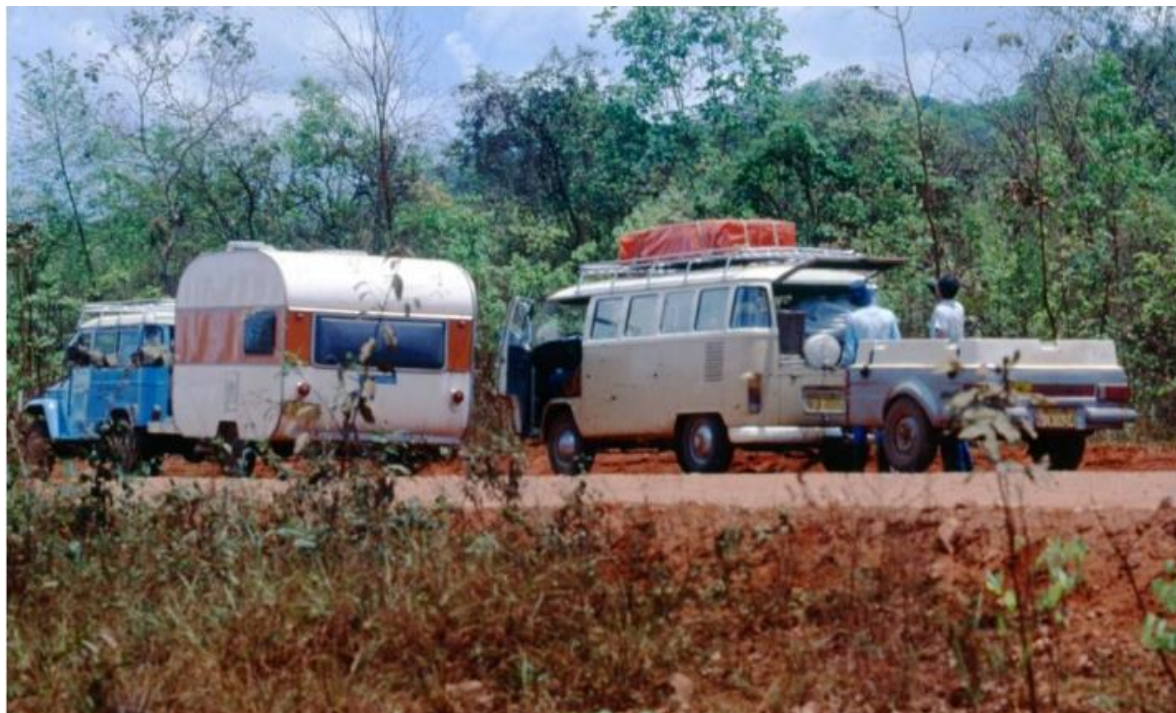
A paisagem ajardinada do sítio, produzida organicamente, sem projeto técnico prévio, difere dos mais de dois mil jardins projetados pelo paisagista ao redor do mundo. Formou-se por um processo contínuo de criação-experimentação, à medida que Roberto compunha, em setores diferentes da propriedade e de acordo com seus elementos físicos (topografia, solo, rochas, água), arranjos experimentais de plantas com base nas associações botânicas existentes na natureza.

A observação e o conhecimento da natureza são o fundamento de todo esse processo criativo. No Depoimento Pessoal contido no livro *Arte & paisagem: conferências escolhidas* (TABACOW, 2004, p. 15-21), Roberto relata a experiência da observação das plantas em seu hábitat nas excursões realizadas e a construção do conhecimento no convívio com amigos botânicos como Adolpho Ducke, João Geraldo Kuhlmann, Henrique Lahmeyer de Mello Barreto, Aparício Pereira Duarte, Graziela Maciel Barroso, “na busca constante por novas plantas, com novas formas” e “na intenção de compreender as formas de vida por elementos como a cor, o volume, o ritmo e o movimento”. Burle Marx explicita a importância dessas experiências na criação de seus jardins:

Toda a experiência que adquiri em viagens, em tantos anos de trabalho, induziu-me a procurar compreender a natureza, tanto em superfície quanto em profundidade. Preocupe-me com a riqueza manifestada pela flora do meu País, onde as mais inusitadas adaptações se verificam. Nelas, forma, cor e função criam ritmos, que também expressam a vida. Daí querer poder aplicá-los aos jardins, consciente de que, sem essa compreensão, jamais poderia chegar a um resultado da profundidade a que aspiro” (TABACOW, 2004, p. 20).

Um bom exemplo dessas experiências é a expedição científica à Amazônia (figura 2), realizada por Burle Marx aos 74 anos de idade (ilustrada na foto a seguir, feita por José Tabacow, que integrava a equipe), na qual, em 53 dias, botânicos, arquitetos paisagistas e fotógrafos percorreram mais de 10 mil quilômetros, entre o Rio de Janeiro e Boa Vista, dedicando-se à observação, coleta, documentação, catalogação e embalagem de plantas vivas (SIQUEIRA, 2001, p. 7).

Figura 2 – Chegando a Rondônia – Excursão à Amazônia, 1983.



FONTE: José Tabacow, agosto de 1983.

Como conjunto de edificações, coleções de objetos, espaços de cultivo e jardins, o Sítio Roberto Burle Marx é uma expressão completa do modo de estar no mundo de seu criador e dos campos do conhecimento que fundamentam a sua concepção de paisagismo. Pode ser considerado como uma obra de arte composta por um excepcional repertório vegetal em diálogo com a vegetação nativa, topografia, luz, água, arquitetura, escultura, pintura e outras variadas expressões artísticas.

III – Palimpsesto de experiências: dinâmicas da evolução do paisagismo

Roberto Burle Marx considerava o jardim como uma obra de arte em quatro dimensões, para cuja efetivação o tempo constitui um elemento indispensável. No documentário produzido em 1992 pela British Broadcasting Corporation (BBC), o paisagista afirma: “Um jardim é sempre uma questão de tempo. O tempo completa as ideias. (...) um jardim nunca será um problema bidimensional; é um problema tridimensional, e mais que isso: tem uma quarta dimensão, na medida em que se atravessa o tempo e o espaço” (BBC, “Lost Paradise: The Gardens Of Roberto Burle Marx”, 1992).

Os jardins resultam, portanto, de um acúmulo de conhecimento científico que os precede e permeia. Burle Marx cercou-se de especialistas com os quais aprendeu continuamente; junto com seus colaboradores, coletou plantas incansavelmente, realizando expedições aos diversos biomas brasileiros; aclimatou, cultivou e observou cotidianamente as plantas coletadas, aprendendo sobre modos de cultivo e reprodução, necessidades, associações possíveis entre as espécies. A partir desse conhecimento acumulado, passou a distribuir as plantas no terreno, organizando seus volumes, cores e texturas em arranjos baseados no conhecimento científico, nas características da flora e nos princípios estéticos modernos.

As paisagens do sítio foram, como foi dito, desenvolvendo-se organicamente ao longo do terreno, sem um projeto técnico previamente elaborado; resultam da potência de vida, do processo de viver a vida, do conhecimento e da capacidade criadora de Burle Marx. Amigos, parceiros de trabalho e colaboradores destacam as características orgânicas e singulares do sítio. O arquiteto e professor italiano Giulio G. Rizzo⁷ descreve:

Delineia-se, de certa forma, o projeto da paisagem do sítio – um dos tantos projetos realizados no local, sem qualquer desenho preliminar, estudando e percebendo as características profundas do local – concebido como uma série de áreas diferentes nas quais buscou reproduzir as características das várias regiões fitogeográficas do Brasil – condição essencial para a sobrevivência e a reprodução das plantas que para lá trazia das várias partes do Brasil e do mundo (RIZZO, 2009, p. 43).⁸

A relação dos jardins do sítio com a natureza e o entorno é característica de um conceito de paisagismo que se conecta com a floresta. Nessa conexão, reside um aspecto marcante do sítio: ser indivisível, como uma floresta; conviver e interagir com a fauna, a água, as nascentes.

A propriedade tem aura. É um todo que supera a soma de suas partes, ultrapassa as características físicas mensuráveis e as expressões plásticas passíveis de descrição e registro por uma perspectiva analítica; é uma síntese que incorpora o intangível e o imponderável. Essa

⁷ Giulio G. Rizzo é arquiteto, foi professor titular e coordenador da pós-graduação em Design da Paisagem da Universidade de Florença; autor de diversas publicações, duas delas dedicadas à obra de Roberto Burle Marx: *Il giardino privato di Roberto Burle Marx: Il sítio. Sessant'anni dalla fondazione. Cent'anni dalla nascita di Roberto Burle Marx* (Gangemi Editore, 2016) e *Roberto Burle Marx. Il Giardino del Novecento* (Cantini Editore, 1993).

⁸ “Si delinea, per certi versi, il progetto di paesaggio del sítio – uno dei tanti progetti fatti sul luogo, senza alcun disegno preliminare, studiando e percebendo le caratteristiche profonde del sito –, concepito come una serie di aree differenti nelle quali ha cercato di riprodurre le caratteristiche delle varie regioni fitogeografiche del Brasile – condizione primaria per la sopravvivenza e la riproduzione delle piante che vi portava dalle varie parti del Brasile e del mondo”. Tradução livre dos autores.

aura tem uma capacidade de comunicação instantânea, subjetiva, não verbal, que produz encantamento e dialoga com a sensibilidade de cada visitante.

Percebe-se o impacto da energia da capacidade criadora do artista na descrição feita por Robério Dias⁹ da produção da paisagem de um dos lagos:

Numa excursão que fizemos à Bahia, na volta, ele nos chamou a todos para o sítio, o que não era normal. Disse que tínhamos algo para fazer. No dia seguinte, às 6h da manhã, já estava cantando óperas, acordando todo mundo. Chamou os jardineiros e veio com o caminhão, ainda carregado, de marcha à ré até próximo ao lago. Ali distribuiu as plantas, umas aqui, outras acolá, e fez uma composição que ocupava todo o terreno em forma de anfiteatro. Achei aquilo sensacional, porque era como criar uma sinfonia ao reger (DIAS, 2009).

Reconhecendo a singularidade dos jardins do sítio, importa por outro lado sublinhar seu caráter de laboratório de experimentação. É um aspecto que torna a propriedade única e a diferencia da grande maioria dos jardins históricos, pois implica a admissão de certa mobilidade das espécies, determinada pela necessidade de sua preservação e multiplicação, bem como pela dinâmica que se estabelece entre os “sombrais” (viveiros de plantas) e o “campo” (áreas abertas do sítio). Em sua atuação no sítio, Burle Marx não tinha compromisso com a composição de suas paisagens; havia uma dinâmica permanente, ele intervinha nelas com liberdade, alterando-as sempre que surgissem novas prioridades. Era preciso poder experimentar e aprender com as plantas da coleção, descobrir de que modo adaptar ao sítio a vegetação transportada de outro ecossistema, e nem sempre os experimentos resultavam como imaginado. Um bom exemplo dessa dinâmica é a paisagem da parte de trás da casa, onde inicialmente havia um jardim, que foi substituído pela coleção de Velloziaceae, “considerada a maior do mundo” (CALC, 1995, p. 134). Robério Dias comenta os desafios enfrentados para a composição dessa coleção e sua adaptação ao sítio:

Roberto adorava essas plantas, mas não arriscava mais trazê-las porque achava que morriam. Até o dia em que conheceu a Nanuza Menezes, outra excepcional botânica, que lhe contou o segredo: “Ela não morreu, Roberto, parece que está morta, mas é só continuar regando que ela revive”. A partir daí, Roberto fez excursões, às vezes quase que só para buscar velózias (DIAS, 2009).

⁹ Robério Dias é paisagista, especializado em Engenharia do Meio Ambiente e doutor em Geografia, professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou muitos anos no escritório de paisagismo Burle Marx & Cia., foi diretor do Sítio Roberto Burle Marx de 1995 a 2011 e coordenador do Curso de Composição Paisagística da Escola de Belas Artes da UFRJ, de 2012 a 2016.

Na manutenção dos jardins e paisagens, o trabalho humano, a infraestrutura física e as atividades administrativas que viabilizam o cultivo, a preservação e a propagação das espécies da coleção botânica desempenham papel fundamental. Uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de jardinagem, botânica, paisagismo, engenharia agrônômica, auxiliares e outros técnicos atua diretamente na manutenção cotidiana dos jardins e viveiros, norteados pelo conhecimento construído ao longo do tempo na experiência do trato com as espécies da coleção e transmitido, na prática, dos funcionários mais antigos aos mais novos. Para que esse trabalho se realize a contento é preciso que a equipe disponha de indumentária, equipamentos, ferramentas, materiais e produtos em quantidade e qualidade suficientes, bem como de veículos e vias de acesso e condições adequadas de funcionamento. E, naturalmente, água. Existem no sítio duas nascentes que alimentam um grande reservatório situado na parte da encosta acima da área agenciada, além de dois poços artesianos, caixas d'água, um sistema de irrigação e uma ampla rede de distribuição de água.

Os oito viveiros de plantas são elementos fundamentais dessa infraestrutura e estão intimamente ligados à própria razão de existência do sítio, pois se destinam à aclimação, ao cultivo e à propagação das plantas coletadas por Burle Marx. Ocupam uma área de aproximadamente 13.000m², coberta por telas especiais de polietileno para sombreamento, sustentadas por estruturas de concreto e aço, conforme ilustra a figura 3, cuja função é proporcionar as condições ambientais necessárias para a reprodução e sobrevivência das espécies que não suportam a luz direta do sol, como as de sub-bosque ou as epífitas. São milhares de plantas, de variadas procedências, como filodendros, begônias, orquídeas, bromeliáceas e muitas outras. Nesses viveiros, é mantida grande parte da coleção botânica, fonte de pesquisas e de produção de conhecimento. As plantas são ali aclimatadas, multiplicadas e estudadas, permitindo o aprendizado de suas exigências, fragilidades e modos de cultivo.

Figura 3 – Viveiro de plantas. Acervo SRBM/Iphan.



FONTE: Oscar Liberal.

Todo o conjunto constitui, portanto, um grande bem cultural, uma obra de arte, técnica e ciência, resultante de um intenso e prolongado investimento de recursos financeiros, criatividade e energia vital.

Esgarçando as fronteiras entre o patrimônio material e o imaterial, entre a arte popular e a arte erudita, o Sítio Roberto Burle Marx atesta que, na vida real, natureza e cultura, arquitetura e paisagem natural, urbano e rural estão mais conectados do que frequentemente se imagina (IPHAN, 2019, p. 255); além disso, a atuação de Roberto Burle Marx no mundo, criando e inspirando jardins e outras tantas obras, e o seu enraizamento no sítio indicam que o local e o global estão articulados e que essa articulação não é um fenômeno exclusivo do denominado pós-modernismo.

Na perspectiva da preservação das paisagens do sítio como patrimônio cultural, cabe considerar que, diferentemente da maioria dos bens culturais materiais, a paisagem do sítio é uma obra de arte viva, em permanente transformação, que demanda por sua natureza um trabalho permanente, cotidiano, de conservação, que exige inclusive uma periódica substituição de seus elementos constitutivos.

IV – Trajetória rumo ao reconhecimento: a consagração da casa

Em 1984, o Sítio Santo Antônio da Bica foi tombado como patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte, visando garantir sua preservação, Burle Marx doou o sítio com todo o seu conteúdo ao governo federal, sob a guarda da Fundação Nacional Pró-Memória, instituição que mais tarde foi sucedida nessa atribuição pelo Iphan. Atendendo ao disposto na escritura de doação, o sítio passou então a ser denominado Sítio Roberto Burle Marx. Nesse mesmo ano, foi aberto o processo de tombamento federal, por meio do qual foi declarado Patrimônio Cultural Brasileiro.

Burle Marx viveu no sítio até sua morte, em 1994; no ano seguinte, o sítio foi aberto à visitação pública. A morte do artista produziu uma transformação no caráter da propriedade, que passou a incorporar uma camada adicional de sentido: a de instituição de memória. Roberto, que havia sido o primeiro diretor do sítio, tendo como vice-diretor o arquiteto paisagista José Tabacow e, posteriormente, a arquiteta paisagista Fátima Gomes, foi substituído nessa função, sucessivamente, pelos paisagistas José Tabacow e Robério Dias, que haviam atuado no escritório de paisagismo Burle Marx & Cia., e, mais recentemente, pela arquiteta Claudia Storino, servidora do Iphan.

Em 2015, o Iphan atualizou a Lista Indicativa Brasileira para o Patrimônio Mundial¹⁰, com a apresentação à Unesco de seis candidaturas, entre as quais a do Sítio Roberto Burle Marx. A partir de então, foi desenvolvido o longo e intenso processo de candidatura.

O processo seguiu rigorosamente as diretrizes estabelecidas pela Unesco na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural,¹¹ documento que define a estrutura básica e os princípios gerais para o sistema do Patrimônio Mundial. A aplicação desses princípios é orientada pelas *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*,¹² documento que é periodicamente atualizado e define e especifica todas as etapas do processo de candidatura dos bens à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. As etapas do

¹⁰ Os países signatários da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (ver: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>) são responsáveis pela identificação e apresentação à Unesco dos bens culturais, naturais e mistos considerados aptos a serem aceitos como candidatos à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Esses bens compõem as *Listas Indicativas* de cada país. No Brasil, o responsável pela Lista Indicativa dos bens culturais – caso do Sítio Roberto Burle Marx – é o Iphan.

¹¹ Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por. Acesso em 27/10/2022.

¹² Ver: CENTRO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, Comité Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* – Edição em português, versão 2021 – Lisboa: janeiro de 2022. Disponível em:

<file:///C:/Users/INFO/Desktop/2022/Artigos/Para%20Vladimir/Diretrizes%20Operacionais%20em%20portugu%C3%AAs%20-%20document-57-36.pdf> Acesso em 29/10/2022.

processo de candidatura estão detalhadas minuciosamente no documento *Manual de Referência para a Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial*.¹³ De acordo com o previsto na Convenção, os bens candidatos a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial devem apresentar um “Valor Universal Excepcional”, que é materializado numa série de “atributos”, e atender pelo menos a um de dez critérios de seleção explicitados nas “Diretrizes Operacionais”.

Com base nessa documentação, e a partir de oficinas e reuniões com a participação da equipe do sítio e diversos outros atores (servidores de vários setores do Iphan, representantes de instituições parceiras e profissionais de vários campos do conhecimento), e com o apoio dos consultores especializados, José Tabacow¹⁴ e Vera Siqueira,¹⁵ foi preparado o Dossiê de Candidatura do Sítio Roberto Burle Marx à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.¹⁶ Esse documento foi encaminhado, em janeiro de 2019, à apreciação da Unesco e à análise de seu órgão consultor, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), e complementado em fevereiro de 2020 por um relatório adicional, acrescentando uma série de informações e detalhamentos solicitados pelo Icomos.

Conforme o determinado nas Diretrizes Operacionais, o dossiê de candidatura incluiu nove seções, cada uma incorporando uma série de assuntos e com foco em determinado aspecto do bem cultural candidato: identificação; descrição, história e desenvolvimento; justificativa para inscrição (apresentando os critérios sob os quais a inscrição foi proposta e a justificativa para inscrição sob tais critérios, além de minutas para as declarações de integridade e autenticidade; requisitos de proteção e gestão; análise comparativa e declaração proposta de valor universal excepcional); estado de conservação e fatores que afetam o bem; proteção e gestão do bem; monitoramento; informação de contato das autoridades responsáveis e assinatura em nome do estado-parte.

¹³ Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_referencia_preparacao_candidaturas_para_patrimonio_mundial.pdf. Acesso em 27/10/2022.

¹⁴ José Waldemar Tabacow é arquiteto paisagista, especializado em Ecologia e Recursos Naturais e doutor em Geografia. É professor de Paisagismo na Universidade Comunitária Regional de Chapecó e na Universidade Católica de Santa Catarina. Foi estagiário e, depois, paisagista colaborador da empresa Burle Marx & Cia Ltda. Foi também diretor do Sítio Roberto Burle Marx.

¹⁵ Vera Beatriz Siqueira é doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), professora associada e pró-cientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e autora do livro “Burle Marx”, da série Espaços da Arte Brasileira (Ed. Cosac Naify).

¹⁶ “Nomination of Sítio Roberto Burle Marx for inscription on the World Heritage List”, disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/1620/documents/>. Acesso em 27/10/2022.

A necessidade de responder adequadamente a todos os requisitos da candidatura e explicitar detalhadamente todas as informações que deveriam constar do dossiê foi um grande desafio para a equipe do sítio e seus colaboradores. Ao demandar que fossem minuciosamente estudados, definidos e explicitados todos os assuntos acima referidos (tudo devidamente complementado por gráficos, tabelas, desenhos e fotografias de alta qualidade), obrigou a realização de reflexões aprofundadas sobre o bem e todos os processos envolvidos na sua constituição e preservação, bem como a explicitação clara desses processos. Isso resultou no aprofundamento, por parte da equipe, da compreensão sobre todos esses aspectos do sítio. Representou assim uma contribuição importante, uma oportunidade ímpar de reflexão, de troca e de produção de conhecimento para toda a equipe.

V – Patrimônio em mutação: dinâmica de um bem em efervescência

Durante a elaboração do dossiê de candidatura, as questões afetas à caracterização e proteção da paisagem do sítio constituíram o cerne das discussões.

Por ocasião das missões de assessoramento e de avaliação realizadas por especialistas do Icomos, ficou evidente uma extrema preocupação com a originalidade, planos de gestão, segurança e outros quesitos em que há grande exigência como ponto de partida para um futuro enquadramento como patrimônio mundial. Por várias vezes, a equipe do sítio precisou responder a questões e dúvidas sobre qual era, exatamente, o bem a ser preservado, se o sítio antes do falecimento do paisagista ou se, depois disso, mais de 25 anos passados, teria havido alguma alteração significativa no que ele havia doado ao Governo Federal do Brasil. Mais, a Unesco desejava enfaticamente colocar em destaque os princípios que, ao serem usados por Burle Marx, determinaram a criação do que se convencionou ser chamado de Moderno Jardim Tropical. As perguntas relacionadas com tais dúvidas são de respostas extremamente difíceis, a ponto de refletirmos que nem o próprio paisagista teria condições de respondê-las, em especial porque o dinamismo dos acervos e peças que compõem o Sítio Roberto Burle Marx é intenso, o que obriga a gestão a tomar constantes decisões sobre os embates nas coleções de plantas vivas, cada qual procurando ocupar os espaços disponíveis com prejuízos inevitáveis dos indivíduos que lhes estão à volta. Trata-se de um conjunto de plantas altamente competitivas, que não renunciam a suas exigências vitais, em meio a este ecossistema artificial em que convivem espécies e espécimes de todos os continentes e oriundas das mais distintas condições

ambientais em seus habitats. Uma planta de sol não tolera a vida na sombra e, embora haja espécies que podem se adaptar a ambas as situações (ou que as toleram), essas são características intrínsecas a cada uma, portanto imutáveis! Isso vale também para os solos, a quantidade e proximidade de água e muitas outras circunstâncias vitais. A entrada de novas espécies – afinal, trata-se aqui de uma coleção de plantas vivas – requer estudos bastante detalhados, no sentido de se evitarem futuros conflitos entre vegetais em permanente competição.

Mas estes não são os únicos problemas. Quando entram em jogo alguns fatores mais subjetivos, em especial os estéticos, as dificuldades aumentam em escala exponencial. Para atendimento às exigências da Unesco, houve a necessidade de se aplicar aos espaços do sítio uma perspectiva analítica, o que implicou certa setorização dessas áreas, pautada pelo tipo de uso e ocupação. É preciso registrar, no entanto, que a produção dessa espécie de “mapa de zoneamento” funciona apenas e unicamente como artifício operacional, destinado à organização dos processos de conservação a serem definidos para o bem cultural, e não pode ser assumido como expressão da realidade do sítio.

Foram definidas duas categorias de espaços: “jardins” e “áreas de cultivo de coleções”. Três setores foram considerados como “jardins”: Jardins dos Lagos, Jardins da Casa de Roberto (figura 4) e Jardins do Ateliê. As demais áreas de vegetação, ainda que contivessem grupos de plantas organizados no terreno com critérios estéticos, foram consideradas “áreas de cultivo da coleção” ao ar livre.

Essas duas “categorias” não podem ser compreendidas como se estivessem consagradas por um uso histórico, continuado. Na verdade, ao longo da história do sítio nunca se fez tal distinção, simplesmente porque nunca houve necessidade para tanto. Tampouco o seu criador usou esta ou qualquer outra separação. Para ele, jardins e coleções de plantas se imbricavam, sem limites definidos e sem caráter de coisas imutáveis, perpétuas. Entretanto, pela necessidade de caracterizar bem estes dois tipos de espaço – porque eles têm óbvias diferenças em seus respectivos tratamentos e ocupações dos espaços – decidiu-se por esta compartimentação para efeito meramente cartográfico. Essa setorização que determinou apenas duas categorias de ocupação das áreas com vegetação (“áreas com jardins” e “áreas com coleções de plantas”) foi feita de forma artificial, talvez simplista mesmo; sua adoção irrestrita como documento histórico não é recomendável.

Figura 4 – Jardim frontal à “Casa de Roberto” – Distribuição nítida, com vegetação disposta em grupos com a mesma espécie, um dos princípios de Burle Marx em muitas de suas composições vegetais.



FONTE: Oscar Liberal.

Figura 5 – Parte posterior da “Casa de Roberto”, que foi gradativamente sendo ocupada pela coleção de Velloziaceae. O processo descaracterizou o jardim antes existente. A disposição estética dos conjuntos vegetais foi substituída por um conjunto de plantas com distribuição sob critérios taxonômicos de coleção.



FONTE: Oscar Liberal.

Figura 6 – “Lagos de Baixo”. Ao fundo, matacões (*boulders*) com a perspectiva favorecida pelos lagos.



FONTE: Oscar Liberal.

As mudanças constantes na ocupação das áreas do sítio permeiam com frequência sua história. Como exemplo, o já mencionado jardim nos fundos da “Casa de Roberto”, que foi ocupado pela tardia coleção de Velloziaceae, desaparecendo em sua composição estética (figura 5). E vice-versa: algumas áreas com coleções deram lugar a espaços paisagisticamente tratados, como é o conjunto dos “Lagos de Baixo” em que, maravilhado com a descoberta de enormes *boulders* graníticos, Burle Marx decidiu clarear a área, eliminando a vegetação ao redor do conjunto e criando uma série de lagos para facilitar a visualização das pedras, no que ele denominava *mise-en-valeur* dos elementos rochosos que configuravam aqueles espaços (figura 6).

Cientes da liberdade e da dinâmica que caracterizaram a produção dos espaços verdes hoje existentes e da necessidade de se projetar, neste momento, a sua sobrevivência futura com

a manutenção das qualidades estéticas e científicas que possui, foi preciso assumir como “marco zero” da história futura, a partir de sua inscrição na lista do patrimônio mundial, o momento em que Burle Marx deixou de atuar sobre o seu sítio, considerando finalizada naquele momento a experimentação por ele realizada, que constitui o cerne do reconhecimento pela Unesco.

As áreas de jardim deverão ser preservadas em sua feição atual, levando-se evidentemente em consideração a dinâmica inerente aos jardins, como obras vivas. O plano de conservação para essas áreas determinará os processos rotineiros de manutenção e os critérios de intervenção pontual, para as ocasiões em que sejam necessárias. Para as áreas de cultivo da coleção, serão adotados critérios de conservação mais flexíveis, de modo a viabilizar a alternância necessária de grupos e espécies entre si e com os viveiros. A coleção botânica tampouco permanece imutável; será objeto de um plano de gestão no qual estarão previstas as políticas de aquisição e descarte, ou seja, quais são as plantas cuja incorporação interessa à coleção e, portanto, serão admitidas, e quais tipos – por excesso de produção ou outros motivos – podem ser doados ou permutados.

Identificar com precisão e rigor histórico a configuração dos espaços de “jardim” imediatamente após a ausência de Roberto Burle Marx é um desafio a ser enfrentado a partir de agora. Não se trata de uma orientação patrimonial purista, mas questão de bom senso. Há em todo o processo uma dimensão de subjetividade que, no entanto, não inviabiliza sua efetivação. No que se refere às demais áreas da paisagem (de cultivo de coleção), o estabelecimento de critérios – ainda que certamente menos rigorosos do que os que devem ser definidos para os jardins – é igualmente desafiador. Não há uma configuração que sirva de padrão ou referência a um plano de conservação da paisagem ali existente. Embora esta tenha natureza claramente cultural, comporta-se como qualquer paisagem natural, em que o dinamismo e as mudanças vão dando um caráter inequivocamente evolutivo.

No dossiê, houve um cuidado muito grande de se evidenciar o artificialismo criado apenas para satisfazer aos quesitos circunstanciais. E com a preocupação, ao criar tal classificação, de que ela possa vir a ser simplificada ao longo dos processos de gestão, sendo posteriormente aceita como uma classificação científica, portanto, segura, quando o criador do sítio jamais pretendeu algo definitivo, imutável que sacrificaria os motivos originais da construção do sítio: a experiência, a observação e o aprendizado.

Nesse sentido, a finalidade principal de uso da propriedade, fixada por Burle Marx na escritura de sua doação ao governo federal do Brasil como instituição de produção e transmissão

de conhecimento, está mantida. Há nele um campo imenso para a pesquisa científica – especialmente considerando a coleção botânica, banco genético ainda em processo de catalogação e pouco explorado – e para o desenvolvimento de atividades culturais. Ainda que tenha cessado como exercício paisagístico, a experimentação continua acontecendo e produzindo resultados, como por exemplo, no desenvolvimento dos processos de cultivo e no tratamento técnico e fitossanitário das espécies botânicas. O sítio permanece preservado em seus aspectos de arte, técnica e ciência.

VI – O futuro: referências e compromissos

Em sua 44^a sessão, realizada na cidade de Fuzhou, China, entre 16 e 31 de julho de 2021,¹⁷ o Comitê do Patrimônio Mundial adotou unanimemente a decisão de inscrever o Sítio Roberto Burle Marx na Lista do Patrimônio Mundial, na categoria de Paisagem Cultural.¹⁸

O “Valor Universal Excepcional” adotado na decisão é centrado na coleção botânica e sua aplicação. Tem por base o caráter de laboratório do sítio, “que ilumina o modo como um dos grandes paisagistas do século 20 desenvolveu seus projetos influentes” e “levou ao desenvolvimento do que ficou conhecido como Jardim Tropical Moderno, uma importante expressão do Movimento Moderno no campo do paisagismo que influenciou em grande medida a elaboração de parques e jardins desde meados do século 20 no Brasil e ao redor do mundo”. O sítio é considerado “importante como manifestação física das abordagens de Burle Marx, seus princípios e suas plantas, bem como pelo modo como permite uma compreensão das características-chave de projeto que ele usou repetidamente em seus projetos”.

O bem cultural foi classificado nos critérios (ii) e (iv), nos quais as ideias centrais estão, respectivamente, relacionadas a “um intercâmbio importante de ideias sobre paisagismo” ligado “ao movimento da arte Modernista na Europa” (ii) e ao reconhecimento do sítio como “laboratório paisagístico” descrito como “um exemplo excepcional de paisagem que demonstra o desenvolvimento de um novo tipo de paisagismo que fundiu ideias criativas do Movimento

¹⁷ A avaliação da candidatura do SRBM havia sido prevista para ocorrer em 2020, porém, em virtude da pandemia de Covid-19, a 44^a sessão do Comitê do Patrimônio Mundial foi suspensa naquele ano.

¹⁸ Decisão 44 COM 8B, 27, adotada pelo Comitê do Patrimônio Mundial em sua 44^a sessão ampliada, realizada em Fuzhou, China, em junho de 2021. Tradução Claudia Storino. O texto da Decisão, conforme adotado, incluindo a Declaração de Valor Universal Excepcional pode ser acessado em:

<https://whc.unesco.org/en/decisions/7946/>. Acesso em 8/10/2022.

de Arte Moderna com tipologias locais e plantas tropicais para criar um estilo que em última instância ficou conhecido como o jardim tropical moderno”, “importante como manifestação física das abordagens de Burle Marx, seus princípios e suas plantas, bem como pelo modo como permite uma compreensão das características-chave de projeto que ele usou repetidamente em seus projetos” (iv).

A partir da inscrição, o sítio passou a um novo patamar em termos de patrimônio cultural; ampliou sua visibilidade e o respaldo para sua preservação, e por outro lado assumiu também maiores responsabilidades.

Ao encaminhar a Decisão 44 COM 8B.27, o Comitê do Patrimônio Mundial “Recomenda que o Estado-parte, com a consultoria do Icomos e do Centro do Patrimônio Mundial, caso solicitada, considere com urgência” uma série de recomendações a serem atendidas, cuja implementação deve ser objeto de um relatório a ser encaminhado pelo Brasil, até 1º de dezembro de 2023, ao Centro do Patrimônio Mundial, para exame pelo Comitê em sua 47ª sessão. As recomendações incluem o fortalecimento do Plano de Gestão e da proteção para a Zona de Amortecimento e o entorno imediato do bem, e a garantia da produção de Avaliações de Impacto ao Patrimônio Cultural para qualquer proposta que possa potencialmente impactar o Valor Universal Excepcional do bem. Solicitam também: “*definir detalhadamente, através de uma abordagem colaborativa multidisciplinar, os atributos do bem e seu grau de preservação, com base na análise de: mapas, levantamentos e materiais iconográficos relacionados ao bem no momento da morte de Roberto Burle Marx; mapas, levantamentos e documentação fotográfica no momento presente; pesquisa e análise de arquivos e coleções de arte*” e, “*com base na definição completa dos atributos de Valor Universal Excepcional, produzir um Plano de Conservação para as paisagens projetadas do bem*” (UNESCO, 2021, p. 4).

Nesse ponto se encontram atualmente centradas as atividades de pesquisa em desenvolvimento no sítio, visando atender às citadas recomendações. Partindo de uma análise e descrição detalhada dos diversos setores de cada jardim, pretende-se registrar sua configuração física, o histórico de seu desenvolvimento, os modos de cultivo e manutenção, as práticas fitossanitárias, os pontos importantes da composição plástica e outros aspectos, de modo a traçar os critérios e diretrizes que virão a compor o plano de conservação, visando preservar a integridade e a autenticidade desses lugares, conforme fixado na Decisão do Comitê do Patrimônio Mundial.

A definição de um plano de conservação para a paisagem do sítio e seus jardins é um desafio importante e uma providência indispensável para a garantia de sua preservação, especialmente tendo-se em vista que o momento histórico subsequente à morte de Roberto Burle Marx, no qual as práticas de conservação dessa paisagem e da coleção botânica se mantiveram operantes e eficazes com base no conhecimento adquirido cotidianamente e nos processos aprendidos e transmitidos oralmente está chegando ao fim, em virtude tanto da aposentadoria dos funcionários e colaboradores mais antigos quanto das demandas de se adequar a instituição a sistemas de gestão e processos técnicos e administrativos atuais.

A demanda é, portanto, correta, pertinente e conveniente. É de fato uma tarefa importante descrever minuciosamente, medir, fotografar, desenhar, registrar as características dos jardins, avaliar e definir mais claramente os atributos elencados na candidatura e, com base nesse cabedal de dados, traçar normas e diretrizes para a conservação do bem e a manutenção do seu Valor Universal Excepcional.

Como já indicado, a tarefa não é simples; além de física e tecnicamente complexa, incorpora aspectos de subjetividade que não podem ser contornados. Demanda que se vá além da materialidade. Como identificar, captar e proteger os aspectos que conferem ao lugar o encantamento, a aura? Como garantir a preservação de elementos intangíveis que, na perspectiva de Burle Marx, fazem parte dos jardins, como a luz, os sons, o vento, bem como a ambiência e a relação com o entorno? Está em curso o enfrentamento desse desafio.

Conclusões

Trabalhar na direção da preservação do bem cultural Sítio Roberto Burle Marx, essa grande obra de arte, técnica e ciência em quatro dimensões, implica atender aos seus múltiplos modos de expressão e existência. Implica estarmos atentos às recomendações da legislação e dos tratados internacionais, contemplarmos em profundidade os detalhes de sua constituição física, compreendermos seu processo de desenvolvimento histórico e muito mais. Nesse processo, levamos em conta as palavras do poeta Manoel de Barros: “... que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós” (BARROS, 2015, p. 125).

Referências

BARROS, Manoel de. “*Sobre Importâncias*”, in **Meu quintal é maior do que o mundo** [recurso eletrônico] / Manoel de Barros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BBC, British Broadcasting Corporation. **Documentário *Lost Paradise: The Gardens of Roberto Burle Marx***, produzido em 1992, in *Omnibus* (London, England: BBC Worldwide, 2013).

CALS, Soraia. **Roberto Burle Marx: uma fotobiografia**. Rio de Janeiro: S. Cals, 1995.

DIAS, Robério. Entrevista concedida em dezembro de 2008 à revista “**FOLHA**”, da Sociedade dos Amigos de Roberto Burle Marx, publicada em maio de 2009. Disponível no blog do paisagista, “Escritos na Paisagem”, em: <http://escritosnapaisagem.blogspot.com.br/2009/06/entrevista.html>.

IFLA, **Conselho Regional e Conferência IFLA Américas 2018**. Carta da Paisagem das Américas. Cidade do México: Seminário de Cultura Mexicana. 2018. Versão em português: Lúcia Veras e Luciana Schenk.

IPHAN. **Dossiê de candidatura do Sítio Roberto Burle Marx para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Rio de Janeiro: 2019. (Documento de trabalho; versão em português, não publicada.)

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007 p. 152. – (Pesquisa e Documentação do IPHAN: 1).

RIZZO, Giulio G. **Il Giardino Privato di Roberto Burle Marx: Il Sítio. Sessant’anni dalla fondazione. Cent’anni dalla nascita di Roberto Burle Marx**, Roma: Gangemi Editore, 2009.

SANTOS, Magaly de Oliveira Cabral; RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri e OLIVEIRA, Carlos Daetwyler Xavier de (Orgs.). **República em Documentos: Jardim Histórico do Museu da República**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019. 80 p.: il.; 21cm. (Documentos Museológicos n. 4).

SILVA, J. M. da, FERREIRA, R. M. C., FEITOSA JÚNIOR, W. B., COSTA, T. S., CARVALHO, E. **Exercício de Conservação do Jardim Histórico do Conjunto Moderno da Sudene: Uma Experiência Didática no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco**. São Paulo: Paisag. Ambiente: Ensaios, v. 31, n. 45, e165344. 2018.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. **Burle Marx: Espaços da Arte Brasileira. – Arte e paisagem: conferências escolhidas**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

TV BRASIL. documentário “**Burle Marx**”, parte 4 (7:19). 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r1W-Vv9u92I&index=5&list=PLp5b8MkaqtmK9JqJyMiE8YJTIDbbJeHTr>. Acesso em 26 abr 2023.

TV BRASIL. documentário “**Burle Marx (2/3) – De Lá Pra Cá**”. 20/04/2009 – (2:40). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bFX3UjOwHPE>. Acesso em 18 jun 2022.

UNESCO. **Carta da Sra. Mechtild Rössler**, Diretora do Centro do Patrimônio Mundial, enviada em 12 de agosto de 2021 ao Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO, Embaixador Santiago Irazabal Mourão. Tradução de Claudia Storino. Acervo Sítio Roberto Burle Marx.

UNESCO. **Comitê do Patrimônio Mundial. Decisão 44 COM 8B, 27.** Fuzhou, China: 2021.
Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/decisions/7946/>. Acesso em 8 out 2022.

Recebido em 06 de dezembro de 2022 | Aceito em 09 de março de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

El Ecuador y los Paisajes Culturales en la Gestión del Territorio

José Marcelo León Bedoya



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

BEDOYA, José Marcelo León. El Ecuador y los Paisajes Culturales en la Gestión del Territorio. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 148-174, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

El Ecuador y los Paisajes Culturales en la Gestión del Territorio

José Marcelo León Bedoya¹

Resumen

El pequeño territorio de singulares características geográficas y naturales donde se establece el país del Ecuador, encierra innumerables evidencias de sus habitantes, plasmados en expresiones de diversa índole, desarrolladas a lo largo de la historia, marcando y estructurando regiones, lugares y poblados de características propias de cada sociedad; los paisajes culturales. El presente artículo enfoca esta temática, su desarrollo en el Ecuador y su importancia como una alternativa de progreso de los territorios a través del buen manejo de los recursos que lo estructuran y lo hacen relevante.

Palabras Clave: patrimonio, territorio, gestión.

Abstract

The small territory of singular geographical and natural characteristics where the country of Ecuador is established, contains innumerable testimonies of its inhabitants, embodied in expressions of various kinds, developed throughout history, marking and structuring regions, places and towns with their own characteristics of each society; cultural landscapes. This article focuses on this theme, its development in Ecuador and its importance as an alternative for the progress of the territories through the good management of the resources that structure it and make it relevant.

Keywords: heritage, territory, management.

¹ Arquitecto por la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Central del Ecuador, FAU/UCE, Quito. Maestría en Paisajes, Patrimonio y Estudios Territoriales por el Instituto Internacional de Formación Ambiental y Fondo Verde. España. Funcionario del Instituto Nacional de Patrimonio Cultural del Ecuador. Coordinador Paisajes Culturales. Email: marcelo.leon@patrimoniocultural.gob.ec.

El Ecuador y su particular geografía

El Ecuador se encuentra formando parte de los diecisiete países mega diversos del planeta. En Sudamérica comparte esta mención juntamente con Colombia, Venezuela, Brasil y Perú. Su megadiversidad se origina por distintos fenómenos geográficos y climáticos manifestados por su ubicación en la línea ecuatorial (paralelo 0°), plena zona tropical en donde el cruce longitudinal de la Cordillera de Los Andes, en sentido norte sur, por la zona central del país, modifica la climatología de este territorio conformando tres regiones naturales: Litoral o costa, interandina o sierra y región Oriental o Amazonía; las cuales poseen una variedad de pisos climáticos con sus propias características biofísicas y ecosistemas particulares, provocando la reproducción y desarrollo de una gran variedad de especies. Es importante mencionar que el cruce de la Cordillera de Los Andes por el Ecuador es completamente diferente a lo que sucede en Colombia y Perú, países andinos con los cuales limita. Cuando la cordillera ingresa al Ecuador se divide en tres ramales principales: Occidental, Central y Oriental o Real, las cuales, a diferencia de lo que sucede en el paisaje andino Colombiano, estos ramales se hallan unidos entre sí por pequeñas cordilleras transversales llamadas “nudos”, los cuales conforman y delimitan valles interandinos denominadas “hoyas”, con sus propias características orográficas, hidrográficas y climatológicas. La mayor parte de los ríos del Ecuador se forman en las alturas de la cordillera cuyas aguas fluyen hacia el occidente para desembocar en el Océano Pacífico y hacia el oriente para desembocar en el río Amazonas. Ecuador es el país con más ríos por metro cuadrado en el mundo.

Los ecosistemas de las costas ecuatorianas varían; en la costa norte y centro norte predominan los bosques húmedos tropicales, manglares, mientras que en la zona sur y centro sur, se encuentra mayormente matorrales y bosques tropicales secos. Es importante señalar que la presencia de montañas como la cordillera Chongón Colonche que atraviesa buena parte de las provincias costeras de Manabí y Santa Elena provocan particulares ecosistemas en sus partes altas con bosques húmedos de garúa similares a los bosques nublados andinos de la serranía y que contienen una rica biodiversidad. Hacia la parte baja los bosques se tornan semidecíduos hasta llegar al bosque seco tropical con sus propias características de flora y fauna.

La región litoral ecuatoriana se halla condicionada por dos fenómenos físicos que suceden en sus aguas. El primero es el paso de la corriente de Humboldt, que es una corriente de agua fría la cual se origina en la Antártica desplazándose en dirección sur-norte por la costa

occidental de Sudamérica hasta llegar a las costas ecuatorianas y la región insular del Ecuador, las Islas Galápagos. Su presencia en los meses desde mayo hasta noviembre, marca el cambio de clima en la costa ecuatoriana, la ausencia de lluvias, da lugares a la formación de bosques tropicales secos, característicos sobre todo en la zona centro y sur de la costa ecuatoriana, ya que tanto las aguas como el aire bajan en temperatura. Esta corriente arrastra más de mil especies de peces y fauna marina, e importantes nutrientes favorables para la pesca, lo que le convierte en uno de los ecosistemas marinos más ricos del mundo.

Por otro lado, se encuentra la corriente cálida de El Niño, que se origina en la zona ecuatorial del pacífico sudamericano; tiene un recorrido norte – sur hasta llegar a las costas ecuatorianas y peruanas. Esta corriente anuncia la temporada de lluvias y épocas de calor (diciembre- abril). Su presencia es beneficiosa ya que permite el consumo de peces, moluscos, la aparición de vegetación en las zonas áridas de la costa, ayuda a completar el ciclo biológico de los bosques secos tropicales, al mismo tiempo que beneficia las actividades agrícolas.

En relación a la región Oriental o Amazonia Ecuatoriana, debemos mencionar que aquí se encuentra la mayor cantidad de bosques de carácter húmedo tropical del país; es una zona con varios pisos altitudinales que mientras se va alejando de la cordillera se torna llana. Su topografía es accidentada con alta pluviosidad; posee varias cuencas hidrográficas, y un clima de temperaturas tropicales; elementos físicos y geográficos que han provocado que esta región posea una alta y rica biodiversidad.

El Ecuador ostenta una cuarta región que es la insular, donde se encuentran las renombradas Islas Galápagos, declaradas como Patrimonio Natural de la Humanidad por la UNESCO, en 1978. El archipiélago está situado en la confluencia de tres corrientes oceánicas: fría de Humboldt, cálida de Panamá o de El Niño y la corriente de Cromwell; elementos que aportan para que estas islas contengan y presenten una abundante riqueza de especies marinas, convirtiéndose en un hábitat natural importante para la biodiversidad. Se trata de un territorio que muestra los procesos ecológicos y biológicos eminentes de las diferentes etapas evolutivas de la historia del planeta.

Todas las regiones naturales anteriormente descritas, suman una superficie total de 256.370 km², superficie que convierte al Ecuador en el país más pequeño de los países andinos y el cuarto más pequeño del continente. Es importante mencionar este detalle ya que en una

superficie tan limitada se puede encontrar tanta diversidad natural y de ecosistemas con sus propias particularidades e identidades físicas y geográficas como se aprecia en la Figura 1.

Figura 1 - Regiones del Ecuador
Costa, Sierra, Oriente y las Islas Galápagos.



Adaptado por León M., 2022

Son estas características del territorio ecuatoriano las que dieron lugar a lo que se conoce como la microverticalidad, cuyos habitantes desde épocas precolombinas en poco tiempo podían trasladarse y regresar de una región, a otra completamente diferente, para abastecerse de productos y recursos naturales de otros pisos ecológicos, lo que favoreció la conectividad entre sierra, costa y oriente. La diversidad de productos propios de cada región y de cada piso ecológico, impulsó un activo comercio e intercambio regional no solo de índole productiva, sino socio cultural; así como también, dio lugar a procesos de movilidad humana y patrones de asentamiento, permanencias y discontinuidades poblacionales.

El Ecuador y los Paisajes Culturales

El Ecuador, identificado como país pluricultural y multiétnico, es el resultado de esta acción e interacción que tuvieron las diferentes sociedades culturales a lo largo de la historia dentro de los diversos contextos geográficos, naturales, creando territorios con identidades y características propias, donde conviven una o varias culturas, producto de distintos procesos

históricos, sociales, económicos, productivos, que marcaron su asentamiento, los cuales se manifiestan en el desarrollo y/o creación de expresiones y tradiciones culturales, materiales e inmateriales, plasmadas y ligadas directamente a su entorno físico-natural el cual de acuerdo a su complejidad y estructura biofísica, fue en unos casos mayor o menormente antropizado, adaptándolo de acuerdo a sus necesidades, prácticas, saberes y creencias; y, en otros casos, las condiciones y valores de los recursos naturales del territorio, condicionaron el hábitat de los grupos sociales, los cuales tuvieron que adaptarse a su entorno provocando el mínimo de intervención.

Dicho esto, entonces, cuando hablamos de paisajes culturales nos estamos refiriendo a un determinado escenario geográfico, físico- natural, de características particulares, en cuyo espacio se han sucedido en el tiempo una serie de eventos antrópicos que fueron modificando, transformando en mayor o menor medida las características biofísicas del territorio.

En el año 2011, el Instituto Nacional de Patrimonio Cultural del Ecuador, y otras entidades competentes, dieron inicio a una serie de talleres y seminarios interdisciplinarios e interinstitucionales, con la finalidad de instituir el estudio e investigación sobre la temática Paisajes Culturales como una nueva forma de entender y manejar el patrimonio cultural; talleres que partieron desde las definiciones hasta el establecimiento de un concepto propio de Paisaje Cultural Ecuatoriano y la construcción de metodologías y lineamientos que direccionen el proceso para su reconocimiento y gestión.

Se entendió que, independientemente de plantear o acogerse a un concepto ideal sobre paisajes culturales enunciados desde diferentes disciplinas y entidades competentes como la UNESCO, todas muy valederas y loables, nos podemos dar cuenta que hay un denominador común que se repite y nos dan luces claras de que, dejando a un lado el buscar el concepto ideal, en lo que coincidían todos es que cuando se habla de paisajes culturales, se encuentran indiscutiblemente presentes EL MEDIO NATURAL-GEOGRÁFICO + EL SER HUMANO que interviene sobre el mismo, siendo el paisaje cultural el resultado de la acción e interacción de estos dos elementos.

Desde esta perspectiva y con la finalidad de manejar una conceptualización propia y oficial sobre la cual trabajar, el Instituto Nacional de Patrimonio Cultural del Ecuador propuso una definición específica, la cual se menciona en la Guía Metodológica para el Paisaje Cultural Ecuatoriano editada en el año 2015:

Se considera Paisaje Cultural a una parte del territorio que engloba un sistema coherente, articulado de acciones e interacciones naturales y humanas marcadas e integradas por la geografía que lo conforma y por los procesos históricos desarrollados; producto del cual se crean espacios, territorios, de singulares características con valor histórico, socio-cultural, ecológico, estético, visual, productivo, económico, religioso, espirituales y simbólicos de reconocimiento local, parroquial, cantonal, provincial y/o nacional e inclusive internacional. (VÁZQUEZ, LEÓN, 2015, p. 29)

Hay que entender, que el trabajar paisajes culturales implica ir más allá de lo que percibimos visualmente, que por supuesto es parte estructurante fundamental para su identificación primaria, análisis y valoración. Se trata de poder entender su origen, las claves de su formación, transformación y desarrollo, su significado y simbolismo, los cuales no se limitan solo a los elementos físicos materiales o estético- visuales que lo componen, y que son nada más que el resultado, de esta interacción naturaleza- ser humano. El medio natural es el escenario donde una determinada sociedad plasma su historia, creencias, modos de vida, su cultura, identidad; otorgándole a ese escenario características particulares, y hasta únicas que merecen ser reconocidas y gestionadas por su representatividad y relevancia.

En ese sentido, es pertinente anotar lo señalado en la XXII Reunión del Comité Sectorial de Cultura de la Unión de Ciudades Capitales Iberoamericanas, realizado en el año 2007, en Bogotá. Colombia. Cita que nos muestra con claridad lo mencionado.

El reconocimiento del Paisaje Cultural permite captar el alma, el genio, el ethos del lugar, su espíritu, su esencia. Dicho trabajo trasciende la identificación de su arquitectura, su espacio y su geografía. Es el entendimiento de su ser, de aquello que lo hace único y reconocible. (Mesa de trabajo. Relatorías Eje Paisajes Culturales, 2007, p.3)²

Lo anteriormente descrito, se muestra en la Figura 2; el Muro de las lágrimas, estructura ubicada en un entorno lejano y eminentemente natural, está ligado a una serie de eventos históricos que hay que conocerlos para poder entender su presencia y razón de ser.

² XXII Reunión Comité Sectorial de Cultura de la UCCI, Bogotá. Colombia - 27 al 29 de agosto, 2007

Figura 2 - Muro de las lágrimas
Colonia penal. Isla Isabela. Galápagos (1946-1959).



Fuente: León M., 2022

Desde esta mirada, se considera fundamental entender las formas y modos de actuación de los diferentes grupos sociales que habitaron un espacio específico y como reaccionaron ante sucesos relevantes que incidieron en su comportamiento, y consecuentemente en su entorno físico inmediato.

Para poder dilucidar e interpretar de manera fehaciente la configuración y la concepción actual de muchos de los territorios que ameritan ser considerados como Paisajes Culturales en el Ecuador, es importante entonces indagar la historia, desde sus orígenes hasta el presente, e identificar aquellos hechos que se han convertido en hitos o sucesos claves, que de manera particular han marcado un antes y un después en el comportamiento y forma de vida de las sociedades de turno, sus procesos o cambios socio culturales, políticos, religiosos, económicos, productivos, y su efecto físico sobre el territorio, sea por la acción de prácticas, de carácter antrópico; como también por la acción de fenómenos naturales que a lo largo de la historia se han suscitado, incidiendo en la conformación, vocación e identidad territorial.

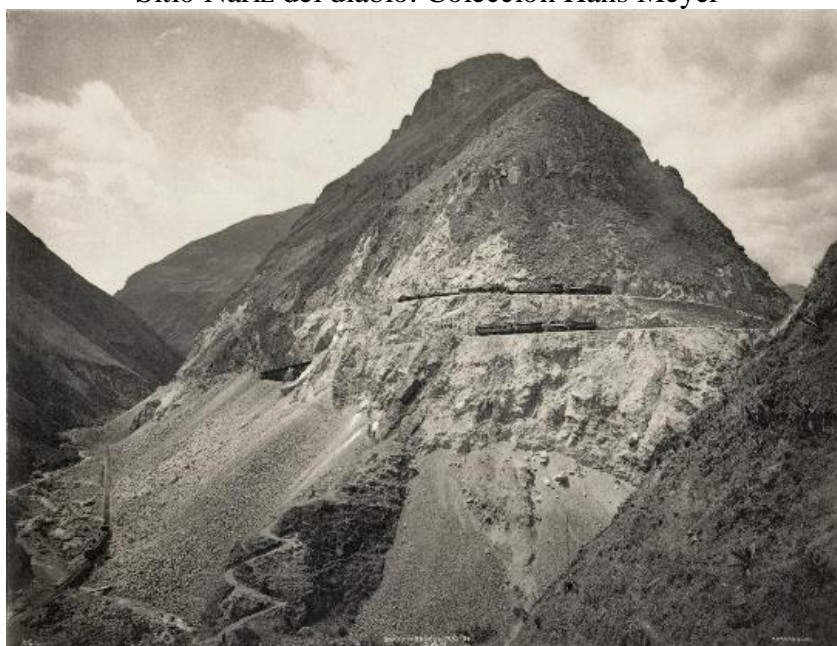
Los hechos o momentos históricos claves que a continuación se describen, son de carácter nacional, se deben tomar en cuenta como importantes sucesos que han incurrido en la transformación y configuración de muchos de los paisajes culturales ecuatorianos, sin dejar a un lado aquellos sucesos importantes de carácter más local que pueden ser consecuencia de aquellos eventos nacionales o exclusivos de una determinada localidad, los cuales serán

determinantes en la identificación de paisajes culturales. A continuación se menciona los siguientes momentos claves en la historia nacional:

- Formaciones socio políticas prehispánicas. (Desde los primeros pobladores nómadas, hasta sociedades culturales de mayor ámbito territorial)
- La imposición de una nueva cultura. Transformación del paisaje americano marcado por los procesos colonizadores.
- Distribución y monopolización del territorio. Sistema de haciendas y fincas.
- La construcción del ferrocarril transandino que unió las regiones costa y sierra (fines del siglo XIX, inicios del siglo XX)
- Las primeras extracciones de petróleo en la costa ecuatoriana (1928-1959).
- Reforma agraria. Nueva manera de distribución del territorio y uso del suelo. (1960)
- Apogeo del sistema de plantaciones o de extracción de determinados productos (café, cacao, plátano, camarón, caña de azúcar...); actividad minera.
- La expansión urbana y el desarrollo de centros económicos.
- La era petrolera “boom petrolero” en Ecuador. Oriente ecuatoriano (1972)
- Fenómenos migratorios (Migración del campo a las grandes ciudades)
- La dolarización y los fenómenos migratorios (Emigración a otros países)
- Presencia de grandes infraestructuras de comunicación, transporte, hidráulicas, de obtención de energía...

La Figura 3 muestra el ferrocarril transandino en el sitio conocido como La Nariz del diablo, de paso obligado para ascender a la serranía. Sitio famoso por la dificultad en su construcción como en su recorrido. Su presencia marcó la geografía llenándola de una fuerte carga histórica y simbólica.

Figura 3 - Ferrocarril transandino. Foto de 1903
Sitio Nariz del diablo. Colección Hans Meyer



Fuente: Archivo INPC, código 5444. Tomado de Guía Metodológica para el Paisaje Cultural Ecuatoriano, (p.102), por Vazquez A, León M, 2015, INPC, Normativas y Directrices.

El ser humano en las distintas etapas y hechos históricos, es el protagonista activo en los procesos de transformación de los territorios; a veces interviniendo con modificaciones acertadas, sostenibles, creativas, pero muchas veces lamentablemente realizando intervenciones que han repercutido en la degradación, deterioro de los ecosistemas y la biodiversidad existente; como también, en el valor de las manifestaciones patrimoniales culturales de los pueblos que habitan dichos territorios.

El patrimonio cultural: Sus problemáticas

Es importante abordar este tema ya que cuando se habla de paisajes culturales se encuentra inmerso indiscutiblemente las expresiones culturales de los diversos grupos sociales, plasmadas y referidas dentro de un espacio geográfico natural específico, formando parte de la historia e identidad de sus habitantes, reconociéndose muchas de éstas a nivel nacional como Patrimonio Cultural del Estado.

La alta vulnerabilidad y amenaza que sufre el patrimonio cultural ecuatoriano, tiene mucho que ver en el manejo verticalizado de los bienes patrimoniales donde prima la mirada

de las instituciones vinculadas, las cuales, a través de expertos y especialistas planifican la forma como se debe manejar, gestionar y utilizar estos recursos.

El trabajo realizado, se traduce en acciones aisladas, individuales, en torno a la conservación y gestión de un determinado patrimonio, generalmente desvinculadas de los otros ámbitos patrimoniales y de su contexto físico, natural donde la participación de las comunidades y portadores de ese patrimonio es mínima y en muchos casos nula.

Es por ello que cuando los planes de manejo y acciones de intervención en el patrimonio, aterrizan a contextos locales, emergen un conjunto de problemáticas, tales como la falta de apropiación y participación de la población local en las intervenciones; la desvalorización del patrimonio cultural por parte de los habitantes; el deterioro y degradación de los bienes patrimoniales; conflictos de intereses entre las instituciones y las poblaciones locales respecto a la valoración, uso y permanencia del patrimonio; descoordinación interinstitucional en el planteamiento y ejecución de planes, programas y proyectos en un mismo territorio; limitada visión en los planes de ordenamiento y gestión del territorio; una perspectiva muy corta de la población y de sus autoridades relacionada con cuáles pueden ser las ventajas y bondades que ofrece la presencia patrimonial en una localidad y de qué manera su conservación y gestión puede fomentar el desarrollo humano y activar la economía local.

En el año 2015, el Consejo Nacional de Competencias del Ecuador, con Resolución N°0004- CNC- 2015, reformada en el año 2017 con Resolución N°0006- CNC- 2017 transfiere la competencia sobre el manejo y gestión del patrimonio cultural, desde el Gobierno Central, a los Gobiernos Autónomos Descentralizados Metropolitanos y Municipales (GAD), entidades que tienen a su cargo la jurisdicción de su respectivo Cantón, unidad territorial de tercer nivel en el Ecuador. El conjunto de dos o más cantones forman Provincias, que son las unidades territoriales de segundo nivel. En total en el Ecuador existen 221 cantones al frente de cada cual está un GAD.

El objeto de esta transferencia de competencias del patrimonio cultural a los GAD fue que dichas entidades tengan las facultades directas de rectoría, planificación, regulación, control y gestión local de los bienes patrimoniales que constan dentro de su jurisdicción cantonal.

Si bien, el fondo de la resolución consistía en generar un mayor compromiso, gestión directa y responsable por parte de los GAD respecto a su patrimonio, en la práctica, la

transferencia de competencias desnudó la debilidad institucional de los Gobiernos locales. Una pobre capacidad operativa traducida en la carencia de ordenanzas, normativas para el ejercicio de la competencia. Carencia de proyectos relacionados con el patrimonio cultural como parte de los planes de desarrollo y ordenamiento territorial, y los que existían, simplemente no se ejecutaban. La mayor parte de gobiernos locales ni siquiera contaban con una unidad o departamento específico para ejercer la competencia y peor aún con personal idóneo, especializado en temas patrimoniales. Pero, lo más lamentable es que pocos GAD están interesados en ejercer dicha competencia sea por desconocimiento del tema, o por considerarla poco beneficiosa en generar réditos políticos; pero sobre todo, por una errada concepción del patrimonio cultural al considerarlo un obstáculo para generar desarrollo y progreso de las localidades.

Esta resolución, que aún sigue en vigencia, provocó un cambio importante sobre el control y manejo del patrimonio cultural ecuatoriano el cual ahondó mucho más las problemáticas existentes desde hace muchas décadas atrás.

La más seria, es la que tiene que ver con el pensamiento errado por parte del ciudadano, incluido los gobiernos locales, relacionado con el patrimonio cultural. Se cree que al patrimonio hay que sacralizarlo, museizarlo, por tanto, no se lo puede tocar ni intervenir.

Las acciones sobre el patrimonio se han centrado exclusivamente en los centros históricos, en la monumentalidad, o en ciertos bienes distintivos de una determinada localidad, cuyas acciones se limitan exclusivamente en proyectos de conservación o rehabilitación per se, sin estudios integrales y articulados de ese patrimonio respecto a otros recursos patrimoniales y naturales de valor, y obviando las realidades y problemáticas sociales, económicas, culturales e incluso políticas de un determinado territorio.

Para el ciudadano común, el poseer un bien patrimonial, sobre todo el edificado, se convierte en un obstáculo, una carga muy costosa para su preservación y conservación, de la cual no se obtiene ningún beneficio a cambio, que redunde en mejorar su calidad y nivel de vida.

El otro factor clave que atrae una serie de problemáticas a enfrentar tiene que ver con una falta o limitada apropiación estatal reflejada en una insuficiente creación de políticas públicas nacionales y locales, dirigida a elaborar directrices, leyes y ordenanzas a favor del patrimonio no solo para su conservación y salvaguardia, sino para generar una efectiva gestión

que vaya en beneficio de los dueños, portadores de estos recursos, y de los territorios donde se encuentran.

Todas estas problemáticas redundan en actividades y acciones ilegales que agreden el patrimonio cultural poniéndolo en riesgo. Aún las declaratorias como Patrimonio Cultural Nacional, distinción otorgada para su protección, no garantizan que un determinado bien o sitio histórico patrimonial no sea objeto de acciones atentatorias; por el contrario, las listas de declaratorias son tomadas en cuenta por grupos dedicados al huaquerismo, al tráfico ilícito en lo referente al patrimonio arqueológico y bienes muebles patrimoniales en general, los cuales ven en estos sitios u objetos una oportunidad para lucrar a través del comercio ilegal. Por otro lado, los centros históricos, monumentos y áreas que contienen bienes culturales patrimoniales, constituyen zonas de importante atracción para la inversión relacionada con el turismo; lamentablemente, los recursos económicos generados por la actividad turística no se ve reflejada en un beneficio directo hacia el territorio contenedor de dicho patrimonio, ni hacia los habitantes locales, propietarios y portadores de las expresiones patrimoniales existentes. En ese sentido, permanentemente nos encontramos frente a escenarios con dos realidades; por un lado un territorio caracterizado por la presencia de importantes e invaluable recursos naturales y culturales; y por otro lado, territorios descuidados, marcados por la pobreza y marginación de sus habitantes.

¿Para qué hacemos Paisajes Culturales?

La realidad actual del patrimonio cultural ecuatoriano descrita en líneas anteriores, motivó el incurrir sobre esta nueva categoría, los paisajes culturales, como una herramienta de planificación, gestión y desarrollo del territorio a través del manejo sostenible de los recursos patrimoniales. Esta mirada contextualizada permite abordar los diferentes ámbitos del patrimonio de una forma mucho más amplia y completa tomando en cuenta el entorno como producto de la relación naturaleza- ser humano.

Paisajes culturales en el Ecuador, tiene como finalidad ser un instrumento de investigación que permita conocer el territorio para poder definir las claves de su formación, desarrollo; y, determinar las pautas con las cuales se pueda garantizar su permanencia pero también su participación directa en la dinamización de los territorios para generar un desarrollo

económico, social y cultural sostenible tomando como eje los recursos patrimoniales culturales y naturales inmersos.

En ese sentido, se trata de fomentar y posicionar el uso de “Paisajes Culturales” en el Ecuador, como una nueva forma de entender, proteger, gestionar y difundir el Patrimonio a través de la integralidad de los diferentes ámbitos que conforman el Patrimonio Cultural, dentro de contextos territoriales de singulares características producto de los diferentes procesos de articulación, histórica, territorial y natural que han marcado la fisonomía de un determinado territorio; superando así, la visión clásica e individual de manejar el Patrimonio Cultural en nuestro país.

La Guía Metodológica para el Paisaje cultural Ecuatoriano:

El Instituto Nacional de Patrimonio Cultural, a través de un convenio conjunto con la Universidad Autónoma de Querétaro, publica la Guía Metodológica para el Paisaje Cultural Ecuatoriano, en el año 2015. Documento que es producto de todo un proceso de generación de estudios, investigaciones con experiencias locales, internacionales, talleres, seminarios interdisciplinarios e interinstitucionales, que iniciaron en el año 2011, donde participaron en su momento importantes entidades como el Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico (IAPH), con la experiencia del Paisaje Cultural de la Ensenada de Bolonia, España; el Ministerio de Cultura de Colombia, con el Paisaje Cultural Cafetero Colombiano; y, la Facultad de Filosofía de la Universidad Autónoma de Querétaro con la experiencia del Paisaje Cultural del Semi desierto de Querétaro. Desde la experiencia nacional se trabajó en la sierra norte del Ecuador con territorios del Cantón San Miguel de Urcuquí, provincia de Imbabura; territorios en la región de la cuenca baja del río Guayas, provincia del Guayas; y en las parroquias noroccidentales del cantón Loja, provincia de Loja.

Todo este trabajo realizado generó definiciones, directrices, metodologías, y parámetros para trabajar paisajes culturales, los cuales fueron procesados, con el importante aporte y experiencia de investigadores de la Universidad Autónoma de Querétaro, logrando plasmar en un documento escrito los conocimientos adquiridos; necesarios en la estructuración de una guía, que sirva al investigador como un manual donde encuentre una serie de herramientas que

permita visualizar con claridad, las diferentes etapas en la construcción e identificación de los paisajes culturales en cualquier región del Ecuador.

Antes de entrar en el análisis de todo lo que implica la Guía Metodológica para el Paisaje Cultural Ecuatoriano; es importante tomar en cuenta cinco principios fundamentales, que contempla la presente Guía, para que el trabajo e investigación cumpla acertadamente con el objetivo de ser una herramienta de planificación del territorio que genere desarrollo local y sostenibilidad de los recursos naturales y culturales:

1. El manejo integral del patrimonio cultural.
2. El manejo, análisis y gestión conjunta y siempre vinculante entre el patrimonio cultural con su entorno natural.
3. Equipo de trabajo multidisciplinario e interdisciplinario.
4. Trabajo interinstitucional.
5. Participación local activa y permanente.

Estos cinco principios deben estar presentes desde que inicia el proceso de paisajes culturales y a lo largo de todas las etapas de investigación. Los dos primeros se lo ha venido analizando en líneas anteriores mencionando las problemáticas y situación actual del patrimonio cultural por el manejo desarticulado de los ámbitos del patrimonio; así como el divorcio que existe entre el patrimonio cultural y natural en la gestión de cualquiera de ellos.

El punto de partida para trabajar paisajes culturales es la conformación del equipo técnico el cual desde la institución coordinadora o que lidere el proyecto, deberá realizarse las gestiones respectivas para su estructuración cuyos miembros deberán tener claro el enfoque de paisajes culturales desde sus respectivas áreas del conocimiento. Un equipo multidisciplinario con un objetivo común, es complejo constituir, pero es fundamental si se quiere lograr una caracterización integral del paisaje con resultados completos, veraces y de gran alcance. De igual forma, es prácticamente imposible que de una sola entidad se constituya un equipo de trabajo multidisciplinario, es por ello que el proceso debe implicar a varias instituciones, sobre todo aquellas que de una u otra forma están involucradas en proyectos puntuales dentro del mismo territorio identificado. Esto es clave ya que a más de conformar el equipo técnico, se debe formalizar a nivel institucional una colaboración activa y participativa en la realización de paisajes culturales, a través de la firma de convenios o cartas de compromiso que a más de

fomentar el que exista un trabajo coordinado desde cada campo de acción, se pueda establecer fondos interinstitucionales para la realización de los estudios y posterior gestión de los paisajes culturales identificados.

Finalmente, un integrante que debe estar siempre presente, es la participación local. Una activa y comprometida participación comunitaria será importantísima para vigilar y ejercer funciones de control para que se cumplan las decisiones alcanzadas en beneficio del patrimonio, del territorio y sobre todo de sus habitantes. Todo proyecto, para garantizar su ejecución, e impulsar su sostenibilidad en el tiempo, debe tener un abrigo social, sin importar las administraciones locales de turno; y esto se lo consigue con una participación solícita de la gente en la generación de propuestas y toma de decisiones las cuales deben nacer de la propia comunidad, de los portadores del patrimonio cultural existente; lo cual incrementará la eficiencia, transparencia y responsabilidad en los procesos de consenso para la gestión, entre las comunidades y las instituciones involucradas.

La metodología para trabajar paisajes culturales, propone cuatro etapas fundamentales, a través de los cuales sucede su construcción: identificación, caracterización, delimitación y valoración, un elemento transversal es la gestión que ocurre a cada paso y que se expresa en dos dimensiones simultáneas.

La primera tiene que ver con un trabajo interinstitucional vinculado con la generación de un marco legal traducido en leyes, directrices y políticas públicas que promuevan una operatividad eficiente y un trabajo articulado y comprometido de las instituciones involucradas. La segunda, y clave en el proceso, es la gestión social con los habitantes locales y personas directamente vinculadas con las expresiones patrimoniales culturales y sus contextos naturales, geográficos.

La transversalidad de la gestión para trabajar paisajes culturales en sus cuatro etapas de construcción, de manera incluyente y fidedigna, implica el contar permanentemente con la participación gubernamental por un lado; y por el otro lado, con la contingencia local, de aquellos que habitan y conocen el territorio. Es por ello que los paisajes culturales trascienden de ser tratados como un ámbito más del patrimonio cultural, para convertirse en una herramienta de gestión y planificación del territorio.

La Guía Metodológica indica:

El proceso de identificación nos ubica en un espacio y tiempo con respecto a un territorio determinado; por su parte, la caracterización, nos detalla y describe lo que contiene el espacio; la delimitación, nos ayuda a construir fronteras y unidades para organizar las expresiones al interior y exterior de los territorios; y, finalmente, el proceso de valoración nos ayuda a jerarquizar en un proceso de colaboración, los paisajes culturales. (VAZQUEZ, LEÓN, 2015, p.38)

Cabe señalar que durante todo el proceso, la participación de las poblaciones involucradas es activa y permanente, facilitando de esta manera el proceso de validación de la investigación, y las posteriores acciones de difusión y gestión de los paisajes culturales.

La identificación de un Paisaje Cultural

Constituye una selección preliminar del sitio de estudio, potencial espacio a tomarse en cuenta para considerarlo como paisaje cultural, o ser un territorio contenedor de varias unidades de paisaje cultural. Esta selección preliminar puede darse a través de varios medios sean formales o informales. Pueden ser de carácter físico como revistas, prensa escrita, trípticos, folletos publicitarios; a través de medios informáticos como páginas web, redes sociales, etc.; de carácter individual o por colectivos sociales, que dan a conocer un determinado sitio ante los medios de comunicación o ante las entidades competentes para solicitar la atención sobre alguna problemática o dar a conocer algún evento en particular.

La selección de un territorio permite una delimitación preliminar de la cual hay que partir, y que puede ser basada en límites políticos- administrativos (provincia, cantón, parroquias, barrios). También la delimitación preliminar se puede basar tomando en cuenta elementos naturales, geográficos, como cuencas hidrográficas, áreas naturales protegidas, sistemas montañosos, lacustres, elevaciones o accidentes geográficos puntuales, tipos de cobertura de suelo, etc.

Para la realización de esta primera fase, la IDENTIFICACIÓN, se trabajarán y desarrollarán los siguientes puntos:

1. Selección preliminar del sitio o sitios (línea base): Esto en base a información general existente, vinculada con el territorio que se proponga.

2. Recopilación de información vinculada con las acciones naturales y humanas desarrolladas en el territorio desde un enfoque histórico, geográfico, productivo con instrumentos cuantitativos y cualitativos.
3. Trabajo de campo. Acercamiento preliminar al territorio y a las poblaciones involucradas; esto para establecer un diálogo de saberes en busca de la integralidad y complementariedad de la información
4. Confirmación o reformulación de sitios seleccionados. Una vez desarrollados los tres numerales primeros, los resultados nos permitirá la confirmación del sitio para continuar con el proceso de estudio, o a su vez reformular la propuesta.

La Caracterización de un Paisaje Cultural

La caracterización implica el lograr obtener un claro, amplio e integral conocimiento y entendimiento del territorio, para poder determinar cuáles han sido las acciones que han marcado su formación, desarrollo; y los eventos determinantes acaecidos a lo largo de la historia que han transformado y determinado las características particulares actuales que lo definen y lo reconocen como un paisaje cultural.

Una vez que se tiene seleccionado el territorio, la siguiente fase del proceso consiste en la elaboración de un estado de la cuestión o estado del arte del sitio en estudio. En ese sentido, la caracterización consta de dos etapas, la primera que se conoce como la construcción del conocimiento; tiene que ver con la recopilación de investigaciones previas, trabajos etnográficos, archivos históricos, fotográficos; importante si hay la existencia de obras literarias, pictóricas, artísticas, relacionadas con el sitio seleccionado. Toda esta indagación del conocimiento arrojará relevante información respecto a su conformación original, o pasada, en las distintas etapas de su historia, respecto a su identidad, significados y vocación territorial. La información sobre censos, registros, inventarios, datos estadísticos, entre otros, complementarán la información recopilada la cual nos servirá para determinar la contextualización, interpretación, análisis y diagnóstico del territorio.

El segundo momento consiste en el trabajo de campo, actividad fundamental para el acercamiento in situ a la realidad del paisaje cultural, donde se va a confirmar, complementar, enriquecer, reformular los conocimientos previos con nuevas experiencias, estudios,

comprensiones y percepciones relacionadas con el contexto geográfico, natural, con los diferentes actores sociales que lo habitan, y con las acciones e interacciones plasmadas sobre el territorio a lo largo de la historia. Este es un trabajo multidisciplinario y vinculante, donde la participación de los diferentes grupos sociales locales, portadores, sabedores de su territorio, es fundamental para complementar y fortalecer los estudios.

La experiencia adquirida en este momento del proceso permitió darnos cuenta que es fundamental la conformación de grupos interdisciplinarios, en parejas de distintas disciplinas, lo cual enriquece sobremanera tanto la investigación, como el aprendizaje mutuo; a la vez que, va a permitir tener una mirada más completa y trabajada desde distintas perspectivas.

La caracterización del paisaje cultural, implica la investigación de cuatro ámbitos temáticos: Biofísico, Socio- Histórico, Tradiciones Vivas, y Espacio Edificado. Se ha tomado estos cuatro elementos los cuales son considerados en expedientes técnicos para postulación de la UNESCO y también en documentos sobre los planes de desarrollo y ordenamiento territorial de los gobiernos locales, con la finalidad de que los estudios e investigaciones obtenidas sean comunes en cuanto a estructura, y se vinculen y adapten con mayor facilidad a un formato establecido para las etapas subsiguientes.

Es importante acotar que los estudios e investigaciones de estos cuatro ámbitos, que se realicen desde su respectiva disciplina del conocimiento, sus resultados deben direccionarse a aportar en la comprensión articulada, contextualizada de una lectura integral y dinámica del paisaje cultural, que confirme y respalde sus valores para ser considerado como tal.

Si bien son cuatro ámbitos de caracterización del paisaje cultural que se sugieren, se debe entender que la presente Guía no constituye una camisa de fuerza unilineal y categórica a seguir forzosamente. Cada territorio identificado es un mundo donde dependiendo de las características particulares que identifican y destacan dentro de un paisaje cultural, sus estudios y análisis podrán ser enfocados y enfatizados en mayor grado en ciertos elementos relevantes dentro de un ámbito específico; pero, sin dejar de lado los demás ámbitos para llegar a una caracterización completa y debidamente contextualizada.

La Delimitación

La delimitación de un paisaje cultural comienza a surgir una vez que se da inicio a la estructuración del documento base a través de la organización, sistematización e integración de la información obtenida desde los diferentes campos temáticos caracterizados. La integración de toda la información y conocimiento obtenido en las etapas anteriores, es clave y fundamental para el éxito del proyecto. La diversidad de la información de las diferentes disciplinas deberá ser ordenada, analizada, sistematizada y estructurada; su trabajo implica la integración coherente y articulada de los distintos temas, actividad compleja tomando en cuenta las diversas disciplinas que se juntan en un mismo territorio, y las relaciones que las vinculan entre sí. Los especialistas que conforman el equipo técnico cuyos perfiles y formación son distintas, deberán realizar un trabajo interdisciplinario y transdisciplinario con la finalidad de que sus conocimientos sirvan no solo para estructurar y analizar la información desde su campo profesional, sino para establecer guías, directrices, líneas de articulación e integración de las demás disciplinas sobre un mismo territorio para lograr concebir conocimientos completos, calificados, holísticos, expresados en productos concretos.

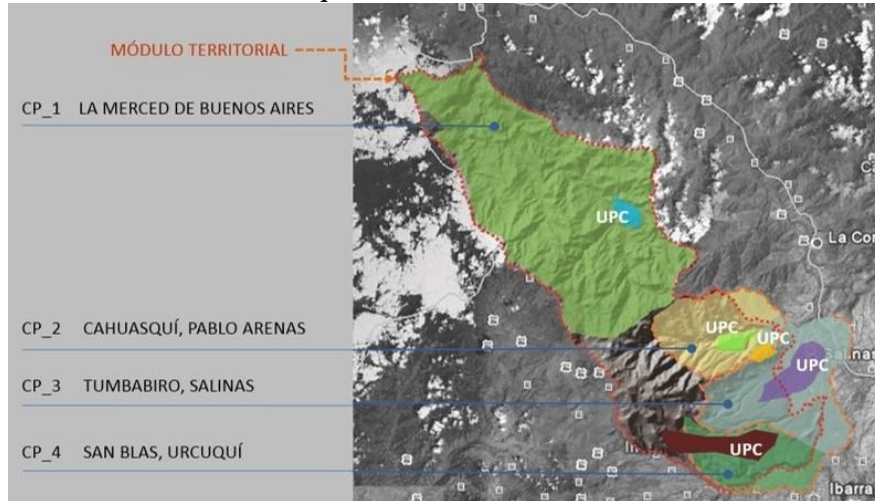
La integración de la información se lo hace a través de dos momentos: Primero, un ordenamiento temático de la información; y luego, una articulación activa de dicha información organizada, que pueda mostrar la integralidad vinculante de las diversas manifestaciones y acciones relacionadas con la naturaleza y la cultura, inmersas en el paisaje, donde se reflejarán elementos relevantes a tomar en cuenta de los diferentes ámbitos caracterizados, los cuales le dan identidad al paisaje. Todo este ejercicio de integración y articulación de la información deberá estar respaldado con informes, mapas, fotografías, que demuestren su valor. Una vez realizados estos ejercicios organizativos e integradores del conocimiento, plasmados gráficamente, es hora de formular su delimitación.

La metodología establecida es a través de la formulación de polígonos de acción, sobre mapas temáticos, que establecerán los límites, iniciando desde una visión macro que englobe todos los elementos identificados en la caracterización, aterrizando a una delimitación micro donde se encuentre la máxima expresión que identifica un paisaje cultural.

Este proceso de jerarquización se basa en tres gradientes de delimitación, los cuales nos van a permitir establecer con mayor criterio técnico la definición de los paisajes culturales.

Estos tres gradientes son: Módulo Territorial, Componente Paisajístico (CP) y Unidad de Paisaje Cultural (UPC), tal como lo grafica la Figura 4.

Figura 4 - Paisajes culturales. Tres gradientes de delimitación. Zona de Urcuquí, sierra norte del Ecuador.



Fuente: León, 2022

El Módulo Territorial constituye la delimitación más amplia donde los puntos que conforman la poligonal contienen los elementos a destacar identificados en la caracterización. Se trata de unidades territoriales extensas.

El Componente Paisajístico son subdivisiones menores dentro del módulo territorial. Constituyen contextos naturales articulados en las cuales se han plasmado distintas manifestaciones culturales.

La Unidad de Paisaje Cultural es la extensión de territorio que contiene aquella expresión o expresiones que representan o compilan la identidad del paisaje cultural. “Podríamos decir que es la zona núcleo donde se expresan los rasgos que le dan identidad al Paisaje Cultural...” (VAZQUEZ, LEÓN, 2015, p.116).

Como se ha manifestado a lo largo del proceso metodológico, la participación de las localidades involucradas es fundamental a lo largo de todo el proceso. En esta fase su participación a través de delegados enriquecerá el trabajo juntamente con el equipo técnico. Una vez que se tiene la propuesta de delimitación, es hora de llevarla a territorio para su socialización con los diferentes actores locales que habitan el paisaje cultural identificado, con

la finalidad de que dicha propuesta sea evaluada, ratificada, complementada y ajustada. Esta delimitación in situ es clave ya que, quién más que los habitantes del lugar que conocen y viven su territorio pueden dar luces para ajustar o perfeccionar la propuesta planteada. En este punto es cuando entramos a la cuarta fase metodológica que es la Valoración dentro de la cual el proceso de delimitación continúa trabajándose, no se cierra, ya que los resultados que arrojen las tablas de valoración serán de gran ayuda para confirmar o redefinir las delimitaciones.

La Valoración de los Paisajes Culturales

Una primera tabla de valoración que ayudará a reforzar la propuesta de delimitación, consiste en identificar el grado de representatividad de las expresiones más notables dentro del módulo territorial. Esta tabla ayuda a tener una clasificación valorada, jerarquizada de las expresiones identificadas dentro de cada ámbito de caracterización. Lo importante de esta valoración es que los resultados obtenidos son producto del trabajo investigativo de campo que vincula una participación directa de los grupos sociales involucrados; es por ello que la ponderación de la tabla está basada en tres indicadores: la apreciación local, el estudio de percepciones del territorio y los resultados de la caracterización.

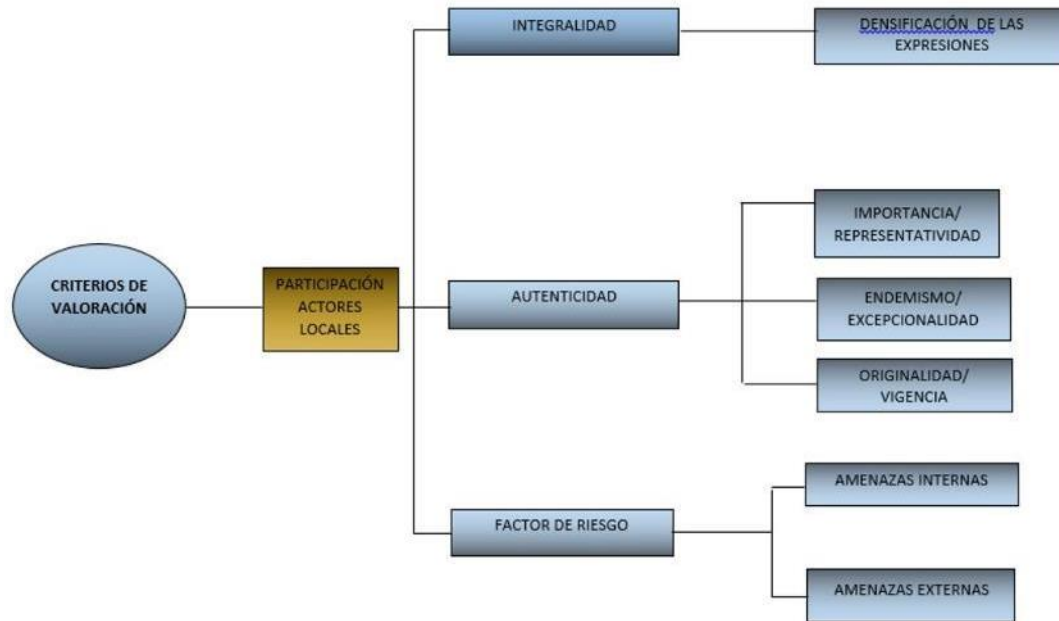
En ese sentido, el grado de representatividad se lo ha definido con estas calificaciones: Muy alto con calificación 3; Alto, con calificación 2; y, Mediano, con calificación 1. Se ha tomado en cuenta estos rangos de representatividad hasta un nivel mediano, entendiéndose que una expresión que sea inferior a ésta, simplemente ya no amerita ser tomada en cuenta porque su grado de representatividad será bajo y sin relevancia. La tabla indicará también el sitio geográfico de localización, y a que ámbito de caracterización del territorio pertenece cada expresión valorada.

Esta información es importante tabularla y plasmarla en el mapa de delimitación, en el cual se podrá identificar aquellos sitios de mayor o menor grado de representatividad, así como la mayor o menor concentración de las expresiones dentro de los componentes paisajísticos y unidades de paisaje cultural delimitados dentro del módulo territorial.

Una vez que se cuenta con esta tabla de valoración del grado de representatividad de las expresiones dentro de la delimitación macro, es indispensable jerarquizar y valorar las

poligonales menores, es decir, los componentes paisajísticos, hasta llegar a las unidades de paisaje cultural delimitadas. La Figura 5 nos muestra los criterios establecidos para valorarlos: Integralidad, Autenticidad y Factor de riesgo.

Figura 5 - Criterios de Valoración de los paisajes culturales
Adaptado de Guía Metodológica para el Paisaje Cultural Ecuatoriano (p.127)



Fuente: Vazquez A, León M, 2015, INPC, Normativas y Directrices.

La valoración de **integralidad** consiste en identificar los sitios, zonas, donde se concentre la mayor o menor densidad de expresiones caracterizadas dentro de cada componente paisajístico y unidad de paisaje cultural, resultados que una vez que se cotejan con la tabla de valoración del grado de representatividad, nos ayudan a definir la importancia de cada uno de ellos.

La valoración de **Autenticidad** tiene que ver con la importancia y representatividad; la excepcionalidad, endemismo en el caso de elementos naturales; y, la originalidad, vigencia en el caso de expresiones relacionadas con el patrimonio cultural inmaterial. Esta tabla se aplica directamente a cada Unidad de Paisaje Cultural delimitado para obtener datos de jerarquización de autenticidad entre cada paisaje; su importancia dentro cada componente paisajístico y su relevancia en relación al módulo territorial como contenedor macro.

El valor **Factor de Riesgo**, identifica las amenazas tanto internas como externas que las expresiones tienen dentro de cada ámbito caracterizado en cada Unidad de Paisaje Cultural. Los

resultados de esta valoración tienen relación directa con la tabla de valor de Autenticidad, por lo que la información obtenida ayudará a complementar el estado actual de las expresiones y entender que factores se encuentran afectando los valores de autenticidad de cada unidad de paisaje cultural.

Una vez que todos los estudios se han integrado y se cuenta con los resultados de los procesos de delimitación, jerarquización y valoración de los paisajes culturales, es importante que todo el trabajo realizado sea socializado in situ con la población involucrada y autoridades, con la finalidad de conseguir su validación local; esto es imprescindible ejecutarlo para obtener una oficialización formal de los resultados. El trabajo de socialización permitirá dar validez al estudio, el cual se encontrará siempre abierto para receptar por parte de la comunidad, cualquier tipo de observación, que fortalezcan y complementen los estudios y productos obtenidos. Por otro lado, la validación local permitirá dar abrigo social al proyecto favoreciendo el sentido de pertenencia y responsabilidad hacia su territorio.

El siguiente paso a dar consiste en lo que se denomina la validación institucional, paso estratégico cuyo objetivo es lograr una participación directa de las instituciones que de uno u otro modo han colaborado en el proceso, como también de aquellas que se encuentran directamente involucradas trabajando en el territorio de estudio. La finalidad de esta validación institucional, es dar a conocer la importancia de los estudios realizados y los productos obtenidos, para poder delinear acciones emergentes, líneas de trabajo conjuntas. Es importante mencionar que este paso estratégico se lo realiza desde el inicio del proceso cuando ocurre la conformación de los equipos técnicos. Es por ello que, dar a conocer a las instituciones involucradas los resultados finales del proyecto, es fundamental para que su participación y compromiso se mantenga.

Las acciones de intervención en el Paisaje Cultural

Los resultados obtenidos en los cuales se han identificado, y delimitado las unidades de Paisaje Cultural, sus características, valores, problemáticas y principales amenazas, obligan a plantear acciones de intervención para una efectiva gestión del territorio valorado. Estas acciones tienen que ver con: la difusión, la investigación y la conservación.

La difusión. Enfocada en la elaboración de productos, servicios, que divulguen los trabajos realizados de manera temática, así como el valor y realidad actual de los paisajes culturales identificados. De esta manera se produce primero una devolución de la información a la población; y segundo, “generar espacios de diálogo para la integración de más conocimiento o iniciativas ligadas a la programación de nuevas actividades”. (VAZQUEZ, LEÓN, 2015, p.141).

La investigación. Sobre temas puntuales y específicos que ameriten mayores análisis, criterios, de las expresiones caracterizadas, o que involucren el desarrollo de temas que arrojen propuestas concretas en la gestión integral de los paisajes culturales identificados.

La conservación y salvaguardia, constituyen acciones indispensables para mantener la originalidad y vigencia de las expresiones caracterizadas que le dan valor al paisaje cultural. En ese sentido es importante que dichas acciones sean propuestas y ejecutadas con la comunidad, para garantizar su ejecución, e impulsar su sostenibilidad en el tiempo. Esto favorecerá el compromiso, la eficiencia, transparencia y responsabilidad en los procesos; así como la defensa y respeto por el mantenimiento y preservación de las intervenciones realizadas.

Las acciones de intervención descritas, se contemplan o se encuentran inmersas dentro de lo que se denomina lineamientos técnicos para la gestión de los paisajes culturales, que son los ejes fundamentales que guiarán a la formulación de planes, programas y proyectos para la gestión. Estos lineamientos estratégicos son: Fortalecimiento de las expresiones patrimoniales; Fomento del desarrollo humano; y, la Gestión del territorio y el medio ambiente, los cuales son los fines principales que motivan trabajar Paisajes Culturales en el Ecuador.

El fortalecimiento de las expresiones patrimoniales. Ligado a la apropiación, valoración y defensa que las poblaciones deben tener respecto al patrimonio cultural existente en el territorio donde habitan.

El Fomento del desarrollo humano. Relacionado con la búsqueda de estándares de vida satisfactorios para la población, a partir del buen uso de los recursos patrimoniales, que redunden en un bienestar económico y social.

La Gestión del territorio y el medio ambiente. Busca propiciar el desarrollo urbano y rural del territorio de forma integral articulándolo con el buen uso y aprovechamiento sustentable de los recursos naturales y culturales.

Estos tres ejes descritos que ponen en marcha la gestión integral y sostenible de los paisajes culturales, deberán estar articulados con los planes de desarrollo y ordenamiento territorial, planes de uso y gestión del suelo y demás planes estratégicos, de los gobiernos locales municipales, para la generación de valor público y el desarrollo local.

Cuando hablamos del valor público, indefectiblemente intervienen dos actores claves: por un lado llámese el Estado, el gobierno local, la institución pública; y por el otro lado, la población local, la comunidad. La interacción de estos dos actores, que implica el intercambio de criterios, experiencias y conocimiento colectivo, es clave, con la finalidad de conseguir un fin común que implique la creación de oportunidades que propicien el desarrollo local, a través del uso responsable de los bienes patrimoniales; así como la creación de políticas públicas locales que busquen tanto la protección y puesta en valor de los recursos patrimoniales culturales, naturales, como también satisfacer las necesidades propias de una determinada población.

Partiendo de esta premisa, una adecuada y efectiva activación del patrimonio cultural, natural, podrá crearse a través de procesos de participación ciudadana vinculantes que generen con claridad líneas de actuación, enfocadas a producir servicios de alta calidad que satisfagan las necesidades de los usuarios a través del buen uso del patrimonio, cuya gestión política y operativa promueva el desarrollo local, la cual consideramos debe estar enmarcada en dos sentidos:

La primera enfocada a la conservación, fortalecimiento y uso del patrimonio en beneficio de sus propietarios; y la segunda, en el sentido de convertirse en eje fundamental sobre los cuales se definan líneas, parámetros y estrategias claves de acción para desarrollar una planificación y manejo adecuado de los centros poblados, el territorio y el buen uso de sus recursos.

Esto deberá redundar en la generación de un desarrollo integral del territorio; dinamizando la economía a través del aprovechamiento y potenciación de sus recursos y elementos que los caracterizan.

Reflexiones finales

El camino recorrido para trabajar los paisajes culturales en el Ecuador ha ido sorteando una serie de dificultades, para que pueda irse posicionando y reconociéndose en los diferentes niveles de gobierno y en la población en general. Su camino ha sido lento y en muchas ocasiones incomprendido o manejado muy superficialmente. Indudablemente se trata de un trabajo complejo que implica una importante gestión para contar con una activa participación profesional, institucional y social.

Sin embargo de aquello, los logros obtenidos han sido importantes ya que se cuenta con un marco legal oficial por parte del Estado; con lineamientos, directrices y una clara metodología para su desarrollo, manejo y posterior gestión. Se cuenta con estudios e investigaciones realizadas sobre territorios concretos cuya experiencia ha servido para confirmar y/o complementar directrices y procesos metodológicos; estudios que sin duda servirán de base para nuevos proyectos. Actualmente desde el Instituto Nacional de Patrimonio Cultural, entidad que ha sostenido desde sus inicios hasta la actualidad dicha temática, se está trabajando en la publicación digital de la obra “El Paisaje Cultural Ecuatoriano. Estudio de casos”; publicación de carácter explicativo cuyo objetivo es fomentar el conocimiento, la difusión y promoción de potenciales sitios del país que puedan contener unidades de paisaje cultural, con la finalidad de que sean tomados en cuenta por las entidades competentes para la generación de nuevos proyectos de Paisajes Culturales que involucren su investigación, preservación y gestión.

Referencias

XXII Reunión del Comité Sectorial de Cultura de la Unión de Ciudades Capitales Iberoamericanas. Mesa de trabajo. Relatorías Eje Paisajes Culturales, 2007. Bogotá, Colombia.

REGISTRO OFICIAL – ORGANO DEL GOBIERNO DEL ECUADOR. **Resolución N°0004- CNC-2015, Consejo Nacional de Competencias.** R.O N°514. Edit. Nacional. Quito, 2015. 10 p.

REGISTRO OFICIAL – ORGANO DEL GOBIERNO DEL ECUADOR. **Resolución N°0006- CNC-2017.** Refórmese la Resolución N°0004- CNC- 2015 Consejo Nacional de Competencias. R.O N°91. Edit. Nacional. Quito, 2017. 8 p.

UNESCO. **Islas Galápagos** [En línea]. World Heritage Centre. Disponible en: <https://whc.unesco.org/es/list/1> . Accedido el 12 de abril de 2023.

VAZQUEZ, Alejandro; LEÓN, Marcelo. **Guía Metodológica para el Paisaje Cultural Ecuatoriano.** Quito: Instituto Nacional de Patrimonio Cultural. Serie: Normativas y Directrices, 2015.

Recebido em 22 de novembro de 2022 | Aceito em 03 de abril de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

Paisajes de la energía: técnica, cultura y naturaleza

Melina Yuln



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](https://nau.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

YULN, Melina. Paisajes de la energía: técnica, cultura y naturaleza. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 176-197, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

Paisajes de la energía: técnica, cultura y naturaleza

Melina Yuln¹

Resumen

Este trabajo explora un abordaje cultural para el estudio de los paisajes de energías en Argentina. Su objetivo consiste en la identificación de esos paisajes, la consideración de su historia territorial; de las políticas y proyectos realizados; así como los modos de apropiación y representación espacial. Se adopta una metodología cuanti-cualitativa, a través de análisis bibliográfico, estadístico y cartográfico y se recurre a diferentes escalas espaciotemporales. Desde esta perspectiva se plantea un análisis inicial del impacto que las transformaciones técnicas y materiales generan en los territorios y en la valoración de sus paisajes.

Palabras-Clave: paisaje; energía; cultura.

Abstract

This work explores a cultural approach to the study of energy landscapes in Argentina. It aims to contribute to landscapes identification, consideration of their territorial history; policies and projects carried out; as well as means of appropriation and spatial representation. It adopts a quantitative-qualitative methodology, through bibliographic, statistical, and cartographic analysis. In addition, they are used different temporal and spatial scales. From this perspective, it is proposed an initial analysis of the impact of technical and material transformations in territories and in the appreciation of their landscapes.

Keywords: landscape; energy; culture.

¹ Dra. en Arquitectura y Urbanismo (Universidad Nacional de La Plata, Argentina); Investigadora en el Instituto de Desarrollo Sostenible (Universidad Nacional del Noroeste de la Provincia de Buenos Aires, UNNOBA, Argentina); Profesora de la Escuela de Tecnología (UNNOBA, Argentina) myuln@comunidad.unnoba.edu.ar; melinayuln@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3177-7034>.

Introducción

El territorio, como objeto de una construcción a lo largo del tiempo, contempla representaciones físicas y culturales del espacio apropiado. Esas representaciones se articulan en la noción de una forma territorial, perceptible desde un mapa o desde la contemplación de un paisaje (CORBOZ, 2004, p. 34). Aquí se explora un abordaje cultural de los nuevos territorios energéticos. En particular se abordará el impacto de la infraestructura de energías en el marco de lo que la literatura internacional denomina “paisajes de las energías renovables” (*renewable energy landscapes*). Los paisajes de la energía se originan a partir del desarrollo humano de recursos energéticos, a través de nuevas estructuras, marcas, excavaciones y creaciones que combinan energía y tecnología (PASQUALETTI; STREMKE, 2017; APOSTOL *et al.*, 2017). De este modo, nuevas variables de orden técnico, social, histórico, cultural, ecológico o político se conjugan en el entramado territorial.

En Argentina, en los últimos años, se han multiplicado emprendimientos energéticos de origen renovable,² que incorporan diversos roles y actores en los sistemas. El desafío de este siglo consiste en la coexistencia de energías renovables y fósiles, en un modelo orientado a la sostenibilidad. En este contexto de transición energética,³ en Argentina se revela un mapa de regionalización ligado al aprovechamiento de distintos tipos de energía renovable: proyectos eólicos, de energía solar, de biocombustibles, biogás o pequeños aprovechamientos hidroeléctricos (CLEMENTI *et al.*, 2019). El escenario de transición plantea así nuevos desafíos para el análisis cultural de los territorios, donde las transformaciones sociotécnicas se combinan con variables identitarias y culturales, generando impactos territoriales y nuevos paisajes.

² La necesidad de reducir las emisiones de dióxido de carbono y contribuir a la mitigación del calentamiento global ha llevado al desarrollo de energías limpias provenientes de la naturaleza, como los recursos solar, eólico, hidráulico y geotérmico; y de otros recursos provenientes de procesos productivos primarios como la agricultura y la ganadería (biomasa, biogás, biocombustibles) (GUZOWSKI *et al.*, 2020).

³ Se denomina transición energética al lapso que transcurre entre el paso de un sistema energético a otro sistema dominante. Representa un cambio estructural en la provisión y utilización de la energía y es un fenómeno que afecta a la sociedad en el largo plazo (GRUBLER, 2012; SOVACOOOL, 2016). Hoy esa transición se enmarca en el paso a un sistema sostenible, de modelos eficientes, limpios y socialmente inclusivos. Si bien el debate energético mundial se centró, hasta hace pocos años, en el agotamiento de los recursos energéticos fósiles, la utilización de nuevas técnicas de extracción de hidrocarburos - como el gas y el petróleo - ha desviado el tema de la insuficiencia de los recursos, y se ha orientado el debate en torno al concepto de desarrollo sostenible. Este cambio de eje de la discusión mundial se relaciona con el cambio climático y el calentamiento global, vinculado principalmente al uso de combustibles fósiles. Es decir, que no se cuestiona la disponibilidad de los recursos, sino que la forma de gestionarlos considere - en conjunto - el crecimiento económico, el desarrollo social y la protección ambiental (GIL; CARRIZO, 2016).

A diferencia del ámbito académico internacional, en Argentina no hay antecedentes de estudios sobre la integración paisajística de la energía o de la percepción y representación de estos paisajes. Aquí se propone un abordaje cultural para el estudio de los paisajes de energías. Este trabajo, de carácter exploratorio, adopta una metodología cuanti-cualitativa basada en el análisis de fuentes secundarias provenientes de bibliografía especializada, informes, datos estadísticos y cartográficos. A su vez, se recurre a diferentes escalas espacio temporales de análisis. Así, se identifican diversos paisajes que estarán determinados por los tipos de fuentes de energía, por su desarrollo en el espacio, su grado de permanencia o su ritmo de cambio y fundamentalmente por el impacto que estas transformaciones generan en la valoración y la identidad de los paisajes tradicionales.

El texto se estructura en dos partes. En la primera, se introduce la temática del paisaje, como categoría de análisis cultural, ligada a los desafíos energéticos sostenibles del siglo XXI. En la segunda parte se presentan los nuevos paisajes de la energía en Argentina, integrando aproximaciones que conjugan técnica, cultura y naturaleza. En función de ello, se propone una primera caracterización y se ensayan algunas conclusiones acerca de la relevancia de esta perspectiva para la investigación, la planificación del territorio y la valoración del patrimonio.

Paisaje y energía

Los paisajes, como expresiones de la interacción entre la naturaleza y el entorno cultural, son cambiantes y dinámicos. La humanidad adaptó su entorno para que encajara con las necesidades sociales de cada época y eso remodeló el paisaje. Este término se ha conceptualizado e instrumentado desde distintas disciplinas, aunque no siempre remiten a una misma idea. Por tratarse de un concepto con implicaciones holísticas y subjetivas, existe una tendencia al cuestionamiento de los límites disciplinares. Como señala Silvestri (2021, p. 20) en la noción de paisaje hay una ambigüedad inserta, que nombra, a la vez, un fragmento de espacio y su representación; que remite a las condiciones ecológicas y morfológicas de un sitio, o que señala aspectos técnico-estéticos. A ello se suma el factor temporal.

Desde la geografía, en su vertiente cultural, se reconoce al paisaje como un componente emblemático del territorio, que lo conecta con nociones de identidad y pertenencia (patrimonio) y cuyas implicancias temporales lo ligan indisolublemente con la historia (DI MEO, 1994). Asimismo, esta perspectiva enfatiza el recorte hecho por la mirada - en clave artística o estética

- y por el sentido de la vista, en la construcción de la imaginación geográfica (COSGROVE, 2001; 2002; 2008). Otra variante de relevancia, a la hora de examinar la cuestión paisajística, es el vector del tiempo. Un tiempo que - a medida que transcurre - envuelve al paisaje en un proceso de transformación constante. Desde la antropología y, sobre todo, en sus cruces con la arqueología, este ha sido un tópico largamente explorado (INGOLD, 1993; ANTROP, 2005a). En este sentido, Chevallier (1976) definió al paisaje como un *palimpsesto de la historia* que, por su capacidad de estratificación, vuelve material esa temporalidad. Sobre esta línea, trabajos más recientes como el de Bender (2002, p. 103) plantean que “el paisaje es tiempo en materialización”, ya que nunca permanece estático, porque “las intervenciones humanas se hacen *con* el paisaje”, son dinámicas, de manera que “lo que está hecho afecta aquello que se podrá hacer” (BENDER, 2002, p.104).

En una concepción del paisaje como fenómeno cultural - o analizable desde una perspectiva que reúne cultura y experiencia social - se tiende a incorporar abordajes que proponen una disolución de límites disciplinares y de categorías de análisis tradicionalmente ligadas a esas disciplinas (SILVESTRI, 1999; 2011; INGOLD, 2013, 2021). Estudios sobre paisaje con una aproximación cultural, han alimentado un corpus que busca captar la realidad en clave sensible, en su coyuntura espacial, corporal o material. Principalmente desde la geografía humana y cultural - aunque también desde la historia cultural (SILVESTRI, 2003, 2021) -, se ha difundido un enfoque experiencial (no-representacional) en las ciencias sociales y las humanidades (BENDER, 2002; LORIMER, 2005; WYLIE, 2007; THIRFT, 2008; WATERTON, 2018). Aun así, en la teoría, los nichos disciplinares se mantienen bastante estancos, y variables de análisis como el tiempo (historia, geología, arqueología), el espacio (geografía), la naturaleza (ciencias naturales, ecología), la técnica (arquitectura, diseño, planeamiento) o la cultura (antropología, sociología) permanecen bajo el amparo y la mirada de disciplinas determinadas. Sin embargo, a la hora de la praxis, se reconoce la necesidad de una cooperación transdisciplinaria para la gestión, el diseño y la planificación del paisaje (ANTROP, 2005b; VANDEVYVERE; STREMKE, 2012; STREMKE; OUDES, 2018).

A lo largo de la historia, los principales impulsores del cambio paisajístico, principalmente a partir del siglo XVIII, han sido el crecimiento de la población, el desarrollo de la vida urbana y la movilidad. El paisaje se adecuó a los cambios impuestos por una población creciente - mayoritariamente concentrada en ciudades - y por los flujos de conexión generados. Para finales del siglo XX la preocupación por el deterioro ambiental y la

consecuente pérdida de valores naturales y culturales fue creciendo. Si bien el petróleo es hoy la fuente de energía predominante a nivel mundial, en la necesidad de reducir la contaminación ambiental y contribuir a la mitigación del calentamiento global, se han desarrollado energías limpias provenientes de los recursos de la naturaleza y de otros recursos derivados de procesos productivos primarios. Así, nuevas tecnologías se integran a los paisajes.

Los paisajes de la energía son aquellos que se originan directamente del desarrollo humano de los recursos energéticos. Vale decir que modifican el paisaje como resultado de la demanda de energía. Las transformaciones que involucran a la energía y la tecnología pueden ser de orden técnico, social, visual, ecológico o político y se componen de marcas, estructuras, excavaciones o creaciones, que producen el desarrollo energético. También desde el enfoque geográfico, aunque con una mirada sociotécnica, un conjunto de trabajos establece cruces con otras disciplinas - como la planificación o el diseño del paisaje - en su articulación con la energía. La primera vez que se usó el término *energy landscape* fue en Pasqualetti *et al.*, (2002) y desde entonces el campo de estudio ha crecido. El paisaje energético sostenible es aquel donde las necesidades energéticas pueden satisfacerse mediante fuentes renovables disponibles localmente. Para ser sostenible, el suministro de energía no debe dañar la calidad de vida de la población local, la biodiversidad o la calidad del paisaje (STREMKE, 2010, p. 181). El impacto del desarrollo energético difiere espacialmente, según el recurso, la geografía, la percepción pública, las condiciones de pobreza, limitaciones culturales o niveles de oportunidad (PASQUALETTI; STREMKE, 2017).

En Europa y Estados Unidos se debate su impacto en el paisaje a partir de la identidad asociada al lugar, es decir, que surgen conflictos cuando se afecta el patrimonio de los territorios involucrados. Los conflictos, entonces, son el resultado de un conjunto complejo de percepciones y valoraciones. Cuando las valoraciones son negativas, la atención se focaliza en los paisajes (FROVOLA *et al.*, 2014). Los impactos negativos generan barreras sociales, que ya no tienen que ver con el tipo de recurso utilizado sino con la particularidad de cada lugar, en términos de su entorno físico, sus bases culturales y estructuras sociales. Irónicamente, la escasa oposición a los paisajes de las energías convencionales se invierte cuando se trata de energías renovables, no solo por la cuestión visual, que inserta artefactos en el paisaje, sino también por la ocupación del suelo o los riesgos para la fauna (PASQUALETTI, 2011, p. 219). La tendencia internacional para la integración paisajística de las energías renovables propone plantear equilibrios entre los aspectos técnicos y sociales, teniendo en cuenta los contextos

socioeconómicos, integrando el debate ambiental en el diseño de políticas energéticas. Es decir, que el paisaje incide en la elección de las tecnologías, diseños, escalas y condiciones de localización (PRADOS *et al.*, 2012). Reducir, entonces, el énfasis en las soluciones técnicas y atender más a las consideraciones sociales, en donde las poblaciones afectadas perciban beneficios significativos y aceptables de los desarrollos que se lleven a cabo en los paisajes que ellos valoran. Asimismo, se propone examinar el potencial de las energías renovables a través del lente de la identidad local y del sentido de permanencia del paisaje (PASQUALETTI, 2011; ENSERINK *et al.*, 2022).

En Argentina, si bien se perfilan nuevos paisajes de la energía, no hay un campo académico consolidado y nutrido de contribuciones que articulen estos abordajes. Aunque el desarrollo de proyectos energéticos basados en fuentes renovables no es nuevo en el país, ya que se remonta a las primeras usinas hidroeléctricas - pequeñas centrales de principios del siglo XX ubicadas en la región serrana central - no se ha conformado un campo de debate en torno a las nuevas tecnologías de energías renovables integradas a los paisajes. Más bien hay un entramado de trabajos individuales, de diversas disciplinas, que condensa temas como el paisaje, la ciudad y las transformaciones territoriales. En la actualidad el panorama de las energías renovables es diverso y conforma un mapa de regionalización. En la Patagonia y el Sur de la provincia de Buenos Aires se concentran los proyectos eólicos; en el Noroeste (NOA), los proyectos de energía solar fotovoltaica y la producción de bioetanol; en el Centro pampeano, la producción de biodiesel de soja, bioetanol de maíz y biogás; en el Noreste (NEA), los proyectos de biomasa; y en la región de Cuyo y Centro, los Pequeños Aprovechamientos Hidroeléctricos (CLEMENTI *et al.*, 2019). En correspondencia con la regionalización de los recursos naturales predominantes, estos paisajes tienen además un anclaje histórico y cultural que los inserta en el contexto de nuevos paisajes energéticos. Para el desarrollo de estas aproximaciones se tomarán tres regiones - Norte, Centro y Sur -, que aportarán al análisis de transformaciones, cambios y permanencias, en el marco de variables históricas, socioeconómicas, técnicas y ecológicas.

La Puna, la sal y los espejos

El Noroeste de Argentina (NOA) es una región con fuertes componentes históricos y naturales. Durante la época de los virreinos, representó una de las áreas centrales para la

política y la economía colonial, favorecida por su particular ubicación que le permitía vincular el litoral atlántico con el espacio andino. Por sus características geográficas, arqueológicas y culturales, sus territorios cobraron valor patrimonial.

En el periodo colonial, a lo largo del siglo XIX y buena parte del XX, el núcleo cultural del NOA estuvo más aferrado a la tradición hispánica y al legado criollo que a las tradiciones culturales indígenas. Recién desde los umbrales del siglo XXI esta tendencia se modificaría.

La civilización inca y las culturas locales prehispánicas dejaron sus huellas trazadas en forma de caminos, costumbres y tradiciones. En 1994, la reforma constitucional permitió el autorreconocimiento y la organización de las comunidades indígenas y descendientes de pueblos originarios que habitan la región.⁴ Aquellas comunidades con personería jurídica e inscriptas en el organismo nacional que las nuclea⁵ comenzaron a acceder a títulos comunitarios o individuales de las tierras que tradicionalmente ocupan y cuya propiedad es fiscal, principalmente de los Estados provinciales. Además, con la llegada del siglo XXI, descubrimientos arqueológicos en la región contribuyeron a revalorizar las sociedades multiétnicas del NOA y su aporte al legado cultural andino. La trascendencia y el impacto de investigaciones científicas, como la expedición de alta montaña que condujo al hallazgo de las momias de Lullaillaco,⁶ la incorporación al patrimonio mundial de la Quebrada de Humahuaca⁷ o el *Qhapaqñan*, la red vial del imperio Inca,⁸ han logrado sensibilizar a los gobiernos y a la sociedad acerca del aporte de las culturas andinas y las comunidades originarias a la identidad local.

La naturaleza es otra característica distintiva de la región. En estos paisajes, los indígenas o descendientes de pueblos originarios despliegan modos de vida caracterizados por su interacción con el entorno natural. El pastoreo, la pequeña agricultura de quinua, papa, alfalfa

⁴ Porcentajes de población indígena o descendiente en el NOA: Jujuy, 7.9%; Salta, 6.6%; Catamarca, 1.9%; La Rioja y San Juan, 1.2%; Tucumán, 1.3% (Censo 2010, Argentina).

⁵ INAI, Instituto Nacional de Asuntos Indígenas.

⁶ Durante una expedición arqueológica, realizada en 1999 en los Andes salteños, fueron recuperados de la cima del volcán Lullaillaco tres niños momificados, producto de sacrificios humanos incaicos. Actualmente son preservados en el Museo de Alta Montaña de la ciudad de Salta (CERUTI, 2003; 2012).

⁷ Reconocida como Paisaje Cultural de la Humanidad, en la XXVII Reunión Anual del Comité de Patrimonio Mundial de la Unesco, París, 2003.

⁸ Esta red vial imperial de aproximadamente 24.000 kilómetros, se extendía desde el territorio actual de Colombia hasta Santiago de Chile, como una columna vertebral a lo largo de los Andes. En el NOA, dos caminos reales atraviesan de Norte a Sur la Puna y la Quebrada de Humahuaca, además de otros caminos secundarios transversales (FERNÁNDEZ DO RÍO; OCHOA, 2010; ALBECK, 2016). El *Qhapaqñan* fue inscripto en la Lista de Patrimonio Mundial, categoría de Itinerario Cultural, en la XXXVIII Reunión Anual del Comité de Patrimonio Mundial de la Unesco, Doha, Qatar 2014.

o la explotación artesanal de sal son actividades económicas de referencia identitaria. Particularmente, la actividad pastoril define espacios y vínculos ambientales ligados al entramado social y simbólico de estas comunidades. La cría extensiva de ganado de alta montaña (principalmente llamas, cabras y ovejas) define patrones de movilidad entre sitios fijos relacionados con el cuidado de la hacienda, los rodeos, la asistencia a carnavales y procesiones, los viajes de intercambio o las ferias, así como los traslados entre el campo y el pueblo. Estas espacialidades pastoriles y sus distintos significados ponen de relieve las prácticas económicas a partir de la interacción de los habitantes con el ambiente y a través de espacios extensos (GÖBEL, 2002; TOMASI, 2013). En ese ámbito de naturaleza extrema, que atrae sobre todo al turismo internacional y ha contribuido a la incorporación de estos paisajes en listados de Patrimonio de la Humanidad, se han sumado en los últimos veinte años - aunque dinamizadas en el último lustro - actividades extractivas vinculadas a la minería del litio.

La explotación minera en los Andes incluye la extracción de minerales, como silicio, cobre o litio, utilizados para la fabricación de células fotovoltaicas, cables conductores, baterías de dispositivos portátiles o movilidad eléctrica. Además, los emplazamientos mineros, al estar ubicados en sitios aislados, recurren a las energías renovables para su autoabastecimiento energético, instalando plantas solares fotovoltaicas (FORGET; CARRIZO, 2018; CARRIZO *et al.*, 2019). La minería del litio, al igual que la minería convencional, genera impactos ambientales y sociales. Se diferencia de los procedimientos convencionales por no utilizar explosivos o altas cantidades de tóxicos, aunque requiere la extracción de importantes cantidades de agua no renovable. Los proyectos de exploración y extracción del litio se realizan en ecosistemas muy frágiles como los semidesiertos y desiertos de altura. La infraestructura minera, implantada en los salares o alrededores, irrumpe en el paisaje natural y conlleva cambios hidrológicos, ya que se extraen grandes cantidades de agua junto con la salmuera de litio. Las edificaciones, caminos, piletas de evaporación, torres de perforación, alambrados, además del movimiento de personas y vehículos por tierras de pastoreo y sitios rituales de las comunidades locales, modifican de manera irreversible y a largo plazo los territorios y esto impacta de manera negativa en los habitantes y en el turismo (GÖBEL, 2013). Esta irrupción de la frontera minera a regiones periféricas significa el solapamiento de distintas lógicas de apropiación de la naturaleza. Las concesiones otorgadas a las empresas - que alcanzan unas 300.000 hectáreas en las provincias de Salta, Jujuy y Catamarca - se superponen con tierras de pastoreo, territorios indígenas y reservas naturales. El valor mercantil, el proteccionismo, la

diversidad cultural y las relaciones con el entorno se insertan en un juego de territorialidades que fluctúa entre una red globalizada de extracción y producción, y las particularidades locales o regionales. Así, los proyectos extractivos *aterrian* en territorios con trayectorias históricas propias, prácticas específicas, significados culturales y dinámicas de articulación social (GÖBEL, 2014).

En la explotación de estos recursos los gobiernos provinciales tienen un rol fundamental. Desde 1994 las provincias administran los recursos del subsuelo y son las responsables de otorgar concesiones y permisos de explotación en sus territorios, además de tener participación en proyectos privados o conformar empresas. La distribución de los beneficios entre los actores es desigual y muchos proyectos se caracterizan por la escasa o nula conexión con la economía local. Mientras las empresas reciben ganancias directas y las provincias reciben ingresos fiscales, la población local asume los costos ambientales y el impacto en sus formas de vida ancestrales. Esta inserción del NOA en territorios globalizados coloca a las comunidades en una encrucijada respecto del progreso y el desarrollo (PEYRÉ; DORN, 2020). El manejo de los recursos y la dispar participación de los distintos actores generan conflictos con las comunidades locales, particularmente con las indígenas. El desarrollo local y la integración territorial son manejados de diversa manera en los países de la región andina, aunque el rol de las comunidades indígenas en la defensa del ambiente es similar (ARGENTO; PUENTE, 2019).

Por su ubicación geográfica, la región NOA presenta elevados niveles de irradiación solar, volviéndola propicia para el aprovechamiento de este recurso renovable.⁹ Desde la década de 1990 el recurso solar comenzó a matizar el paisaje de las poblaciones rurales, caracterizadas como territorios pobres e históricamente relegados. Las tradicionales casas de barro de los pequeños pueblos o poblaciones dispersas sumaron artefactos solares para la iluminación o aplicaciones de bajo consumo, para cocción o para el calentamiento de agua. Inicialmente con incentivos del Estado y luego con aportes y participación de empresas y ONGs, diversas acciones de pequeña escala buscan mejorar la calidad de vida de las poblaciones y satisfacer necesidades básicas (CARRIZO; FORGET, 2016). Por otro lado, a las instalaciones aisladas, que funcionan para poblaciones sin acceso a la red eléctrica, se suman grandes parques fotovoltaicos, que abastecen al sistema eléctrico nacional. Entre ellos, el parque solar Caucharí,

⁹ <http://datos.energia.gob.ar/dataset/radiacion-solar>.

ubicado en el departamento de Susques (Jujuy), se trata de una de las mayores plantas de este tipo en Latinoamérica, con una superficie cercana a las 800 hectáreas.

Si la minería del litio genera impactos ambientales y ecológicos que trascienden a las formas de vida tradicional de los habitantes puneños, la infraestructura de los parques fotovoltaicos tiene un impacto eminentemente visual, en sitios donde la naturaleza es el recurso turístico por excelencia. Al igual que con la minería del litio, existen asimetrías de poder entre los actores. Mientras los acuerdos y los beneficios pasan, en gran medida, por las empresas y el Estado, las comunidades locales tienen poca capacidad de empoderamiento. Al respecto, se comienzan a observar algunas innovaciones en la relación empresa-comunidad, basadas en la participación de los beneficios, es decir, mediante transferencias financieras directas y en acuerdos con un horizonte de tiempo amplio (GUNDERMAN; GÖBEL, 2018). En el caso del parque solar Caucharí - un emprendimiento con participación de empresas internacionales y del gobierno de Jujuy -, la comunidad indígena Puesto Sey (Atacama) recibirá un porcentaje de las ganancias, producto de la venta de electricidad al sistema nacional.¹⁰

Figura 1 – Parque solar Caucharí (Susques, Jujuy, Argentina).



Fonte: www.energiaestrategica.com, 2020.

¹⁰ <https://www.telam.com.ar/notas/202009/514323-el-parque-solar-cauchari-de-300-megavattios-comenzo-a-vender-energia-al-sistema-nacional.html>.

La pampa agroenergética

La imagen estereotipada de la *pampa* remite a la tierra del gaucho, es decir, de jinetes a caballo que conducen el ganado en medio de una naturaleza prácticamente virgen. Si bien se corresponde con el imaginario paisajístico, sobre todo influenciado por la literatura y la pintura, la ganadería extensiva es una actividad tradicional de pastoreo que requiere grandes extensiones de tierra y rodeos de hacienda que implican traslados estacionales. Desde la introducción de ganado, realizada por los colonizadores españoles en el Río de la Plata, hasta las grandes estancias ganaderas - pasando por circuitos comerciales de indígenas pampeanos y trasandinos - la ganadería fue la principal actividad económica de la región durante el siglo XIX. En el entre siglo XIX-XX comenzó a expandirse la agricultura sin que significara una disminución de la actividad ganadera. Para mediados del siglo XX se produjo un estancamiento de la actividad agraria y en el umbral del siglo XXI el panorama ya había cambiado. La frontera agrícola avanzó sobre tierras ganaderas en la región (y también fuera de ella) desplazando cultivos regionales, montes o bosques (HORA, 2012).

La producción de bioenergía en la región pampeana se desarrolló en base a las actividades primarias antes mencionadas. Este tipo de energía, entre las cuales se hallan los biocombustibles, el biogás y la biomasa, es generada a partir de recursos y de desechos agropecuarios. Los biocombustibles han agregado valor a las cadenas productivas de azúcar, soja y maíz, en Argentina, y han aportado nuevos combustibles para transporte y generación eléctrica. Su producción, destinada a los mercados nacional e internacional, proviene del biodiesel de soja y el bioetanol de caña de azúcar y de maíz. La producción de biodiesel se concentra en torno a los puertos de Rosario y Santa Fe, mientras que la producción de bioetanol se realiza en el norte argentino - en torno a los ingenios azucareros - y en el centro pampeano, donde se instalaron plantas de procesamiento para elaborarlo a partir del maíz.¹¹ En la década de 2010, la obligatoriedad del corte de biocombustibles en el mercado interno favoreció su producción y Argentina se convirtió en el entonces mayor exportador mundial de biodiesel de soja. La generación termoeléctrica también ha incorporado porcentajes crecientes de biodiesel (CARRIZO *et al.*, 2009). Si bien en Argentina se ha reducido el volumen de producción - por recientes cambios en las normativas locales - se trata de un sector que crece globalmente, diversificando las matrices energéticas a nivel mundial (BISANG *et al.*, 2021; DEMECO *et al.*,

¹¹ <http://datos.energia.gob.ar/dataset>.

2021). Por su parte el biogás, con el que se genera electricidad en grupos electrógenos, es una mezcla de gases rica en metano, producida a partir de la fermentación de materia orgánica dentro de “biodigestores” que contienen desechos agropecuarios y agroindustriales (MORENO *et al.*, 2017). Mientras que la biomasa, como materia orgánica leñosa, se usa en proyectos para generación eléctrica mediante diversos procesos de combustión, en Argentina predomina el empleo de calderas para generar vapor e impulsar turbinas con el aprovechamiento de residuos forestales y agroindustriales (GRIFFA *et al.*, 2017). Pero no solo desde la agricultura, sino también desde la ganadería, se integran nuevas modalidades de producción, como la cría intensiva de ganado (*feedlot*), que han aportado soluciones para dar tratamiento a los residuos provenientes de esa actividad. Mediante su utilización para la generación de biogás, los desechos de origen animal se traducen en reducción de costos energéticos para los productores. Algunos incluso generan electricidad a partir de biogás, que luego inyectan al sistema interconectado. Además, el sustrato de la biodigestión es utilizado como fertilizante orgánico. Es decir, que el desecho bovino se transforma en energía calórica y en biofertilizante, aportando una alternativa para la reducción de emisiones de Gases Efecto Invernadero (CARUANA, 2019).

Figura 2 – Planta de biogás Adecoagro (Christophersen, Santa Fe, Argentina).



Fonte: www.adecoagro.com, 2019.

El paisaje agropecuario pampeano, habitualmente matizado con núcleos de silos o infraestructura de acopio en torno a los puertos o estaciones ferroviarias, no se vio mayormente alterado con la introducción de biodigestores, plantas de procesamiento o incineradores

industriales. El factor visual no ha representado rechazos por afectación del paisaje o el patrimonio rural. En cambio, se señalan otros impactos negativos desde los estudios socioambientales, marcando la contracara de un discurso que enfatiza la renovabilidad en el sector (TOLEDO LÓPEZ, 2018). La agro-energía, englobada bajo el concepto de “agronegocio”¹² también es fuertemente combatida. Si bien los recursos de la bioenergía no se ciñen al *extractivismo* agrario ni a la competencia entre producción de combustibles y de alimentos - ya que buena parte proviene de la reutilización de residuos agropecuarios y agroindustriales - entre sus efectos negativos, se señalan la disminución o pérdida de biodiversidad, los daños por el uso de agroquímicos, o la competencia con otros usos del suelo. La deforestación o el desmonte provocado por el aumento de las superficies cultivadas y la intensificación de la producción, conlleva contaminación de suelos y agua, y plantea reconfiguraciones territoriales. Al extenderse la frontera agrícola, se desplaza la ganadería y se incorporan nuevos espacios, solapando territorialidades previas. Además del impacto ambiental, la inserción de estos territorios en economías globales afecta directamente a las poblaciones locales debido a la sobreexplotación de los recursos naturales de su entorno (GRAS; GÖBEL, 2014).

La Patagonia y los molinos

La Patagonia se incorporó formalmente como territorio argentino a finales del siglo XIX. Incluso en las representaciones cartográficas, aparecía como un apéndice al margen y descrita como un área poco conocida, más allá del litoral costero. Esta región, que abarca el sur de las actuales provincias de La Pampa y Buenos Aires, desde el río Colorado hasta Tierra del Fuego, fue dominio de los indígenas hasta mediados de la década de 1880. Luego la región se organizó en Territorios Nacionales (1884), posteriormente provincializados entre las décadas de 1950-70. En el ínterin, el Estado Nacional estuvo a cargo del control, ocupación y organización de su vasto territorio, caracterizado por su belleza natural, protegido en reservas y parques nacionales; y por sus recursos naturales ligados a la energía. La naturaleza extrema de su paisaje, en torno a los lagos glaciales, la cordillera de los Andes, el Glaciar Perito Moreno

¹² La agricultura de monocultivos (como la soja) resulta una nueva forma de *extractivismo*. El *extractivismo* es la explotación intensiva de recursos naturales que son demandados globalmente (petróleo, minerales). Produce impactos ambientales, sociales y económicos, muchas veces irreversibles y con una limitada contribución al desarrollo de las poblaciones (GUDYNAS, 2009; GÖBEL, 2015).

o el canal de Beagle, son algunos ejemplos de los tópicos que han caracterizado a la Patagonia y su imaginario paisajístico (SILVESTRI, 2011).

La principal actividad primaria patagónica fue la ganadería extensiva de ovinos. Luego de la introducción de las primeras cabezas ovinas en 1843, en las Islas Malvinas, el período de auge del ovino se extendió entre las décadas de 1870 y 1920, alcanzando la totalidad del territorio patagónico austral. El aprovechamiento de pasturas naturales y la exportación de la totalidad de lo producido contribuyeron a la expansión de la industria textil británica. Luego las configuraciones espaciales en la Patagonia fueron regidas por el *extractivismo* y la exportación de productos primarios, con escasa o nula presencia de actividades industriales. El modelo primario-exportador y el *extractivismo* se sostienen desde hace al menos medio siglo, con los hidrocarburos, el carbón, la minería metalífera y la explotación no sustentable de recursos naturales del suelo, mientras que en el litoral se sostiene por las prácticas de la ganadería ovina y la pesca (SCHWEITZER, 2014). A ello se sumaron los recursos hídricos que dieron lugar a la instalación de grandes represas hidroeléctricas. La planificación de una región tan vasta y variada como la patagónica, en el caso de la implantación de infraestructura asociada con emprendimientos energéticos (minas de carbón, yacimientos petrolíferos, gasoductos, asentamientos de poblaciones), albergan implicaciones paisajísticas que no han sido especialmente atendidas (WILLIAMS, 2014).

Figura 3 – Parque eólico Vientos de Necochea (Necochea, Buenos Aires, Argentina).



Fonte: www.infobae.com, 2020.

El litoral costero patagónico - además del sur de la provincia de Buenos Aires - concentra el mayor recurso eólico del país.¹³ A mediados de la década de 1990 la provincia de Chubut y el sur de Buenos Aires fueron pioneras en el desarrollo de proyectos de generación de energía eléctrica a través de parques eólicos que abastecían redes locales. La mayoría de estos aerogeneradores se encuentran paralizados por diferentes políticas que entorpecieron su funcionamiento. Pero en lo que va del siglo XXI, se han multiplicado los proyectos de alta potencia, impulsados por empresas privadas e incentivados por medidas estatales de promoción (CLEMENTI; CARRIZO; BUSTOS CARA, 2019). Allí se concentran diversas iniciativas de parques eólicos, varios en funcionamiento y otros, proyectados. La infraestructura de estos parques tiene un impacto visual y paisajístico relevante, enfatizado por la utilización de grandes turbinas.

¹³ Información estadística de energía eléctrica: <https://www.argentina.gob.ar/economia/energia/energia-electrica/estadisticas>.

En Europa y Estados Unidos este tipo de infraestructuras han sido evaluadas por su impacto visual sobre territorios cuya valorización paisajística precedía a las necesidades energéticas. En relación con estas previsiones, se convocaron profesionales del diseño paisajístico con la finalidad de reconciliar el binomio energía-paisaje. Esta ecuación continúa sumando oposiciones y resistencias por parte de grupos locales que se asumen perjudicados por las empresas e instituciones que encabezan este tipo de proyectos renovables.¹⁴ En Argentina, por el contrario, el foco de análisis está puesto en las posibilidades de crecimiento local y desarrollo regional, y no tanto en las implicaciones paisajísticas de su implantación. Actualmente los proyectos en funcionamiento conviven con campos sembrados, playas desiertas y vacas, pastando al pie de las turbinas eólicas. Así, los molinos introducen un paisaje de grandes esculturas en medio de la naturaleza.

Consideraciones finales

Nuevos paisajes emergen de la mano de la infraestructura energética: molinos eólicos en medio de sembrados, de playas o de sierras; franjas de paneles fotovoltaicos que destellan al sol en campos y desiertos; biodigestores que asoman entre maizales y montes. Todos ellos plantean nuevas aristas técnicas y culturales para el análisis de los territorios y su valoración paisajística. Pequeños proyectos y emprendimientos solares en el norte argentino han incorporado esta tecnología a la vida cotidiana de los habitantes de comunidades aisladas. Mientras que, recientemente, se han puesto en marcha grandes proyectos de parques solares, a la par de vastos emprendimientos mineros, insertos en medio de los paisajes puneños. Biodigestores y plantas de fabricación de biocombustibles se amalgaman al paisaje pampeano. Presentan diferentes escalas, se concentran en el litoral portuario y se multiplican en el paisaje agro productivo de la zona central de Argentina.

Parques eólicos de grandes molinos, en el litoral atlántico de la Patagonia y en el sur de la Provincia de Buenos Aires, se imponen en paisajes cuya identidad se asocia a la naturaleza o a la historia del lugar. A diferencia de los casos anteriores - a los cuales se asignan externalidades negativas como el *extractivismo*, la tendencia al monocultivo, el solapamiento

¹⁴ Estos grupos locales opositores consideran que las turbinas eólicas deberían ser puestas “en algún otro lugar” o al menos, “no en mi patio” (“*Not In My Backyard*”, en inglés. Por ello se lo denomina perspectiva NIMBY).

de territorialidades o lógicas dispares de apropiación de la naturaleza - estos artefactos tienen un impacto visual relevante que todavía no ha sido objeto de cuestionamientos.

Si bien estas son conclusiones provisorias y generales sobre las implicaciones paisajísticas de las infraestructuras de energías renovables, la continuación de esta investigación exigirá examinar planes y proyectos, pero también percepciones sociales, nociones de identidad y patrimonio, representaciones y experiencias paisajísticas, en el contexto del nexo entre paisaje y energía. Este trabajo se orientó a un estudio cultural del paisaje, desde el cual se intenta una articulación entre objetos materiales y simbólicos, temporales y espaciales, naturales y artificiales. Desde esta perspectiva se planteó un análisis inicial del impacto que las transformaciones técnicas y materiales generan en los territorios y en la valorización de los paisajes. Queda trazada así una vía para la continuación de la investigación aquí propuesta.

Referencias

- ALBECK, M. E. **Producción y lógica de la red vial incaica en el extremo septentrional del NOA.** *Arqueología*, v. 22, n. 1, p. 61-79, 2016.
- ANTROP, M. **From holistic landscape synthesis to transdisciplinary.** *Landscape Res Landscape Planning: Aspects Integration Edu Appl*, v. 12, p. 27-50, 2005.
- ANTROP, M. **Why landscapes of the past are important for the future.** *Landscape and urban planning*, v. 70, n. 1-2, p. 21-34, 2005a.
- APOSTOL, D., PALMER, J., PASQUALETTI, M., SMARDON, R., & SULLIVAN, R. (Eds.). **The renewable energy landscape: Preserving scenic values in our sustainable future.** New York: Taylor & Francis, 2017.
- ARGENTO, M. & PUENTE, F. **Entre el boom del litio y la defensa de la vida. Salares, agua, territorios y comunidades en la región atacameña.** In Fornillo B. *et al.* Litio en Sudamérica. Geopolítica, energía y territorios. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO; IEALC - Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe, 2019.
- BENDER, Barbara. **Time and landscape.** *Current anthropology*, v. 43, n. S4, p. S103-S112, 2002.
- BISANG R., FUCHS M., Y VERNAZZA S. **Biocombustibles en Argentina: el arte de establecer nuevos mercados.** *Alquimias Económicas. Biocombustibles en Argentina: el arte de establecer nuevos mercados*, 2021. Disponible en: <https://alquimiaseconomicas.com/2021/04/30/biocombustibles-en-argentina-el-arte-de-establecer-nuevos-mercados/> Acceso: 15 agosto. 2022.
- CARRIZO, S. C., & FORGET, M. E. **Innovaciones y valorizaciones territoriales. Expansión energética jujeña (Argentina del siglo XXI).** *L'ordinaire des Amériques*, v. 221, 2016.
- CARRIZO, S. C., ISE, A., CLEMENTI, L., VILLALBA, S., & FORGET, M. **Transición energética en Argentina: Caleidoscopio de proyectos y transformaciones territoriales.** In XXI Jornadas de Geografía UNLP, Ensenada, Argentina. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Geografía, 2019.
- CARRIZO, S., GUIBERT, M. & BERDOLINI, J. L. **Actores y mercados de los biocombustibles argentinos: entre incertidumbre y diversificación.** 12do Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL, Montevideo, Uruguay, 2009.
- CARUANA, M. E. C. **Organizational and economic modeling of an anaerobic digestion system to treat cattle manure and produce electrical energy in Argentina's feedlot sector.** *Journal of Cleaner Production*, v. 208, p. 1613-1621, 2019. Disponible en: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.10.133> Acceso: 15 agosto. 2022.
- CERUTI, M. C. **Elegidos de los dioses: Identidad y status en las víctimas sacrificiales del volcán Llullaillaco.** *Boletín de Arqueología PUCP*, v. 7, p. 263-275, 2003.
- CERUTI, M. C. **Los Niños del Llullaillaco y otras momias andinas: salud, folclore, identidad.** *Scripta Ethnologica*, v. 34, p. 89-104, 2012.

- CHEVALLIER, Raymond. **Le paysage palimpseste de l'histoire: pour une archéologie du paysage.** Mélanges de la Casa de Velázquez, v. 12, n. 1, p. 503-510, 1976. Disponible en: https://www.persee.fr/doc/casa_0076-230x_1976_num_12_1_2239 Acceso: 4 septiembre. 2022.
- CLEMENTI, L., ISE, A.; BERDOLINI, J.; YULN, M.; VILLALBA, S. & CARRIZO, S. **El mapa de la transición energética argentina.** Anales de Geografía de la Universidad Complutense, v. 39, n. 2, p. 231-254, 2019.
- CLEMENTI, L.; CARRIZO, S.; BUSTOS CARA, R. **La región SUBA, Sur de la Provincia de Buenos Aires, epicentro eólico en Argentina.** Revista Universitaria de Geografía, v. 28 n. 1, p. 3-64, 2019.
- CORBOZ, A. **El territorio como palimpsesto.** En A. M. Ramos (Ed.), Lo urbano en 20 autores contemporáneos, p. 25-34. Barcelona: UPC Ediciones, 2004.
- COSGROVE, Denis E. **Apollo's eye: a cartographic genealogy of the earth in the western imagination.** JHU Press, 2001.
- COSGROVE, Denis, *et al.* **Observando la naturaleza: el paisaje y el sentido europeo de la vista.** Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, 2002.
- COSGROVE, Denis. **Geography and vision: seeing, imagining and representing the world,** IB Tauris. New York, 2008.
- DEMECO, L.; O'FARRELL, J.; FREYTES, C.; ANEISE, A.; ARIAS MAHIQUES, V. **La discusión de los biocombustibles en la Argentina.** Buenos Aires: Fundar, 2021. Disponible en: <https://www.fundar.org/wp-content/uploads/2021/11/Fundar-La-discusion-de-los-biocombustibles-en-la-argentina.pdf>. Acceso: 15 agosto. 2022.
- DI MÉO, G. **Patrimoine et territoire, une parenté conceptuelle.** Espaces et sociétés, v. 4, p. 15-34, 1994. Disponible en: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5619662p.image.r=espace+et+soci%C3%A9t%C3%A9.f16.langFR.pagination> Acceso: 4 septiembre. 2022.
- DO RIO, S. F., & OCHOA, P. A. **El Qhapaqñan en el sector medio de la quebrada de Humahuaca, Jujuy.** Estudios Sociales del NOA, v. 10, p. 45-65, 2010.
- ENSERINK, Merel, *et al.* **To support or oppose renewable energy projects? A systematic literature review on the factors influencing landscape design and social acceptance.** Energy Research & Social Science, 2022, v. 91, p. 1-12.
- FORGET, M., & CARRIZO, S. **Le nexus mine-énergie dans les territoires du Nord de l'Argentine.** Caravelle. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien, v. 111, p. 79-94, 2018.
- FROVOLA IGNATEVA, M. F., MARÍN, C. E., RODRÍGUEZ, E. B., & VELASCO, M. J. P. **Paisajes emergentes de las energías renovables en España.** Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles v. 66, p. 223-252, 2014.
- GIL, S., & CARRIZO, S. **Los senderos de las transiciones.** Petrotecnia, p. 32-47, 2016.

GÖBEL, B. **Extractivismo y desigualdades sociales**. *Iberoamericana* (2001-), v. 15, n. 58, p. 161-165, 2015.

GÖBEL, B. **La arquitectura del pastoreo: Uso del espacio y sistema de asentamientos en la Puna de Atacama (Susques)**. *Estudios atacameños*, v. 23, p. 53-76, 2002.

GÖBEL, B. **La minería de litio en Atacama: disputas sociales alrededor de un nuevo mineral estratégico**, In Göbel, B., & Ulloa, A. (Eds.). *Extractivismo minero en Colombia y América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas. Berlín: Ibero-Amerikanisches Institut, 2014.

GÖBEL, B. **La minería del litio en la Puna de Atacama: interdependencias transregionales y disputas locales**. *Iberoamericana*, p. 135-149, 2013.

GRAS, C., & GÖBEL, B. **Agronegocio y desigualdades socioambientales: la soja en Argentina, Brasil y Uruguay**. En Göbel, B., Góngora-Mera, M. & Ulloa, A. *Desigualdades socioambientales en América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Berlín: Ibero-Amerikanisches Institut, 2014.

GRIFFA, B., MARCÓ, L., & GOLDSTEIN, E. **Producir electricidad con biomasa: beneficios, experiencias y actualidad en Argentina**. *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas*, v. 19, p. 67-79, 2017. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.30972/rfce.0192858> Acceso: 15 agosto. 2021.

GRUBLER, A. **Energy transitions research: Insights and cautionary tales**. *Energy policy*, n. 50, p. 8-16, 2012. Disponible en: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2012.02.070> Acceso: 15 agosto. 2022.

GUDYNAS, E. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual**. En AA.VV. *Extractivismo, política y sociedad*, Quito: Centro Andino de Acción Popular, Centro Latinoamericano de Ecología Social, p. 187-225, 2009.

GUNDERMANN, H., & GÖBEL, B. **Comunidades indígenas, empresas del litio y sus relaciones en el Salar de Atacama**. *Chungará (Arica)*, v. 50, n. 3, p. 471-486, 2018.

GUZOWSKI, C., MARTÍN, M. I., & ZABALOY, M. F. **Energía, innovación y ambiente para una transición energética sustentable**. Bahía Blanca: Editorial de la Universidad Nacional del Sur, 2020.

HORA, R. **La evolución del sector agroexportador argentino en el largo plazo, 1880-2010**. *Historia Agraria*, v. 58, p. 145-181, 2012.

INGOLD, Tim. **Making: Anthropology, archaeology, art and architecture**. Routledge, 2013.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. Routledge, 2021.

INGOLD, Tim. **The temporality of the landscape**. *World archaeology*, v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993.

LORIMER, H. **Cultural geography: The busyness of being “more than representational”**, *Progress in Human Geography*, v. 29, p. 83-94, 2005.

MORERO, B., VICENTIN, R., & CAMPANELLA, E. A. **Assessment of biogas production in Argentina from co-digestion of sludge and municipal solid waste**. *Waste management*, v. 61, p.

195-205, 2017. Disponible en: <https://doi.org/10.1016/j.wasman.2016.11.033>. Acceso: 15 agosto. 2022.

PASQUALETTI, M. J. **Social barriers to renewable energy landscapes**. *Geographical Review*, v. 101, n. 2, p. 201-223, 2011.

PASQUALETTI, M. J., GIPE, P., & RIGHTER, R. W. **A landscape of power**. In *Wind power in view* p. 3-16, 2002. Disponible en: <https://doi.org/10.1016/B978-012546334-8/50001-2> Acceso: 15 agosto. 2022.

PASQUALETTI, M., & STREMKE, S. **Energy landscapes in a crowded world: A first typology of origins and expressions**. *Energy Research & Social Science*, v. 36, p. 94-105, 2017.

PERIES, L. **Landscape is cultural by nature: ¿Why insist on the binomial cultural?**, *Esempi Di Architettura*, v. 8, n.1, p. 103-113, 2021. Disponible en: DOI 10.4399/978882553986810.

PEYRÉ, F. R. & DORN, F. **Aprovechamiento del litio en la Argentina – Realidades, desafíos y perspectivas en un mundo globalizado**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 24, n. 632, 2020. <https://doi.org/10.1344/sn2020.24.22466>.

PRADOS, M. J., BARAJA, E., FROLOVA, M., & ESPEJO, C. **Integración paisajística y territorial de las energías renovables**. *Ciudad y Territorio Estudios Territoriales (CyTET)*, v. 44, n. 171, p. 127-143, 2012.

SCHWEITZER, A. F. **Patagonia, naturaleza y territorios**. *Geograficando*, v. 10, n. 2, 2014. Disponible en: <http://www.geograficando.fahce.unlp.edu.ar/article/view/Geov10n02a11>. Acceso: 15 agosto. 2022.

SILVESTRI, G. **El color del río: historia cultural del paisaje del Riachuelo**. Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SILVESTRI, G. **El lugar común: una historia de las figuras de paisaje en el Río de la Plata**. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

SILVESTRI, G. **Las tierras desubicadas. Paisajes y culturas en la Sudamérica fluvial**. Paraná: EDUNER, 2021.

SILVESTRI, G. **Paisaje y representación**. *Prismas-Revista de historia intelectual*, v. 3, n. 2, p. 231-245. 1999.

SOVACOOOL, B. K. **How long will it take? Conceptualizing the temporal dynamics of energy transitions**. *Energy Research & Social Science*, v. 13, p. 202-215, 2016. Disponible en: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2015.12.020>. Acceso: 15 agosto. 2022.

STREMKE, S. **Designing Sustainable Energy Landscapes: Concepts, Principles and Procedures**. Thesis, Wageningen University, Wageningen, NL 202 p., 2010. Disponible en: <https://library.wur.nl/WebQuery/wurpubs/fulltext/152015>. Acceso: 15 agosto. 2022.

STREMKE, S.; OUDES, D. **Sustainable energy landscapes** En AA. VV. *Researching the arts*. Amsterdamse Hogeschool voor de Kunsten, p. 62-101, 2018.

THRIFT, Nigel. **Non-representational theory: Space, politics, affect**. Routledge, 2008.

TOLEDO LÓPEZ, V. **Agroenergía en Argentina: una discusión sobre la renovabilidad y el despojo. Soberanía energética.** Propuestas y debates desde el campo popular, En Gutiérrez, F. Soberanía energética, propuestas y debates desde el campo popular. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del Jinete Insomne, p. 117-147, 2018.

TOMASI, J. **Arquitecturas domésticas vernáculas entre los pastores altoandinos.** Espacios, prácticas y técnicas en Susques, provincia de Jujuy, Argentina. Arquitectura vernácula iberoamericana, p. 68-81, 2013.

VANDEVYVERE, Han; STREMKE, Sven. **Urban planning for a renewable energy future: Methodological challenges and opportunities from a design perspective.** Sustainability, v. 4, n. 6, p. 1309-1328. 2012. Disponible en: <https://www.mdpi.com/2071-1050/4/6/1309/pdf?version=1424776879> Acceso: 15 agosto. 2022.

WATERTON, Emma. **More-than-representational landscapes.** En The Routledge companion to landscape studies. Routledge, p. 91-101, 2018.

WILLIAMS, F. **Urbanización y paisaje en la Patagonia argentina: interrogantes sobre los grandes emprendimientos energéticos y sus “villas permanentes”.** Registros. Revista de Investigación Histórica, v. 1, p. 57-71, 2014.

WYLIE, J. **Landscape,** Routledge, 2007.

Recebido em 11 de setembro de 2023 | Aceito em 02 de março de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

“Andar com uma câmera na mão”: uma maneira de ler a paisagem

Artur Hugo da Rosa



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ROSA, Artur Hugo da. “Andar com uma câmera na mão”: uma maneira de ler a paisagem. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 199-218, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

“Andar com uma câmera na mão”: uma maneira de ler a paisagem

Artur Hugo da Rosa ¹

Resumo

O ensaio traz resultados de duas caminhadas fotográficas realizadas na Praia da Tapera, em Florianópolis/SC. O objetivo é refletir sobre o ato de andar e fotografar como forma de apreensão da paisagem, bem como no reconhecimento do território em estudo. As imagens escolhidas buscam, além de apreender concretamente o espaço físico, também capturar e narrar o simbólico presente no lugar, registrando as materialidades e imaterialidades que compõem a paisagem.

Palavras-chave: fotografia; andar; paisagem; lugar.

Abstract

The essay brings the results of two photographic walks carried out at Praia da Tapera, in Florianópolis/SC. The objective is to reflect on the act of walking and photographing as a way of apprehending the landscape, as well as recognizing the territory under study. The chosen images seek, in addition to concretely apprehending the physical space, also to capture and narrate the symbolic present in the place, recording the materialities and immaterialities that make up the landscape.

Keywords: photography; to walk; landscape; place.

¹ Arquiteto e urbanista. Mestrando no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (Pós/ARQ). E-mail: arturhugodarosa@gmail.com

Introdução

O andar é abordado por Michèle Jolé (2005), em seu texto *Reconsiderações sobre o “andar” na observação e compreensão do espaço urbano*. Para a autora, o andar é um método de pesquisa. Ela traz alguns exemplos em seu texto, como o “o andar coletivo”, “à deriva”, “os sociólogos ambulantes” e “os urbanistas que andam com os habitantes”. Outros autores escreveram sobre o andar. Walter Benjamin utiliza da caminhada como um elemento de percepção, traduzido no *flâneur* de Baudelaire e sua caminhada errante, observadora e sem compromisso. Já para Michel de Certeau (2014), o caminhante “transforma em outra coisa cada significante espacial”, encarando o andar como forma de percepção oposta à visão de pássaro, a cidade-panorama, adotada por urbanistas. Para os situacionistas, a teoria da deriva se constituía em uma caminhada coletiva sem objetivos, deixando-se levar pelas vontades sugeridas pela cidade e seus encontros.

Vou me deter a explicar um pouco mais sobre os casos “sociólogos ambulantes” e “os urbanistas que andam com os habitantes”. No caso dos “sociólogos ambulantes”, o ato de andar se transforma em uma observação de campo. Andar é um exercício de percepção. “A caminhada se torna o meio de enunciação da fala sobre o lugar percorrido e estudado” (JOLÉ, 2005, p. 426). Por meio dessa abordagem, associada também a uma observação repetida, direta e presencial, é possível apreender as formas de organização do espaço, os fazeres e as práticas socioespaciais. No caso dos “urbanistas que andam com os habitantes”, ao invés de uma observação de campo, a percepção do lugar é traduzida na forma de diagnóstico urbano. O urbanista lê o lugar para propor “um momento de troca, de mobilização coletiva, para descrever, ao mesmo tempo, o espaço referido, fazer proposições ou ao menos reagir às proposições em curso” (JOLÉ, 2005, p. 428). Em ambos os casos, o andar é acompanhado de câmera fotográfica, utilizada como recurso de observação, memória (JOLÉ, 2005).

O pesquisador-fotógrafo se torna um *flâneur* que registra suas impressões. A câmera fotográfica é uma potente ferramenta de pesquisa, que contribui para um aprofundamento da percepção de maneira poética, ultrapassando os limites do registrar e documentar como num relatório ou exame. Nos estudos urbanos, o uso desta ferramenta é solicitado para ilustrar situações da vida e da paisagem urbana. Através dela, se podem analisar, posteriormente, situações urbanas complexas (GEHL; SVARRE, 2018). A câmera fotográfica também pode ser um elemento integrador entre o pesquisador e a paisagem. As imagens feitas se transformam em testemunho, tornando-se fonte de conhecimento em futuras análises, como também registros

eternos de situações e tempos do lugar. Dessa forma, a paisagem é apreendida pelo pesquisador-fotógrafo tanto pelo que se vê quanto pela imagem que se faz. (ECKERT; ROCHA, 2003). Essa paisagem, nos termos de Ingold, explicada por André Bailão (2016), não indica um mundo externo e acabado, independente dos seres que o habitam, tampouco imagens ou ideias sobre ele. Vivendo nas paisagens, nós as produzimos, tanto quanto somos produzidos por elas, por meio de processos materiais e cotidianos” (BAILÃO, 2016, p. 1).

Este ensaio não pretende ser uma descrição metodológica. O “andar com uma câmera na mão” é uma caminhada fotográfica com um olhar direcionado para o tema em estudo. Foi a maneira que encontrei de poder reconhecer o local de pesquisa. Dessa forma, apresento duas saídas fotográficas acompanhadas dos diários de campo, com reflexões acerca do lugar. As caminhadas fotográficas apresentadas aqui foram realizadas em novembro de 2021, na Praia da Tapera, no bairro periférico Tapera da Base, localizado no sul da ilha, em Florianópolis/SC. O objetivo é compreender como a prática do andar e fotografar auxilia na assimilação e compreensão da paisagem, bem como no reconhecimento do território. As imagens escolhidas buscam, além de apreender concretamente o espaço físico, também capturar e narrar o simbólico presente no lugar, registrando as materialidades e imaterialidades que compõem a paisagem.

Caminhada 1

A primeira caminhada descrita aqui foi feita no dia 2 de novembro de 2021. É uma terça-feira, final de tarde, por volta das 16h30. A Praia da Tapera se encontra bastante movimentada. Esse movimento indica o início da temporada. As pessoas disputam um lugar na orla com carros estacionados pela Rua da Praia. Segundo Jane Jacobs (2014):

As ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas - a parte das ruas que cabe aos pedestres - servem a muitos fins além de abrigar pedestres. Esses usos estão relacionados à circulação, mas não são sinônimos dela, e cada um é, em si, tão fundamental quanto a circulação para o funcionamento adequado das cidades. (JACOBS, 2014, p. 29).

A Rua da Praia, como palco de sociabilidades, se configura de maneira distinta às classificações citadas por Jacobs. Não só as calçadas, mas a rua é o espaço dos pedestres. Os moradores da Tapera têm costume de andar no meio da via, local destinado, em tese, para os

veículos. E as calçadas, em tese destinadas aos pedestres, são locais de estacionamento para os carros. Tais costumes demonstram variações na hierarquia de usos e limites. Revelam também, principalmente, a apropriação do espaço da rua, destacando o uso das ruas para o andar.

Figura 1 – A rua movimentada.



Fonte: acervo do autor, 2021.

O início da temporada de verão também marca a presença da carrocinha de caldo de cana na Rua da Praia. O caldo de cana com pastel é uma refeição tipicamente encontrada nas feiras de rua da cidade de Florianópolis. Na Tapera, o carrinho do caldo se apropria do espaço público, ocupando parte do passeio. O consumo é feito no local, em cadeiras de praia colocadas na calçada, em pé ou até mesmo sentando no meio-fio. A calçada, como passagem de pedestres e estacionamento para os carros, é, neste momento, transformada em um espaço de permanência para consumo, as cadeiras colocadas estrategicamente na sombra, visando ao conforto do consumidor.

Figura 2 – O caldo de cana na calçada.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 3 – O uso das calçadas como permanência.

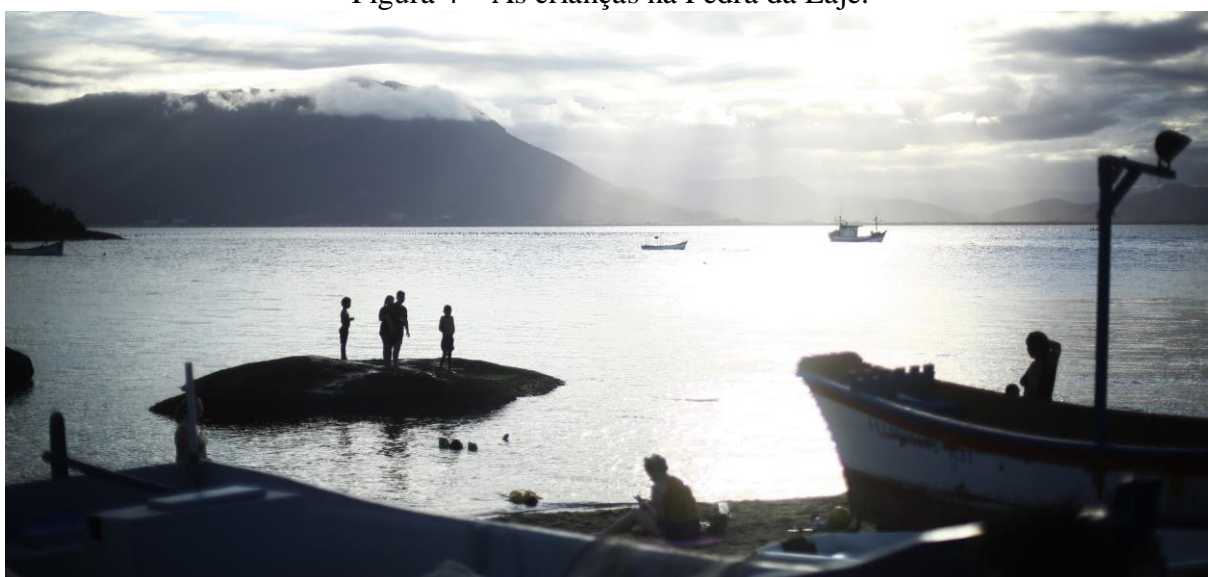


Fonte: acervo do autor, 2021.

Jacobs (2014) defende que a calçada deve ser usada ininterruptamente, pois aumenta a diversidade da rua e os olhos atentos para a manutenção da segurança do espaço público. No caso da Tapera, as pessoas não sentem falta da calçada como passagem, pois essa necessidade é suprida ao andar no meio da via, como mencionado anteriormente. A refeição é acompanhada de conversas e encontros entre amigos e vizinhos, que olham atentamente o movimento da rua, como um cinema da vida cotidiana, do qual eles próprios fazem parte.

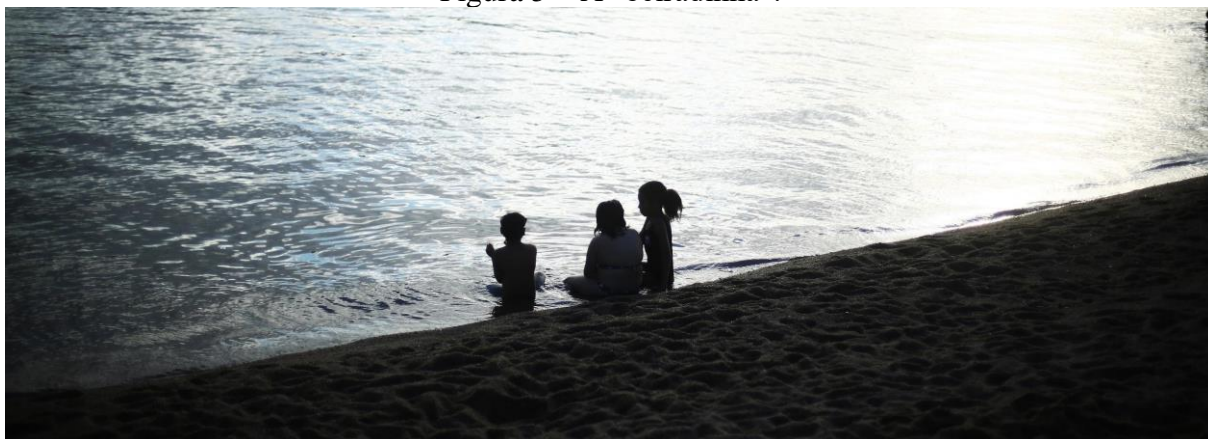
A praia estava cheia. Muitos banhistas e crianças brincando na pedra, denominada pelos nativos como “pedra da laje”. Outro espaço de permanência na praia é a “beiradinha”. A “beiradinha”, ou beira do mar, é o espaço da borda d’água, até onde o mar vem e volta. Onde se molham somente os pés. Esse espaço de banho pode ser também de estar. Os moradores da Tapera colocam cadeiras de praia, molhando os pés enquanto contemplam a paisagem ou leem. As crianças brincam na beirada de diversas formas, como de correr, com pranchas e brinquedos. Além disso, há pessoas lendo, meditando, pais com bebês e cachorros.

Figura 4 – As crianças na Pedra da Laje.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 5 – A “beiradinha”.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Os barcos, presentes na areia, além de evidenciar a atividade pesqueira no lugar, cumprem outras funções. Estas embarcações servem como um apoio das atividades cotidianas na praia, seja como suporte para uma caixa de isopor, para sentar, proteger-se do sol ou ganhar privacidade. Este lugar, próximo aos barcos, proporciona momentos de sociabilidade entre amigos, com rodas de conversa, cervejas e música. Há uma negociação nesse espaço da praia. Aqueles que moram em frente ao local reclamam. Há pedidos por parte da prefeitura que notifiquem e retirem os barcos e redes da praia. Estes barcos são de pescadores que já tiveram ranchos de pesca, mas venderam. Essa questão também reflete uma reminiscência do passado, neste mesmo local existiam ranchos de pesca. Sinais da acumulação histórica do lugar, onde o espaço guarda fragmentos temporais do que foi e ainda reverbera na paisagem (SANTOS, 2012).

Figura 6 – A reunião em meio às embarcações.



Fonte: acervo do autor, 2021.

O final da rua da praia é conformado por um *cul-de-sac*. Neste local, onde há estacionamentos, é comum o encontro da “rapaziada” de carro, eles param ali para conversar, escutar som automotivo, beber e fumar. Essa reunião é comum e acontece no final da rua, onde o movimento cessa. Pelo motivo de os carros chegarem até o *cul-de-sac*, a faixa de areia neste local fica mais segura para as famílias com crianças, proporcionando uma brincadeira mais exploratória do lugar, sem a preocupação “do carro”. O uso pelas famílias se dá a partir de mesas e cadeiras plásticas, bebidas e churrascos embaixo da sombra das amendoeiras, sempre vigiando suas crianças a brincar.

Figura 7 – As famílias e o terreno baldio.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 8 – A “rapaziada” do som automotivo.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Do outro lado, depois de um terreno baldio, fica o Marolas Bar. Na sequência, os ranchos de pesca do Rio da Era. Caminhando para este lado da praia, vai ficando claro a mudança de caráter. O caminho passa por um parquinho, o lugar das crianças, chegando ao Marolas Bar, lugar dos adultos. A arquitetura do bar lembra um rancho, onde a praia invade o interior, pé na areia e vista para o mar. O bar cria a transição de ambientes entre o espaço de

lazer para o espaço do trabalho², representado pela pesca. O Marolas Bar contrasta com os jovens escutando funk em seus carros e bebendo uísque com energético. No lugar disso, é cerveja, *rock'n'roll* e uma decoração feita com lanternas de ostra e peixes desenhados em seu interior. Ali no Marolas Bar, minha caminhada fotográfica finaliza.

Figura 9 – Marolas Bar.



Fonte: acervo do autor, 2021.

² Importante frisar que os ranchos de pesca não são, estritamente, destinados ao trabalho, seu uso também proporciona momentos de lazer e encontros entre os pescadores, amigos e familiares, criando uma rede de sociabilidades importante para a organização social do lugar.

Caminhada 2

A segunda caminhada descrita aqui foi feita no dia 15 de novembro de 2021. É uma manhã de segunda-feira, por volta das 10h30. Em novembro, o clima de verão começa a aparecer. Saio para caminhar e faço os primeiros registros da casa, talvez a mais antiga do bairro, onde viveu a família de Peralta, conhecido como José Rodrigues Villamil, considerado pela história oral o primeiro habitante da Tapera. Com traços coloniais, preserva pouco de sua forma original, já tendo alterado suas aberturas, telhados e cômodos. Ainda guarda muito de sua singeleza, porém. Hoje, em seu quintal, funciona a Hamburgueria Pão Mané, gerida pelo bisneto de Peralta.

Figura 10 – A antiga casa da família de Peralta.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Nesta caminhada, tive como foco registrar as recorrências, aquilo que se repete e deixa o cotidiano familiar. O movimento matinal na Rua da Praia é marcado por idosos caminhando, simbolizando uma das paisagens conhecidas por quem frequenta a praia. O mar calmo, os barcos no mar e os ranchos ficam à espera do pescador. Nesta época do ano, o pescador divide o mar com os banhistas. O canto da praia, antes de chegar aos Ranchos da Bica, é um dos lugares de permanência, possui sombras e pedras que servem de banco, criando um espaço de estar. Neste mesmo local, em meio às pedras, fica um pequeno altar para santos e orixás.

Figura 11 – O canto esquerdo da praia.



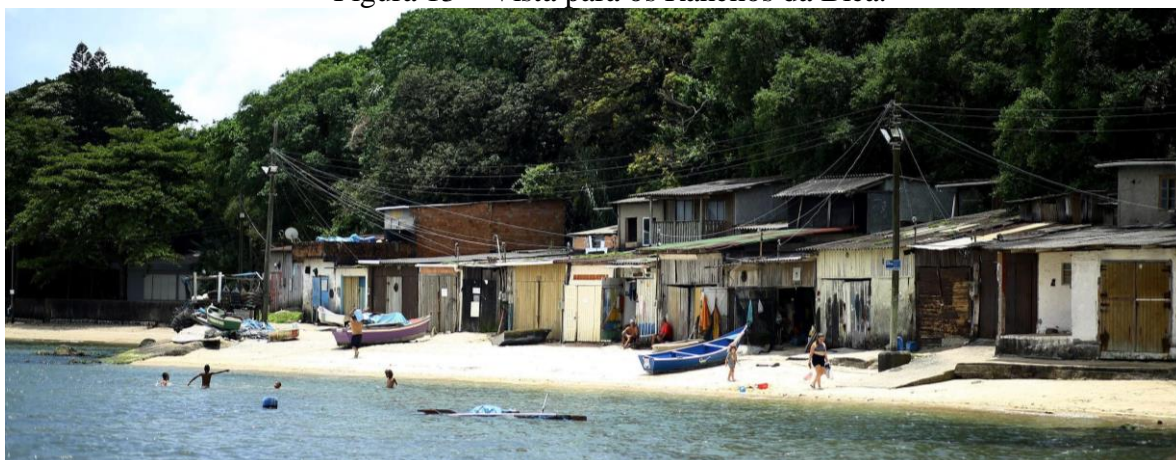
Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 12 – Vista para a orla.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 13 – Vista para os Ranchos da Bica.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 14 – O bote Taperinha.

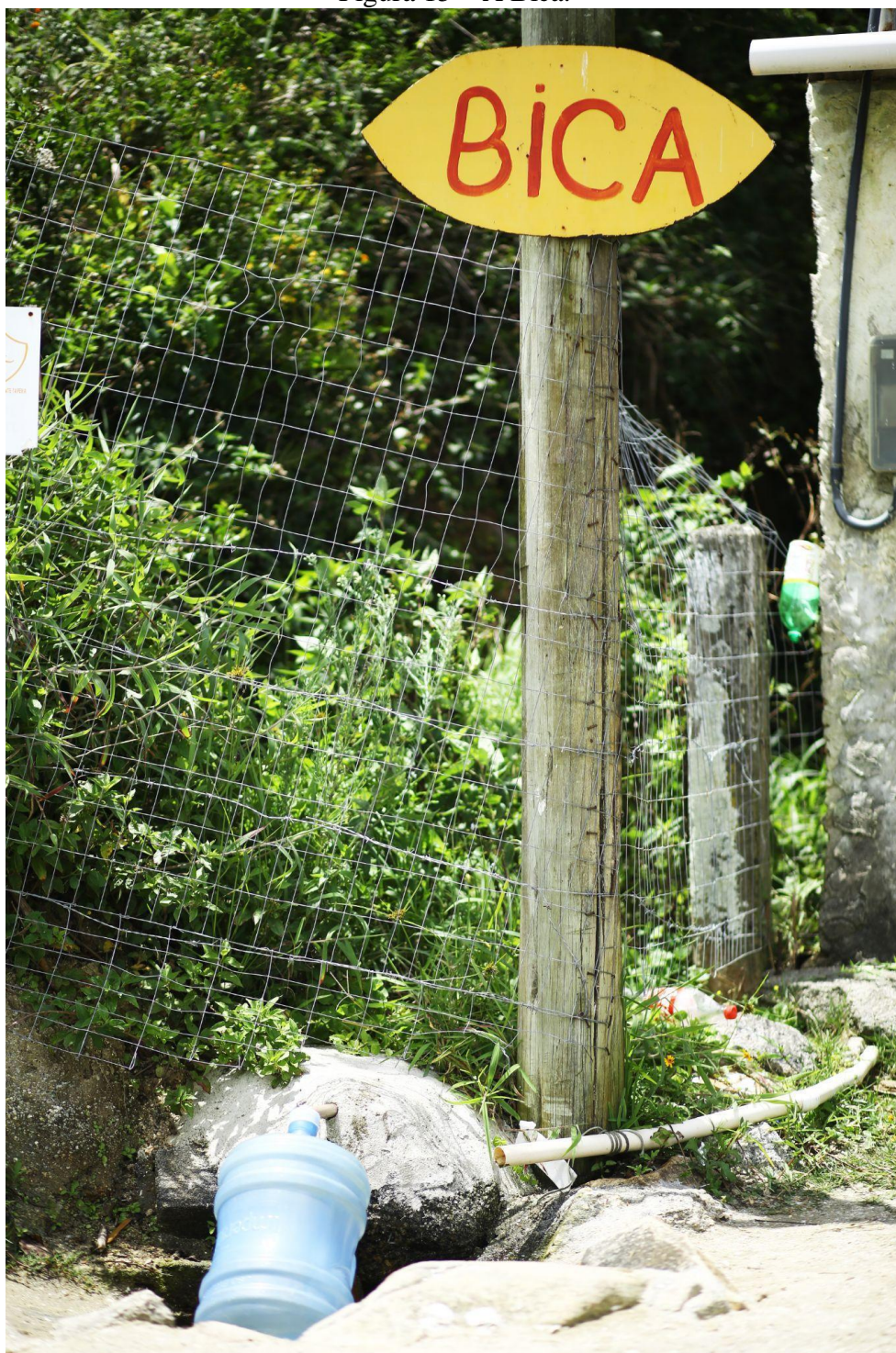


Fonte: acervo do autor, 2021.

Vou até a Bica D’Água. Lá, um senhor enche uma bombona de vinte litros. Vinte litros, com baixa vazão de água, custa tempo e cria fila. Na Bica, a fila é respeitada, a não ser que alguém queira beber água, neste caso, retira-se a garrafa e dá-se a vez. A fila se forma em direção aos ranchos, devido à sombra. As pessoas se escoram na porta do rancho e iniciam-se as conversas, compram peixes dos ranchos ao lado, escutam músicas e até calculam a vazão da bica. Há também aqueles que são mais chegados aos pescadores, deixam suas garrafas enchendo e saem para conversar. Voltam quando a garrafa está cheia. Mesmo com a espera, alguns usuários da bica dizem ser melhor do que comprar água no mercado. Além da sociabilidade, a bica proporciona uma relação mais próxima com a natureza e o passado da

Tapera, marcado pela presença da água, tanto no uso do mar através da pesca, como nos poços onde se buscavam água e lavavam roupas, conforme contam os moradores mais antigos do bairro.

Figura 15 – A Bica.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 16 – O uso da Bica.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 17 – O uso da Bica.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Sigo o caminho pelos Ranchos da Bica, buscando ângulos diferentes da paisagem da praia. No local, embaixo de uma amendoeira e entre as pedras, uma família se reúne em volta de uma churrasqueira improvisada, posicionada no chão, feita de pedras e protegida do vento

com telhas de fibrocimento. Cadeiras de praia, garrafas, cervejas, toalhas e carvão. Na churrasqueira: linguças, pão de alho e cebolas. O espaço público se torna uma cozinha.

Figura 18 – O churrasco na praia, Ranchos da Bica.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 19 – O churrasco e as crianças.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Da paisagem ao detalhe, percebo as materialidades dos ranchos de pesca. Âncoras enferrujadas, redes de pesca penduradas em portas, imagens de Nossa Senhora Aparecida e barcos com diversos nomes, como Escorpião Rei, Júlia e Taperinha. Entre os barcos e o churrasco, as crianças brincam no mar e um senhor carrega nas costas sua bombona, agora completamente cheia. O churrasco continua, as crianças brincam e os cachorros correm atrás das crianças. Finalizo minha caminhada fotográfica voltando para casa.

Figura 20 – A âncora.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 21 – Escorpião Rei.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 22 – Júlia.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 23 – Imagem de Nossa Senhora Aparecida na fachada de um rancho de pesca.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 24 – Rede de pesca.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Considerações finais

A leitura da paisagem pela fotografia nasce de um olhar atento, mediado pelas lentes, incluindo também as nossas lentes internas, como formação, ideologias etc. De forma subjetiva, o que vimos e registramos passa primeiro pela nossa atenção e depois pela nossa interpretação. A fotografia consegue ler a paisagem, porque tanto a foto como a paisagem são enquadramentos, escolhas e delimitações do olhar sobre aquilo que nos chamou a atenção. Simmel (2009) define como paisagem as unidades particulares da natureza, organizadas mediante um olhar humano, um olhar que enquadra. “Mas, para a paisagem, é justamente essencial a demarcação, o ser-abarcada num horizonte momentâneo ou duradouro” (SIMMEL, 2009, p. 6). Entre o movimento e a pausa, planos abertos e fechados, o pesquisador-fotógrafo assimila conversas entre a parte e o todo, o detalhe e a paisagem, ambos pertencentes a uma mesma natureza.

Para Michel de Certeau (2014, p. 170) “caminhar é ter a falta de lugar. Um processo indefinido de estar ausente e à procura de um lugar próprio”. O pesquisador-fotógrafo, ao caminhar e explorar, se desvincula de seu próprio lugar para procurar o lugar próprio das coisas que vê, criando uma leitura particular da paisagem. As caminhadas fotográficas na Praia da Tapera revelaram uma complexidade de usos e atividades do lugar, mostrando conflitos, sentidos de pertencimento e identidade, além de uma maneira própria de se apropriar dos espaços públicos. A leitura das imagens proporcionou também uma compreensão sobre a construção de lugar enquanto acúmulos de tempos, a paisagem como acumulação viva e mutável de tempos que, incessantemente, acompanha as transformações da sociedade (SANTOS, 2012).

Referências

- BAILÃO, André. 2016. **"Paisagem - Tim Ingold"**. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>>.
- DE CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **Etnografia de rua: estudo de Antropologia Urbana**. In: Revista Iluminuras, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2003.
- GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A vida na cidade: como estudar**. São Paulo: Perspectiva. 184 p., 2018.
- JACOBS, Jane. Morte e Vida das Grandes Cidades. 3a ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 296 p., 2014.
- JOLÉ, Michèle. **Reconsiderações sobre o "andar" na observação e compreensão do espaço urbano**. Caderno CRH, Salvador, v. 18, n. 45, p. 423-429, set-dez, 2005.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 96 p, 2012.
- SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Covilhã: Lusosofia Press, 2009.

Recebido em 25 de agosto de 2022 | Aceito em 09 de março de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

Paralelos entre São Miguel das Missões e Magepe-Mirim. Estudo comparativo para aproximação de um sítio arqueológico

Thiago Santos Mathias da Fonseca



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

FONSECA, Thiago Santos Mathias da. Paralelos entre São Miguel das Missões e Magepe-Mirim. Estudo comparativo para aproximação de um sítio arqueológico. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 220-238, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

Paralelos entre São Miguel das Missões e Magepe-Mirim. Estudo comparativo para aproximação de um sítio arqueológico

Thiago Santos Mathias da Fonseca¹

Resumo

O casarão de Magepe-Mirim, localizado em Magé/RJ, é cadastrado como sítio arqueológico e tombado em nível municipal. Durante o trabalho de especialização, evidenciaram-se desafios referentes às diretrizes de restauração frente à proteção arqueológica incidente sobre edificação em arruinamento. Com este estudo comparativo, busco compreender, com base nas intervenções bem documentadas em São Miguel das Missões/RS, questões conceituais referentes à definição de ruína, intervenção nesse tipo de patrimônio e valores culturais correlatos, com vistas a pautar projeto de restauração em elaboração.

Palavras-chave: sítio arqueológico; ruína; intervenção; Magepe-Mirim.

Abstract

The landmark best known as “Casarão de Magepe-Mirim”, located in the city of Magé, Rio de Janeiro state, in Brazil, is listed as archaeological site by the federal law nº 3.924/1961, as well as a protected building by the City Council of Cultural Heritage. During post-graduate studies *lato sensu*, which intends to elaborate restoration project for the “Casarão”, challenges regarding the premises of the project became evident considering the legal and cultural protections. Therefore, this comparative study, based on the well documented interventions in São Miguel das Missões, intends to put into perspective issues related to the definition of ruins and the appropriate interventions on this kind of cultural asset.

Keywords: archaeology; ruins; intervention; Magepe-Mirim.

¹ Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal Fluminense (UFF); especialista em Patrimônio Cultural pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ); pós-graduando em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); atualmente chefe de Serviço Técnico no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/RJ. Email: thiagosmfonseca@gmail.com.

Introdução

Em Magé, na região metropolitana do Rio de Janeiro, localiza-se a sede da Fazenda Magepe-Mirim. Trata-se de um casarão oriundo do final do século XVIII (FUNDREM, 1984) em relação ao qual há poucas informações históricas, seja sobre a edificação propriamente dita, seja sobre a fazenda que lhe empresta o nome.

Conforme o Parecer nº 329/14/COTEC/SRJ/IPHAN (PENA, 2014), que se manifestou de maneira negativa em relação ao tombamento federal:

É dito também que sua proprietária, Dona Joana de Barros, viúva do Capitão Inácio Francisco de Araújo, teria sido doadora das terras onde se ergueria a Igreja de N. S. da Piedade de Magé, dando, assim, origem ao povoado, elevado à categoria de vila em 1789.

Escassas são as informações acerca dessa fazenda e mesmo fontes cartográficas mais antigas nos oferecem poucas pistas sobre sua exata localização (fl. 3).

Figura 1: Sede da fazenda Magepe-Mirim, em 1984.

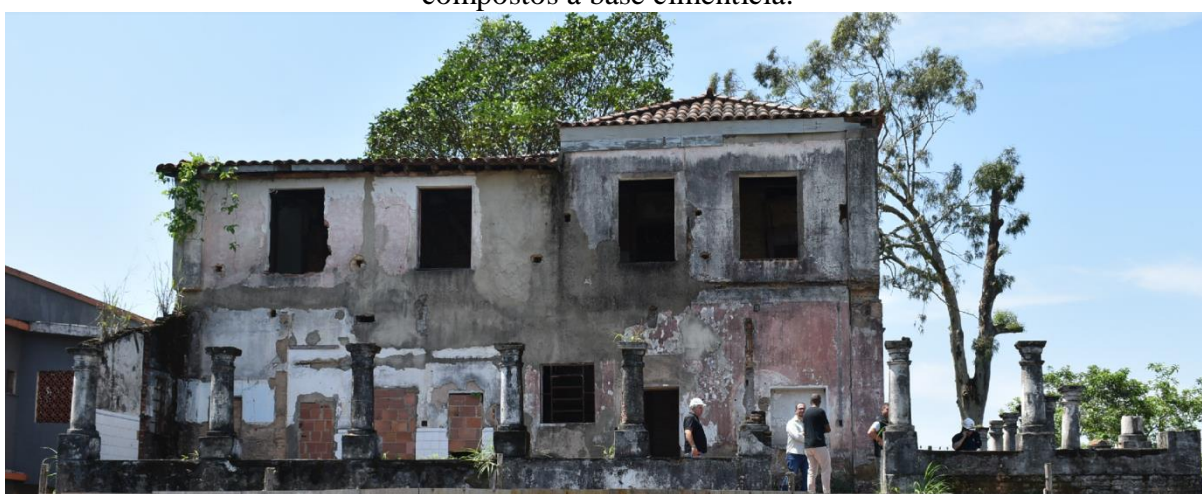


Fonte: FUNDREM, 1984.

A construção já se encontrava bastante descaracterizada na década de 1980, quando foi feito o primeiro inventário por parte do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural – INEPAC (figura 1). À época, apontaram-se algumas intervenções, sobretudo das esquadrias, da vedação da varanda e do possível seccionamento da volumetria, cuja leitura era interrompida na parte posterior (*ibidem*, 1984). Desde então, o bem foi esvaziado de uso e iniciou-se longo processo de deterioração que ensejou o arruinamento de vários de seus componentes. Em 2014, foi solicitado o tombamento federal da edificação, que recebeu resposta negativa por parte do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em função do seu péssimo

estado de conservação e tendo em vista as várias descaracterizações (PENA, 2014). Já em 2013, por ocasião de procedimento de licenciamento ambiental para a duplicação de rodovia lindeira – a BR-493 – foi solicitado projeto de arqueologia, cujo resultado, no âmbito de Programa de Gestão, acarretou o registro do casarão como sítio arqueológico sob o número SIGIPHAN RJ3302502BAST00018. Dois anos depois, a edificação foi tombada em nível municipal.

Figura 2: Sede da fazenda Magepe-Mirim, em 2022. Intervenções descaracterizaram sua parte posterior (esquerda da foto), bem como sua cobertura e revestimentos, que ganharam compostos à base cimentícia.



Fonte: Acervo do autor.

Em 2020, frente à perspectiva de reforma não licenciada da casa de saúde vizinha com impacto no casarão, foi aberta Ação Popular nº 5000979-62.2020.4.02.5114 em face da Prefeitura com o intuito de obrigá-la a submeter os projetos para a área à apreciação do IPHAN, bem como tomar ações para a preservação do sítio. Em tal processo, a justificativa de pronunciamento da autarquia federal se dá a partir da proteção outorgada pela Lei nº 3.924/1961, que trata do patrimônio arqueológico. Em decorrência do processo judicial, foi iniciado procedimento de escoramento do bem, que está em curso com o devido acompanhamento arqueológico e, em programa de especialização², no qual surgiram as presentes inquietações, está em elaboração projeto de conservação e consolidação, a ser entregue ao município, com vistas a direcionar as ações definitivas de preservação das estruturas.

² Especialização (*lato sensu*) em “Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado” da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), iniciado em 2022.

Ocorre que, se por um lado o escopo da atuação do IPHAN está, em tese, claramente delimitado pelo marco legal mencionado, por outro existem peculiaridades atinentes a esse recorte do patrimônio cultural que pressupõem reflexões prévias para a tomada de decisão no contexto de uma proposta de intervenção. De maneira geral, estruturas arquitetônicas cadastradas como sítios arqueológicos são frequentemente compostas por ruínas, possivelmente em função da compatibilidade da natureza investigativa do patrimônio arqueológico, profundamente baseada na noção de autenticidade – especificamente na abordagem referente ao teor dos vestígios materiais preservados para as gerações futuras e a perspectiva de sua leitura (VIEIRA, 2018) –, e os valores de memória enunciados por Riegl (2019). Se, por um lado, o casarão compõe sítio arqueológico, por outro dificilmente pode-se afirmar que a construção é uma ruína *stricto sensu* – antes, constitui edificação em arruinamento. Dessa maneira, a intervenção a ser desenvolvida terá de lidar necessariamente com a expectativa de retomada do uso da edificação e diretrizes compatíveis com a disciplina de arqueologia.

Frente a essas questões, e considerando que a formação do autor é em arquitetura e urbanismo, e não em arqueologia, entendeu-se pertinente a realização de estudo de caso para situar a sede de Magepe-Mirim frente a outras intervenções realizadas em sítios arqueológicos. O critério básico de preferência foi um objeto do período histórico composto por ruínas arquitetonicamente reconhecíveis, bem como a existência de farta documentação sobre as obras realizadas. Por essas razões, a escolha aponta para as Ruínas de São Miguel das Missões/RS as quais, além de atenderem aos requisitos acima, possuem intervenções em variados períodos, de modo que seria possível acompanhar eventual progressão das aproximações propostas para aquele bem.

Intervenções nas ruínas de São Miguel das Missões

O bem cultural conhecido como as Ruínas de São Miguel das Missões consiste nos remanescentes arquitetônicos da antiga redução homônima, formada pelos jesuítas como base para consolidação da catequização indígena (LEAL, 1984) e avanço da invasão colonizadora. Esse povoamento está relacionado a um sistema de ocupação do território formado por uma rede de reduções similares, as quais se estenderam no que hoje é conhecida como a região da tríplice fronteira. Tratava-se de uma região onde a delimitação do domínio colonizador não era bem definida, haja vista que a área marcava as bordas do Tratado de Tordesilhas (BUENO,

2003). Diante da ausência oficial das monarquias invasoras, os jesuítas se estabeleceram, assim como em outros lugares da América lusitana, como um dos protagonistas na colonização.

Entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, uma série de eventos propiciou o esvaziamento do povoado:

Após o ano de 1750, com a assinatura do “Tratado de Madri”, que troca a Colônia do Sacramento (possessão portuguesa em meio ao território espanhol) pelos 7 povos das Missões, inicia-se a fase de decadência das Missões, marcada por diversas revoltas e guerras. Revoltados, os Guarani enfrentaram as tropas portuguesas e espanholas na chamada “Guerra Guaranítica” e foram derrotados em 1756. Expulsos por este Tratado, os Guarani retornam às reduções 11 anos depois, quando se assina o “Tratado de El Pardo” (de anulação do tratado anterior). Com a expulsão dos jesuítas do território espanhol, acentua-se o declínio das reduções e passam à administração colonial espanhola (1768) e, a partir de 1801, para a administração portuguesa. Finalmente, a Guerra Cisplatina, em 1828, destruiu o que ainda restava desta civilização, quando Frutuoso Rivera incorpora a seu exército todos os homens das Missões (CASSOL, 2014, p. 2).

A Igreja de São Miguel Arcanjo, já em estado de ruína, apresentava, na década de 1920, progressiva deterioração e insegurança estrutural, haja vista que várias rachaduras se distribuíam em pontos nevrálgicos da estrutura, como os arcos e vergas (STELLO, 2005). Nessa época, por iniciativa do governo do estado do Rio Grande do Sul, foram iniciadas obras de consolidação e estabilização que se deram entre 1925 e 1927. Nelas, as principais intervenções e procedimentos estavam associados à inserção de tirantes e trilhos metálicos para amarração de paredes e arcos, embrechamentos, bem como limpeza e cercamento das imediações (*ibidem*, 2005).

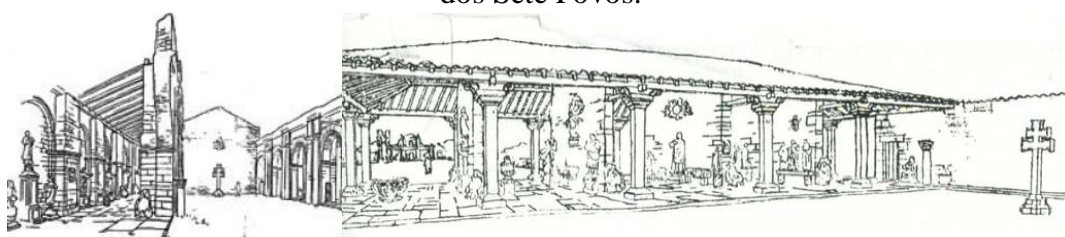
Durante os trabalhos, algumas seções de alvenaria, sobretudo aquelas sobre os arcos e vergas, foram reconstruídas (LEAL, 1984), muito possivelmente em função da dificuldade técnica que impunha o reaprumo do eixo das paredes. Nas fotos existentes do período após a obra, contudo, não se percebem de forma clara as inserções das alvenarias, o que se opõe diametralmente à postura assumida em relação à inserção dos tirantes metálicos e aparentes nos arcos.

As obras da década seguinte (1938-1940) estavam atreladas a um contexto mais complexo e bem documentado. Após a criação do IPHAN, em 1937, Lúcio Costa, por incumbência de Rodrigo de Mello Franco de Andrade, então diretor do recém-criado Instituto, visitou seis dos sete povos das missões e gerou relatório descrevendo o estado de conservação de cada um deles. O arquiteto, contudo, aponta diretrizes de preservação apenas para a redução

de São Miguel, “não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel – capital dos Sete Povos – os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico [...]” (COSTA, 1937, *apud* STELLO, 2005, p. 74).

Na mesma ocasião, impressionado com os vestígios e peças presentes nos Sete Povos, sugeriu a construção de um museu em São Miguel, seja nas próprias ruínas, seja com material das ruínas em local próximo (figura 3, esquerda para direita). Havia a observação de que, independentemente da opção adotada, a edificação deveria “ser um simples abrigo para as peças que, todas de regular tamanho, muito lucrarão vistas assim em contato direto com os demais vestígios” (CARRILHO, 2006, sem paginação), demonstrando que, ao contrário da tendência geral de musealização em espaços nem sempre relacionados ao contexto de origem das peças, os remanescentes das reduções deveriam estar em profunda conexão com o seu território originário mediante edificação discreta. A construção executada, contudo, utilizaria amplamente os materiais encontrados no sítio de Miguel Arcanjo e nas outras reduções, e traria, ao nível de planta baixa, as inspirações das casas alpendradas da arquitetura vernacular, bem como cobertura em telhas cerâmicas, postura que evidencia esforço de mimetização na dinâmica da paisagem (ver figura 3, à direita).

Figura 3 - Montagem com as duas opções propostas para o Museu das Missões. À esquerda, recinto previsto nas ruínas, com instalação de cobertura nas naves laterais mais íntegras; à direita, volumetria descolada das ruínas, com utilização intensiva de material remanescente dos Sete Povos.



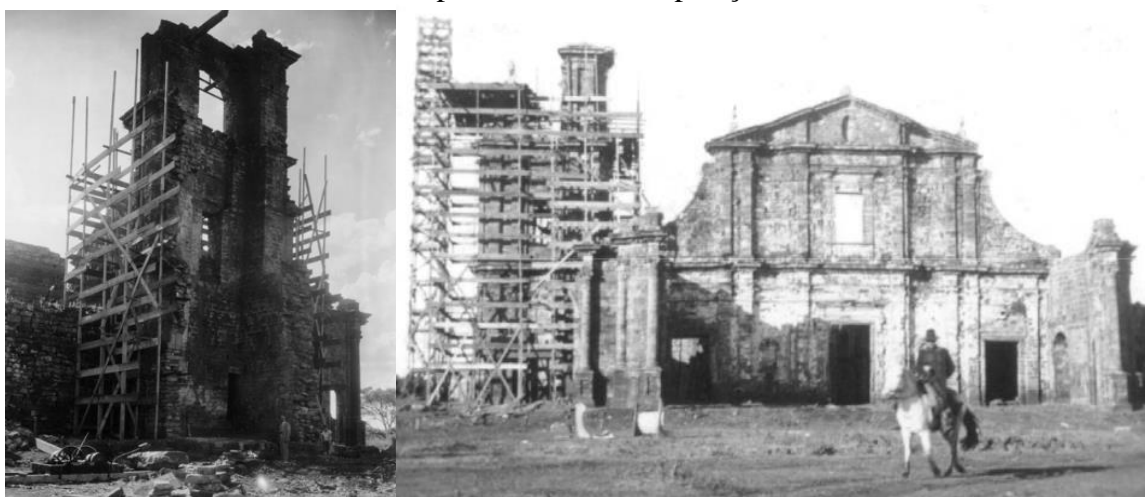
Fonte: CARRILHO, 2006 e STELLO, 2005.

Para os remanescentes do templo propriamente dito, constatou-se que os tirantes e trilhos inseridos na intervenção da década anterior tinham pouca efetividade estrutural; de forma semelhante, vários pontos haviam sofrido deformidades e a torre estava parcialmente desmoronada. Nesse cenário, foi recomendada a escavação sistemática dos alicerces das partes desmoronadas, os quais, durante as obras, mostraram-se inadequados para a carga que suportavam, e já não possuíam nenhuma relação de amarração (LEAL, 1984). A solução dada

para o problema foi a substituição integral do sistema construtivo em pedras meramente assentadas, e sem argamassa, mediante execução de novos alicerces de concreto.

A escolha projetual teve consequências e repercussões importantes para o resto da obra. Em função do estado das paredes, a substituição de parte dos alicerces só poderia ser viabilizada mediante a demolição das alvenarias sobre as fundações. Para tanto, foi feito cadastro de todas as peças que compunham as empenas prejudicadas, que posteriormente foram desmontadas e reinsertadas no local de origem; nesse processo, localizaram-se peças que – acreditava-se – não estavam em seus locais originais e tinham ali sido realocadas possivelmente durante as obras anteriores. A decisão, contudo, foi de manutenção desses elementos tais como haviam sido encontrados (STELLO, 2005).

Figura 4 - Montagem das obras de 1938. À esquerda, torre desmontada em 1938; à direita, torre em processo de recomposição em 1939.



Fonte: STELLO, 2005.

Em relação à torre parcialmente desmoronada, foi executada a sua reconstrução com a cantaria encontrada no local (LEAL, 1984). Não se pode falar em anastilose na medida em que não há registros de que cada pedra teria voltado ao seu lugar exato de origem: ao que consta, simplesmente utilizou-se o material remanescente como parte do sistema construtivo. Na medida em que se identificaram danos irreparáveis a algumas das pedras, novas foram talhadas no canteiro com aparência idêntica às anteriores. Por outro lado, enquanto a volumetria do campanário ganhava forma, executaram-se cintamentos em concreto armado, ocultos pelos paramentos, que davam amarração à estrutura. No topo das alvenarias, foi inserida camada de concreto como forma de proteção contra umidade descendente (*ibidem*, 1984).

Em 1954, seguem-se novas obras nas ruínas, com escopo substancialmente menor que as intervenções anteriores (*ibidem*, 1984). Além da limpeza das paredes e capinagem, chama a atenção a instalação de museu no interior das ruínas mediante inserção de cobertura metálica, esquadrias igualmente metálicas e panos de vidro. Infelizmente, apesar de não ter sido possível levantar fotografias da configuração final, o partido adotado, que remete a uma das implantações iniciais sugeridas por Lúcio Costa, denota uma aproximação francamente contemporânea para a adaptação de um novo uso.

Em 1966, relatório elaborado pelo arquiteto Júlio Curtis torna a apontar desaprumos em parte das paredes do templo, cuja causa identificada era recalque diferencial (*ibidem*, 1984). As preocupações expressas no documento ensejaram a execução de nova intervenção nas ruínas, que buscou, mais uma vez, consolidar o sistema construtivo, dessa vez com inserção de novas lógicas construtivas. A principal delas foi a integração de elementos de concreto armado no miolo entre as paredes externas de cantaria (*opus incertum*), com o objetivo de tornar a estrutura mais resistente, bem como a composição de trechos desmoronados com o aproveitamento de pedras caídas no local e a fixação de grampos para fins de coesão.

Nessa ocasião, duas outras ações foram tomadas. A primeira delas foi a supressão do museu construído na nave lateral da igreja, que foi transferido para uma adaptação feita na antiga sacristia. A outra foi a escavação sistemática do sítio num esforço de aprofundamento sobre os conhecimentos do templo e da povoação que sediava. Como resultado, foram encontrados fartos indícios de fundações, inclusive de habitações destinadas aos indígenas, e que elucidam tanto o conteúdo programático residencial vernacular quanto o urbano (*ibidem*, 1984).

Em 1978, houve desmoronamento de parte da sacristia e, dois anos depois, foram aferidos desaprumos nas paredes, contexto que levou à execução de novas obras no local, conduzidas por Fernando Machado Leal, que as entendia necessárias “para sustar o progressivo arruinamento do monumento e prolongar sua vida” (*ibidem*, 1984, p. 91). Procedimentos similares aos da obra da década anterior, no que diz respeito aos procedimentos de consolidação, foram empregados na intervenção.

Estas intervenções denotam algumas posturas ao longo dos anos. Nas primeiras, executadas pelo governo gaúcho e anteriores à legislação federal de patrimônio, respeita-se de certa forma a materialidade tal como havia chegado àquela época na medida em que os reforços estruturais são aparentes e pronunciadamente contemporâneos; em sentido contrário, as

inserções nas alvenarias não são facilmente distinguíveis. Já nas obras subsequentes, percebe-se que o foco não era necessariamente sobre a materialidade e, sim, sobre a imagem da ruína, com procedimentos que nem sempre são distinguíveis e se mimetizam com os remanescentes enquanto ruína estática. A exceção notável é a inserção – posteriormente revertida – de cobertura contemporânea em uma das alas, executada de maneira absolutamente contemporânea.

As considerações sobre Lúcio Costa e o histórico da preservação de São Miguel denotam que, na década de 1930, o valor atribuído às estruturas não recaía apenas sobre a possibilidade da interpretação de um importante processo de ocupação do território brasileiro: para além disso, era necessário que as ruínas dessem, espacialmente e de maneira facilmente reconhecível, a dimensão desse programa arquitetônico e sua tipologia correspondente. Se São Miguel atende a esse quesito, outras reduções precisariam de outros subsídios – notadamente arqueológicos – para possibilitar a sua interpretação, de modo que não foram inicialmente acauteladas pelo instrumento do tombamento, o que só aconteceria posteriormente.

Tabela 1 - Síntese dos momentos de intervenção em São Miguel.

PERÍODO	ESCOPO DA INTERVENÇÃO	COMENTÁRIO
1925-1927	Inserção de tirantes e reforços estruturais aparentes; Reconstrução de paredes fora do prumo.	Peças de estabilização com abordagem contemporânea x manutenção da imagem do sistema construtivo.
1938-1940	Execução de novos alicerces de concreto; Desmonte e reconstrução das paredes sobre novas fundações mediante cadastro das peças; Reconstrução da torre, utilizando as peças dos escombros.	Peças de estabilização deliberadamente ocultadas, manutenção da imagem do sistema construtivo, anastilose dos trechos desmontados e remontados.
1954	Limpeza do terreno; Inserção contemporânea na nave lateral.	Pouca interferência e aproximação francamente contemporânea do programa.
Década de 1960	Inserção de concreto no <i>opus incertum</i> ; Refazimento de trechos desmoronados utilizando as peças dos escombros; Demolição do volume contemporâneo de 1964; Escavação sistemática.	Intervenções consideráveis deliberadamente ocultadas x compreensão ampla dos vestígios da ocupação humana pelo viés arqueológico.
1980	Consolidação de trechos desmoronados com as peças do local.	Intervenção que não adota partido aparente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As escavações executadas na década de 1960, contudo, apontam uma nova aproximação. Trata-se de um esforço de reconhecimento de identificação da redução de São Miguel que ultrapassa a percepção dos remanescentes de Igreja, que possuem espacialidade mais bem definida e perceptível. Foram buscados subsídios de informações subsuperfície e que dão dimensão da organização urbana dessa ocupação, bem como fornecem pistas sobre os modos de morar nessa região mediante os alicerces encontrados. É uma perspectiva que excede a conservação e preservação da imagem desse bem como ruína.

A organização da atividade arqueológica no contexto brasileiro só se deu mediante lei décadas depois do relatório de Lúcio Costa e traz premissas distintas do instrumento de preservação mais conhecido, o tombamento. Considerando que São Miguel, assim como Magepe-Mirim, é cadastrada como sítio arqueológico, faz-se pertinente compreender a partir de quais pressupostos a disciplina de arqueologia delinea sua atuação frente aos objetos de proteção, de modo a compreender a compatibilidade das estratégias adotadas frente a essa área do conhecimento.

Comentários acerca do patrimônio arqueológico

A partir da promulgação da Lei nº 3.924/1961, o patrimônio cultural material brasileiro passa a conhecer um novo instrumento de reconhecimento e proteção, qual seja, o cadastro como sítio arqueológico. Dentre os documentos chave para a compreensão do que consiste o patrimônio arqueológico, o mais proeminente é a Carta de Lausanne (ICOMOS/ICAHM, 1990), no qual consta a seguinte definição:

Art. 1º O "patrimônio arqueológico" compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (*ibidem*, 1990).

Prosseguindo nessa seara, a Carta destaca que “o conhecimento é amplamente tributário da intervenção científica do sítio” (Art. 5º), de modo que fica caracterizado o pressuposto de pesquisa científica desse tipo de patrimônio com vistas a compreender a ocupação humana por meio dos vestígios materiais. De fato, uma das definições de arqueologia é o “estudo dos grupos

humanos, em seus mais diversos aspectos, através da sua cultura material” (NAJJAR, 2005, *apud* GHENO; MACHADO, 2013); por sua vez, a cultura material pode ser compreendida como

um conjunto de elementos que representam condutas, gestos e ideias, tanto no sentido material como no simbólico, inseridas nas relações cotidianas. Como elementos formadores, consideramos todos os artefatos, objetos ou utensílios utilizados por grupos humanos no decorrer de sua presença em determinada paisagem (AZEVEDO NETTO; SOUZA, 2010). Além dos elementos já citados, também podem ser incluídas neste rol as diferentes estruturas relacionadas aos grupos humanos (NASCIMENTO, 2009). Problematizando a noção de cultura material, entendemos que ela “tem uma dimensão mais ampla e diversificada, envolvendo todo o segmento físico socialmente integrado” (REDE, 1996, p. 278, *apud* GHENO; MACHADO, 2013, p. 165).

No âmbito brasileiro, a redação do corpo legal coloca uma questão conceitual importante na medida em que assim define os “monumentos arqueológicos ou pré-históricos”:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleo etnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (Art. 2 da Lei nº 3924/1961).

Assim, em tese, ficaria excluído desse recorte o patrimônio referente ao período histórico. Cabe destacar, contudo, que a elaboração do dispositivo legal estava relacionada a uma crescente exploração predatória de sítios compostos por sambaquis (SILVA, 2007), o que ajuda a explicar a ênfase no período apontado na redação da lei. Ocorre que os sítios do período histórico assistiram ao aumento da demanda para pesquisa, reconhecimento e proteção, de modo que, no final da década de 1990, o IPHAN formulou consulta à Procuradoria Jurídica para elucidar os limites da proteção legal; a resposta indicou que o uso da conjunção aditiva “e” na redação da lei denota complemento e, portanto, estabelece a proteção tanto do patrimônio arqueológico do período pré-histórico quanto o histórico (SANTIAGO, 2015).

Todas essas reflexões concorreram para o entendimento atual de Sítio Arqueológico, cujo cadastro está regulamentado pela Portaria IPHAN nº 316/2019³:

Art. 2º Para fins desta Portaria, Sítio Arqueológico é o local onde se encontram vestígios resultantes de atividades humanas, do período pré-colonial ou histórico, localizados em superfície, subsuperfície ou submersos, passível de contextualização arqueológica.

Se compararmos as premissas relativas aos valores culturais do patrimônio arqueológico com a divisão clássica de valores proposta por Alois Riegl em “Culto do Monumento dos Monumentos: sua Essência e Origem” (2019), é possível notar, com as ressalvas abaixo, alguma afinidade com os valores de memória, que se dividem em dois:

- a) o valor de antiguidade, caracterizado pelo aspecto inatual. Essa dimensão, contudo, está mais focada na compreensão do objeto como criação frente à ação do tempo e da natureza: “É pelos traços desse processo que reconhecemos que um monumento não se originou em um tempo recente, mas em um tempo mais ou menos passado e é na percepção desses traços que seu valor de antiguidade repousa” (*ibidem*, p. 51).
- b) O valor histórico, que abrange sequência evolutiva humana, partindo da concepção de tempo romântica muito própria do século XIX referente a um presente rompido com o passado.

Se no valor de antiguidade a ênfase é na passagem temporal, cujas marcas revelam o trabalho humano pretérito, o valor histórico busca “conservar um documento, o mais autêntico possível, para uma futura atividade de reconstituição histórico-artística” (*ibidem*, p. 56). Ambos, portanto, revelam de alguma maneira – um pela passagem do tempo, outro pela materialidade – o fazer e a existência humanos, ainda que no início do século XX o objetivo dessas informações fosse menos científico e se aproximasse mais de uma fruição empírica de determinado período, sem deixar de considerar aspectos simbólicos.

Um autor contemporâneo do contexto brasileiro traduz de forma mais precisa um valor compatível com os pressupostos arqueológicos. Ulpiano Meneses (2012), ao propor roteiro para avaliação de valores, conceitua o “valor cognitivo”, que oferece fruição semelhante à de um documento, e o qual, através de sua materialidade, pode oferecer respostas a eventuais perguntas sobre o passado, o presente e o futuro. Na medida em que pode ser entendida pelo

³ Disponível em: www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-316-de-4-de-novembro-de-2019-225612769; acesso em 9/1/2023.

seu viés histórico no sentido de produção intelectualizada de conhecimento, essa concepção é compatível com toda a construção legal da proteção do patrimônio arqueológico como se deu no contexto brasileiro – ou seja, o estudo dos vestígios como forma de interpretação da ocupação humana. Não obstante, é válido destacar que, conforme exposto anteriormente, não se trata de uma perspectiva que pretere aspectos culturais e questões simbólicas.⁴

São Miguel e Magepe-Mirim: o que um ensina ao outro?

A análise do caso de São Miguel das Missões evidencia as peculiaridades de alguns conceitos de integridade e autenticidade referentes a ruínas. Apesar do estado da materialidade se traduzir como remanescentes, as posturas adotadas nas intervenções denotam certa associação intuitiva com uma espacialidade na qual pode ser lido, de maneira relativamente fácil, o estado íntegro de determinada tipologia religiosa.

No campo da arqueologia, a proteção outorgada pela Lei nº 3924/1961 está profundamente ligada à perspectiva de compreensão do sítio com objetivo de obtenção de conhecimentos acerca da ocupação humana. Nessa perspectiva, importa a historicidade (ATIQUE, 2020), a qual, por meio da materialidade, fornece à disciplina os subsídios necessários para o estudo da história (*ibidem*, 2020). Apesar dessas considerações, nem todas as obras realizadas em São Miguel ocorreram após a vigência da lei e o amadurecimento de suas repercussões, de modo que os entendimentos levados a cabo em relação a esse bem sofreram grande influência do *modus operandi* dos estágios iniciais da atuação do IPHAN, traduzido por experiências que buscavam recontar um passado colonial a serviço da construção de uma identidade nacional (FONSECA, 2005). Tal atitude é denotada, por exemplo, pelas recomposições em que não ficam claras as intervenções contemporâneas, diferente, por exemplo, dos tirantes – ainda que inócuos – inseridos na década de 1920 pelo governo do Rio Grande do Sul. Menos que as informações presentes nos remanescentes, é valorizada a percepção dessas estruturas, bem como a preservação de sua imagem.

Riegl, ainda no início do século XX, aponta que os valores de memória (antiguidade e história, que vimos anteriormente) são intelectualizados; já outros valores – os de atualidade – originam-se nas obras que nos despertam a sensibilidade por serem atuais de alguma forma, e propiciando a renovação e manutenção da sua atualidade (RIEGL, 2019). Essa aspiração de

⁴ Ver a citação de GHENO, MACHADO, 2013 mais acima.

novidade, para o autor, seria a mais comum entre as pessoas leigas, ainda que isso não diminuísse o mérito de fruição e vivência dos bens culturais, então sob a denominação “monumentos”.

Essa questão traz algumas implicações importantes na aproximação de vestígios humanos. Sua leitura mostra-se mais fácil e intuitiva quão mais íntegras são essas estruturas, e logo é feito o vínculo mental com o que era o todo. Na medida em que o uso já não se mostra reconhecível, a compreensão do todo afigura-se prejudicada, e então estamos diante de um documento cuja plena compreensão pressupõe um conhecimento multidisciplinar. Entre esses dois extremos, há uma transição que não é nem abrupta, e nem linear, na qual a autenticidade se exprime ora pela integridade da obra de arte, ora pela integridade material dos vestígios, conforme esquema proposto na tabela 2.

Tabela 2 - Esquema de percepção de bens íntegros, em arruinamento ou em ruínas.

RUÍNAS	BENS EM ARRUINAMENTO	BENS ÍNTEGROS
Sem uso recorrente, apesar de comportar fruição contemplativa e científica.	Variável.	Uso em curso ou reconhecível.
Programa nem sempre identificável.		Programa arquitetônico reconhecível, mesmo com novos usos contemporâneos.
Unidade potencial pode ser preterida.		Unidade potencial necessariamente perceptível.
Autenticidade mediante preservação da materialidade.		Autenticidade mediante preservação da unidade potencial.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, Rodrigues (2017) apresenta os desafios para a conceituação de ruínas. Ao realizar levantamento bibliográfico referente a autores clássicos do campo do patrimônio cultural, a autora identifica como alguns dos balizadores possíveis para fins de definição e classificação:

Na rede de valorações e atribuições de significado que envolve o conceito de patrimônio cultural, verifica-se que teóricos como Quincy, Riegl, Giovannoni, Pane e Brandi abordam elementos que integram a problemática da identificação da ruína cuja complexidade implica a confluência dos seguintes aspectos: **grau de descaracterização da construção, condição de uso e idade das edificações, distanciamento temporal e causas do processo de arruinamento.** A partir da

constatação dessa intrincada caracterização é que podem ser apresentadas as asserções sobre a preservação da ruína. (p. 17 – grifo meu)

É plausível afirmar que São Miguel tem indiscutivelmente o *status quo* de ruína e, ainda assim, a fruição contemplativa protagoniza de tal sorte as interações com o bem que, de certa maneira, sua forma arruinada assumiu o papel de uma obra de arte – análoga a uma escultura – cujo todo deve ser preservado. Esse não é necessariamente um problema, haja vista que o patrimônio pode comportar simultaneamente várias perspectivas, porém, denota-se conflito entre a inexorável passagem do tempo e a necessidade de preservação mediante inserções que nem sempre assumem lacunas e partes faltantes, muito próprias das ruínas. Tais questões evidenciam o enorme desafio que a escolha da aproximação de Magepe-Mirim oferece.

Difícilmente se pode dizer que o casarão de Magé é uma ruína propriamente dita – antes, trata-se de uma construção em arruinamento e, por isso, mais afastada do espectro em que se situa São Miguel. Concorre para essa percepção a existência de elementos que oferecem, em seu conjunto, uma volumetria cujo uso de sede da propriedade que lhe originou logo pode ser inferido: de fato, a utilização desse imóvel persistiu, presumivelmente, de modo contínuo por mais de um século. Além disso, a percepção do arruinamento não se dá apenas em função das marcas da passagem do tempo, haja vista que também as várias descaracterizações da edificação são decisivas para o estado atual e conflitam com a leitura da pátina e das lacunas. Dessa maneira, se nas ruínas da igreja gaúcha é difícil contornar algumas estratégias que se afastam dos valores de memória – se levamos em conta Riegl (2019) – ou cognitivo – se considerarmos Ulpiano Meneses (2012) –, na antiga sede de fazenda da baixada fluminense a tarefa ainda mais árdua na medida em que se afasta da ideia de ruína dita *stricto sensu*.

A leitura da integralidade do casarão de Magepe-Mirim suscita a expectativa de retomada do uso, de maneira que um trabalho que se resume à consolidação da condição existente, escopo desejável para evitar a alteração e perda de dados do sítio, deixa de atender algumas das vivências do bem. Se por um lado a retomada da ocupação da edificação é supostamente comportada pelo instrumento do tombamento municipal, o qual não define os valores que levaram à proteção, por outro a existência de cadastro de sítio arqueológico presume uma cautela em relação à possibilidade de desaparecimento de informações da materialidade em função dos procedimentos e adaptações que eventual restauração pode executar. Esse cuidado documental não é levado pela disciplina de arquitetura, no âmbito do projeto de

restauração, com o mesmo rigor que a arqueologia, já que os instrumentos técnicos dos quais se servem essas disciplinas são distintos, ainda que complementares.

Essas reflexões sublinham a importância que a arqueologia deve assumir na proposta em elaboração a qual, apesar de legalmente já pressupor a participação de profissionais da área devidamente habilitados, não deve relegar aquela disciplina a um plano subsidiário. Paralelamente, em determinados momentos será necessário compatibilizar os anseios que as duas proteções – o tombamento e o cadastro como sítio arqueológico – apresentam.

Considerações finais

Nem sempre um estudo comparativo deve buscar casos semelhantes: como no presente artigo, um sítio bastante diferente de outro auxiliou nas reflexões acerca das peculiaridades que vestígios humanos do período histórico, com estruturas arquitetônicas reconhecíveis, podem apresentar. As comparações elucidaram a existência de um espectro no qual os valores almejados variam em proporções distintas, bem como possibilitaram a classificação de Magepe-Mirim como edificação em arruinamento.

Das ponderações, partem algumas diretrizes para a proposta de intervenção na preexistência de Magé:

- a) Não se trata de uma intervenção de conservação, e sim de restauração, de acordo com a concepção ampla colocada na Carta de Veneza.
- b) O partido adotado deverá ser o da mínima intervenção possível, de modo a evitar qualquer perda desnecessária de informação que os vestígios apresentam.
- c) Quaisquer supressão, substituição ou adaptação deverão ser precedidas de estudo arqueológico sistemático ainda durante a fase de projeto.
- d) Considerando a existência de portaria autorizando projeto de arqueologia, que está em curso, ambos projetos deverão ser desenvolvidos de maneira concomitante, colaborativa e complementar.
- e) As disciplinas de arqueologia e arquitetura deverão trabalhar para elucidar, a partir dos vestígios existentes, os momentos históricos da edificação, compreendendo se há elementos que dificultam tanto a leitura como documentos.

-
- f) A dimensão do bem como documento será preponderante, nas decisões projetuais, em relação à sua natureza de obra de arte.
 - g) Se possível, a pesquisa arqueológica deverá se estender além do perímetro da sede da fazenda, de modo que possam ser investigados outros vestígios próximos que auxiliem na contextualização e interpretação do casarão.

Entre as perspectivas provocadas por dois instrumentos culturais distintos – o cadastro como sítio arqueológico, de caráter federal, e o tombamento municipal – e o singular estado do bem, abandonado e deteriorado, sem que seja uma ruína propriamente dita, haverá escolhas projetuais que deverão conciliar as várias facetas do casarão. Nesse sentido, o estudo comparativo foi fundamental para sublinhar aspectos conceituais do objeto da intervenção que não são de fácil compreensão, principalmente considerando o estágio intermediário do seu arruinamento. Do Rio Grande do Sul, São Miguel abriu as perspectivas para os olhares e possibilidades de partido de uma restauração em Magé, no casarão de Magepe-Mirim.

Referências

- ATIQUÊ, Fernando. Quando o moderno precisa ser eterno? Arquitetura, cidade e preservação no Brasil. **I Semana do Patrimônio do RELU** (evento online). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, 2020. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=QXATu9FHC9s&list=PLaMEYS2phVCzrp84jtiiQD2B4U8Jwysgg&index=3. Acesso em 25 out 2022.
- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. 2a. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003.
- CARRILHO, Marcos. A Transparência do Museu das Missões. **Arquitextos**. São Paulo: Vitruvius, ano 7, n. 076.06, set. 2006. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.076/322>. Acesso em 5 nov 2022.
- CASSOL, Francielle Moreira. Projeto de estudos práticos em história: “Conhecendo o sítio arqueológico de São Miguel das Missões”. **Anais VI FIPEd...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/6533. Acesso em 18 mar 2023.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2a. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005, 296p.
- FUNDREM. **Inventário dos Bens Culturais do município de Magé**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984.
- GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Arqueologia Histórica – Abordagens. **História: Questões e Debates**. Curitiba: Editora UFPR, n. 58, jan/jun 2013, p. 161-183.
- ICOMOS/ICAHM. **Carta para proteção e a gestão do Patrimônio Arqueológico – Carta de Lausanne**. Lausanne, 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em 3 nov 2022.
- LEAL, Fernando Machado. São Miguel das Missões: estudo de conservação e estabilização das ruínas da igreja. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN/Pró-Memória, n. 19, 1984, p. 70-96.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultural e patrimônio arqueológico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984, p. 33-36.
- PENA, Joyce Carolina Moreira Kurrels. Parecer n. 329/14/COTEC/SRJ/IPHAN. In: **Processo de Tombamento nº 1712-T-14 – Sede da fazenda Magepe-Mirim, no município de Magé, estado do Rio de Janeiro**. IPHAN: Rio de Janeiro, fls. 3-18. Autos disponíveis no Arquivo Noronha Santos.
- RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e origem**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- RODRIGUES, Angela Rosch. A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico. **Revista CPC**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), n. 24, ago/dez 2017, p. 9-34. Disponível em: www.revistas.usp.br/cpc/article/view/137955. Acesso em 4 jan 2023.

SANTIAGO, Djalma Guimarães. **A proteção do patrimônio arqueológico: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo Iphan.** Dissertação (mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Centro Lúcio Costa, 2015. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_SANTIAGO_Djalma_Guimaraes.pdf. Acesso em 1 nov 2022.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os desafios da preservação arqueológica: uma arqueologia da Lei 3.924/61. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33, 2007, p. 59-74.

STELLO, Vladimir Fernando. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940.** Dissertação (mestrado em Engenharia). Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2005, 177p. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7964/000563216.pdf?sequence=1. Acesso em 7 nov 2022.

VIEIRA, Natália Miranda. Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. In: Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 3, Salvador, 2008. **Anais...** Salvador, 2008.

Recebido em 11 de janeiro de 2023 | Aceito em 15 de março de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

Gestão territorial e a boutiquização do Patrimônio no Programa Revive, no Centro Histórico de Salvador

Carlos Andrés Díaz Mosquera



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

MOSQUERA, Carlos Andrés Díaz. Gestão territorial e a boutiquização do Patrimônio no Programa Revive, no Centro Histórico de Salvador. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 240-265, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

Gestão territorial e a boutiquização do Patrimônio no Programa Revive, no Centro Histórico de Salvador¹

Carlos Andrés Díaz Mosquera ²

Resumo

O presente artigo é produto de uma pesquisa sobre o programa de intervenção urbana denominado Revive, no Centro Histórico de Salvador. Analisam-se os principais roteiros da intervenção, os tipos de relações público-privadas nas redes de gestão e implementação do programa, assim como a forma, concepções e lógicas das relações interinstitucionais entre o governo de Portugal, as instituições locais de gestão do patrimônio histórico cultural em Salvador e os investidores do capital imobiliário. Conclui-se que nas redes de gestão territorial preponderam os atores que possuem o capital imobiliário e que fazem parte da engrenagem pública institucional que administra e executa o programa. Este tipo de gestão territorial dá continuidade aos velhos conflitos sociais que remontam à década de 90 pelos usos do espaço central urbano entre o residencial e os usos para o consumo solvente. O Programa Revive constitui-se num modelo de intervenção urbana importado de Portugal e, no Brasil e Salvador, se boutiquizam os espaços para consumos solventes³.

Palavras-chave: Programa Revive; Centro Histórico de Salvador; gestão territorial.

¹ Este trabalho é produto da tese de doutorado do Departamento de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia no ano de 2022, intitulada “Para quem é a cidade? Redes de gestão público-privadas nas reformas urbanas dos centros de Salvador (Bahia) e Cali (Colômbia)”. Esta tese foi financiada pela Capes e orientada pelo professor dr. Rafael de Aguiar Arantes.

² Doutor em Sociologia, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFBA). Email: carlosandres1002@gmail.com

³ O uso neste artigo da palavra População Solvente faz referência a um grupo social com capacidade aquisitiva e de consumo que devido a sua condição socio econômica, pode usar, usufruir, frequentar e/ou consumir certos espaços dentro do Centro Histórico de Salvador, assim como outros lugares turísticos.

Abstract

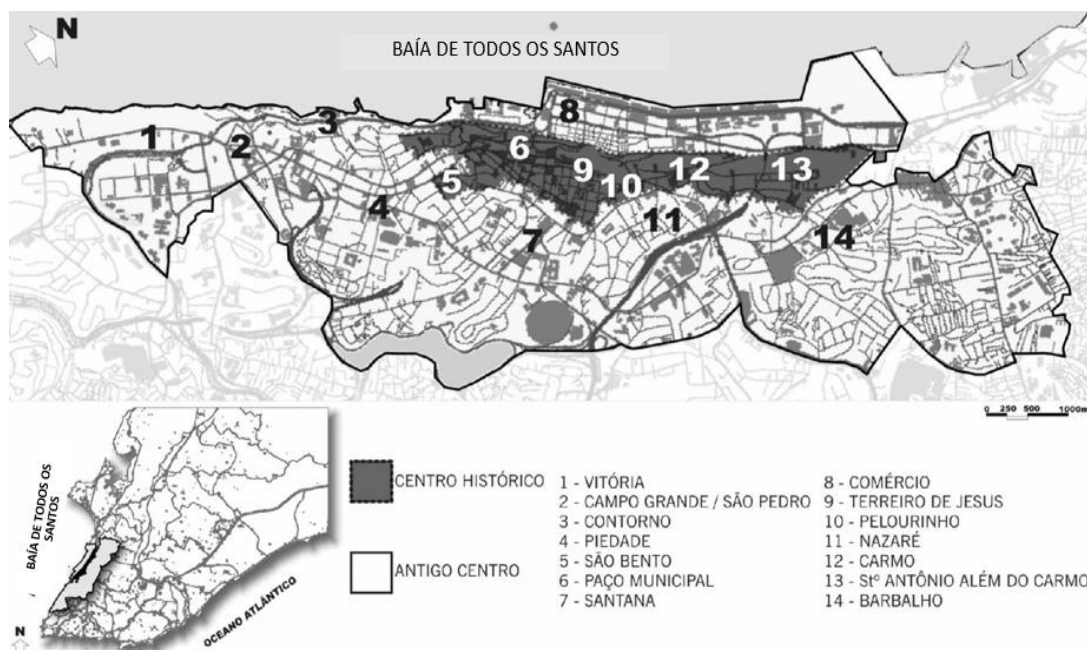
The following article is the product of a research about the urban intervention program in the Historical Center of Salvador called Revive. The main routes of the intervention are analyzed having as main focus the types of public-private relations in the networks of management and implementation of the program, as well as the form, conceptions and logics of the inter-institutional relations between the government of Portugal, the local institutions of management of the cultural heritage in Salvador and the most relevant investors of the real estate capital. We conclude that in the territorial management networks the actors who own the real estate capital are part of the public institutional machinery that manages and executes the program predominate. This type of territorial management gives continuity to old social conflicts dating back to the 1990s over the uses of urban central space between residential and solvent consumption uses. In this way, the Revive Program constitutes an imported model of urban intervention from Portugal in Brazil and Salvador that boutiquizes spaces for solvent consumption.

Keywords: Revive Program; Historic Center of Salvador; territorial management.

Centro Histórico de Salvador como lugar estratégico e cenário permanente de políticas de renovação

Pensar nos centros nos remete a tempos fundacionais das cidades latino-americanas que, desde a conquista e a colonização, ocuparam papel vital e estratégico na vida sócio-econômica do sistema colonial europeu na América (ROMERO, 1999). O centro desempenhou desde suas origens coloniais um papel administrativo, posto de controle militar, residência das classes governantes, núcleo comercial e sede dos principais poderes públicos coloniais.

Mapa 1. Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador.



Mapa 1. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Lei de ordenamento do uso e da ocupação do solo de Salvador. Salvador: Fundação Mário Leal Ferreira, capturado em setembro de 2006. Elaboração Universidade Federal da Bahia / Sistema Eletrônico de Informações 2006.

O Centro Antigo de Salvador, segundo a Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) tem uma área de 7km² e inclui em sua extensão territorial 11 bairros da capital baiana: Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Santo Antônio e Comércio, além do centro histórico. Foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1984 e reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1985, como Patrimônio da Humanidade (GOTTSCHALL, SANTANA, 2006).

O núcleo histórico de Salvador situava-se entre o Terreiro de Jesus, Largo do Pelourinho e ruas paralelas, o que correspondia à área residencial da sede administrativa da Capital do Império Português no Brasil, abrangendo desde a fundação colonial da cidade de Salvador, em 1549, por Tomé de Souza, até 1763, quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro (MIRANDA; DOS SANTOS, 2009). Antes da colonização portuguesa, esta área era ocupada pelos Tupinambá e, posteriormente, colonizada pelos padres jesuítas para fundar seu colégio na área hoje denominada como “Terreiro de Jesus”. Segundo Santos (2008, p. 41), Salvador foi o porto mais importante do País e, no fim do século XVI, a cidade contava com 8 mil habitantes.

Sua função portuária cresceu junto com as funções administrativa, comercial e militar, impulsionada pela importância da cultura da cana.

A organização espacial fundacional da cidade e do centro em particular teve como base uma divisão entre “Cidade Baixa” e “Cidade Alta” (MIRANDA, DOS SANTOS, 2009, p. 12), que resultou da antiga estratégia de defesa militar do império português. Segundo Santos (2008), pelo fato de a cidade ter sido centro administrativo, religioso, porto e forte militar, isso incidiu na composição social do seu centro residencial, pois nele moravam comerciantes, ocupantes de altos cargos da hierarquia eclesiástica, senhores de engenho, classes abastadas, detentores de postos administrativos e políticos da sociedade escravista e colonial.

No século XVIII, descobre-se ouro nas terras altas da Chapada Diamantina, que, junto com o tráfego de gado, aperfeiçoou suas funções metropolitanas regionais e se posicionou como a capital econômica do Recôncavo (SANTOS, 2008, p. 42). Nas primeiras décadas do século XX, as atividades comerciais do Pelourinho utilizavam especialmente os andares térreos das casas, onde predominavam ocupações com habitações pluridomiciliares. Durante a primeira metade do século XX, as epidemias de cólera e febre amarela atingiram os moradores da área, já neste tempo era possível evidenciar o quadro de “degradação” do bairro em termos de infraestrutura, lotação, ausência de condições higiênicas e um panorama geral de pobreza (SANTOS, 2008, p. 171).

Na metade do século XX, a classe alta - que habitava o centro histórico - saiu do lugar para ocupar bairros como Graça, Canela, Barra, Vitória e Campo Grande. Os casarões foram ocupados por famílias e população de baixa renda da própria cidade, do Recôncavo e do Sertão, pequenos comerciantes, prostitutas, trabalhadores(as) e ambulantes dos mais diversos ofícios. Também desde meados do século XX registram-se incêndios que afetaram as residências antigas (GOTTSCHELL, SANTANA, 2006).

A degradação que sofreu o Centro Histórico de Salvador na segunda metade do século XX, segundo Eduardo A. C. Nobre (2003), Albuquerque (2011) e Nobre Ferreira (2010), estava associada a diversos processos como a transferência das sedes administrativas e instituições econômicas da cidade para outras áreas como o Centro Administrativo, na década de 70, assim como ao traslado de muitas instituições que cumpriam papel importante na densificação e diversificação dos usos do lugar, tais como a Faculdade de Medicina, o Instituto Médico Legal, a sede do Incra e a Academia da Bahia. Da mesma forma, foram fechados o Cine Santo Antônio

e o Cine Popular, desativaram o Plano Inclinado do Pilar e o Elevador do Tabuão (ALBUQUERQUE, 2011, p. 142).

O surgimento de outras centralidades na cidade potencializou a “popularização do comércio central” (ALBUQUERQUE, 2011). É neste contexto que em nível continental a OEA, em 1967, ditou as bases e roteiros para que o patrimônio cultural latino-americano se valorizasse e se recuperasse em função do turismo (AZEVEDO, 2004). Nas décadas de 70 e 80, segundo Gottschall, Santana (2006), ocorreram migrações impulsionadas pelas oportunidades industriais ocorridas na região metropolitana: exploração do petróleo no Recôncavo Norte, depois a implantação do CIA (Centro Industrial de Aratu), em Simões Filho, e o Polo Petroquímico, em Camaçari, que impactou as dinâmicas do centro da cidade. Para Bonduki (2010), essa fase correspondeu ao momento em que os centros tradicionais das cidades mais dinâmicas perderam sua atratividade econômica e imobiliária em decorrência das novas centralidades, assim como a implementação de uma infraestrutura viária voltada para o automóvel.

Salvador começou a expandir suas fronteiras e periferias de forma acelerada nas últimas décadas do século XX, assim como a configurar processos urbanos desiguais e segregados que se estabeleceram em três vetores de expansão diferenciados: a Orla Marítima Norte, o Miolo e o Subúrbio Ferroviário no Litoral da Bahia de Todos os Santos (MOREIRA DE CARVALHO e CORSO PEREIRA, 2014, p. 57). Estes processos urbanos recaíram nas dinâmicas locais do Centro Histórico de Salvador e surgiu assim o discurso da necessidade de revitalização, renovação e recuperação do Centro Histórico de Salvador. O projeto de intervenção no centro histórico foi uma iniciativa do governo do Estado e do governo municipal, que começou a tomar forma desde finais dos anos 60 e começo dos 70, para desenvolver o “potencial turístico e o tempo de lazer”, especialmente no Pelourinho e na Orla, novos lugares de investimentos (MIRANDA; DOS SANTOS, 2009, p. 14).

O IPAC (Instituto Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) fez um levantamento das condições econômicas e sociais do Pelourinho nas décadas dos 70 e 80 para iniciar as intervenções e preservação de algumas áreas, (MIRANDA; DOS SANTOS, 2000, p. 18). Em dezembro de 1985, o Centro Histórico de Salvador foi declarado como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, passando a ser visto como uma área com potencial de investimento (BRAGA, RIBEIRO DOS SANTOS, 2009, p. 24). Nesse sentido, a década de 90 foi decisiva para o início do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

Com este tipo de iniciativas, abriram-se espaços aos processos de “enobrecimento” e à criação de diversos empreendimentos, os quais, para Braga e Ribeiro (2009), significaram a expulsão da população pobre/moradora e a mudança das atividades econômicas, trazendo consigo transformações sócio-espaciais voltadas, principalmente, para o consumo cultural, manutenção, conservação de prédios e a “revitalização” de um espaço que se inseriu nas dinâmicas internacionais de consumo turístico no contexto da globalização. Segundo Nobre (2010, p. 164), no ano de 1992, no Maciel/Pelourinho, cerca de 85% dos moradores foram despejados, nas primeiras etapas de intervenção, e os outros 15% permaneceram temporariamente até a conclusão das outras etapas, sendo expulsos à medida que a reforma avançava. O tipo de função que tinha a propriedade no Pelourinho nos anos de 1992/93 era majoritariamente residencial e, em menor porcentagem, de serviços e comercial, já no ano de 1995 esse tipo de função diminuiu notavelmente até chegar a 3% contra 15% nos anos 92/93, (NOBRE, 2010, p. 174). Depois da intervenção, aconteceu uma conversão na funcionalidade da propriedade, segundo informe do IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) do Levantamento do Solo de 1995.

A década de 90 marcou a tendência do “turismo globalizado”, o aproveitamento econômico da indústria cultural nas cidades latino-americanas, projetos urbanos apoiados por organismos internacionais e do qual o Centro Histórico de Salvador fez parte (AZEVEDO, 2001; NOBRE 2010). Estas transformações, apoiadas e gestadas por instituições públicas e agentes privados, buscaram a valorização do patrimônio, transformaram os centros históricos em territórios rentáveis mediante sua conversão em objetos de “turismo cultural” internacional, nacional ou local (PRADILLA, 2012, p. 31).

Novas tendências e velhos conflitos sobre o Centro Histórico de Salvador

Desde as últimas décadas do século XX, os centros urbanos e históricos são objeto de intervenções, renovações, reformas e programas gestados por diversas formas de alianças entre o setor público e os empreendimentos privados (DE MATTOS, 2002; SANTANNA, 2004). Estas lógicas buscaram o aperfeiçoamento da articulação do centro às dinâmicas de acumulação capitalista por meio da construção de empreendimentos, negócios, boutiques, shoppings, hotéis, lojas, instalação de sedes administrativas e pontos nodais de transporte, outorgando desta forma novos sentidos ao centro (GOTTSCHELL e SANTANA, 2006). Estas lógicas produziram e

acrescentaram conflitos ao redor dos usos do solo central urbano expressados nos já existentes usos residenciais e comerciais das camadas mais pobres e, por outro lado, os novos tipos de usos plasmados nas lógicas de renovação, revitalização e recuperação capitalista do espaço. Desde as últimas décadas do século XX, foram implementados sistematicamente nos centros históricos da América Latina dois tipos de intervenções desde o aproveitamento turístico ou desde a recuperação administrativa e funcional (AZEVEDO, 2004; SANTANNA, 2009; CARRIÓN, 2005).

Na primeira perspectiva, o sentido turístico utilizou a cultura, o patrimônio, a história, a arquitetura, a beleza natural ou os aspectos identitários da cidade como produtos a serem oferecidos e consumidos enquanto “patrimônio urbano” (CHOAY, 2017). A tendência de fazer dos centros históricos um monumento a ser oferecido, preservado, conservado e “dispositivo de segurança” da memória e da identidade de grupos dominantes, foi um produto ocidental eurocêntrico trasladado para as cidades latino-americanas como modelo de “turismo cultural” (AZEVEDO, 2004, p. 199).

El turismo cultural, inspirado en experiencias europeas, como la española y francesa, era la palabra de orden en aquella época, no solo para la OEA, como para la Unesco. En aquella norma, el turismo cultural es presentado como la tabla de salvación, no solamente para los centros históricos, como para las economías de los países de la región, con graves problemas de balance de pagos. Con esta inspiración, se hicieron algunos grandes proyectos de desarrollo urbano y regional, como el llamado Plan Esso. Para la Ciudad Histórica de Santo Domingo, de 1967, y el Plan Copesco (1969 y 1975), para el desarrollo de una faja de 500km de la Cordillera Andina, entre Cuzco y Puno, en Perú, con un presupuesto de US\$ 72.4 millones financiados por el Banco Interamericano de Desarrollo. En Brasil, los Ministerios de Planificación y de Educación y Cultura crean el Programa de las Ciudades Históricas del Nordeste - PHC, empezado en 1973 y cerrado diez años más tarde (AZEVEDO 2004, p. 199).

Este processo é focalizado no aproveitamento dos equipamentos turísticos e atrativos culturais para o público solvente⁴ local, nacional e mundial. Desta forma, algumas cidades se consolidaram no nível mundial como turísticas, tais como Cartagena, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Buenos Aires, San Carlos de Bariloche, Cusco, Lima, Santiago e Cidade do México (CARRIÓN, 2001).

Existem casos em que os projetos de recuperação e revitalização urbana são apoiados, assessorados e financiados por organismos mundiais/continentais de desenvolvimento que são

os encarregados de direcionar e gestar os empréstimos financeiros. Tal é o caso de instituições como a Organização dos Estados Americanos, Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) ou inclusive governos de países europeus como é o caso de Portugal, na implementação do Programa Revive, no Brasil e, mais especificamente, em Salvador, Bahia. Estas instituições multilaterais injetam capitais de fundos fiduciários europeus ou de outros países desenvolvidos localizados no Norte Global. Nesse caso, os recursos estão atrelados a instituições multilaterais que definem roteiros, critérios e alinhamentos que constroem lógicas de poder territorial de fazer a cidade. Em muitos casos, essas experiências viraram uma “camisa de força”, um modelo exemplar e um paradigma de referência a seguir.

A perspectiva turística está atrelada a uma ideia de City marketing (DE MATTOS, 2010; AZEVEDO, 2004), onde os centros foram objeto de programas e projetos de investimentos financiados com políticas econômicas das instituições multilaterais que ajudaram no desenvolvimento de empresas privadas dentro das zonas reformadas como hotéis, lojas e restaurantes.

A segunda perspectiva consiste na recuperação funcional e administrativa da centralidade. Para Carrión (2021), a consolidação do centro histórico é o resultado de um conjunto de relações sócio-espaciais, de tal maneira que as reformas e intervenções produzidas causam impactos nos seus arredores.

Un centro histórico se define por sus relaciones con el conjunto de la ciudad y no cerrado en sí mismo. En otras palabras, cuando se hacen intervenciones fuera del centro histórico es muy probable que se lo afecte directamente, de forma positiva o negativa. Por eso, no se trata solo de intervenir en la zona demarcada, sino también en las áreas externas de influencia inmediata. Ahí viene la necesidad de establecer un sistema de centralidades, de tal manera que no exista competencia entre ellas sino cooperación. La centralidad histórica no es una suma de monumentos o atributos, sino una red de relaciones (CARRIÓN, 2021).

Nestas intervenções de recuperação funcional e administrativa se consolidaram processos de privatização das dinâmicas e da gestão do assunto urbano, onde o Estado fez presença como um ente facilitador da gestão que se articulou com o setor privado, o que foi denominado como governança urbana por Marques (2013) e Carvalho (2013). Nesta lógica, o Estado se apresenta como uma entidade que carece de recursos (HARVEY, 1996; DE MATTOS, 2008) e procura potenciais investidores privados.

O que se tem evidenciado na história das intervenções nos centros na América Latina desde os anos 90, porém, como bem é assinalado por Silvio Mutal (2001) nos casos de Cidade de Panamá, Santo Domingo, Lima, Cartagena e Salvador - só para mencionar alguns - é que as populações moradoras e locatárias, pelo fato de não possuírem capital de investimento nem poder político no mundo institucional, ficaram relegadas, silenciadas, excluídas, violentadas pela maquinaria institucional e de gestão das reformas urbanas. Nessa ordem de ideias, é importante salientar que a organização e o planejamento da cidade envolvem dinâmicas do que Mignolo (2014) chamou de “colonialidade do poder territorial”, na qual um grupo de agentes específicos definem as formas de saber e fazer as gestões nas cidades.

Estes agentes urbanos são três, principalmente: as instituições globais de financiamento e desenvolvimento; os poderes públicos locais (instâncias de governo), instituições encarregadas do assunto urbano, cultural e patrimonial e, finalmente, os atores privados expressados em capitais imobiliários. Entre estes agentes existem articulações, parcerias, gestões e coalizões que garantem a viabilidade e execução dos programas urbanos.

Programa Revive. Importação de modelos urbanos internacionais e suas relações com agentes locais nos destinos do CHS

O Programa Revive é uma intervenção urbana que tem como origem um modelo trazido de Portugal e é impulsionado pelo governo do Estado da Bahia. Este programa projeta o Centro Histórico de Salvador como lugar estratégico de investimentos privados, potencializando o aproveitamento do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural desde uma perspectiva turística. Consiste numa iniciativa de intervenção do Centro Histórico de Salvador⁵ na modalidade de concessões do patrimônio público. O protocolo, roteiros e diretrizes em questão são parte da estratégia do governo de Portugal para a internacionalização do programa, que já desenvolve estratégias semelhantes na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como Moçambique e São Tomé e Príncipe.⁶

⁵ Um desses programas é o Revitalizar, que tem como focos a integração viária, o melhoramento de fluxos, a projeção de habitação social para servidores públicos, viabilidade dos investimentos do capital imobiliário, criação de equipamentos culturais, recuperação do centro como sede administrativa e um centro modernizado de acordo com o viés turístico, acompanhados de fortes propagandas de marketing urbano.

⁶ Programa Revive cooperação internacional promove patrimônio cultural e turismo. **Iphan**. Salvador. Disponível em: 12/3/2020 <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5619/programa-revive-cooperacao-internacional-promove-patrimonio-cultural-e-turismo>.

Nas diretrizes e roteiros estipulados no documento “Guião Técnico do Projeto Revive” do Ministério de Turismo de Portugal, se estabelecem os princípios que guiam a intervenção:⁷

- Lançamento ao mercado através de concessões de longa duração de mais de trinta imóveis do Estado atualmente sem ocupação;
- Recuperação das atividades econômicas desde os investimentos privados focalizados no setor turístico;
- Os imóveis objeto do Projeto Revive não serão alienados, as figuras jurídicas de exploração salvaguardam a propriedade pública deles;
- Recuperação, requalificação e refuncionalização dos imóveis patrimoniais;
- Captação de investidores privados;
- Os investidores podem aceder a linhas de financiamento feitas pelo Ministério do Turismo de Portugal; concurso público para seleção das entidades e o projeto que irão desenvolver (Programa Revive 2018).

No caso do Brasil, uma das frentes mais importantes do programa consiste em trabalhar numa política de atração de investimentos de empresas internacionais e nacionais para o setor hoteleiro. Até julho de 2020, foram selecionados quatro locais: Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo (PB); Forte Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha (PE); Forte Orange, na Ilha de Itamaracá (PE); e Fazenda Pau D’Alho, em São José do Barreiro (SP). Os critérios de seleção dos imóveis foram o seu potencial turístico e a valorização do Patrimônio Cultural, tendo como foco a Região Nordeste.

O programa foi assinado em março de 2020⁸ pelo ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, a presidente do Iphan, Larissa Peixoto, a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal (Brasil) e o Governo de Portugal. As formas como se relacionam o setor público e o privado já estão estipuladas em roteiros específicos como a Agenda 2030 - da qual Brasil é assinante - da Organização das Nações Unidas, que estabeleceu dentre suas metas o cumprimento de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Declaração de Montreal – Por uma visão humanista e social do turismo (OITS, 1996) o Código de Ética Mundial para o Turismo (OMT, 1999) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015).⁹

⁷ Programa Revive: Salvar e reutilizar patrimônios. Revista de História da Arte, n. 13. 2018. Margarida Elias e Raquel Henriques da Silva.

⁸ Programa Revive, Parcerias e Concessões. Ministério do Turismo. Brasil. Disponível em: <https://investimento.turismo.gov.br/parcerias-e-concessoes/revive/>.

⁹ A Declaração de Montreal foi adotada durante a Assembleia Geral anual da Organização Internacional do Turismo Social realizada em setembro de 1996, visa ao desenvolvimento do turismo desde uma perspectiva sustentável, como um direito e agente decisivo de planejamento do território e desenvolvimento social, em harmonia com o meio ambiente, assim como instrumento para gerar benefícios econômicos à população local. O

Estes documentos são seminais no campo do contexto global da economia de serviços focalizada no turismo¹⁰ e no Desenvolvimento Sustentável nas políticas de gestão urbana. No Programa Revive, pretende-se trazer um corpo técnico especializado de Portugal para atividades formativas do Centro Lucio Costa (CLC).¹¹ Na execução do programa articula-se um conjunto de instituições, como é o caso do Iphan, “que se apoia na experiência de instalação de Centros de Interpretação em cidades históricas de Portugal e pretende trazer o modelo para a realidade brasileira, em especial para os sítios do Patrimônio Mundial”.¹²

Projeções do Revive em Salvador, Bahia, e a transferência de modelos urbanos

Para o caso específico da Bahia e de Salvador, o Programa Revive tem por objetivo “A recuperação de imóveis de valor arquitetônico, histórico e cultural da Bahia para finalidade turística”. Este protocolo foi assinado no dia 21 de junho de 2019 em Lisboa pelo secretário do Turismo da Bahia, Fausto Franco, e a secretária do Turismo de Portugal, Ana Mendes Godinho.¹³ O “termo de cooperação” envolve um conjunto de instituições como a Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria da Administração, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Ministério do Turismo, de Cultura da Unesco no Brasil, Santa Casa de Misericórdia e Arquidiocese de Salvador.

Na Bahia, o nome que adquire é “Programa de Requalificação de Patrimônio Cultural Edificado, com integração ao programa português Revive”, em palavras do então vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão, o programa

Código Mundial de Ética do Turismo foi elaborado pela Organização Mundial do Turismo em Chile em outubro de 1999 e busca minimizar os impactos negativos do turismo sobre o meio ambiente, o patrimônio e a sociedade.

¹⁰ Diretrizes para o desenvolvimento do turismo social no Brasil. Ministério do Turismo 2018-2022

¹¹ O Centro Lucio Costa é uma Escola do Patrimônio, é a base do eixo **Formação e Pesquisa Aplicada**. Ao CLC compete promover e coordenar as atividades do [Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan - PEP](#) e, por meio da Coordenação de Formação Profissional, promover a articulação entre as atividades de ensino e extensão com as atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito do CLC. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1693/>.

¹² Em visita a Portugal, delegação do Iphan quer trazer para o Brasil os Centros de Interpretação. **Iphan**. Salvador. Disponível em: 19/4/2018 <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4612>.

¹³ Bahia e Portugal assinam acordo para recuperar patrimônio arquitetônico. **Mundo Lusíada**. Portugal. Disponível em: 22/6/2019 www.mundolusiada.com.br/box3/bahia-e-portugal-assinam-acordo-para-recuperar-patrimonio-arquitetonico/.

traz para a Bahia muita esperança, nós estivemos em Portugal, fazendo uma vistoria do Programa Revive. Lá, nós encontramos hotéis maravilhosos funcionando em prédios que estavam abandonados, e aqui nós temos alguns exemplos. Já temos algumas grandes empresas internacionais, especialmente do setor hoteleiro, interessadas. Com isso, podemos, em vez de ter despesas para preservar o patrimônio, aumentar a receita por meio da cessão remunerada, contribuindo ainda para a geração de emprego e renda (SECULTBA, 11-11-2019).¹⁴

Um dos aspectos a ressaltar nos roteiros e depoimentos dos agentes encarregados do programa consiste em conceber a manutenção, conservação e gestão pública do que é patrimônio como uma despesa pública, a qual precisa ser reduzida deixando a sua administração e aproveitamento nas mãos dos potenciais investimentos privados. Nas redes sócio-institucionais do Programa Revive, as relações que se consolidam de forma mais sólida pertencem aos agentes públicos institucionais e, por outro lado, o setor privado (capital imobiliário), ambas instâncias que conformam uma rede de poder de gestão territorial institucional, principalmente pela posse de capital de investimento, poder político administrativo e porque são considerados os agentes que “sabem o que fazem” com o patrimônio.

Agentes público-privados do Programa Revive

TIPO DE AGENTE	ORGANIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO, EMPRESA
Agentes públicos	<p>INTERNACIONAIS: Organização das Nações Unidas Governo de Portugal Ministério de Turismo de Portugal Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Governo de Portugal</p> <p>NACIONAIS: Ministério do Turismo do Brasil Secretaria do Turismo do Estado da Bahia Secretaria do Desenvolvimento Econômico Iphan Procuradoria Geral do Estado Secretaria da Administração Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Secretaria especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Ministério do Turismo, de Cultura da Unesco no Brasil FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo) PRODETUR (Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador)</p>

¹⁴ Bahia e Portugal se unem em programa de requalificação do patrimônio. SECULTBA. Bahia. Disponível em: 11/11/2019. www.cultura.ba.gov.br/2019/11/17151/Bahia-e-Portugal-se-unem-em-Programa-de-Requalificacao-de-Patrimonio-cultural.html#:~:text=%E2%80%9CN%C3%B3s%20estivemos%20em%20Portugal%2C%20fazendo.especialmente%20do%20setor%20hoteleiro%2C%20interessadas.

	Secretaria de Patrimônio da União (SPU) Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI), do Ministério da Economia BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)
Agentes privados	Santa Casa de Misericórdia e Arquidiocese de Salvador Proprietários de imóveis e casarões antigos Antonio Mazzafera, Fera Investimentos Nova Bahia Calatrave Invest & Trade Inc Grupo Vila Gale - Grupo Hoteleiro Português Elo
Sociedade	AMACH (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador) Movimento Sem Teto da Bahia Organização “O centro antigo sangra”

Quadro Agentes público-privados Programa Revive. Elaborado pelo autor.

O principal grupo de gestão é administrado por um Comitê Interministerial conformado por representantes do Ministério do Turismo, da Secretaria Especial da Cultura, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), os quais têm como funções a criação do plano de trabalho do programa, definir normas, processos, procedimentos operacionais, editais de chamamento público para a execução de serviços e catálogo de ativos a ser concedidos na primeira fase do projeto.¹⁵

¹⁵ Programa Revive ganha comitê interministerial para avançar nas ações. **Ministério do Turismo**. Brasil. Disponível em: 29/1/2021 <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2021/01/programa-revive-ganha-comite-interministerial-para-avancar-nas-acoas>.

Foto 1. Igreja Rua do Passo. Focalizações das reformas e preservação da memória religiosa colonial



Fonte: Foto tirada pelo autor 2018.

Um dos agentes locais é a Arquidiocese. Junto com o Governo do Estado da Bahia, foi assinado um protocolo de intenções (n. 2) de dezembro de 2019, para identificar imóveis históricos que possam integrar o Revive Bahia e criar uma rota turística, cultural e religiosa. A parceria, assinada em visita ao Convento da Lapa, também apoia a criação de um Centro de Restauro e Conservação com capacitação de jovens restauradores.¹⁶

Desde as primeiras reuniões, o Programa Revive tem como referência a experiência internacional do programa em Portugal, tal como o expressa o secretário do Turismo, Fausto Franco, que destacou o funcionamento do projeto no país europeu:

Nossa ideia é pegar os sítios históricos abandonados ou subutilizados e transformá-los em equipamentos turísticos, considerando que o segmento é uma forma rápida de gerar emprego e renda e cabe a nós viabilizarmos essas estruturas para que, de fato, a iniciativa privada possa tocar esses projetos.¹⁷

¹⁶ Governo e arquidiocese firmam parceria para conservar patrimônio histórico da Bahia. **IPAC**. Bahia. Disponível em: 2/12/2019. www.ipac.ba.gov.br/noticias/governo-e-arquidiocese-firmam-parceria-para-conservar-patrimonio-historico-da-bahia.

¹⁷ Governo e arquidiocese firmam parceria para conservar patrimônio histórico da Bahia. **IPAC**. Bahia. Disponível em: 2/12/2019. www.ipac.ba.gov.br/noticias/governo-e-arquidiocese-firmam-parceria-para-conservar-patrimonio-historico-da-bahia.

Chamam a atenção as garantias e o bom ambiente jurídico que teria o capital imobiliário, é uma perspectiva de longo prazo - 50 anos de gestão - que torna e potencializa ao setor privado, como bem assinala Maricato (2001), um poder político, econômico e social do espaço como resultado de trocas e redes de gestão.

O objetivo é dar viabilidade e recuperação a monumentos e patrimônios históricos que estejam abandonados e em avançado estado de degradação e poder trazer o investidor privado para que ele possa fazer uma gestão durante os próximos 50 anos, cessão onerosa e recuperação do patrimônio.¹⁸

Nestas relações, os setores públicos e privados visam ao objetivo da renovação, sendo este processo uma das características das reestruturações do Estado no contexto das políticas neoliberais (HAESBAERT, GONÇALVES, 2006). Segundo o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (2020), o sucesso do programa em terras portuguesas mostra que a parceria entre público e privado é um ótimo caminho para o setor turístico.¹⁹

Queremos levar esse mesmo modelo para o Brasil a partir da assinatura do protocolo de cooperação. Esses patrimônios geralmente estão subutilizados, alguns degradados, pichados. Esse tipo de parceria “retrata muito bem o que deve ser feito com a iniciativa privada”.²⁰

O sentido das parcerias e coalizões público-privadas na gestão territorial é entregar a administração e o lucro para os empreendimentos privados no Centro Histórico. O projeto tem linhas de crédito que provêm do FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo) e do Prodetur (Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador). As garantias jurídicas contidas nos roteiros e declarações de agentes públicos como a Secretaria do Turismo, evidenciam as lógicas de redes público-privadas na gestão deste programa, a qual, desde a perspectiva de De Mattos (2002), é uma tendência continental nas políticas urbanas dos últimos anos na América Latina - a administração público-privada da gestão dos patrimônios (DE MATTOS, 2008; DELGADILLO, 2014). Nesta perspectiva, o setor público possibilita o

¹⁸ No caso do projeto em Portugal, o investidor privado teria 30 anos para permitir rentabilizar o investimento e possa ser assegurada sua exploração.

¹⁹ Conferência virtual do Ministério do Turismo Brasil 9 julho 2020. Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, a presidente do Iphan, Larissa Peixoto, e a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) sobre o Programa Revive. Disponível em: www.facebook.com/MinisteriodoTurismo/videos/1416740935186613/.

²⁰ Programa Revive: Cooperação internacional promove patrimônio cultural e turismo. **Iphan**. Brasil. Disponível em: 12/3/2020 www.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=13390.

crescimento do capital privado, conformando um tipo de governança urbana e poder de gestão territorial regido pelo capital imobiliário.

Nos documentos institucionais, especificam-se os tipos de alianças e parcerias público-privadas na figura de “concessão”. Para a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Martha Seillier, o Revive não representa a privatização de patrimônios, mas sim a concessão dos espaços.

É uma parceria no sentido amplo da palavra, o privado vem com o recurso para cuidar desse patrimônio e, ao mesmo tempo, trazer todo o seu conhecimento para dar visibilidade, atrair cada vez mais pessoas para essa visitação, com todas as regras que o poder público estipula nesse contrato. O poder público sai do papel de manutenção e vai para o papel macro de atrair investidores e de fiscalizar a boa gestão desses empreendimentos.²¹

Vale a pena salientar que, desde os anos 90, a política urbana brasileira, segundo Abritta Cota e Magela Costa (2010), caracteriza-se por implementar um conjunto de ações estratégicas para atrair investimentos urbanos, criando marcos jurídicos e normativos públicos para tal fim. Esta forma de governança urbana é feita com objetivos compartilhados. Existe, portanto, um clima favorável para os negócios desde as relações público-privadas onde participam as instituições de administração e gestão do patrimônio histórico e cultural como o Iphan, IPAC e as Secretarias de Desenvolvimento. Como destaca Duran (2019), existe uma captura regulatória do aparato público institucional, assim como uma inserção estratégica do setor privado no funcionamento do aparato estatal com o objetivo de garantir a produção de renda do solo urbano.

Os velhos conflitos pelo espaço central urbano são latentes no que concerne ao embate entre usos residenciais-comerciais e os grandes investimentos imobiliários. Estes últimos constroem boutiques e empreendimentos hoteleiros para um consumo solvente como são os casos recentes dos hotéis Fasano e Fera Palace, na rua Chile, a renovação do Palacete Tira Chapéu, localizado na praça Tomé de Souza, que é mais um projeto do Fera Investimento, Rio Verde Participações e a empresa Elo, os quais vão transformá-lo num espaço gastronômico, café-teatro e exposições.

²¹ Durante live, Ministério do Turismo apresenta próximos passos do Programa Revive. **Retur**. Brasil. Disponível em: 12/3/2021. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5619/programa-revive-cooperacao-internacional-promove-patrimonio-cultural-e-turismo>.

Foto 2. Rua Chile. Hotel Fasano e no fundo Fera Palace



Foto tirada pelo autor 2021

Foto 3. Palácio Rio Branco.



Tomada do jornal Correio. 20 oct 2021.

Prevalece a ideia de criar um cenário de “competitividade e desenvolvimento sustentável” que tem como foco a revalorização dos elementos diferenciais para o incremento da competitividade no mercado mundial do turismo (GOTTSCHALL e SANTANA, 2006). É o que Harvey (2011) chamou a atenção desde a década de 90 sobre como as governanças urbanas criam um conjunto de diferenciações sócio-espaciais para que as cidades sejam atrativas no mapa do consumo global. Estes roteiros trazidos de outras latitudes definem o que, como e por que reformar os centros. É o que Carlos Vainer (2013) denominou como “produção de consensos” na gestão das cidades contemporâneas que giram ao redor de ideias como as de marketing urbano, empreendimentos, competitividade, produção de renda e planejamento estratégico.

Turismo e os arranjos urbanos do Programa Revive

O Programa Revive aperfeiçoa um tipo de intervenção urbana que visa ao aproveitamento e embelezamento de lugares patrimoniais para o consumo turístico focalizado em públicos solventes. Estas gestões urbanas vêm acompanhadas de discursos que evocam o sentido público e benefício das intervenções no conjunto da sociedade.

Ressalta-se também a projeção de Salvador como cidade produtiva, competitiva e regida pelo planejamento estratégico, sendo este uma forma de gestão do público para

tornar Salvador uma cidade mais igualitária, desenvolvida e sustentável com prioridade nas áreas mais carentes (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SALVADOR 2017-2020, p. 9).

Este plano estratégico potencializa ainda mais o desenvolvimento de Salvador como polo turístico do Nordeste Brasileiro (Plano Estratégico de Salvador, p. 82, 2020). Vale a pena assinalar como nas últimas décadas o Nordeste vem se projetando em nível nacional, continental e até mundial com uma tendência do que Ferreira Cardoso e Araujo Ferreira (2007) denominam como turismo residencial, no qual se empreendem projetos que valorizam o espaço para conformar um mercado imobiliário turístico.

O Nordeste brasileiro, e especificamente o litoral nordestino, atualmente, passam a atrair cada vez mais um volume de capital destinado a implementar unidades de hotelaria, resorts integrados com condomínios residenciais, “condhotéis”, flats, loteamentos, em um número cada vez maior. Empresas portuguesas e espanholas são as maiores investidoras (FERREIRA CARDOSO, ARAUJO FERREIRA, 2007, p. 110).

O que se pretende é consolidar e aperfeiçoar a velha tendência do CHS de afiançar ainda mais o turismo como sector estratégico da economia e de negócios (CARVALHO, 2013). Esta tendência é fortalecida pelos investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), que, segundo Ferreira Cardoso (2013), passou a investir em melhoramentos urbanos para ampliar a capacidade competitiva da região no cenário internacional em obras na malha rodoviária urbana, aeroportos e faixas litorâneas que articulam os principais circuitos das cidades - em torno de US\$ 68 milhões para incentivar a entrada de capital estrangeiro no Nordeste. Sobre estes capitais, é possível afirmar que:

A maioria é estrangeiro, principalmente da Península Ibérica. Empresas portuguesas pretendem investir cerca de 2,2 bilhões de reais no Brasil, quase todo volume no Nordeste (Exame, 2007a, p. 57); os espanhóis são o segundo em investimento, com 1,3 bilhão de reais. Grupos como Pestana, Banco Privado Português, Vila Galé, Sanches, além das grandes redes Accor, Hilton e Super Clubs passam a fazer parte do cotidiano do mercado turístico nacional e, principalmente, nordestino (FERREIRA CARDOSO e DE ARAUJO FERREIRA, 2007, p. 113).

Para o ministro do Turismo, “O turismo nunca teve prioridade na história do País. No governo Bolsonaro, o turismo e o agronegócio são dois aspectos a serem mais explorados”.²²

²² *Ibid.*

Segundo o Ministério do Turismo, depois da pandemia de Covid-19, o Governo Federal pretendia fazer fortes investimentos no turismo como estratégia de recuperação econômica, para tal objetivo já foram entregues 110 obras em infraestrutura turística em 2021, estes investimentos foram destinados para “reforma de orlas, parques, praças públicas e pavimentação asfáltica e resultam de um investimento de R\$ 49,2 milhões”.²³ Assinala-se que a região Nordeste concentrou os maiores desembolsos, R\$ 18,2 milhões.

Os discursos que circulam nas fontes e declarações institucionais assim como no setor empresarial, tais como desenvolvimento sustentável do patrimônio, turistificação dos espaços, aproveitamento patrimonial, recuperação etc. tiveram origem nas políticas de gestão das principais cidades dos países do Norte Global, eles circulam e são adotados por diversos países nas cidades do Sul global. Estes princípios e roteiros de gestão muitas vezes são adotados “sem filtro” e sem considerar o que Quijano (1998) denominou como a diversidade histórico-cultural que conforma as sociedades latino-americanas.

Relação Norte e Sul global nas gestões urbanas no Programa Revive

Na implementação do Programa Revive, foi notória desde o início das reuniões interministeriais a forma como iriam ser articuladas as redes de gestão público-privadas locais com o âmbito internacional, neste caso seguindo ao pé da letra o modelo de Portugal. Em documento oficial e preliminar do Modelo Revive para o Brasil, que data de meados de 2019, estipula-se o seguinte:

Seria mais estratégico seguir com o modelo implementado em Portugal, que já dispunha de metodologia e processos pré-definidos, além da possibilidade de orientação por parte da equipe do Turismo de Portugal, o que facilitaria a implementação do programa no Brasil”. A decisão coloca poder nas mãos dos portugueses — do setor público e privado. O plano de trabalho prevê, por exemplo, que o desenho do imóvel piloto do programa no Brasil será definido em conjunto com os portugueses.²⁴

As assessorias interinstitucionais dos dois países tiveram como uma das suas figuras principais Babington dos Santos, secretário Nacional de Integração Interinstitucional desde

²³ Governo entrega 110 obras de infraestrutura turística. **Ministério do Turismo**. Brasil. Disponível em: 12/3/2021. www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2021/03/governo-entrega-110-obras-de-infraestrutura-turistica.

²⁴ Aluga-se o Brasil. **The Intercept Brasil**. Disponível em: 20/10/2019 <https://jornalistaslivres.org/aluga-se-o-brasil/>.

2019 e um dos primeiros passos consistiu em identificar os imóveis com arquitetura e patrimônio lusófono que seriam objeto de investimentos.

Ainda em junho, o secretário de Turismo da Bahia, Fausto Franco, deu o tom do que está por vir. “Estamos mapeando imóveis que podem ser incluídos numa primeira etapa, a fim de impulsionar a instalação de novos restaurantes, hotéis, cafeterias, lojas de artesanato e outros equipamentos que ativem o mercado turístico, com desenvolvimento econômico”.²⁵

Por outro lado, a moradora Maura Cristina, integrante do Movimento de Mulheres Negras da Bahia e da Articulação do Centro Histórico de Salvador, quem tem vivenciado estes modelos urbanos e os impactos das políticas de gestão dos programas de renovação do CHS como o Revive, Revitalizar e outros que provêm desde os anos 90, manifesta que:

As pessoas vêm a ver a cultura regional daqui, tudo o que é feito no centro histórico é feito para o turismo, desde 1990 você deve perceber que nunca dá certo e aí tem um agravante com esses programas Revive e Revitalizar, essas novas fórmulas de fazer o centro histórico, é que desta vez eles propõem fazer alguns tipos de negócios. Eles colocam para que esses homens iluminados que pensam a cidade, sem colocar os seus atores principais que são as pessoas que nasceram e moram aqui, eles esquecem de colocar as pessoas, além de vir aqui na cidade e ver como as pessoas vivem é possível conviver o turismo com as pessoas que moram”.²⁶

Nos roteiros se demanda colocar prioridade a uma visão empresarial dos espaços que visam à produção de renda para a população solvente. É o que Otília Arantes (2007) denominou como o encontro glamuroso entre cultura e capital. As administrações dos centros também fazem parte de uma engrenagem institucional de alianças, redes e cooperações público-privadas que perpassam as esferas locais. Estas relações interinstitucionais estão imbricadas em redes internacionais denominadas de cooperação multilateral, porém o que prevalece neste caso analisado são as ideias e o modelo urbano que provêm de um país do Norte Global (Portugal). É o que Rodriguez (2020) denominou como uma geocultura na ordem do sócio-espacial no Sistema Mundo ou o que Jajamovich (2016) analisou como circulação internacional de ideias e modelos urbanos. Na Teoria do Sistema Mundo de Wallerstein (2007), a geocultura convida a pensar as formas como as ideologias urbanas capitalistas se produzem, distribuem, circulam

²⁵ Aluga-se o Brasil. **The Intercept Brasil**. Disponível em: 20/10/2019 <https://jornalistaslivres.org/aluga-se-o-brasil/>.

²⁶ MAURA Cristina. Habitante e integrante da articulação do Centro Histórico de Salvador, Coordenadora estadual do MST. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera, em 19/4/2021.

e consomem na organização dos territórios localmente, tendo como referência ideias e políticas de caráter global como modernização do espaço, desenvolvimento urbano, sustentabilidade etc.

Para Jajamovich (2016), a importação e exportação de teorias urbanas implica a circulação de técnicos, ideias e modelos urbanos. Estes processos evidenciam redes sócio institucionais e gestões verticais, sem dialogar com moradores, pequenos comerciantes, locatários e trabalhadores formais e informais dos centros históricos. Estas formas de gestão público-privada são assimétricas entre os contextos centrais e periféricos, as circulações de ideias sempre são unidirecionais no sentido Norte-Sul, Haesbaert (2021). As decisões são centradas nos agentes de poder da gestão territorial, que correspondem ao setor de grandes investimentos do capital imobiliário e a engrenagem pública institucional. Este tipo de relações internacionais (Sul-Norte Global) evidencia novo circuito de poder colonial no campo do saber e também no campo da gestão urbana (MIGNOLO, 2014).

Um caso emblemático e concreto deste tipo de transformações contemporâneas será no Palácio Rio Branco (antiga sede do governo da Bahia), que vai se transformar num hotel de luxo na praça Tomé de Souza, no coração do CHS. O Iphan desde o ano de 2019 já aprovou o projeto para que seja usufruído pela iniciativa privada, este Palácio está na lista do Patrimônio Mundial da Unesco. Quem participa ativamente na gestão pública para outorgar a concessão aos privados é o Governo do Estado, a Secretaria Estadual de Turismo (Setur) e o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional), até agora tem como potencial investidor o grupo português Vila Galé²⁷, uma das maiores empresas hoteleiras mundiais.

“A desapropriação do Palácio Rio Branco, um imóvel histórico e dos mais importantes da nossa Bahia, está acontecendo porque o estado não tem condições financeiras de manter todos esses prédios históricos, então é melhor encontrar outra destinação, como a gente vê nos países de primeiro mundo. O governador acredita que com essa desapropriação vai tornar o palácio mais atraente para um grupo empresarial assumir o espaço”, disse o deputado estadual Adolfo Menezes (PP). “Eu assinei o decreto de desapropriação para tentar atrair investidores para dar uma destinação melhor a um espaço tão simbólico com é o Palácio Rio Branco da nossa capital”, acrescentou o governador em exercício²⁸.

²⁷ Licitação para transformar Palácio Rio Branco em hotel sairá nos próximos dias. **Correio 24 horas**. Salvador. Disponível em: 5/5/2021 <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/licitacao-para-transformar-palacio-rio-branco-em-hotel-saira-nos-proximos-dias/>.

²⁸ Governo do Estado autoriza desapropriação do Palácio Rio Branco, no centro histórico. **A Tarde**. Salvador. Disponível em: 21/10/2021. <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2198077-governo-do-estado-autoriza-desapropriacao-do-palacio-rio-branco-no-centro-historico>.

As instâncias públicas de governo - prefeitura e governo estadual - abrem as portas para que o Centro Histórico de Salvador seja um lugar de negócios e empreendimentos imobiliários, conformando o que Harvey (1996) denominou como empresariamento urbano, as cidades se renovam para competir entre si pela atração de recursos. No Programa Revive, o aspecto mais relevante consiste na viabilidade dos empreendimentos capitalistas, na consolidação de boutiques, assim como o consumo turístico do espaço central urbano.

Conclusões

Os centros históricos patrimoniais, caso de Salvador, canalizaram suas políticas de renovação no enfoque turístico. Com esta tendência mundial e continental, o centro histórico virou um espaço focalizado em produzir renda e, portanto, como com o Programa Revive, as políticas de renovação urbanas são encaminhadas em prol do turismo cultural. Este tipo de lógica possibilita que a cidade e o centro em particular sejam concebidos como uma vitrina de consumo cultural. Nessa mesma lógica, ainda prevalecem as problemáticas que há décadas existem com relação aos usos do solo urbano e as concepções de aproveitamento patrimonial muitas vezes importadas de outras latitudes, especialmente dos países do Norte Global como é o caso do Programa Revive. Estes modelos se transformaram em camisas de força e receituários a serem implementados sem considerar as condições locais, regionais, nacionais e continentais tão diversas e diferentes de onde provêm os respectivos modelos. Os roteiros plasmados nas políticas urbanas são guiados por um conjunto de ideologias como a neoliberalização das cidades, mercantilização dos espaços, o desenvolvimento sustentável e a indústria cultural, assim como o aproveitamento privado dos patrimônios. Esta tendência é feita visando à articulação entre a institucionalidade pública com o setor privado, sendo o público o agente que facilita e cria um âmbito jurídico, legislativo e de redes de gestão territorial favorável ao processo de acumulação privada das ganâncias.

Estas formas de governança no caso do Programa Revive estão presentes tanto nos governos e poderes locais, assim como em instâncias intercontinentais de gestão do assunto urbano. Suas gestões constroem poderes territoriais pautados na competitividade intraurbana por investimentos e recursos, priorizam e facilitam a inserção de grandes empresas do capital imobiliário com enfoque exclusivamente na economia de serviços e especificamente no turismo. Este tipo de modelo visa à reutilização dos espaços patrimoniais através da construção

de boutiques para serem destinadas ao consumo solvente, o que tende a agudizar os velhos conflitos por moradia para a população não solvente, assim como a diminuição da participação social nos programas de renovação de quem não possui capital para investir.

É importante que as redes de gestão territorial considerem os diversos atores sociais, possuam ou não capital de investimento, assim como os atores que não fazem parte da engrenagem pública institucional, pois o que vem se demonstrando, mais uma vez, é que os programas contemporâneos de renovação urbana dos centros históricos como é o caso do Revive, é sua seletividade e exclusão social nas redes de gestão do patrimônio.

Referências

- ABRITTA, Cota Daniela; MAGELA Costa Magela. Parceria público-privada como um instrumento de planejamento no Brasil: operação urbana em São Paulo e em Belo Horizonte. UFMG, 2010.
- ALBUQUERQUE RIBEIRO, Daniel. Gentrification no parque histórico do Pelourinho. Universidade Federal da Bahia, 2011.
- ARANTES, Otília Beatriz. Uma estratégia fatal, a cultura nas novas gestões urbanas. In: A cidade do pensamento único, desmanchando consensos. ARANTES Otília, VAINER Carlos, MARICATO, Ermínia (Org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo. El Centro Partido. Universidad Federal de la Bahía. 2004.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo. El Pelourinho cuatro décadas después. Iconos 20. Flacso Ecuador. Quito, p. 45-52.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo. Los enlaces entre centros históricos y participación social. UFBA, 2004.
- BAHIA/IPAC, Uso do solo e Levantamento Socioeconômico Quarteirões 2M, 5M, 6M e 10M, 1995.
- BONDUKI Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- CARRIÓN, Fernando. Dossier “Prácticas Culturales Urbanas: Política, Territorio y Sociabilidad en el Sur Global”. Entrevista concedida a Carlos Andrés Díaz Mosquera. 2021
- CARRIÓN, Fernando. Centro histórico: relación social, globalización y mitos. Quito, Ecuador: FLACSO, 2001.
- CHOAY Françoise. A alegoria do patrimônio. Editora Unesp. Estação Liberdade. São Paulo. 2017.
- CORRÊA, Maciel Raphaela. CATRACAS E CONTRADIÇÕES: O discurso da gestão turística do patrimônio cultural mundial no Brasil (2015-2021). Universidade Federal de Juiz de Fora. 2021.
- DE CARVALHO, Inaia; CORSO-PEREIRA, Gilberto. A cidade como negócio. EURE, v. 39, n. 118, septiembre 2013.
- DE MATTOS, Carlos; Iracheta, Alfonso. GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO. Organización Latinoamericana y del Caribe de centros históricos. OLACCHI. Centro, n. 2, diciembre, p. 99-110, 2008.
- DE MATTOS, Carlos. Globalização y metamorfose metropolitana en América Latina. Da cidade ao urbano generalizado. Revista de geografia Norte Grande, 47, 81-104, 2010.
- DE MATTOS, Carlos A. Transformación de las ciudades latinoamericanas: ¿Impactos de la globalización? EURE, v. XXVIII, n. 85. Pontificia Universidad Católica de Chile. Diciembre 2002.
- DELGADILLO Victor. Urbanismo a la carta: teorías, políticas, programas y otras recetas urbanas para ciudades latinoamericanas. Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 31, p. 89-111, jun 2014.
- DELGADO Farrés Yasser; RUIZ Matarán Alberto. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. Polis (Enlínea), 37, 2014.

DURAND Francisco. *La captura del Estado en América Latina. Reflexiones teóricas*. Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú. Fondo Editorial OXFAM, 2019.

FERREIRA, Cardoso da Silva; Alessandro, DE ARAUJO, Ferreira Angela Lúcia. Dinâmica imobiliária e turismo: novas relações, novos riscos. *Cadernos Metrópole*, 18, p. 109-133. 2 sem. 2007.

FERREIRA, Cardoso da Silva, Alessandro. *Metropolização Turística (2009-2013), Estudo comparativo sobre o papel das atividades imobiliárias e turísticas na transformação do espaço social das metrópoles nordestinas: Salvador, Recife, Natal e Fortaleza*, 2013.

FERREIRA NOBRE, Maria Ivanilde. *No reino de pedra e cal. O centro histórico e o patrimônio de Salvador em época pós-moderna*. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2010.

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa, SANTANA Mariely Cabral Centro da Cultura de Salvador de (Org.). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

HAESBAERT Rogério; GONÇALVES Carlos Walter Porto S. *A nova des-ordem mundial. Coleção paradidáticos*. Editora Unesp, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: Sobre o giro multiterritorial descolonial na América Latina*. Clacso. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense 2021.

HARVEY David. *A destruição criativa da terra*. Em: "O enigma do capital e as crises do capitalismo". São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. *Geografiska Annaler*. 71B, 1996.

JAJAMOVICH, Guillermo. *Miradas sobre intercambios internacionales y circulación internacional de ideas y modelos urbanos*, v. 8, n. 3, set/dez, 2016.

LOPES PEREIRA, Henrique José. *O público e o privado na gestão do patrimônio cultural: sobre o Programa Revive*. Departamento de Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa, 2017.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades alternativas para a crise urbana*. Editora Vozes, 2001.

MARQUES LEÃO, Cesar Eduardo. *Government, Political Actors and Governance in urban policies in Brazil and São Paulo: Concepts for a Future Research Agenda*. *Brazilian Political Science Review*, set (3) p. 8-35, 2013.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica. Retórica de la modernidad lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. 2a Edición. Buenos Aires. Del Signo, 2014.

MIRANDA, Luciete Barreto; DOS SANTOS, Maria Aparecida S. C. *Pelourinho desenvolvimento socioeconômico*. Editora Bigraf, 2009.

MUTAL, Silvio. *Ciudades y centros históricos de América Latina y el Caribe: 50 años de trayectoria (1950-1999)*. In: *Centros Históricos de América Latina y el Caribe*. Fernando Carrión, editor. Unesco, 2001.

NOBRE FERREIRA, Maria Ivanilde. *No reino de pedra e cal. O centro histórico e o patrimônio de Salvador em época pós-moderna*. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2010.

PRADILLA, Cobos Emilio Los centros históricos en las metrópolis de hoy. December 2012. In: Book: Carmen Imelsa González y Daniel Hiernaux (comps.) Espacio-temporalidad y prácticas sociales en los centros históricos mexicanos (p. 27-34). Publisher: Universidad Autónoma de Querétaro, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina. Sociedad y Política Ediciones, 1998.

RODRIGUEZ MANCILLA, Hector Marcelo. La cuestión urbana en la Geocultura. Ciclos de importación, exportación y traducción del conocimiento sobre ciudades en América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

ROMERO, José Luis. Latinoamérica: las ciudades y las ideas. Clásicos del Pensamiento Hispanoamericano. Edit. Universidad de Antioquia, 1999.

SALVADOR PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2020. Uma nova cidade para um novo tempo. Prefeitura de Salvador.

SANT'ANNA Marcia. A cidade atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004.

SANTOS, Milton. O Centro da cidade de Salvador: Estudo de geografia urbana. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Salvador: Edufba, 2008.

VAINER, Carlos; ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Cap. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

VALLADÃO, Solange Gomes. A disputa em torno do patrimônio no século XXI: uma análise das ações no Brasil e em Portugal. Cadernos Naui, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 92-106, jan-jun 2021. Semestral.

WALLERSTEIN Immanuel. O Universalismo Europeu e a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em 15 de janeiro de 2023 | Aceito em 09 de fevereiro de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

Ativismos em Florianópolis-SC Cenas de mobilização e resistência entre 2002 e 2022

Valdeci Reis



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

REIS, Valdeci. Ativismos em Florianópolis-SC Cenas de mobilização e resistência entre 2002 e 2022. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 267-289, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

Ativismos em Florianópolis-SC

Cenas de mobilização e resistência entre 2002 e 2022

Valdeci Reis¹

Resumo

Etnografias da resistência desenvolvidas na Capital do Estado de Santa Catarina entre 2002 e 2022, tem o objetivo de documentar e analisar as táticas dos movimentos sociais contemporâneos que se organizam por meio de coletivos e outras formas de associativismo civil. Além de uma revisão de literatura sobre os activismos contemporâneos, neste estudo, analiso dados etnográficos de três ondas de mobilização documentadas: Revolta da Catraca, Ocupações de escolas e universidades, bem como a instalação dos Comitês Populares de Luta, que tiveram grande protagonismo nas eleições de 2022.

Palavras-chave: participação social; etnografia; movimentos sociais.

Abstract

Ethnographies of resistance developed in the Capital of the State of Santa Catarina between 2002 and 2022, whose objective was to document and analyze the tactics of contemporary social movements that are organized through collectives and other forms of civil associations. In addition to a literature review on contemporary activism, in this study, I analyze ethnographic data from three documented mobilization waves: Revolta da Catraca, Occupations of schools and universities, as well as the installation of the Popular Struggle Committees, which played a major role in the elections from 2022.

Keywords: social participation; ethnography; social movements.

¹ Doutor em Educação. Servidor do Instituto Federal de Santa Catarina. E-mail: pedagovaldeci@gmail.com

Preâmbulo: nas ruas, um reencontro inesperado com sujeitos de pesquisa

Domingo, 18 de setembro de 2022. O dia amanheceu fresco e com uma leve garoa, clima típico da primavera catarinense. Ao manusear o meu celular, constatara muitas mensagens recebidas via aplicativo *WhatsApp* na última noite. Nos últimos dias, a imprensa catarinense havia dado grande destaque para o comício do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, programado para ocorrer às 11h, no centro de Florianópolis. O assunto dominava as conversas via redes sociais digitais.

Pelo aplicativo de mensagens, um dirigente local do Partido dos Trabalhadores me questionou: “Você virá? Caso surja algum problema, me avise, que repassarei sua credencial a outro profissional”. Meu contato com este dirigente vem dos tempos em que atuava como colunista da Rádio Comunitária 98,3 Campeche FM.² Durante a cobertura das eleições presidenciais de 2018, havia comandado entrevistas com os candidatos Guilherme Boulos (PSOL), Marina Silva (REDE), Fernando Haddad (PT), João Goulart (PPL) e Vera Lúcia Silva (PSTU).³ Durante a sua passagem por Florianópolis, no primeiro turno das eleições daquele ano, o então candidato Haddad concedeu apenas duas entrevistas exclusivas, os veículos contemplados foram Rádio Campeche e SBT.

Com o início da etnografia no âmbito do meu doutoramento, onde investiguei as sociabilidades juvenis de integrantes do movimento Hip-Hop nas periferias de Florianópolis, foi preciso me afastar da emissora. Todavia, a rede de contatos que estabeleci com os movimentos sociais organizados enquanto cobria as manifestações e entrevistava lideranças comunitárias, no programa que apresentava⁴, permitiu que o diálogo continuasse via redes sociais digitais.

Desde o primeiro momento em que soube que o candidato Lula visitaria a cidade de Florianópolis, vinha refletindo sobre a possibilidade de comparecer ao ato. No imaginário social, Santa Catarina é caracterizada como um Estado bolsonarista, conservador e alinhado

² A Rádio Campeche é uma referência na mídia comunitária catarinense. Leitores interessados no assunto podem conferir o dossiê *Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas*, publicado na Revista de Antropologia Cadernos Naui, em especial o artigo que analisa a atuação jornalística intitulado “Rádio Campeche e a participação popular no Plano Diretor de Florianópolis na perspectiva do jornalismo libertador” (TAVARES, 2022).

³ A emissora realizou entrevistas com outros candidatos, conduzidas por outros profissionais.

⁴ Minha atuação na emissora ocorreu de março de 2015 a novembro de 2018.

com os ideais de direita. Diante deste panorama, havia uma grande preocupação com a segurança das pessoas que participariam do comício. Desde a chegada do Capitão Reformado do Exército à Presidência da República, em 2019, a capital do Estado de Santa Catarina registrara um aumento sem precedentes de mortes decorridas de brigas, seguidas pelo disparo de armas de fogo.⁵

O último comício de que Lula participara na cidade ocorrera em outubro de 2002, quando ele disputava o segundo turno das eleições presidenciais contra o então candidato José Serra (PSDB). Foi a única vez que um candidato do PT à Presidência da República ganhou as eleições no Estado e na capital catarinense. Naquele ano, a líder sindical Ideli Salvatti (PT) também foi eleita para o Senado, conquistando a maior votação da história de Santa Catarina.

Considerando a idade do candidato (77 anos) e a informação de que, caso vencesse o pleito, não pretendia mais disputar a reeleição, havia grande possibilidade de aquele ser o último comício a ser realizado por Lula em Florianópolis. Esse dado era um dos assuntos que vinha dominando a internet e as rodas de conversas em praças, bares e restaurantes, inclusive por eleitores não militantes do Partido dos Trabalhadores.

Havia recebido a orientação de chegar cedo à histórica Praça Tancredo Neves, local em que ocorreria o comício. Depois de um reforçado café da manhã, deixei meu apartamento, no bairro de Canasvieiras (34km distante do ato), às 7h30. Enquanto transitava pela rodovia SC-401, chamou minha atenção o número de pessoas nos pontos de ônibus à espera do coletivo. Quase todas as pessoas vestiam roupas vermelhas e seguravam algum adereço de Lula na mão. Tal fato foi registrado com maior intensidade ao passar pelas comunidades Papaquara, Monte Verde e Saco Grande, que concentram famílias em situação de vulnerabilidade social e risco.

Consegui estacionar nas proximidades do Parque da Luz às 8h05. O acesso ao lado leste do centro histórico da capital encontrava-se fechado para carros, apenas pedestres conseguiam chegar naquela região da cidade. Um fortíssimo esquema de segurança envolvia Polícia Militar, Polícia Federal e Guarda Municipal de Florianópolis, um elevado número de seguranças privados tentava organizar as filas para a Praça Tancredo Neves.

Por ter chegado cedo, acessei o local do comício sem dificuldades. Ao chegar em frente ao palco, local reservado para imprensa e autoridades, fiquei estonteado com a quantidade de contra-*snipers* e atiradores de elite posicionados no teto da Assembleia Legislativa, Tribunal de

⁵ Para uma análise mais aprofundada, conferir a etnografia realizada por Reis (2020a).

Justiça e Tribunal de Contas – prédios públicos – que cercam a praça, que já foi denominada dos Três Poderes. Atualmente, só o Judiciário e o Legislativo funcionam ali.

O relógio marcava 8h45 e meu olhar se voltou para a multidão que começava a se formar em volta do palco, momento em que identifiquei alguns rostos conhecidos: indígenas guaranis do Morro dos Cavalos, jovens integrantes do movimento Hip-Hop e lideranças de movimentos sociais organizados. No palco, um ativista que ficou nacionalmente conhecido por sua atuação na Revolta da Catraca, ocorrida em 2004, discursava para o público.

Enquanto escutava aquelas palavras de ordem e gritos de guerra entoados pela multidão, minha mente rememorava algumas cenas de resistência colocadas em curso nas últimas décadas da capital catarinense. Parte desses movimentos foi documentada em diários de campo enquanto desenvolvia alguma pesquisa etnográfica. Neste artigo, resgato alguns desses registros para refletir a complexidade dos movimentos sociais na contemporaneidade. Tendo por base a reflexão antropológica de Mariza Peirano, partilho da tese de que “toda etnografia é também teoria” (PEIRANO, 2014, p. 386). Nesse sentido, entendo os estudos etnográficos como campos epistemológicos em evolução.

Como sintetiza Rosana Pinheiro-Machado (2016, p. 21), a antropologia “é a ciência que vive da prática insistente da escuta”. A volta a esses diários, alguns com mais de 10 anos, e confrontando-os com a literatura sociológica e antropológica sobre a participação social, penso que sirvam como luzes para compreender o percurso dos movimentos sociais nas últimas duas décadas, bem como os desafios que teremos a partir de 2023, ano que marca a volta do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República.

Revolta da Catraca, o embrião do MPL – Movimento Passe Livre

Os primórdios do Movimento Passe Livre nos remetem ao início dos anos 2000, na cidade de Florianópolis. Os anais da história caracterizam a denominada Revolta da Catraca, ocorrida na capital de Santa Catarina, como um movimento popular que uniu estudantes secundaristas, jovens universitários, trabalhadores usuários do transporte coletivo e sociedade civil organizada, todos descontentes com a forma como o transporte era gerido no município.

No contexto político da ação, tem-se, de um lado, a situação do transporte coletivo na cidade de Florianópolis, então sob a administração de uma prefeita – sócia da maior empresa de transporte urbano e compromissada com um grupo que controla o transporte coletivo na cidade – que decreta o aumento abusivo das passagens de

ônibus. Como consequência desse relacionamento privado, a política pública de transporte coletivo da cidade ficou à mercê dos interesses de mercado. Do outro lado, a JRI – Juventude Revolução Independente, que se desvincula da corrente trotskista O Trabalho e do próprio PT – organizada, então, na Juventude Revolução de Florianópolis, que desde 2001 está no cenário da organização da CPL – a Campanha do Passe Livre –, criada pelo conjunto de estudantes, a maioria secundaristas, e na qual depositou sua energia organizativa desde o seu lançamento (SOUSA, 2005, p. 5).

A campanha estudantil pelo Passe Livre surge em meados do ano de 2000, quando movimentos juvenis organizados conseguiram reunir 20.000 assinaturas para instaurar no parlamento municipal um projeto de lei de iniciativa popular que visava à implantação da gratuidade nas tarifas do transporte coletivo. O trâmite da matéria legislativa na Câmara Municipal de Florianópolis foi curto e esta foi arquivada após a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Os jovens que lideravam a Campanha pelo Passe Livre conseguiram uma importante visibilidade nas mídias hegemônicas e em outros setores da sociedade com a organização do I Encontro Nacional pelo Passe Livre, no início de junho de 2004, na capital catarinense. A partir das teses formuladas nesse encontro, a campanha teve a adesão de associações de bairros, sindicatos e outras agremiações classistas organizativas (LIBERATO, 2005).

O encontro nacional que reuniu principalmente entidades estudantis para debater o Passe Livre em Florianópolis aconteceu um ano depois dos acontecimentos que ficaram conhecidos nacionalmente como a Revolta do Buzu, movimento liderado por jovens secundaristas em resposta ao aumento abusivo das tarifas praticado pela Prefeitura de Salvador. Durante os meses de agosto e setembro de 2003, cenas como ônibus incendiados, bondes virados, prédios de estatais pichados, barricadas e “catraças” faziam parte da rotina diária da capital baiana. Este cenário é retratado no documentário do cineasta argentino Carlos Pronzato.⁶

Importante ressaltar que, embora liderado por estudantes, o Movimento Passe Livre, em Florianópolis, não nasceu no interior das universidades e/ou escolas de educação básica. A organização foi gestada nas comunidades no interior da Ilha de Santa Catarina, que sofriam com as sucessivas mudanças do transporte coletivo, impostas de maneira autoritária pela Prefeitura Municipal. Nas diversas reuniões que aconteceram em 2004 para debater a questão,

⁶ O documentário “A Revolta do Buzu” explora as múltiplas narrativas – dos estudantes, dos políticos, da polícia, das mídias hegemônicas – em relação aos protestos que ocorreram em Salvador/BA nos meses de agosto e setembro de 2003 (PRONZATO, 2003).

a exibição do filme de Pronzato era incorporada à programação. Como consequência, uma parte significativa dos ilhéus teve acesso à produção cinematográfica que havia sido gestada em meio aos conflitos desencadeados na capital baiana.

De acordo com a pesquisa empírica realizada pela socióloga Janice Tirelli Ponte de Sousa (2005), nos dez dias que sucederam ao aumento da tarifa do transporte coletivo (anúncio realizado pela prefeita em 28 de junho de 2004), a cidade de Florianópolis virou de pernas para o ar:

A palavra de ordem “catraca livre” era a senha para os estudantes pularem as catracas e abrirem as portas traseiras dos ônibus, para liberar as tarifas para o resto da população, e foi o estopim de uma série de ações diretas: fechamentos de terminais do norte ao sul da Ilha de Santa Catarina e da parte continental; obstrução da ponte que liga a ilha ao continente; tentativas de invasão da prefeitura municipal; intensas manifestações em frente à Câmara Municipal de Florianópolis; passeatas várias vezes ao dia; assembleias na rua com tomadas de decisões no local das manifestações e realizadas por quem estivesse presente e concordasse em participar (SOUSA, 2005, p. 8).

A truculência da Polícia Militar, as balas (a maioria de borracha) disparadas contra os secundaristas e a prisão de mais de 20 jovens menores de idade fizeram com que a população, perplexa diante dos acontecimentos, aderisse massivamente aos protestos. A prefeita, emparedada pelas manifestações volumosas, viu-se acuada e decidiu recorrer ao parlamento municipal; várias matérias legislativas foram remetidas aos vereadores. Desse processo, resultou uma série de mudanças na organização e na gerência do transporte coletivo na capital catarinense, revogação do aumento das tarifas, bem como o projeto de lei que previa a gratuidade das passagens aos estudantes e idosos.

A vitória conquistada pelos estudantes em Florianópolis fez com que o tema Passe Livre entrasse definitivamente nas rodas de conversa dos grupos juvenis. Em 2005, durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, ocorreu a plenária de fundação do MPL – Brasil (movimento nacional para impulsionar a discussão pelo Passe Livre). No mesmo ano, em junho, ocorre a segunda Revolta da Catraca na capital catarinense. O movimento conseguiu barrar o aumento anunciado pela Prefeitura e em 26 de outubro foi sancionada a lei do passe livre estudantil.

No ano seguinte, o segundo Encontro Nacional do Movimento Passe Livre, na cidade de São Paulo, fez com que o movimento ganhasse projeção nacional. Diversas ações concretas foram realizadas nas regiões metropolitanas – ocupações em secretarias municipais de

transportes e terminais, protestos, barricadas – forçando a classe política a debater a qualidade do transporte urbano.

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença (MARICATO, 2013, p. 19-20).

Entre 2000 e 2013, o movimento Passe Livre teve altos e baixos. A agremiação nasceu na Ilha de Santa Catarina, liderada por jovens secundaristas, mas com forte apoio dos setores populares. Diante da projeção nacional e conforme os anos se passaram, o movimento ficou cada vez mais restrito aos ambientes universitários, perdeu o diálogo com outros setores da sociedade. O coletivo voltou a ser destaque nas mídias hegemônicas, com o início das manifestações ocorridas no inverno de 2013, período denominado pelas mídias hegemônicas como Jornadas de Junho.

As ruas deixam de ser exclusividade da esquerda; as direitas entram em cena

Entre 2015 e 2016, diante da instabilidade política instaurada no País, duas mobilizações juvenis – uma com espectro ideológico à direita e outra à esquerda – irão mobilizar as análises antropológicas. A primeira – sob a liderança do Movimento Brasil Livre –, que já tinha ganhado certa visibilidade durante as jornadas de junho de 2013, iria apresentar como pauta o impeachment de Dilma Rousseff; o Estado Mínimo; o Projeto de Lei Escola Sem Partido. A segunda – Movimento de Ocupações de Escolas – começou em São Paulo, em setembro de 2015, como protesto contra a tentativa do Governo Estadual de fechar 94 escolas de educação básica.

Em 2016, as ocupações de escolas e universidades ganharam projeção nacional diante da Reforma do Ensino Médio, anunciada de forma autoritária pelo Governo Temer. A MP n. 746/16 apresentou alterações significativas na Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Tornava não obrigatórias as disciplinas de filosofia, sociologia, artes e educação física. A medida anunciava, ainda, o ensino integral, porém não deixava claro como tal ação seria implantada, uma vez que o Congresso Nacional estava discutindo a proposta 241

de emenda à Constituição. Se aprovada, congelaria os investimentos na saúde, educação e assistência social por 20 anos.⁷ Desde a redemocratização do País, era a primeira vez que um presidente da República efetuava uma reforma curricular por meio de medida provisória. O movimento, protagonizado por secundaristas e universitários, também se colocou radicalmente contra o Projeto de Lei Escola Sem Partido,⁸ além de incorporar pautas específicas de suas instituições de ensino: assistência estudantil, merenda escolar, gestão participativa.

O que defendia o MBL?

Como observa Guimarães (2018, p. 622), os movimentos sociais não são “exclusivamente organizados na perspectiva das classes subalternas, mas também das classes dominantes”. O Movimento Brasil Livre – MBL –, uma das agremiações juvenis que liderou as manifestações pró-impeachment entre 2015 e 2016, destacou-se na cena política do País especialmente pelas teses neoliberais no que se refere à concepção e gestão do Estado, discutidas e aprovadas em seus congressos, bem como difundidas em suas plataformas de comunicação hospedadas na internet. Outra característica do movimento estava na *expertise* em utilizar as tecnologias digitais, bem como mobilizar outros jovens a se engajar nas suas propostas, utilizando uma linguagem pop, juvenil, que ironiza e ridiculariza o oponente.

O economista Flávio Henrique Calheiros Casimiro (2018) localiza o nascimento do MBL como uma das frentes de ação estratégica do coletivo Estudantes Pela Liberdade – EPL. Trata-se de uma agremiação juvenil lançada em 2012, no Fórum da Liberdade – evento anual que acontece em Porto Alegre para se contrapor ao Fórum Social Mundial –, debatendo as teses econômicas desenvolvidas por aparelhos de hegemonia como o Institute of Economic Affairs (IEA); Instituto de Estudos Empresariais (IEE); Instituto Liberal (IL).

O EPL [Estudantes Pela Liberdade] organiza, financia e estabelece diretrizes de ação, principalmente a partir de seu braço de atuação política e ideológica, o Movimento Brasil Livre (MBL). Divulgando vídeos de seus membros com narrativas revisionistas e ataque aos movimentos sociais [populares de esquerda], proferindo discursos de ódio de classe e sobre minorias, criando e reproduzindo *fake news*, promovendo manifestações reacionárias e viabilizando candidatura política de seus integrantes alinhados a tradicionais partidos de direita. O MBL configura-se como uma marca dessa nova direita. [É preciso ressaltar que] a nova direita brasileira não possui uma

⁷ No Senado Federal, a proposta virou PEC 55 e foi aprovada em 13 de dezembro de 2016.

⁸ Projeto de Lei 193/2016, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o programa Escola sem Partido.

homogeneidade ideológica, mas comporta distintas orientações, desde a influência monetarista da Escola de Chicago, o neoliberalismo austríaco ou mesmo vertentes mais fundamentalistas, como o libertarianismo. Apesar de expressar contradições e conflitos interburgueses, a nova direita assegura o essencial para a garantia dos seus interesses de acumulação de capital (CASIMIRO, 2018, p. 45).

A pesquisadora Maria Clariça Ribeiro Guimarães (2018) situa o movimento no campo da ortodoxia neoliberal. Tendo por base uma análise documental sobre as publicações desenvolvidas por seus líderes, bem como as narrativas tecidas no congresso da agremiação, a autora aponta para o esfacelamento dos direitos trabalhistas, assim como as políticas públicas garantidas na Constituição Federal. Na sua concepção, o movimento defende

dedução dos custos do trabalho ao mesmo tempo de aumento de sua produtividade média; retrocessos culturais e ideológicos, intensificando a ofensiva especialmente ao campo dos direitos humanos; e reconfiguração das políticas sociais com base na ortodoxia neoliberal, tornando-as ainda mais focalizadas, sobretudo no caso da seguridade social, posto que, em tempos de crise, são as políticas que a conformam (saúde, previdência e assistência) que se constituem como alvos prioritários dos processos contrarreformistas. (GUIMARÃES, 2018, p. 636).

No quadro abaixo, o leitor poderá ter um panorama da perspectiva de gestão defendida pela agremiação. Na economia, por exemplo, fica evidente o interesse da classe empresarial quando o movimento propõe modificar a legislação trabalhista para que o acordo entre patrão e empregado celebrado no chão de fábrica substitua os direitos atuais previstos na CLT.⁹ Questiona-se qual o real poder de negociação de um operário quando o empresário reúne seus empregados e afirma: *Colaboradores, a crise está dramática, não tenho como honrar os pagamentos. Caso vocês queiram continuar trabalhando sem direito a férias e décimo terceiro, ok! Do contrário, terei que encerrar as operações da empresa e demitir todos os empregados.*

Quadro 1 – Propostas do MBL para aprimorar a eficiência do Estado

Área	Proposta
Educação	Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais.
	Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.
	Redução de impostos das escolas privadas.
	Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.

⁹ Consolidação das Leis do Trabalho.

	Gestão privada de escolas públicas através de organizações sociais e parcerias público-privadas.
	Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas.
	Facilitação do financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica.
Saúde	Adoção de um sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao SUS: obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não puderem pagar por um plano privado.
	Abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras.
Sustentabilidade	Privatização ou transformação, em PPPs, dos serviços de saneamento básico dos municípios.
Economia	Privatização, no longo prazo, de todos os bancos, porém o mais urgente é privatizar a Caixa Econômica Federal.
	Revisão do capítulo econômico da Constituição (adotar a economia de mercado. Qualquer interferência do Estado deverá ser justificada e seus resultados, posteriormente avaliados).
	Substituição do FGTS atual por um sistema facultativo de seguro privado para demissão. Nesse caso, o trabalhador poderia escolher entre várias alternativas oferecidas pelo sistema bancário privado.
	Modificação da lei trabalhista para que os acordos bilaterais se sobreponham aos direitos atuais. Ou seja, o trabalhador passa a ter o direito de renunciar aos benefícios desde que aceite a negociação e que os direitos humanos constitucionais sejam respeitados.
Justiça	Fim da função social da propriedade. A propriedade privada não pode ser relativizada.
	Privatização de presídios.
Transporte e Urbanismo	Privatização de linhas de metrô e VLT e criação de novas linhas por meio de PPPs.

Fonte: Guimarães (2018).

Ao observar o conjunto de propostas em áreas como saúde, educação e segurança pública, constata-se forte ataque ao serviço público: destruição do SUS, privatização de escolas e universidades públicas, implantando as Organizações Sociais,¹⁰ incentivos fiscais para as escolas privadas, bem como privatização de presídios e penitenciárias.

As principais propostas do movimento para tornar mais eficiente o Estado brasileiro demonstram explicitamente a tentativa de apropriação do fundo público, colocando em dúvida o argumento liberal da suposta não interferência do Estado nas relações comerciais. Quando empresários criam uma Organização Social para administrar um serviço público essencial para a população – saúde e educação – e investem parte do excedente orçamentário (dinheiro público) em operações da Bolsa de Valores, constata-se a fragilidade da tese econômica liberal. Tal evidência pode ser constatada em estudo exploratório dos contratos celebrados entre as

¹⁰ A gestão da educação e da saúde, por meio das OSs, já é uma realidade em muitos municípios brasileiros. Interessados no assunto ver artigo “Avanço da agenda neoliberal: confrontos e resistência na implantação das Organizações Sociais em Florianópolis-SC” (REIS; MOLINA; GELSLEICHTER, 2018).

Secretarias Estaduais de Saúde do Rio de Janeiro e São Paulo com empresas privadas no período entre 2009 e 2014 para gestão de hospitais públicos, UPAs e Postos de Saúde dos respectivos estados.

Os resultados da pesquisa põem em xeque a natureza não lucrativa das OSs como entidades do “terceiro setor”, cabendo indagar por que em uma sociedade de mercado essas entidades estariam motivadas tão-somente pelos valores da filantropia, da solidariedade social ou do interesse público. Afinal, a autorização em lei para o pagamento de salários aos dirigentes das OSs, a figuração dessas entidades em *ranking* das maiores empresas do País e a possibilidade de aplicação dos excedentes monetários na dinâmica da financeirização dos capitais somente poderiam ser explicadas entendendo-se as organizações como forma política ancorada na dinâmica de expansão do mercado da saúde e na acumulação decorrente deste processo (MORAIS *et al.*, 2018, p. 10).

Para o pesquisador Marcos Francisco Martins (2018), o MBL age como um movimento de educação política de base juvenil, orientado sob a perspectiva da “cidadania regressiva”. Ou seja, atua ideologicamente por uma antipraxis: “a participação efetiva nos processos sociais para reduzir direitos e, assim, o acesso universal aos bens materiais, simbólicos e sociais”, difundindo sistematicamente o discurso da “privatização generalizada de serviços e bens públicos oferecidos pelo Estado” (p. 61).

Maria da Glória Gohn (2019) avalia que as agremiações juvenis – como MBL, Vem Pra Rua, Revoltados On-Line – são ações coletivas que não apresentam todos os elementos construtivos que Alain Touraine (1994) elenca como necessários para constituir um movimento social. Diante de tal perspectiva, a pesquisadora cria a categoria “Organizações Movimentalistas” para classificar esses coletivos.

Tais organizações de inspiração liberal têm demonstrado capilaridade nos centros urbanos estratégicos do País. Desde 2016, participam formalmente dos processos eleitorais, elegem parlamentares. Dispõem de grande apoio financeiro de empresários, promovem intenso processo de formação política de espectro ideológico à direita e outras atividades que visam, supostamente, ao empoderamento da juventude, “quer seja por meio de cursos de gestão pública e relações públicas, centros acadêmicos universitários ou atividades no campo de Terceiro Setor” (GOHN, 2019, p. 120).

O que reivindicavam os “Ocupas”?

O processo de ocupação de escolas colocado em curso por secundaristas no Estado de São Paulo em setembro de 2015 nos remete aos intensos embates que vinham sendo travados na Assembleia Legislativa paulista entre parlamentares e Governo do Estado nas matérias relacionadas à educação. Desde o início do segundo semestre, a oposição atuava na tentativa de instaurar uma CPI¹¹ para apurar as denúncias de fraudes envolvendo os processos de licitação e distribuição da merenda escolar. Em setembro do respectivo ano, o Executivo apresentou uma proposta legislativa de reorganização de ensino. Na prática, se colocado em curso, 94 escolas estaduais de educação básica seriam fechadas.

Com o anúncio do Governo estadual, estudantes e pais contrários ao fechamento das instituições de ensino recorreram a táticas convencionais de mobilização: passeatas em ruas, atos em praças, intensas mobilizações em frente ao parlamento e na sede do governo – ocasião em que os manifestantes foram duramente reprimidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Decorrido quase um mês sem que o governo estadual mostrasse qualquer intenção de ouvir os manifestantes, os estudantes resolveram colocar em curso novas táticas de ação, tendo como inspiração a Revolta dos Pinguins, protagonizada em 2006 por estudantes chilenos que lutavam contra a mercantilização/privatização da educação básica.¹² No dia 9 de novembro de 2016, uma escola estadual em Diadema amanheceu ocupada. Estudantes resolveram ocupar um aparelho hegemônico do Estado, na tentativa de impedir que ele fosse extinto por parte do governo, bem como discutir as melhorias possíveis na área de educação (REIS, 2017).

A ação em Diadema foi a primeira de uma sucessão de ocupações que ocorreram em todo o Estado de São Paulo. Na literatura sociológica, existem inúmeras análises tentando compreender os atos protagonizados pelos “Ocupas” que ocorreram no País entre 2015 e 2016,

¹¹ Comissão Parlamentar de Inquérito.

¹² As mobilizações estudantis chilenas, que ficaram internacionalmente conhecidas como Revolta dos Pinguins, tiveram várias etapas e até hoje são objeto de intensas reflexões em diferentes grupos de pesquisas latino-americanas. Uma excelente pesquisa empírica realizada por Dagmar Zibas (2008) no município de Santiago traz à tona as narrativas de diferentes atores – estudantes, líderes estudantis, professores, sindicalistas, autoridades governamentais, diretores de escolas. O estudo se debruça sobre a primeira onda de mobilização (2006 a 2008). Já a etnografia realizada por Silva, Carlos e Souza (2018) está voltada a uma ocupação de um liceu (Escola de Ensino Médio), em 2011 – terceira onda de mobilização estudantil no Chile. Em 2019 o país foi sacudido por uma nova mobilização que reivindicava melhorias nos serviços públicos. Uma boa síntese do que ocorreu nesse período é retratada no livro apócrifo publicado pela Tinta Limón Ediciones (2021). Em dezembro de 2021, o país elegeu Gabriel Boric, um dos líderes dos protestos ocorridos em 2011, como presidente da República.

intercalados por duas ondas. A primeira, restrita a estudantes paulistas contrários ao projeto de reorganização; a segunda, espalhada por vários estados da federação, contra as medidas autoritárias anunciadas pelo Governo Temer. A produção científica sobre o assunto compõe:

I) Dossiês temáticos em revistas: “(Des)ocupar é resistir?” (**ETD – Educação Temática Digital**, v. 19, n. 1 e n. esp., 2017) e “Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil” (**Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, 2016).

II) Dissertações de Mestrado: Borges (2018); Ferreira (2017).

III) Coletânea de livros: *Baderna: Escolas de Luta* (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016), *O movimento das ocupações estudantis no Brasil* (COSTA; GROppo, 2018), *Os sintomas na educação de hoje* (PEREIRA, 2017a) e *Escolas Ocupadas* (CATTANI, 2017).

IV) Demais artigos publicados isoladamente em outros periódicos: Carneiro (2017); Hayashi, Ferreira-Júnior e Innocentini-Hayashi (2017); Leite e Araújo (2018); Rabin e Bacich (2018); Reis (2017); Rodrigues e Ribeiro (2017); Rojas, Mocarzel e Rangel (2017); Silva e Silva (2017); Martins *et al.* (2016); Piolli, Pereira e Mesko (2016); Girardello e Lapa (2018); Reis, Lino e Sartori (2018); Hur e Couto (2019); Ribeiro e Paulino (2019).

Ao analisar dados etnográficos construídos a partir de observações realizadas em três ocupações na cidade de Florianópolis,¹³ identifiquei que as ações colocadas em curso no ano de 2016 herdavam alguns aspectos das Jornadas de Junho de 2013, na medida em que os jovens recorreram a intervenções protagonizadas em espaços públicos, bem como construíram canais de comunicação independentes – redes sociais digitais, mídia alternativa – para alertar a população acerca dos retrocessos em curso no parlamento brasileiro.

Ao analisar todo o material coletado, é possível afirmar que os jovens estão descontentes com os desdobramentos políticos no País e querem mais diálogo com as esferas institucionais. Tal movimento rompe com a concepção de uma juventude individualista e despolitizada, visão que se tornou marca da chamada geração Y e Z. Nos dias em que passamos nas ocupações, chamou-nos atenção a forma horizontal de organização: tudo era decidido em assembleia. O espírito de coletividade também estava na divisão das tarefas: limpeza da escola, manipulação e produção de alimentos, organização de debates, atividades culturais e acadêmicas (Diário de Campo das Ocupações, Florianópolis, 2016).

Naquele momento, compreendi que as ações colocadas em curso por secundaristas e universitários fragilizaram o discurso do governo de que era preciso modernizar e tornar mais

¹³ No município, cinco instituições de ensino foram ocupadas. Já o Estado de Santa Catarina registrou 34 ocupações.

dinâmico o currículo do Ensino Médio, pois o jovem não estava interessado e, conseqüentemente, estava se evadindo da escola. Os dados empíricos, sistematizados por aquela pesquisa etnográfica, demonstram o contrário: nas mais de 1.400 escolas ocupadas em todo o País no segundo semestre de 2016, jovens apontaram estarem, sim, interessados na escola pública, todavia reivindicavam um currículo que respeitasse as diferenças, chamaram o governo à responsabilidade para a manutenção das políticas de permanência e êxito, além de estarem dispostos a discutir e participar da gestão escolar.

Uma nova práxis de intervenção social: surgem os Comitês Populares

Depois da prisão de Lula, em 2018, o campo à esquerda sofreu um grande revés. Ser progressista era quase uma afronta ao “habitus” (BOURDIEU, 1992, p. 101) da sociedade burguesa catarinense. Na cidade de Florianópolis, terminada a apuração do segundo turno, constatei que o único bairro que o então candidato Haddad venceu foi o Morro da Caixa. Bolsonaro obteve no município 64,86% dos votos. Importante ressaltar que, nas eleições de 2010 e 2014, o PT já vinha perdendo espaço para o PSDB em bairros que sempre deram ampla maioria dos votos aos candidatos do espectro à esquerda: Carvoeira, Pantanal, Trindade, Prainha, Monte Cristo e Campeche. No ano de 2014, o Estado de Santa Catarina deu ao então candidato Aécio Neves (PSDB) a maior votação do País, considerando a proporcionalidade de eleitores. Já em 2018, o então candidato Bolsonaro obteve neste Estado a segunda maior votação.

Em nível nacional, a síntese proferida por Mano Brown explicitou bem as dificuldades de comunicação que o campo progressista enfrentava naquele momento:

Tá tendo quase 30 milhões de votos para tirar. Não estou pessimista. Sou realista. Não consigo acreditar, pessoas que me tratavam com carinho se transformaram em monstros. Se em algum momento a comunicação falhou aqui, a gente vai pagar o preço. A comunicação é alma. Se não conseguir falar a língua do povo, vai perder mesmo. Falar bem do PT para a torcida do PT é fácil. Tem uma multidão que precisa ser conquistada ou vamos cair no precipício (MANO BROWN, Rio de Janeiro, comício de Fernando Haddad, 23 out. 2018).

A fala do *rapper*, líder dos Racionais MC's, repercutiu fortemente no campo progressista. Faltando poucos dias para o segundo turno das eleições, não foi possível reverter a vantagem que o então candidato Bolsonaro abriu no primeiro turno do pleito, mas uma nova

práxis de intervenção foi desenvolvida e colocada em curso tendo por base as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Movimento Sem Terra (STIVAL, 2022). Nasciam, naquele momento, os Comitês Populares.

Inicialmente, esses comitês tinham o propósito de mobilizar as pessoas para participar da Vigília Lula Livre – acampamento popular instalado em frente à Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba –, um protesto contra a prisão de Lula. Como muito bem demonstrou a série de reportagens, que ficou conhecida como Vaza Jato, o então juiz Sérgio Moro “passou anos colaborando em segredo e conspirando com procuradores para construir acusações e até direcionar a campanha pública contra os réus que deveria julgar com ética, neutralidade e objetividade”, inclusive, o “caso de maior impacto, envolvendo o ex-presidente Lula” (GREENWALD, 2022, p. 27).

Com o fim do encarceramento de Lula, em novembro de 2019, esses comitês foram transformados em Comitês Populares de Luta. Espaço socioeducativo com o objetivo de promover debates sobre justiça social, táticas de enfrentamento ao neoliberalismo, bem como combate às *fake news* disseminadas via aplicativos digitais. Em março de 2022, com a proximidade das eleições que ocorreriam em outubro, a direção nacional do PT expandiu a experiência embrionária gestada no sul do País para todos os estados da federação. Mais de 550 Comitês Populares de Luta foram criados, tendo como foco prioritário eleger Lula para um terceiro mandato na Presidência da República.

Na cidade de Florianópolis, foram instalados oito Comitês: Sul da Ilha (Campeche), Leste da Ilha (Lagoa da Conceição), Norte da Ilha I (Sambaqui), Norte da Ilha II (Rio Vermelho), Coletivo Avaianos de Esquerda (Rio Tavares), Coletivo Sindical (Centro), MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens (Morro da Caixa), Coletivo Direito Ambiental na Prática (Trindade). Esses comitês tiveram papel estratégico na organização dos diversos atos que ocorreram na cidade, bem como na execução das reuniões comunitárias com o objetivo de sensibilizar os moradores do interior da ilha de Santa Catarina durante o pleito eleitoral. Quando se observa a geografia do voto no segundo turno das eleições de 2022, é possível constatar que o PT recuperou boa parte das zonas eleitorais perdidas ao longo das eleições de 2010, 2014 e 2018. Contrariando todas as projeções dos institutos de pesquisa, Lula venceu o então candidato Jair Bolsonaro em 20 bairros.

Quadro 2 – Apuração das eleições 2022 em Florianópolis por bairro

Bairro	Candidato vencedor	% de votos Lula	% de votos Bolsonaro
Morro da Caixa	Lula	81,2 %	18,8%
Carvoeira	Lula	68,4%	31,6%
Pantanal	Lula	61,5%	38,5%
Trindade	Lula	61,1%	38,9%
Prainha	Lula	60,5%	39,5%
Monte Cristo	Lula	58,9%	41,1%
Campeche	Lula	57,3%	42,7%
Lagoa da Conceição I	Lula	56,3%	43,7%
Lagoa da Conceição II	Lula	56,1%	43,9%
Canto da Lagoa	Lula	54,9%	45,1%
José Mendes	Lula	54,8%	45,2%
Costa da Lagoa	Lula	54,6%	45,4%
Costa de Dentro	Lula	53,7%	46,3%
Porto da Lagoa	Lula	53,3%	46,7%
Rio Tavares	Lula	52,5%	47,5%
Armação do Pântano do Sul	Lula	51,8%	48,2%
Morro das Pedras	Lula	51,6%	48,4%
Sambaqui	Lula	51,5%	48,5%
Muquem do Rio Vermelho	Lula	50,3%	49,7%
Pântano do Sul	Lula	50,3%	49,7%
Saco dos Limões	Empate	50,0%	50,0%
Itacorubi	Bolsonaro	49,7%	50,3%
Córrego Grande	Bolsonaro	49,6%	50,4%
Rio Vermelho	Bolsonaro	48,0%	52,0%
Barra do Sambaqui	Bolsonaro	48,0%	52,0%
Saco Grande II	Bolsonaro	48,0%	52,0%
Agronômica	Bolsonaro	47,8%	52,2%
Monte Verde	Bolsonaro	47,4%	52,6%
Tapera	Bolsonaro	47,2%	52,8%
Ribeirão da Ilha	Bolsonaro	47,0%	53,0%
Abraão	Bolsonaro	46,9%	53,1%
Sítio Capivari de Baixo	Bolsonaro	46,3%	57,3%
Barra da Lagoa	Bolsonaro	46,1%	53,9%
Saco Grande I	Bolsonaro	44,9%	55,1%
Vargem Grande	Bolsonaro	44,8%	55,2%
Costeira do Pirajubaé	Bolsonaro	44,8%	55,2%
Tapera – Pedregal	Bolsonaro	44,5%	55,5%
Coloninha	Bolsonaro	44,4%	55,6%
Caieira da Barra do Sul	Bolsonaro	44,3%	55,7%
Costeira do Ribeirão	Bolsonaro	43,8%	56,2%
Santo Antônio de Lisboa	Bolsonaro	43,7%	56,3%
Santa Mônica	Bolsonaro	43,5%	56,5%
Vargem do Bom Jesus	Bolsonaro	43,0%	57,0%
João Paulo	Bolsonaro	42,9%	57,1%
Capoeiras	Bolsonaro	42,8%	57,2%
Inglese	Bolsonaro	42,4%	57,6%
Cachoeira do Bom Jesus	Bolsonaro	42,4%	57,6%
Canasvieiras	Bolsonaro	42,2%	57,8%
Coqueiros	Bolsonaro	42,2%	57,8%
Aranhas/Santinho	Bolsonaro	41,3%	58,7%
Sítio Capivari/Inglese	Bolsonaro	41,3%	58,7%

Cacupé	Bolsonaro	40,9%	59,1%
Centro	Bolsonaro	40,8%	59,2%
Ponta das Canas	Bolsonaro	40,4%	59,6%
Estreito	Bolsonaro	39,6%	60,4%
Daniela	Bolsonaro	39,6%	60,4%
Jardim Atlântico	Bolsonaro	39,4%	60,6%
Retiro da Lagoa	Bolsonaro	39,3%	60,7%
Vargem Pequena	Bolsonaro	39,2%	60,8%
Carianos	Bolsonaro	38,7%	61,3%
Jurerê Tradicional	Bolsonaro	35,9%	64,1%
Ratones	Bolsonaro	34,1%	65,9%
Jurerê	Bolsonaro	33,2%	66,8%
Jurerê Internacional	Bolsonaro	31,8%	68,2%
Totalização dos votos apurados na cidade de Florianópolis		Lula: 46,67%	Bolsonaro: 53,33%

Fonte: TRE - SC. Elaboração própria.

Morro da Caixa, Prainha, Monte Cristo e José Mendes são bairros periféricos que foram se formando nas primeiras décadas do século XX, a partir da ocupação de trabalhadores migrantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil que chegavam à Ilha de Santa Catarina em busca de melhores condições de vida. Existe, nessas comunidades, uma forte tradição na participação comunitária que impulsionou o surgimento de grupos culturais de Hip-Hop, associações que referenciam a cultura afro, bem como o associativismo coletivo LGBTQIA+.

Carvoeira, Pantanal e Trindade são os três bairros que contornam a Universidade Federal de Santa Catarina. Desde 1989, o único pleito em que um candidato da esquerda não ganhou a eleição nessa região foi em 2018. Campeche, Morro das Pedras e todo o conjunto que contorna a Lagoa da Conceição são classificados pela especulação imobiliária como áreas nobres. Tradicionalmente, porém, os candidatos do campo à esquerda tendem a conquistar uma expressiva votação nessas zonas eleitorais. Os moradores dessas comunidades têm forte tradição na participação social – conselhos, coletivos, ONGs –, colocando em curso estratégias inovadoras no campo do ativismo e mobilização. Nas últimas décadas, importantes estudos retrataram o modelo peculiar de organização comunitária e participação social nessa região (TAVARES, 2022; PEREIRA, 2017b; SAMPAIO, 2016).

A participação objetiva fortalece a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações etc. O pluralismo é a marca desta concepção de participação na qual os partidos políticos não são os únicos atores importantes, há que se considerar também os movimentos sociais e os agentes de organização da participação social, os quais são múltiplos. Uma gama variada de experiências associativas é considerada relevante no processo participativo, tais como grupos de jovens, de idosos, de

moradores de bairros etc. Os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como “sujeitos sociais”. Não se trata, portanto, de indivíduos isolados e nem de indivíduos-membros de dada classe social (GOHN, 2018, p. 71).

O pleito de 2022 em Santa Catarina também marcou outro fato inédito: pela primeira vez desde a redemocratização, um candidato de esquerda ao Governo estadual chegou ao segundo turno. Em entrevista coletiva três dias após a eleição do primeiro turno, Lula admitiu que ninguém da direção nacional imaginava que Décio Lima (PT) avançaria para a próxima etapa. Foi a grande surpresa revelada pelas urnas, a apuração demonstrou que havia em Santa Catarina um eleitor contido, que não se manifestava, mas, na cabina eleitoral, optou pelo Partido dos Trabalhadores.

Epílogo: os desafios dos movimentos sociais a partir de 2023

O pleito de 2022 colocou fim ao governo Bolsonaro, mas não ao bolsonarismo. Em seu terceiro mandato, Lula enfrentará um congresso ainda mais conservador. As cenas lamentáveis de depredação do patrimônio público, protagonizadas no dia da diplomação da chapa Lula-Alckmin e a tentativa de explosão do Aeroporto Internacional de Brasília, uma semana antes da posse, evidenciam os desafios que o campo progressista tem pela frente na tarefa de isolar a extrema direita.

Faltando dois dias para encerrar seu mandato, Bolsonaro optou por fugir do País e não passar a faixa presidencial a Lula. O povo brasileiro – representado por uma criança negra, um cacique, um metalúrgico, um professor, uma cozinheira e um jovem ativista na luta anticapitalista – subiu a rampa do Palácio do Planalto com o novo Presidente. Lula recebeu a faixa presidencial de uma mulher negra, catadora de materiais recicláveis, de 33 anos, o que constituiu uma das cenas mais bonitas da história da República.

Uma semana após a posse – 8 de janeiro de 2023 – a nação brasileira assistiu estonteada, pela televisão, às cenas análogas ao terrorismo de estado na capital federal, protagonizada por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Importante ressaltar que o episódio era previsível, pois tais grupos já haviam emitido diversos sinais, inclusive protagonizado um “ensaio técnico” em 12 de dezembro de 2022, em que ocorrera a diplomação do presidente e vice-presidente eleitos.

Mais do que defender o governo democraticamente eleito nas urnas, é preciso uma mobilização permanente na defesa do estado democrático de direito. Os Comitês Populares de

Luta, instalados em todas as regiões do País, devem se transformar em Comitês Populares em Defesa da Democracia. É preciso um grande esforço de diálogo e ação conjunta com as forças políticas democráticas posicionadas ao centro. As cenas de terrorismo protagonizadas em Brasília, bem como a “Minuta do Golpe”,¹⁴ encontrada na residência do ex-ministro da Justiça, evidenciam que não se trata só de retórica: o bolsonarismo tem, de fato, um projeto para destruir a democracia brasileira. Teremos força para resistir?

¹⁴ Proposta de decreto para o então presidente Jair Bolsonaro instaurar o Estado de Defesa no Tribunal Superior Eleitoral. Para mais informações, conferir a reportagem de Galf e Marques (2023).

Referências

- BORGES, Scarlett Giovana. **A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir**. 2018. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.
- BOURDIEU, Pierre. **Un art moyen, essai sur les usages sociaux de la photographie**. Paris: Seuil, 1992.
- CAMPOS, Antônia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. **Baderna: Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016.
- CARNEIRO, Sílvio. Ocupar, resistir e a luta nas redes sociais. **Comunicações**, Piracicaba, v. 24, n. 2, p. 137-150, 2017.
- CATTANI, Antonio David. **Escolas Ocupadas**. Porto Alegre: Cirkula, 2017.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Tinta Vermelha).
- COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Orgs.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João, 2018.
- FERREIRA, Sofia Rodrigues. **Jovens secundaristas, educação, cultura e política: O fenômeno das Ocupações de 2016 em Porto Alegre/RS**. 2017. Dissertação (mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- GALF, Renata; MARQUES, José. Minuta dá novo indício jurídico contra Bolsonaro, mas efeito ainda é incerto. **Folha de S. Paulo**, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/minuta-da-novo-indicio-juridico-contrabolsonaro-mas-efeito-ainda-e-incerto.shtml>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- GIRARDELLO, Gilka; LAPA, Andrea Brandão. Mídia-educação na ‘primavera secundarista’: um estudo de caso no ensino de pós-graduação. **Educação em Foco**, v. 23, p. 39-60, 2018.
- GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis, como impactam e por que importam?** Petrópolis: Vozes, 2022.
- GOHN, Maria da Glória. Potencialidades e limites da participação no federalismo brasileiro. In: CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus (Orgs.). **Governança Multinível e Desenvolvimento Regional Sustentável – Experiências do Brasil e da Alemanha**. São Paulo: Oficina Municipal, 2018. p. 69-90.
- GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GREENWALD, Glenn. **Em defesa da democracia: minha batalha por justiça e liberdade de expressão no país da Lava Jato**. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. As novas formas de organização e articulação das classes dominantes: o MBL em questão. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 22, n. 2, p. 621-640, 2018.

HAYASHI, Marcelo Innocentini; FERREIRA-JÚNIOR, Amarilio; INNOCENTINI-HAYASHI, Maria Cristina Piumbato. Atuação e resistência dos estudantes secundaristas nas ocupações das escolas públicas paulistas. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 2, n. 4, p. 68-88, jan.- abr. 2017.

HUR, Domenico Uhng; COUTO, Maria Luiza Bitencourt Silva. Ocupações na cidade: políticas da multidão na produção do comum. **Rev. psicol. polít.**, v. 19, n. 45, p. 261-274, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2019.

JARRIN, Álvaro *et al.* **Democracia precária**: Etnografias da esperança, desespero e resistência no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2022.

LEITE, Miriam; ARAÚJO, Nayara Cristina. No tempo livre das escolas ocupadas: subversões do presenteísmo pelo ativismo jovem. **Em Aberto**, Brasília, v. 31, n. 101, p. 93-105, 2018.

LIBERATO, Leo Vinicius. **A Guerra da tarifa**. São Paulo: Faísca, 2005.

MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Marcos Francisco. Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 4, n. 2, p. 41-68, jul./dez. 2018.

MARTINS, Marcos Francisco *et al.* As ocupações das escolas estaduais da região de Sorocaba/SP: falam os estudantes secundaristas – Entrevista. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 227-260, 2016.

MORAIS, Heloísa Maria Mendonça *et al.* Organizações Sociais da Saúde: uma expressão fenomênica da privatização da saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, p. 1-13, 2018.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PEREIRA, Elson Manoel. Como anda a participação? As condições para a elaboração de planos diretores participativos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife/PE, v. 19, n. 2, p. 235, abr. 2017b. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5380>. Acesso em: 2 jan. 2023.

PEREIRA, Marcelo Ricardo (Org.). **Os sintomas na educação de hoje: o que fazemos com isso?** Belo Horizonte: Scriptorum, 2017a.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasilprofundo” em tempos de crise. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 8, n. 2, p. 21-28, jul./dez. 2016.

PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 21-35, 2016.

RABIN, Marcela Lorenzoni da Rocha; BACICH, Lilian. O protagonismo juvenil na era digital. **RJPP**, Brasília, núm. esp., p. 40-53, 2018.

REIS, Valdeci. **Cenas juvenis na escola, na cidade e nas redes**: notas etnográficas na ilha de Florianópolis e tantos outros ilhéus. 2020. 223f. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

REIS, Valdeci; LINO, Fernanda Silva; SARTORI, Ademilde Silveira. Expressões e formas de resistência juvenil diante do avanço do conservadorismo. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 54-76, jul.-dez. 2018.

REIS, Valdeci. #Ocupar e resistir: estudantes catarinenses em defesa da escola pública. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 2, p. 235-258, 2017.

REIS, Valdeci; MOLINA, Leandro Ribeiro; GELSLEICHTER, Meimilany. Avanço da agenda neoliberal: confrontos e resistência na implantação das Organizações Sociais em Florianópolis-SC. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 2, p. 641-664, jul./dez. 2018.

RIBEIRO, Rejane Arruda; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Outubro, 2016, Brasil – as ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 19, n. 45, p. 286-300, ago. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2019.

RODRIGUES, Juliana Pedreschi; RIBEIRO, Tatiani. Sobre educação formal, não formal e participação da comunidade escolar durante o período das ocupações das escolas estaduais paulistas em 2015. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, ano XIX, n. 38, p. 133-153, 2017.

ROJAS, Angelina Accetta; MOCARZEL, Marcelo Maia Vinagre; RANGEL, Mary. “#OCUPAIEPIC”: representações culturais da juventude na ocupação de uma escola estadual em Niterói-RJ. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 19-39, 2017.

SAMPAIO, Juliana Búrigo. **Disputas territoriais e processo participativo em Florianópolis**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

SILVA, Edivania Vieira da Silva; CARLOS, Luana Marques; SOUZA, Antônio Fábio Macedo de. O movimento estudantil secundarista: um estudo sobre a ocupação do Liceo Lastarria na cidade de Santiago no Chile. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 52-55, 2018.

SILVA, Bárbara Virgínia Goff da; SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. “Uma pá de ocupação”: Ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 50, 2017.

SOUSA, Janice Tirelli Pontes de. Juventude, contestação e política de pernas para o ar: O Movimento Passe Livre em Florianópolis. *In*: XXIV CONGRESSO DA ALAS – ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA. **Anais...** ALAS: Porto Alegre, 2005.

STIVAL, David. **A educação do campo e o MST**: trabalho e práticas sociais com assentados da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 2022.

TOURAINÉ, Alain. **Quést-ce la démocratie**. Paris: Seuil, 1994.

TAVARES, Elaine. Rádio Campeche e a participação popular no Plano Diretor de Florianópolis na perspectiva do jornalismo libertador. **Cadernos Naui**, Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 145-168, jan.-jun. 2022.

TINTA LIMÓN EDICIONES. **Chile despertó**: la revuelta antineoliberal. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2021.

ZIBAS, Dagmar. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. **Rev. Bras. Educ.**, v. 13, n. 38, p. 199-220, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000200002>. ISSN 1413-2478. Acesso em: 21 mar 2023.

Filmografia

A REVOLTA DO BUZU. Direção: Carlos Pronzato. Brasil, 2003, DVD (1h 06min).

Recebido em 30 de janeiro de 2023 | Aceito em 09 de fevereiro de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional